



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O PROBLEMA DO NATURALISMO NA SOCIOLOGIA E AS SUAS
REFORMULAÇÕES ONTOLÓGICAS RECENTES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA
QUESTÃO DA CAUSALIDADE EM ANTHONY GIDDENS E NO REALISMO
CRÍTICO

Autor: André Lucas Maia de Brito

Brasília, 2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O PROBLEMA DO NATURALISMO NA SOCIOLOGIA E AS SUAS
REFORMULAÇÕES ONTOLÓGICAS RECENTES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA
QUESTÃO DA CAUSALIDADE EM ANTHONY GIDDENS E NO REALISMO
CRÍTICO

Autor: André Lucas Maia de Brito

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Sociologia.

Brasília, dezembro de 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

O PROBLEMA DO NATURALISMO NA SOCIOLOGIA E AS SUAS
REFORMULAÇÕES ONTOLÓGICAS RECENTES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA
QUESTÃO DA CAUSALIDADE EM ANTHONY GIDDENS E NO REALISMO
CRÍTICO

Autor: André Lucas Maia de Brito

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves (UnB)

Banca examinadora:
Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (UFPE)
Prof. Dr. Hélio Afonso de A. Filho (UFRGS)
Prof. Dr. Luís Augusto S. C. de Gusmão (UnB)
Prof. Dr. Edson Silva de Farias (UnB)

Para Carol e Maria, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível a realização desta pesquisa.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL-UnB), por toda a dedicação na realização das tarefas que permitem a Universidade e a pesquisa caminharem.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves. Além de toda a orientação intelectual, por toda a paciência, apoio, compreensão, generosidade e liberdade fornecida durante todo o processo de pesquisa. Estendo o agradecimento a todos os colegas do TATÁ, por todas as discussões e trocas de conhecimento.

Ao Prof. Dr. Hélio Aguilar que, em nosso grupo de estudos, forneceu elementos imprescindíveis à realização desta tese: desde ideias fundamentais à compreensão do realismo crítico, quanto com a ajuda na tradução de textos e referências.

Ao Prof. Dr. Luís de Gusmão, por toda a contribuição teórica desde o mestrado. As suas disciplinas e os seus escritos são um pilar fundamental desta tese.

Agradeço muitíssimo também ao Prof. Dr. Gabriel Peters, por aceitar compor a banca. Os seus livros e artigos, pela clareza e profundidade, são de grande inspiração para esta tese.

Agradeço aos colegas do *Critical Realism Theory Reading Group* e aos colegas e professores do curso de filosofia da Universidade de Brasília. Em especial agradeço aos professores André Leclerc e Samuel Simon.

A todos os colegas da turma de doutorado do SOL que, entre discussões, debates, conversas, diálogos em disciplinas (mesmo que de maneira remota, durante a pandemia de COVID-19), contribuíram para a elaboração desta tese. Em especial, agradeço muitíssimo à Kely Nobre, ao Antônio Cecílio, ao Cícero Muniz e ao Mateus Lôbo.

Agradeço muitíssimo a amigos, colegas e familiares que, de alguma maneira, como que escreveram páginas importantes desta tese, mesmo que por outras vias: Verônica Holanda, Erisvaldo Conrado, Vitória Holanda, Cícero Pereira Lopes, Prof. Thadeu Brandão (*in memoriam*), Sélvia Valle, Regi, Ícaro LÊNIN, José Lima, Mariana Lacerda e tantos outros.

Agradeço a toda a minha família, em especial, às minhas irmãs, Malena e Ana Rosa, e aos meus pais, Lucas e Maria. Obrigado por todo o apoio durante todos esses anos, mesmo que a distância. Vocês são a base da minha formação moral e cognitiva. Com tal arrimo, me sinto sempre na obrigação de dar o melhor de mim.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Carolina Holanda, minha esposa e mãe da minha filha, Maria. Você tem sido uma companheira incrível, minha maior companhia intelectual e afetiva por quase dez anos e espero que pela vida toda.

"Que grande quimera, pois, é o homem! Que novidade, que monstro, que caos, que contradição, que prodígio! Juiz de todas as coisas, minhoca imbecil; depositário da verdade, cloaca de incerteza e erro; glória e refugio do universo." Blaise Pascal

“Não esqueçamos que as causas das ações humanas são geralmente mais complexas e variadas do que nossas explicações subsequentes sobre elas.” Dostoiévski em “O idiota”

RESUMO

Nesta tese discutimos o que se convencionou chamar de “o problema do naturalismo” na sociologia, voltando-se especificamente para a questão da forma causal da explicação sociológica e as suas diferenças e semelhanças com o alegado modelo-padrão da explicação nas ciências da natureza. Iniciamos apresentando algumas variações do modelo-padrão da concepção naturalista de investigação e como ele resultou, nas ciências sociais, em uma divisão epistemológica entre monistas e dualistas metodológicos, reivindicando maior ou menor semelhança entre os métodos das ciências sociais e os das naturais e ocasionando uma série de outros debates no âmbito da teoria social e da filosofia das ciências sociais. Após apresentar aspectos gerais da divisão epistemológica entre monistas e dualistas metodológicos, adentramos mais diretamente no objetivo da tese, que consiste em discutir a maneira como autores contemporâneos da sociologia procuraram lidar com o problema do naturalismo por meio de uma discussão ontológica a respeito da natureza dos elementos constituintes da realidade social. Em primeiro lugar, procuramos investigar se e como a teoria da estruturação de Anthony Giddens e sua particular compreensão a respeito da natureza da relação entre agência e estrutura ajudam a esclarecer os limites do “problema do naturalismo”. A teoria social de Giddens é tomada aqui como representante exemplar dos avanços alcançados pelos autores do pós-consenso ortodoxo europeu. Apesar dos avanços da teoria da estruturação nessa questão, exploramos em seguida como as recentes formulações do realismo crítico britânico fornecem um quadro conceitual que, além de preencher lacunas deixadas por teorias anteriores, avançam para esclarecer a questão da natureza da explicação sociológica e da esterilidade de antigas oposições a respeito do naturalismo. A alternativa do realismo crítico é a defesa de uma concepção particular de causa, combinada com um pluralismo epistemológico que seja, ao mesmo tempo, realista a respeito dos objetos investigados pelas ciências sociais.

Palavras-chave: explicação causal; naturalismo metodológico; ontologia; Anthony Giddens; realismo crítico.

ABSTRACT

In this thesis we discuss what has come to be called "the problem of naturalism" in sociology, focusing specifically on the question of the causal form of sociological explanation and its differences and similarities with the alleged standard model of explanation in the natural sciences. We begin by presenting some variations of the standard model of the naturalistic conception of investigation and how it has resulted, in the social sciences, in an epistemological division between methodological monists and dualists, claiming greater or lesser similarity between the methods of the social sciences and those of the natural sciences and causing a series of other debates within the scope of social theory and the philosophy of the social sciences. After presenting general aspects of the epistemological division between methodological monists and dualists, we move more directly into the aim of the thesis, which is to discuss how contemporary sociological authors have tried to deal with the problem of naturalism through an ontological discussion about the nature of the constituent elements of social reality. Firstly, we seek to investigate whether and how Anthony Giddens' theory of structuration and his particular understanding of the nature of the relationship between agency and structure help to clarify the limits of the "problem of naturalism". Giddens' social theory is taken here as an exemplary representative of the advances made by the authors of the European orthodox post-consensus. Despite the advances made by structuration theory on this issue, we next explore how the recent formulations of British critical realism provide a conceptual framework which, in addition to filling gaps left by previous theories, moves towards clarifying the question of the nature of sociological explanation and the sterility of old oppositions regarding naturalism. The alternative of critical realism is the defense of a particular conception of cause, combined with an epistemological pluralism that is, at the same time, realistic about the objects investigated by the social sciences.

Keywords: causal explanation; methodological naturalism; ontology; Anthony Giddens; critical Realism.

RESUMÉ

Dans cette thèse, nous discutons de ce qu'il est convenu d'appeler "le problème du naturalisme" en sociologie, en nous concentrant spécifiquement sur la question de la forme causale de l'explication sociologique et sur ses différences et similitudes avec le prétendu modèle standard d'explication dans les sciences naturelles. Nous commencerons par présenter quelques variantes du modèle standard de la conception naturaliste de la recherche et comment il a abouti, dans les sciences sociales, à une division épistémologique entre monistes et dualistes méthodologiques, revendiquant une plus ou moins grande similitude entre les méthodes des sciences sociales et celles des sciences naturelles et provoquant une série d'autres débats dans le cadre de la théorie sociale et de la philosophie des sciences sociales. Après avoir présenté les aspects généraux de la division épistémologique entre monistes et dualistes méthodologiques, nous entrons plus directement dans l'objectif de la thèse, qui est de discuter de la manière dont les auteurs sociologiques contemporains ont tenté de traiter le problème du naturalisme au moyen d'une discussion ontologique sur la nature des éléments constitutifs de la réalité sociale. Tout d'abord, nous cherchons à savoir si et comment la théorie de la structuration d'Anthony Giddens et sa compréhension particulière de la nature de la relation entre l'agence et la structure aident à clarifier les limites du "problème du naturalisme". La théorie sociale de Giddens est considérée ici comme un représentant exemplaire des avancées réalisées par les auteurs du post-consensus orthodoxe européen. Malgré les avancées de la théorie de la structuration sur cette question, nous examinerons ensuite comment les formulations récentes du réalisme critique britannique fournissent un cadre conceptuel qui, en plus de combler les lacunes laissées par les théories précédentes, permet de clarifier la question de la nature de l'explication sociologique et la stérilité des vieilles oppositions concernant le naturalisme. L'alternative du réalisme critique est la défense d'une conception particulière de la cause, combinée à un pluralisme épistémologique qui est, en même temps, réaliste quant aux objets étudiés par les sciences sociales.

Mots-clés: causalité, naturalisme méthodologique, explication, ontologie, Anthony Giddens, réalisme critique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estratificação interna	99
Figura 2 - A morfogênese da estrutura	113
Figura 3 - A morfogênese da cultura	113
Figura 4 - A morfogênese da agência.....	113
Figura 5 - Domínios da realidade segundo o realismo crítico.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela dos três domínios da realidade, segundo Bhaskar	83
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. O MODELO-PADRÃO DA EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA E O PROBLEMA DO NATURALISMO: MONISMO E DUALISMO METODOLÓGICO	22
1.1 A concepção empiricista da explicação causal e o modelo dedutivo-nomológico: reflexões a partir de Hume, Popper e Hempel	24
1.2 Monismo metodológico e causalidade na tradição naturalista da sociologia	35
1.3 Dualismo metodológico e causalidade na tradição interpretativista da sociologia	44
CAPÍTULO 2. O PROBLEMA DO NATURALISMO E A ONTOLOGIA NA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA: A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS.	59
2.1 A síntese ontológica entre agência e estrutura e o problema da causalidade na teoria da estruturação de Anthony Giddens	63
CAPÍTULO 3. A ONTOLOGIA DO REALISMO CRÍTICO: EMERGÊNCIA E CAUSAS	78
3.1 Realismo transcendental e naturalismo crítico: realismo crítico	79
3.2 Emergência	89
3.3 O que são causas e como atuam	94
CAPÍTULO 4. AGÊNCIA, ESTRUTURA E AS CAUSAS NO MUNDO SOCIAL	106
4.1 A crítica Realista à confluência entre agência/estrutura na teoria da estruturação	108
4.1.1 Margaret Archer: a abordagem morfogênética e a crítica à confluência central na teoria da estruturação	109
4.1.2 O emergentismo relacional de Dave Elder-Vass e a teoria da estruturação	120
4.2 Os poderes causais da agência	131
4.3 Os poderes causais das estruturas sociais	146
CAPÍTULO 5. OS EVENTOS SOCIAIS E O PROBLEMA DO NATURALISMO	160
5.1 As causas e os eventos sociais	161
5.2 O realismo crítico e o (não) problema do naturalismo	170

CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200

INTRODUÇÃO

As discussões e o interesse na causalidade são tão antigos quanto a própria filosofia. Desde há muito tempo, os filósofos se preocupam em discutir a natureza da causalidade, com perguntas como “Que coisa é a causalidade?”; “As relações causais existem no mundo ou são o resultado da atribuição humana a certas regularidades observáveis?” e “Que tipos de causas existem e quais devemos nos preocupar em encontrar?”. Dada a sua complexidade, houve, inclusive, quem a classificasse como uma questão “não analisável” (ANSCOMBE, 1971). Na filosofia, nas ciências sociais e nas ciências naturais de maneira geral, a bibliografia é imensa e o consenso, restrito, envolvendo uma série de discussões ontológicas, epistemológicas, teóricas, metodológicas, estatísticas e psicológicas em diversas ciências (BEEBEE; HITCHCOCK; MENZIES, 2009). Mesmo no campo restrito das ciências sociais ou da sociologia, a diversidade de problemas não é diferente.

Ou seja, falar sobre causalidade significa abordar uma questão com uma infinidade de facetas e interesses e, nas ciências sociais, de perguntas tais como: 1) Que testes estatísticos ou formas de investigação qualitativa aferem melhor as causas de um fenômeno? (se as últimas aferem); 2) Qual é a relação entre as explicações causais na sociologia e na física, química ou biologia? A forma da explicação causal da sociologia possui alguma semelhança com as explicações causais das ciências da natureza ou são inteiramente distintas? Se concordarmos que existem diferenças, podemos dizer que a sociologia fornece de fato explicações causais; e 3) Qual é a constituição do mundo social e como se dá a relação causal entre as estruturas sociais e a capacidade reflexiva ou de agência dos indivíduos? Como a natureza das entidades e objetos investigados pela sociologia impactam nas formas de estudá-la?

Essas três perguntas são distintas quanto ao objeto de investigação, no entanto estão intimamente entrelaçadas no mundo social e nas análises que fazemos a respeito dele. No primeiro caso, trata-se de uma questão de metodologia ou estatística; no segundo, de uma questão epistemológica (que aqui trataremos de maneira geral como “o problema do naturalismo”); e, no terceiro, de uma questão ontológica, área da metafísica que indaga a

respeito da natureza básica e das entidades constituintes da realidade¹. Nesta tese, tocamos de algum modo nas três questões, mas estamos interessados, de maneira específica, em explorar duas teorias sociais recentes que defendem que é pré-requisito para responder à segunda questão, uma reformulação adequada da terceira. Ou seja, investigaremos, tendo como recorte as ontologias sociais da teoria da estruturação de Anthony Giddens e do realismo crítico britânico, as respostas fornecidas por Giddens e pelos autores dessa corrente sociológica ao problema epistemológico do naturalismo. Procuraremos evidenciar como as suas respectivas ontologias lidam com o problema epistemológico da causalidade, indagando se tais formulações fornecem uma compreensão mais adequada da questão, com ganhos teóricos e cognitivos.

Procuramos, portanto, discutir se o longuíssimo problema do naturalismo na sociologia — problema epistemológico que, entre outras questões, consiste em saber se e de que modo as investigações da sociologia devem buscar se aproximar ou distanciar das formas de explicação nas ciências da natureza — pode encontrar esclarecimentos e “soluções” a partir das formulações ontológicas que investigam a natureza do mundo social e os seus constituintes, retirando de tais formulações consequências teóricas, epistemológicas e metodológicas. Ou se, por outro lado, tais discussões, pelo contrário, não resolvem ou, pior, só complicam ainda mais o problema.

O problema do naturalismo na sociologia, não se restringe, é importante notar, somente à questão da forma causal da explicação, mas também a uma série de outras questões correlatas, tais como: o lugar da teoria na investigação social, os limites da generalização do conhecimento sociológico, o problema do método próprio das ciências sociais, a questão da objetividade do conhecimento sociológico, a relação que o conhecimento sociológico possui com o chamado “senso comum”, e assim por diante. Ao longo da tese, tocamos em algumas dessas questões, mas, pelos limites próprios a uma pesquisa como esta, nos guiamos através da questão da causalidade na sociologia que, no

¹ A ontologia, possuindo diversas acepções, no pensamento contemporâneo costuma ser classificada como uma das áreas da filosofia, junto com a epistemologia, ética, metafísica (às vezes como parte desta), estética, filosofia política e assim por diante. De maneira geral, costuma ser classificada como uma área que se interessa pela discussão a respeito da natureza do ser, refletindo a respeito do que existe, da natureza da existência, dos constituintes da realidade, e assim sucessivamente. A ontologia social se preocupa em investigar não o ser em geral, mas uma parte específica da realidade, nomeadamente a realidade social, perscrutando os constituintes do mundo social; que coisas participam do mundo social e como participam; a relação que as significações derivadas da ação humana possuem com a natureza; como as entidades do mundo social interagem entre si e que estatuto de realidade possuem são algumas das muitas questões investigadas no âmbito da ontologia social (ABBAGNANO, 2007; EPSTEIN, 2018).

nosso entendimento, se não for a principal questão em torno do problema do naturalismo, é uma das centrais, relacionando-se direta ou indiretamente com todas as outras. Para tal, que essa longa discussão ao longo da tese, desde a apresentação do problema, até a análise das teorias de Anthony Giddens e do realismo crítico.

No primeiro capítulo, iniciamos apresentando o que se convencionou chamar de “modelo padrão da explicação científica”, especialmente influente do século XVIII até o século XX. Tal modelo, com variações, serviu como importante parâmetro para as discussões a respeito da causalidade na investigação social, ou seja, serviu como referência a ser negada ou idealizada por sociólogos e filósofos das ciências sociais e contribuiu para o surgimento da discussão a respeito do monismo e do dualismo metodológico, opondo duas tradições na consagrada distinção entre explicação (*erklären*) e compreensão (*verstehen*). Parece-nos que essa longa discussão, que alcança os dias de hoje, tanto em querelas epistemológicas, quanto em diferenças na prática de pesquisa, pode ser frutiferamente compreendida através da questão do debate em torno da causalidade.

Em seguida, discutimos a ideia de causalidade presente no modelo de investigação naturalista, ou monista, das ciências sociais e da sociologia em particular. Abordamos como certa ideia de ciência natural é tida como parâmetro e inspiração metodológica de investigação empírica nessa corrente, reivindicando uma unidade metodológica entre as ciências sociais e as ciências naturais. Apresentamos os tópicos e autores tanto de posições mais radicais em defesa de um naturalismo metodológico na sociologia até posições mais brandas, contemplando concessões à interpretação ou formas de explicação causal menos deterministas.

Finalizando o primeiro capítulo, procuramos apresentar a ideia de causalidade na tradição interpretativista ou dualista metodológica. Assim como no caso da tradição naturalista, apresentamos tanto posições mais radicais e críticas à necessidade — ou até mesmo possibilidade —, de explicações causais na investigação social, até posições mais brandas, com um entendimento das possibilidades de conciliação entre explicação causal e compreensão interpretativa. Apesar de algo esquemática, inevitável à tentativa de qualquer caracterização de uma diversidade de autores(as) no campo da investigação social, nos parece que a divisão por temáticas é mais esclarecedora do que o elenco cronológico das posições teóricas a respeito da investigação causal de autores individuais.

Não pretendemos com esses tópicos recontar toda a história da discussão entre monismo e dualismo epistemológico, ficando satisfeitos em apresentar analiticamente a distinção entre as duas tradições a respeito da questão da causalidade, como debate prévio ao tema que irá nos interessar nos capítulos seguintes, que consiste em investigar se e como as reformulações ontológicas de Giddens e do realismo crítico contribuem para esclarecer os limites do naturalismo nas ciências sociais. Com “esclarecer”, queremos dizer fornecer um quadro conceitual analítico que contemple os méritos cognitivos das duas tradições, ao mesmo tempo que contribua para o entendimento da forma da explicação causal na investigação social.

A expectativa, com o capítulo inicial, é menos a de fazer uma reconstrução teórica ou um levantamento exaustivo das correntes e autores diversos das tradições naturalistas (ou monistas metodológicas) e dualistas (ou interpretativistas) da sociologia, mas sim de apresentar a existência real de uma distinção de abordagens epistemológicas no que se refere à forma da explicação causal e do problema do naturalismo na investigação social: divisão teórica que desemboca em metodologias e práticas de investigação distintas. Pretendemos evidenciar essas diferenças explorando aspectos teóricos e empíricos que podemos encontrar na sociologia clássica e na sociologia contemporânea.

Se é verdade que existe uma divisão epistemológica entre naturalistas e interpretativistas, os autores que exploraremos a partir do segundo capítulo reivindicam, cada um ao seu modo, que essa divisão não precisa ser tão radical e que tal separação pode se encerrar à medida que tivermos uma compreensão ontológica mais adequada dos constituintes do mundo social. No fim do século XX, a partir do que se convencionou chamar de “novo movimento teórico” (1987), uma das principais pistas é a de que a síntese entre agência e estrutura resolveria o problema que opõe o caráter reflexivo da agência e os imperativos da ordem social. Nesse contexto, encerrando a parte inicial da tese, no capítulo 2, concentramo-nos especialmente na teoria da estruturação de Anthony Giddens, como caminho médio entre a concepção de causalidade da tradição naturalista e da tradição interpretativista, entendida aqui como uma formulação exemplar dos esforços de síntese entre agência e estrutura do período, mas principalmente pelo fato de que Giddens é, entre os autores desse movimento, aquele em que a ontologia social é discutida mais explicitamente — mesmo que a questão do naturalismo e da forma causal da explicação sociológica não sejam propriamente o núcleo da sua “teoria da estruturação”, o que não

nos impede de retirarmos entendimentos a respeito dessas questões. Nesse ponto, escolhemos Giddens não por ser o mais “famoso” entre os membros da sociologia do fim de século (Pierre Bourdieu possui grande vantagem nesse sentido), mas por ser, entre esses autores, aquele em que a questão da relação entre ontologia e problema do naturalismo se mostra mais evidente, além de propiciar um ponto de discussão importante aos interesses desta tese, na medida em que pode ser colocado com mais proveito em confronto com os autores do realismo crítico, de que trataremos em seguida.

Apesar do que nos parecem ser grandes avanços realizados pela proposta de síntese do legado sociológico por Giddens, suas formulações apresentam algumas limitações no que se refere ao problema do naturalismo, que não tardam a ser apontadas por autores contemporâneos, tais como os membros do movimento teórico do realismo crítico britânico — que se desenvolve inicialmente em paralelo às formulações de Giddens, mas possui uma produção contínua até os dias de hoje, em grupos de pesquisa e discussão. Nesse sentido, em primeiro lugar, no capítulo 3, apresentamos alguns dos principais conceitos do realismo crítico, especialmente aqueles que melhor podem nos ajudar a compreender a questão do naturalismo, como a sua ontologia estratificada, a noção de emergência e a reformulação ontológica e epistemológica do conceito de “causa” que elaboram, contrariando as teses do modelo-padrão da explicação científica positivista ou mais próximas ao positivismo.

Em seguida, no capítulo 4, exploramos mais diretamente a crítica do realismo ao que chamam de variadas formas de “conflação” (fusão) entre agência e estrutura, eliminando uma ou outra das forças causais em ação nos eventos sociais, apresentando algumas vantagens se comparada às sínteses do “novo movimento teórico”, em especial a teoria da estruturação de Giddens. Os pressupostos filosóficos de Roy Bhaskar, que são aperfeiçoados teórica e sociologicamente por Margareth Archer e Dave Elder-Vass, parecem apontar caminhos promissores no sentido de desenvolver uma compreensão do mundo social que, em um sentido epistemológico, propicie uma caracterização múltipla e não determinista da causalidade, nos vários níveis da realidade social, mas que, ao mesmo tempo, não relegue qualquer expectativa de explicação causal ou objetiva do mundo social como dispensável ou como uma aspiração positivista. Isso é o que exploramos nos tópicos 4.2 e 4.3, ao apresentar a matizada concepção realista a respeito dos poderes causais da agência e da estrutura.

Após isso, no capítulo 5, teremos condições de compreender de maneira mais fundamentada se as formulações ontológicas do realismo crítico de fato possibilitam um entendimento mais adequado da epistemologia das causas no mundo social do que os projetos de “síntese” entre agência e estrutura, tais como o da teoria da estruturação. Com isso, estaremos endereçando a questão geral a respeito do naturalismo que consiste em saber: que tipos de causas atuam no mundo social, qual é a natureza dessas causas e que tipos de explicação causal deve almejar fornecer a investigação sociológica?

A estruturação deste texto segue, portanto, as seguintes etapas: 1) apresentar a discussão a respeito da questão epistemológica da causalidade a partir do debate acerca do monismo e do dualismo metodológico, que tomou forma especialmente a partir do século XIX, com importantes desdobramentos no início do século XX; 2) apresentar a maneira como a teoria da estruturação de Anthony Giddens, uma das principais propostas do “novo movimento teórico” do fim do século, lida — seja de maneira mais ou menos explícita — com o problema do naturalismo a partir da integração entre agência e estrutura; e 3) por fim, analisar o debate advindo da crítica do realismo crítico aos limites das propostas de síntese entre agência e estrutura, como aquela realizada por Giddens e outros sociólogos do fim do século XX, e se é o caso de a sua ontologia, agora de maneira mais direta, fornecer um quadro conceitual que favoreça avanços cognitivos a respeito da forma causal da explicação sociológica e, conseqüentemente, do problema do naturalismo.

Em se tratando de um tema muito amplo e facilmente dispersivo, nos centraremos em investigar se a reformulação ontológica e epistemológica crítico-realista da noção de causa — expressa especialmente nos trabalhos de Roy Bhaskar e, posteriormente, desenvolvida teórica e metodologicamente por alguns de seus discípulos, como Margaret Archer e Dave Elder-Vass — não só contribui para a crítica das limitações, mas também complemento das qualidades analíticas, das propostas de síntese entre agência e estrutura que vicejaram no fim do século XX, em especial aquela realizada por Anthony Giddens e a sua teoria da estruturação.

Nesse contexto de discussão, a presente tese pretende se encontrar na fronteira entre a teoria social e a filosofia das ciências sociais. A filosofia da ciência é o campo da filosofia que se debruça sobre as questões epistemológicas, metafísicas e ontológicas de cada ciência constituída, interessando-se pelas questões de cada campo do conhecimento, tais como o lugar da causalidade na explicação científica; sobre a existência ou não das

propriedades estudadas pela ciência (a exemplo do debate sobre a existência dos *quarks* na física) ou sobre a fundamentação teórica de uma corrente de pensamento específica (como o marxismo nas ciências humanas, por exemplo).

Simplificando, podemos dividir as abordagens da filosofia da ciência em dois tipos: a abordagem lógica, ou estrutural, e a abordagem histórica. A abordagem lógica, ou estrutural, é aquela que se interessa mais diretamente pelo contexto de justificação da ciência, questionando-se sobre, por exemplo, as melhores maneiras de justificar as teorias, a relação de uma ciência com a dedução e a indução, a coerência interna e analítica das teorias elencadas, os métodos para a distinção entre ciência e não ciência, e assim por diante. Podemos citar como representantes desse tipo de abordagem os representantes do Círculo de Vienna ou o austríaco Karl Popper. Apesar dos grandes méritos cognitivos dessa abordagem, o maior risco das formas radicais desse tipo de postura é que ele pode assumir, por vezes, um caráter excessivamente normativo ante a ciência, parecendo estar mais preocupado em afirmar como a ciência deveria proceder, e não tanto como a mesma procede de fato.

Por outro lado, na abordagem histórica da filosofia da ciência, a preocupação central gira em torno do contexto de descoberta da ciência, dando-se maior atenção aos aspectos que giram em torno de uma comunidade científica específica e dos desenvolvimentos históricos relacionados aos avanços científicos. Talvez o principal representante desse tipo de abordagem seja Thomas Kuhn, que entendia a história da ciência não como um jogo racional idealizado e acumulativo de evidências, mas sim de transformações paradigmáticas, visões de mundo e metodologias de pesquisa empírica compartilhadas por cientistas que compõem comunidades específicas, comunidades essas que se transformam ao longo do tempo e que possuem visões de mundo incomensuráveis na sua relação com outros paradigmas de pesquisa. O maior risco desse tipo de abordagem é reduzir excessivamente a análise teórica das razões e do progresso científico aos aspectos exteriores ao processo de justificação do conhecimento. Nas formas mais radicais, isso pode ser excessivamente relativista, reduzindo qualquer transformação no conhecimento a aspectos exteriores ao âmbito da investigação.

É procurando uma espécie de meio termo entre essas abordagens que, de um ponto de vista metodológico, será realizada uma discussão de síntese e análise teórica dos aspectos que nos parecem mais relevantes à discussão do problema apresentado,

respeitando os limites de tempo e recursos que nos cabem em uma pesquisa de doutorado como esta. Ao mesmo tempo que procuramos dar importância ao processo “histórico” do problema levantado, apresentando influências e evolução da discussão ao longo do tempo, procuramos também, na medida do possível, contrapor os avanços e méritos das formulações apresentadas. Assim, como procedimento de pesquisa, o texto não se concentrará em uma reconstrução exaustiva das teorias elencadas e dos seus itinerários históricos de formação, mas muito mais no esforço de construir uma espécie de “estudo de caso” (RAGIN e BECKER, 1992; RAGIN, 2014), mas, aqui, de um estudo de caso teórico, em que, elencando um problema e contrapondo posições (a partir de um recorte), caminhamos para alcançar algum esclarecimento e análise crítica a respeito do problema levantado, do qual esta tese é um passo inicial. Com essa postura, procuramos, dentro das nossas limitações, evitar tanto o “historicismo dos conceitos” que se exime de qualquer julgamento sobre os méritos e “justificativas” das teorias apresentadas, mas, ao mesmo tempo, evitar uma postura excessivamente normativa que fala mais de como as teorias e a ciência “deveriam ser” e menos de “como elas são”. Esperamos nos aproximar o máximo possível desse ideal.

CAPÍTULO 1. O modelo-padrão da explicação científica e o problema do naturalismo: monismo e dualismo metodológico

É Aristóteles quem fornece uma das primeiras formalizações a respeito dos tipos de causas que existiriam no mundo, para quem “A filosofia é o conhecimento da verdade e o conhecimento da verdade é o conhecimento das causas” (ARISTÓTELES, 2002, p. 71). O estagirita dividiu em quatro o número de causas que permitiriam uma explicação completa de um objeto qualquer: a causa formal (a forma do objeto em questão), a causa material (a matéria da qual a coisa é feita), a causa eficiente (o agente do movimento ou origem do objeto) e a causa final (a finalidade da existência do objeto). Um dos seus exemplos mais famosos é o da estátua. Para Aristóteles uma estátua teria como: 1) causa formal: a figura representada através do mármore, como o busto de um imperador; 2) causa material: o mármore ou bronze utilizado; 3) causa eficiente: a ação do escultor que executou a obra; e, por fim, 4) como causa final, o interesse ou finalidade de quem encomendou a obra de, digamos, enfeitar o jardim de uma casa (ANGIONI, 2011).

A caracterização dos tipos de causas presentes na metafísica aristotélica teve grande influência na forma de se investigar a natureza e o mundo social por mais de um milênio. O seu espírito naturalista e classificador das ciências teve e tem ampla influência nas formas de se fazer ciência até os dias de hoje, com uma série de modificações, é claro. No entanto, entre os séculos XVI e XVII, a filosofia aristotélica passa a sofrer um conjunto de críticas por parte daqueles que representam, de alguma maneira, a ciência empírica moderna, como é o caso do inglês Francis Bacon.

No processo de desvencilhar-se da filosofia, a ciência moderna emergente representada por Bacon em textos como *Novum Organum* (1979)² considera que a causa formal e a causa final pouco contribuiriam para a investigação científica, devendo ficar restritas às questões “metafísicas” filosóficas do passado, podendo ser dispensadas no que se refere ao estudo da natureza. A causa final aristotélica em especial, por exemplo, levaria os cientistas a imaginar finalidades inexistentes no movimento dos corpos, que impediriam o melhor desenvolvimento da ciência, como a física, em que Aristóteles entendia que, quando um objeto cai em direção ao solo, o faz por ter como causa final o retorno a um suposto “lugar natural”, que ficaria no centro da terra (ZATERKA, 2012).). O vislumbre

² Em referência direta ao *Organon* de Aristóteles, livro organizado posteriormente à sua morte e que contém textos a respeito da lógica.

de “finalidades” e “funções” como formas de explicar os fenômenos chega mesmo a sofrer sátiras pela filosofia moderna em passagens bem-humoradas como a que realiza Voltaire em *Cândido, ou O Otimismo* (2012), endereçadas em grande parte Gottfried Wilhelm Leibniz, filósofo fortemente influenciado pela tradição aristotélica e escolástica:

“Está demonstrado”, dizia ele, “que as coisas não podem ser de outro jeito: pois tudo sendo feito para um fim, tudo é necessariamente para o melhor fim. Notem que os narizes foram feitos para carregar óculos. As pernas foram visivelmente instituídas para usar calças, e nós temos calças. As pedras foram formadas para ser talhadas e para fazer castelos; assim meu senhor tem um belíssimo castelo; o maior barão da província deve ser o mais bem alojado; e os porcos sendo feitos para serem comidos (...) (VOLTAIRE, 2012, p. 32).

É nesse espírito de crítica às “causas finais” que as recomendações de Bacon vão no sentido de deixar de lado qualquer explicação teleológica no mundo natural, por considerá-la tanto desnecessária como prejudicial aos assuntos da ciência:

Pois o tratamento das causas finais misturadas com as demais nas investigações físicas interceptou a investigação severa e diligente de todas as causas reais e físicas, e deu ocasião aos homens de deterem-se nessas causas meramente agradáveis e especiosas, com grande freio e prejuízo de outros descobrimentos. Isso encontro feito não só por Platão, que sempre lança a âncora nessa margem, mas por Aristóteles, Galeno e outros, que também caem usualmente sobre esses baixios das causas discursivas (BACON, 1963, III, p. 358 *apud* ZATERKA, 2012, p. 685).

A partir de uma série de desenvolvimentos filosóficos e científicos, mesmo com o abandono da concepção escolástica, a questão da causalidade continuou sendo fruto de um conjunto de discussões e temáticas, a exemplo da dimensão epistemológica das ciências sociais. No estudo da vida em sociedade, as causas finais podem ser desprezadas? Se não, onde estariam estas causas finais? Na sociedade ou nos indivíduos? Não seria essa uma distinção importante a se fazer entre os objetos das ciências naturais e os seres humanos, estudados pelas ciências sociais e históricas? É nesse contexto que os debates a respeito dos métodos de investigação social, tal como o problema do naturalismo, se colocam. Devem as ciências sociais e, no caso específico, a sociologia, buscar explicações causais que considerem causas finais “meramente agradáveis e especiosas”, imitando o bem-sucedido projeto da ciência natural moderna, ou as causas finais ainda teriam lugar na investigação social, relacionadas que estão às intenções subjetivas de agentes dotados de capacidade de ação ou mesmo de estruturas sociais? Qual é, portanto, a forma da explicação causal sociológica dados os avanços da ciência moderna?

No próximo tópico, discutiremos aquilo que se convencionou chamar de “modelo-padrão da explicação científica” que, com herança na filosofia empirista moderna de filósofos como David Hume, se consolidou no século XX a partir de Carl Hempel e Karl Popper. É esse modelo e suas variações (ou a idealização deles) que fundamenta grande parte da separação entre monistas e dualistas metodológicos nas ciências sociais e na sociologia a partir do século XIX. É o que procuramos evidenciar nos próximos tópicos, o que nos ajudará a entender, posteriormente, as diferentes “soluções” ontológicas ao problema do naturalismo em Giddens e no realismo crítico.

1.1 A concepção empiricista da explicação causal e o modelo dedutivo-nomológico: reflexões a partir de Hume, Popper e Hempel

É bastante conhecido na filosofia o “problema da indução” ou “problema da inferência causal” levantado pelo filósofo empirista David Hume. O ponto central da discussão de Hume a respeito da causalidade não se refere às causas que existiriam no mundo ou quais ciências deveriam se interessar em investigá-las, mas ao problema da justificação ou validade do conhecimento que afirmamos possuir a respeito das leis da natureza, utilizando-se para tal os pressupostos empiricistas.

Quando fala em “causas”, David Hume se refere a relações invariantes entre eventos — noção que ajudou a consagrar e que será alvo da crítica do realismo crítico, como discutiremos no final desta tese. Para Hume, pode-se falar em causalidade quando eventos do tipo X e Y ocorrem sempre de maneira conjunta (ou seja, sempre que encontramos X, encontramos Y seguindo-o temporalmente) e, por fim, quando imaginamos que essa conjunção continuará ocorrendo no futuro (Hume, 2004; Morris e Brown, 2019). O “problema da indução” surge, nesse contexto, na medida em que Hume defende que o empirismo, sob o qual ele mesmo se assenta, é uma base frágil para que possamos fazer declarações sobre causas futuras, assumindo, portanto, uma postura de ceticismo epistemológico. Acompanhemos o seu raciocínio com mais detalhe.

Hume fazia uma separação, entre os objetos investigados pelo raciocínio humano, entre as relações de ideias e as questões de fato. As proposições das relações de ideias possuiriam verdades que poderiam ser investigadas sem a necessidade de se recorrer ao mundo empírico, sendo, portanto, analisáveis *a priori* e passíveis de ser descobertas com total certeza quando não implicassem contradição, visto que seriam descobertas por meio

da lógica e demonstráveis sem recurso ao estado das coisas físicas no mundo. Já as questões de fato — e aqui entra um ponto chave — só poderiam ser avaliadas com recurso à experiência e seriam, portanto, *a posteriori*, sendo a sua falsidade avaliada não na contradição lógica dos termos utilizados, mas nos acontecimentos dos objetos apreendidos por meio dos sentidos.

Sendo assim, o entendimento das questões de fato, para o filósofo britânico, depende fundamentalmente da experiência e da relação de causa e efeito que atribuímos às correlações percebidas na ocorrência dos fenômenos que observamos no mundo. Como afirma o autor em *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral* (2004):

Todos os raciocínios referentes a questões de fato parecem fundar-se na relação de causa e efeito. É somente por meio dessa relação que podemos ir além da evidência de nossa memória e nossos sentidos. Se perguntássemos a um homem por que ele acredita em alguma afirmação factual acerca de algo que está ausente — por exemplo, que seu amigo acha-se no interior, ou na França —, ele nos apresentaria alguma razão, essa razão seria algum outro fato, como uma carta recebida desse amigo ou o conhecimento de seus anteriores compromissos e resoluções. Um homem que encontre um relógio ou qualquer outra máquina em uma ilha deserta concluirá que homens estiveram anteriormente nessa ilha. Todos os nossos raciocínios relativos a fatos são da mesma natureza (HUME, 2004, p. 54 e 55).

Para David Hume, é o hábito de encontrarmos acontecimentos sucedendo-se uns aos outros que nos fornece a compreensão de existir uma relação de causalidade entre tais acontecimentos e não qualquer suposta propriedade constitutiva dos objetos. Um exemplo clássico é o da bola de bilhar que se move pelo impacto provocado por outra: para o filósofo, só temos a compreensão desse movimento por conta da constante observação desse mesmo fenômeno ou de outros correlatos, posto que um indivíduo que nenhum conhecimento prévio tivesse de tais movimentos não seria capaz de inferir, a partir das bolas de bilhar individualmente dispostas na mesa antes de se moverem, qualidades de seus comportamentos quando acionadas pelos tacos em uma partida. O ponto de Hume é que o conhecimento que temos sobre o movimento das bolas sempre diz respeito às experiências passadas.

Dados esses pressupostos, o problema da inferência causal surge da seguinte maneira: uma vez que as questões de fato não podem ser bem justificadas como as relações entre ideias (visto que não há nada nos acontecimentos empíricos de uma dada situação no presente que nos permita inferir que o mesmo se repetirá no futuro), como podemos

afirmar que temos de fato conhecimento e capacidade de previsão se só temos os acontecimentos passados como justificativa? Alguém poderia objetar: sabemos que a bola se moverá nesta ou naquela direção, pois é o que sempre aconteceu. Para Hume, isto leva o interlocutor a uma argumentação circular, uma vez que a causalidade só pode ser atribuída por meio da própria ideia de hábito passado – o que não daria garantias epistemológicas a respeito do futuro.

Em síntese, David Hume busca argumentar contra a ideia de que tais relações de causa e efeito podem ser estabelecidas *a priori* pelo intelecto, como defendia a tradição racionalista, defendendo, assim, o primado da experiência.

Adão, ainda que supuséssemos que suas faculdades racionais fossem inteiramente perfeitas desde o início, não poderia ter inferido da fluidez e transparência da água que ela o sufocaria, nem da luminosidade e calor do fogo que este poderia consumi-lo. Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão; e tampouco nossa razão é capaz de extrair, sem auxílio da experiência, qualquer conclusão referente à existência efetiva de coisas ou questões de fato (HUME, 2004, p. 56).

Nesse contexto, Hume adota o que alguns filósofos chamam de “concepção regularista da causalidade”. Uma teoria regularista da causalidade, como a de Hume, segue a seguinte forma, segundo Eduardo Castro (2014, p. 2): “*C* causa *E* se, e só se, 1) *C* é contígua a *E*, 2) *E* sucede temporalmente a *C*, 3) todos os acontecimentos de tipo *C* são regularmente seguidos (constantemente conjugados) por acontecimentos de tipo *E*”. Desafios a esse tipo de definição da causalidade, no entanto, são feitos ao se encontrarem fenômenos regulares que cumprem todos os requisitos, mas, ao mesmo tempo, não se pode dizer que haja ali causalidade, como a contiguidade entre o dia e a noite: 1) a noite é contígua ao dia; 2) o dia sucede temporalmente a noite; 3) todas as noites são regularmente seguidas (constantemente conjugados) pelo dia. Levando-se isso a sério, seríamos obrigados a afirmar que a noite é a causa do dia. Esse tipo de problema é designado pelo nome de “preempção”, que se refere ao problema de distinguir causas reais de causas contingentes ou, em termos metodológicos, correlação de causalidade³.

³ É em oposição a questões como essa que o filósofo David Lewis desenvolveu uma versão contrafactual da teoria da causalidade. Na caracterização de Lewis, “as causas são estabelecidas como condições necessárias para os efeitos” (CASTRO, 2014, p. 5), devendo então existir uma cadeia causal entre dois fenômenos para que se considere que ali há causalidade. Ou seja, é preciso que seja possível a reconstrução de uma cadeia causal gradual entre a noite e o dia para que se afirme existir não apenas uma regularidade, mas uma relação causal genuína. A filosofia de Lewis foge ao núcleo de interesse desta tese, no entanto será importante notar,

Seguindo a conclusão de Hume, o problema da indução fica evidente: se os nossos raciocínios a respeito das questões de fato têm como pilar central a relação de causa e efeito, e se tais raciocínios de causa e efeito derivam da experiência e do hábito passado, o que há nas observações da experiência passada que nos permite inferir comportamentos dos objetos no futuro? O alvo aqui é a base frágil sobre a qual se sustentaria a nossa capacidade de generalizar acontecimentos futuros a partir de observações no presente e passado. Tais tipos de generalizações empíricas são induções, por isso tal questão é chamada de “problema da indução”.

Hume se empenha primeiramente em uma “resposta negativa” ao afirmar que nada há de racional que possa garantir tal raciocínio, o que pode ser entendido como um ataque aos seus opositores racionalistas. Posteriormente passa a afirmar que só uma premissa de que há uma imutabilidade na natureza garantiria à experiência a autorização para inferir acontecimentos futuros, o que ocorre é que tal premissa não teria sustentação racional, só podendo ser justificada remetendo-se à ideia de experiência passada (a natureza sempre tem sido regular, portanto, continuará sendo regular), tornando o argumento circular novamente.

Hume finaliza essa discussão sobre a não existência de justificativas racionais para nossas inferências causais defendendo que o princípio que nos move para elaboração de inferências causais é, na verdade, um mecanismo da natureza humana, advindo da formação de hábitos mentais. A causalidade, nesse caso, não deveria ser buscada na natureza mesma, na “coisa em si”, mas em associações mentais que desenvolvemos habitualmente para o entendimento dos fenômenos — mais no processo do conhecimento, do que propriamente na natureza das entidades. Para a concepção empirista de Hume, só o hábito mental, e não aspectos da natureza dos objetos, é que nos servem de justificação epistemológica para afirmarmos que o que observamos ocorrer no dia a dia, como o dia ser seguido da noite, por exemplo, continuará a se seguir no futuro. O corolário desse raciocínio é lançar uma grande suspeita cética a respeito do conhecimento comum e do científico que possuímos, dando-se maior primazia à epistemologia (especialmente notável na sua influência em Kant) e deixando desafios para os filósofos futuros a respeito do problema da justificação do conhecimento.

ao final deste trabalho, que a “solução” do realismo crítico para o problema do naturalismo se aproxima dessa concepção contrafactual da teoria da causalidade.

O problema da indução é entendido não só como um problema para a teoria do conhecimento de maneira geral, mas também para o entendimento a respeito da natureza e justificação da explicação científica. Cerca de dois séculos depois, o problema levantado por Hume recebe uma resposta formalizada no que ficou conhecido como método (ou modelo) dedutivo-nomológico, cujos principais representantes podem ser indicados como Carl Gustav Hempel (junto com Paul Oppenheim) (1948, 1979) e Karl Raimund Popper (1972 [1959]). Além de manter a concepção de causa como uma relação invariante entre eventos, Hempel e Popper argumentarão (contra a primeira geração do empirismo lógico) que a justificação do conhecimento científico e, portanto, das causas a serem explicadas, se dá por meio de declarações dedutivas que possuem leis como parte de suas premissas. As regularidades empíricas a que se referia Hume são explicadas cientificamente de maneira justificada se forem “cobertas” por leis científicas, por isso esse modelo acaba recebendo o nome de “covering law model”. Começamos por Popper, na medida em que ele discute mais diretamente com David Hume e, dessa forma, nos ajuda a ilustrar melhor como o modelo dedutivo-nomológico lida com o problema da indução e, junto às formulações de Carl Hempel, mantém a concepção de causa dependente da noção de relação invariante, agora sob a forma de lei.

Em *A lógica da pesquisa científica* (1972 [1959]), Karl Popper discute o que entende como sendo o problema da indução e as saídas para ele. Segundo Popper, o “problema da indução”, tal como desenvolvido por David Hume em *Investigações sobre o entendimento humano*, não é, na verdade, um problema, visto que é baseado no que considera uma ideia equivocada do procedimento científico: o de que a ciência operaria através da observação e recolhimento de fatos particulares, para, em seguida, operar uma generalização indutiva de todos os casos futuros.

Nunca suponho que possamos sustentar a verdade de teorias a partir da verdade de enunciados singulares. Nunca suponho que, por força de conclusões “verificadas”, seja possível ter por “verdadeiras” ou mesmo por meramente “prováveis” quaisquer teorias (POPPER, 1972, p. 34).

Para se operar com a lógica indutiva, seria necessário o estabelecimento de um princípio de indução que possibilitasse a justificação e ordenação dos enunciados científicos, tarefa inexecutável na visão de Popper, pois inevitavelmente sujeito a regressões infinitas e circularidades, na medida em que, para ser formulado, necessitaria da

recorrência à experiência. Nesse sentido, o método desenvolvido por Popper para explicar a lógica de justificação do procedimento científico se opõe também ao indutivismo científico do Círculo de Viena, que seria um desdobramento do indutivismo geral de David Hume. Para Popper, na verdade, as hipóteses científicas só são testadas empiricamente posteriormente às suas formulações como hipóteses falseáveis. É uma virada na compreensão do processo de justificação do conhecimento científico, por isso sua filosofia da ciência é chamada de dedutivista ou de explicação “hipotético-dedutiva”. Uma reformulação sobre a forma como se dá a justificação do conhecimento, diga-se, deixando intocada a ideia de que as causas a serem explicadas possuem uma forma determinista como conjunção invariável entre eventos, o que é inteiramente compreensível, visto que o modelo de ciência utilizado por Popper é a física de Einstein⁴. Sigamos.

Um exemplo clássico é o dos cisnes: para o modelo de justificação da ciência de Popper, um cientista não opera de modo a recolher incansavelmente evidências de todos os cisnes brancos para, a partir daí, chegar à conclusão de que todos os cisnes são brancos. Na verdade, a hipótese de que todos os cisnes são brancos deve ser formulada prévia e hipoteticamente de modo que, de tal hipótese, possa-se tirar desdobramentos falseáveis, ou seja, possam, em suas formulações, possibilidades claras de onde tal conjectura se mostraria equivocada. No caso dos cisnes, bastaria que apenas um cisne preto fosse encontrado para que sua teoria pudesse ser falseada.

Julgo haver resolvido importante problema filosófico: o problema da indução. Devo ter chegado à solução em 1927 ou por aí. Essa solução tem sido extremamente frutífera, capacitando-me a resolver bom número de outros problemas filosóficos (POPPER, 1975, p. 13).

No desenvolvimento de tais ideias, Popper afirma que o método hipotético-dedutivo é útil no sentido de criar critérios para a separação entre os enunciados empíricos

⁴ As ideias na doutrina da ciência de Popper (1972) seguem o que na lógica é conhecido como *modo tollens* como a maneira mais adequada da justificação científica: 1) uma teoria expressa uma observação como condição para a sua rejeição; 2) a condição é verificada; logo 3) a teoria é descartada. Popper utiliza o experimento que provou a teoria da relatividade de Einstein como uma das principais inspirações. Einstein apresentou uma hipótese nova e desafiadora para todo o saber que lhe antecedia, postulando que a luz nem sempre viaja em linha reta, sendo defletida pelos corpos celestes. Ele propôs então um experimento: em um Eclipse, os pontos estelares apareceriam em lugares diferentes, antes e depois, por conta da presença do sol, em um momento, e a sua ausência no outro. De fato, a localização dos pontos era diferente nas placas utilizadas e, então, em uma perspectiva popperiana, a conjectura de Einstein se manteve com grande sucesso, fornecendo grande ampliação do conhecimento empírico sobre o mundo.

e não metafísicos, dos enunciados teóricos e metafísicos, o que afirma ser inadequado de realizar quando se tem como pressuposto o método indutivo. A necessidade de operar tal separação é o que Popper chama de “o problema da demarcação” e serviria também para diferenciar a ciência e a não ciência, ocupando um lugar central em sua obra na filosofia da ciência.

Para o autor, os filósofos empiristas do positivismo lógico, herdeiros de Hume, recorrem a uma epistemologia indutivista do procedimento científico por acreditarem ser a indução o único critério de separação entre as asserções teóricas e empíricas, o que Popper considera um erro. Popper defende que os positivistas do Círculo de Viena foram malsucedidos nessa questão, pois tinham como enunciados científicos genuínos aqueles que são suscetíveis de verificação conclusiva. Seria necessário que todos os enunciados fossem testados e verificados empiricamente, uma tarefa impossível de realizar na prática, por isso discorda que exista tal coisa, como a construção de teorias, como o processo final de inferências indutivas. No limite, tal nível de exigência excluiria não apenas os enunciados metafísicos, mas boa parte da própria ciência natural. Como solução, Popper propõe a falseabilidade como critério de demarcação, na intenção de fazer a distinção entre os enunciados científicos e os enunciados metafísicos e considera teorias como a de Freud, por exemplo, como não falseáveis e, portanto, não científicas.

O critério da falseabilidade consiste em aceitar como científicos os enunciados que, na sua forma, permitam ser postos à prova por meio do recurso ao mundo empírico. Mas aqui há um detalhe importante: os enunciados científicos nunca se comprovam positivamente, mas apenas negativamente, cumprindo o critério quando “(...) deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico” (POPPER, 1972, p. 42). Tal critério, o critério de demarcação, é proposto como uma sugestão de convenção para tratar de tais temas, visto que para ele não se poderia chegar racionalmente à descoberta da linha divisória que separaria a metafísica da ciência. Endereçando-se especificamente à questão levantada por David Hume, Popper afirma que a falseabilidade resolve o problema da indução:

O critério de demarcação proposto leva-nos, ainda, à solução do problema da indução, tal como colocado por Hume – do problema da validade das leis naturais. A raiz desse problema está na aparente contradição entre o que pode ser chamado de “tese fundamental do empirismo” – tese segundo a qual só a experiência pode decidir acerca da verdade ou falsidade de um enunciado científico – e o fato de Hume se ter dado conta da inadmissibilidade de

argumentos indutivos. Essa contradição só se manifesta se se presumir que todos os enunciados científicos empíricos devam ser “conclusivamente decisíveis”, isto é, se se admitir que sua verificação e falsificação devem ser, em princípio, possíveis. Se rejeitarmos esse requisito e admitirmos como empíricos também os enunciados decisíveis apenas num sentido – unilateralmente decisíveis e, mas especialmente, falseáveis – e que são suscetíveis de comprovação através de tentativas sistemáticas de falseá-los, então a contradição desaparecerá: o método de falsificação não pressupõe inferência indutiva, mas apenas as transformações tautológicas da lógica dedutiva, cuja validade não está em questão (POPPER, 1972, p. 44).

Nesse sentido, para Popper, os enunciados científicos nunca são verdadeiros absolutamente, mas sim tentativas de aproximação da verdade, que melhoram à medida que os pomos à prova crítica e eles resistem a esses testes, tendo como garantia que se trata de enunciados falsificáveis. Separados os enunciados científicos dos não científicos, cabe encontrar as explicações causais para os fenômenos com o auxílio de leis científicas, devendo a esse respeito especialmente as contribuições de Carl Hempel.

A contribuição de Hempel, muito influente a partir da segunda metade do século XX, herdeira também das reflexões de David Hume e mais diretamente do empirismo lógico (com quem rompe posteriormente), é conhecida como explicação nomológico-dedutiva (ou *covering law*: “cobertura por leis”). Na concepção de explicação científica de Hempel, a causalidade deve estar subordinada a leis e regularidades invariantes — *grosso modo*, “causa” seria uma outra palavra para “lei”.

A explicação nomológico-dedutiva, na formulação de Hempel, recebe esse nome por entender que a ciência explica dedutivamente um fenômeno empírico qualquer baseado em premissas formadas por leis universais. Assim, o *explanandum*, que compreende o fenômeno/objeto em questão a ser compreendido, é explicado através de uma conclusão válida logicamente do *explanans*, conjunto de sentenças formadas por condições iniciais e por pelo menos uma lei científica. Vejamos o exemplo conhecido da dilatação do cobre, aqui nas palavras do próprio Hempel:

Nossa explicação da dilatação do fio de cobre, por exemplo, assumiria a forma de um argumento com duas premissas: (i) a lei geral segundo a qual todo fio de cobre torna-se mais longo quando sua temperatura se eleva e (ii) o enunciado de que dado fio era feito de cobre e de que sua temperatura sofreu elevação. Dessas premissas decorre, dedutivamente, a conclusão de que o fio estendeu-se em comprimento, que é o fato a ser explicado. Assim, o enunciado explicativo de que a dilatação do fio foi causada pela elevação da temperatura é substituída por um argumento onde não mais aparece a palavra ‘causa’ ou seus cognatos. (...) Pode-se dizer, de maneira geral, que o vocabulário técnico através do qual se expressam as hipóteses e teorias científicas não inclui palavras como ‘causa’ e ‘fator causal’ e que uma versão em termos de causa só é aceitável como

explicação científica explícita na medida em que a atribuição causal por ela feita possa ser comprovada e substituída por enunciados de leis correspondentes (HEMPEL, 1979, p. 161).⁵

Nesse sentido, a concepção de “causalidade” na explicação científica de Hempel seria indissociável de “lei científica”, como um enunciado geral que supõe que, sempre que condições iniciais estiverem dadas e os elementos forem os mesmos, o resultado é previsível. O autor formula dessa maneira a sua concepção de explicação científica com vistas a torná-la distinguível da simples regularidade. Há aqui uma semelhança marcante com David Hume. Apesar de Hume ser cético a respeito da capacidade de justificarmos racionalmente que a causa de um fenômeno ocorrerá repetidamente no futuro, entendia “causa” como a conjunção constante entre eventos A e B. Essa “conjunção constante” é reinterpretada na pena de Carl Hempel como relações sustentadas (ou cobertas) por leis científicas, que ocorreriam sem exceções, permitindo, portanto, previsibilidade a partir de condições dadas. Em síntese, o modelo de Hempel é dedutivo porque, quando ocorre um evento A, pode-se deduzir que o evento B ocorrerá; e é nomológico porque a causa resta, então, como outra palavra para lei: as leis da natureza.

Portanto, nos três autores discutidos, Hume, Popper e Hempel, apesar das diferenças, a ideia de causa possui uma íntima relação com a noção de invariância: as explicações causais científicas estão intimamente relacionadas à ideia de generalização ou lei. Para áreas como a física ou a astronomia, não parece ser nenhum problema tal afirmação (apesar de fugir aos interesses e limites desta tese investigar a abrangência desse modelo em outras áreas), mas aplicado à biologia, por exemplo, ou mesmo às ciências sociais, se tornou claro que o sonho do positivismo lógico de unificar todas as formas de

⁵ Esse modelo científico serviu como base para uma série de discussões na filosofia da ciência sobre a forma da explicação científica. A título de exemplo, podemos citar as discussões de Salmon (1988, 1989, 1997) e Dowe (2008), que procuraram elaborar uma teoria dos “processos” causais; em Rudner (1966), que procurou estabelecer critérios para a aplicação desse modelo nas ciências sociais; em Nagel (1989), que rejeita a necessidade de uma distinção epistemológica entre as ciências sociais e naturais; e, inclusive, no próprio Hempel (1998), que posteriormente procurou “atenuar” aspectos do seu modelo com vistas a que este possa ser aplicado às ciências sociais no que chama de “modelo indutivo-estatístico”, em que defende que, havendo uma alta frequência de “A produzindo B” no passado, podemos deduzir que essa relação continuará a ocorrer no futuro. O que há em comum em todas essas abordagens é a perspectiva de que as disciplinas que devem ser consideradas científicas possuem um corpo metodológico comum, por isso, com frequência, seus defensores são chamados de “monistas metodológicos”. Seja como for, nessas variações da explicação científica, a concepção de “causa” permanece entendida como uma relação invariante, fundamentando grande parte da concepção de explicação científica de viés monista metodológico, que discutiremos com mais detalhes à frente e que será alvo da crítica das formulações teóricas de Giddens e do realismo crítico.

explicação causal fracassou, sendo necessário compreender melhor as especificidades da epistemologia de cada uma das ciências.

Como dissemos algumas páginas atrás, a ciência moderna rompe com a tradição Aristotélica de pensar a respeito de certas causas, especialmente as causas finais. No entanto, no que se refere ao mundo social, essas causas finais não podem ser facilmente ignoradas e estão presentes tanto nas abordagens intencionais como nas explicações funcionalistas, uma vez que as pessoas (e mesmo instituições ou grupos sociais, para alguns) são capazes de projetar intenções, tal qual a finalidade com a qual se encomenda uma estátua, no exemplo aristotélico. Tal fato torna explicações formalizadas do tipo nomológico-dedutiva, em que causas se confundem com leis, extremamente raras, para não dizer inexistentes na investigação sociológica.⁶ Sendo assim, qual é o lugar da causa nas investigações sociais? Se existem explicações causais e elas não seguem o modelo-padrão, qual é a sua forma? Questões desse teor levarão a uma série de discussões a respeito das consequências dessa característica fundamental da vida social para uma maior ou menor aproximação da explicação sociológica com a epistemologia das ciências naturais.

Na filosofia em geral, especialmente a partir da modernidade, são comuns argumentações no sentido de reivindicar uma diferenciação de complexidade entre o campo da investigação natural e o do social, seja apoiando-se não somente em pressupostos religiosos, como no caso de Descartes, que atribui uma inteligência maior aos seres humanos em relação aos outros animais, a partir da suposição de que os primeiros seriam possuidores de uma alma distinta dos últimos (DESCARTES, 1996, p. 65); mas também em distinções ainda de orientação aristotélica a respeito dos corpos celestes, como a separação entre o conhecimento supralunar (caracteristicamente típico das ciências naturais) e o conhecimento sublunar (não formalizável e mais complexo, típico das ciências humanas e da historiografia) (VEYNE, 1998).

Nesse sentido, na filosofia das ciências sociais, que trata de temas epistemológicos e ontológicos da investigação social, interessa saber que tipo de coisa é a causalidade, se existem explicações causais na investigação social, qual é o grau de semelhança que possuem com as explicações causais das ciências naturais. Se na filosofia o resultado dos questionamentos sobre a natureza da causalidade resulta em uma infinidade de posições e

⁶ Para uma discussão a respeito da existência ou não de leis nas ciências sociais e se podemos considerar certas regularidades e padrões, tais como a “lei da oferta e da demanda”, realmente uma lei, consultar: Roberts & Kincaid (2004).

contra argumentações, isso não é diferente na sociologia, visto que um dos seus principais debates, desde o seu surgimento:

(...) diz respeito à natureza geral da explicação sociológica e, em particular, à noção de CAUSALIDADE na vida social. Existe, nesse caso, uma clara divisão entre os adeptos da explicação causal, em formas positivistas ou realistas (...), os comprometidos com uma explicação em termos de estados finais (funcionalismo) e os que, distinguindo com nitidez entre ciências naturais e ciências sociais, rejeitam a ideia de uma explicação causal dos processos sociais em favor de interpretações do significado da ação humana (...HERMENÊUTICA). Todos os principais sociólogos têm se debruçado sobre essa questão: Marx, em cuja obra alguns discerniram um “positivismo latente” (Wellmer, 1969), outros um método realista ou dialético) ou fenomenológico; Weber, cuja visão complexa da natureza da sociologia justapôs a explicação causal e a compreensão do significado, sendo ambas necessárias para o pleno entendimento da vida social; e Durkheim, que defendeu a explicação causal e funcional, embora a última predominasse em seus estudos (BOTTOMORE, 2019, p. 736 e 737).

Assim, grande parte da sociologia consiste na dialética entre dois modelos de investigação que partem sempre de um dos lados da “facticidade objetiva” ou do “significado subjetivo” da realidade (BERGER; LUCKMAN, 2004). Na sociologia contemporânea, em geral, a atenção dos esforços de síntese se voltou sobremaneira para a questão da agência e da estrutura como formulação ontológica que possibilitaria a superação dessa e de outras diferenças, algo mais claro em autores como Anthony Giddens e, posteriormente, no realismo crítico, como veremos. Nesse contexto, essa é uma separação que tem ressonância em uma série de outros debates existentes desde a fundação da disciplina na assim chamada “sociologia clássica” e em que a sociologia contemporânea procurará de diversas maneiras encontrar alguma espécie de “equilíbrio”:

Uma foi dada por Durkheim em *As regras do método sociológico*, a outra por Weber em *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade). Durkheim diz-nos: ‘A primeira regra e a mais fundamental é: considerar os fatos sociais como coisas’. E Weber observa: ‘Tanto para a sociologia no sentido atual quanto para a história o objeto de conhecimento é o complexo de significados subjetivo da ação’. Estes dois enunciados não são contraditórios. A sociedade possui na verdade facticidade objetiva. E a sociedade de fato é construída pela atividade que expressa um significado subjetivo. E, diga-se de passagem, Durkheim conheceu este último enunciado, assim como Weber conheceu o primeiro. É precisamente o duplo caráter da sociedade em termos de facticidade objetiva e significado subjetivo que torna sua ‘realidade sui generis’, para usar outro termo fundamental de Durkheim. A questão central da teoria sociológica pode por conseguinte ser enunciada desta maneira: como é possível que significados subjetivos se tornem facticidades objetivas? (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 33 e 34).

Nos próximos dois tópicos, vamo-nos concentrar em explorar as diferenças epistemológicas do debate em torno do naturalismo metodológico, tendo a questão da causalidade como fio condutor da discussão. De modo geral, as respostas epistemológicas a respeito da questão de saber a forma e o lugar da causalidade na explicação sociológica podem ser divididas em duas tradições: a tradição naturalista/positivista e a tradição interpretativista/compreensiva que, em outros termos, se aproximam ora de posições monistas metodológicas (reivindicando uma maior aproximação entre a epistemologia das ciências sociais e a das naturais), ora de argumentos dualistas metodológicos (em que as ciências sociais, e a sociologia em particular, deveriam ser dotadas de métodos exclusivos e diferentes dos das outras ciências). Em graus variados, o modelo-padrão da explicação científica, que discutimos até aqui, tem sido uma referência, idealizada ou rejeitada, nessas duas tradições.

1.2 Monismo metodológico e causalidade na tradição naturalista da sociologia

De modo pressuposto na diversidade de correntes teóricas da sociologia desde o seu surgimento, há a divisão entre o que a filosofia das ciências sociais chama de tradição naturalista e a tradição interpretativista. A questão central motivadora de separação se relaciona com saber em que medida deve haver uma unidade metodológica entre as empreitadas de investigação das ciências naturais e as das sociais, por isso referencia-se também com frequência essa questão como o “problema do naturalismo metodológico”, separando, nas ciências sociais, o grupo daqueles que defendem o monismo metodológico e o daqueles que entendem haver um necessário dualismo entre as duas formas de conhecimento (ROSENBERG, 2008; HOLLIS, 1994; MOSES, KNUTSEN, 2007).

No caso da tradição naturalista, há uma longa fila de influências que vai do empirismo inglês, passando pelo evolucionismo do século XIX e por Auguste Comte até encontrar a forma sociológica mais bem construída nas formulações de Émile Durkheim. Dois aspectos destacam-se nesse tipo de abordagem. Em primeiro lugar, a explicação para os fenômenos sociais não dependeria do sentido que os sujeitos dão às suas ações: a divisão do trabalho, o suicídio ou a vida religiosa seriam explicáveis por fatores externos à subjetividade dos indivíduos, geralmente se referindo a analogias com a manutenção ou disfunção do corpo social. Em segundo lugar, esse tipo de abordagem tem a pretensão de

esgotar a explanação dos fenômenos e, em termos contemporâneos, exaurir as variáveis explicativas causais dos objetos estudados. Por isso mesmo, as intenções disposicionais individuais são com frequência desprezadas, uma vez que tornariam essa tarefa quase impossível. Por outro lado, uma perspectiva “finalista” parece ainda possuir existência em

alguns pensadores sociais do século XIX, nesse caso, muito próxima à ideia de “função”.

Auguste Comte, por exemplo, coloca no coração de sua sociologia uma crítica às explicações teológicas, que, na lei dos três estágios, consta como a forma mais atrasada de entendimento dos fenômenos predominantes em uma sociedade, em que os acontecimentos são explicados por meio de motivação de deuses e entes de natureza espiritual. Esse tipo de explicação dependente da intenção de seres não naturais seria um modo atrasado de explicação supersticiosa e animista para o ideal de uma ciência positiva. A forma teológica só não seria menos desenvolvida que o segundo momento da “leis dos três estágios” de desenvolvimento, marcado pelas explicações metafísicas, estas caracterizadas pela explicação do mundo recorrendo-se a forças abstratas ou entidades mais específicas e intenções personificadas do que aquelas do modelo teológico. Por fim, o modo de pensamento mais avançado caracterizaria o tipo de sociedade da qual Comte pretendia ser uma espécie de apóstolo ou profeta, marcada pelo espírito “positivo”, em que as explicações predominantes do mundo se assentam em conexões regulares baseadas em leis científicas e observáveis empiricamente (KEAT; URRY, 2010, p. 51).

Nesse sentido, o filósofo francês e fundador da sociologia não entende como inadequadas explicações que se referem aos comportamentos funcionais da sociedade como uma espécie de organismo, ou mesmo quando as sociedades ocupam lugares específicos no suposto desenvolvimento linear na história humana, como é típico da concepção positivista ou evolucionista. Nesse tipo de explicação, não é incomum identificar uma espécie de teleologia, de “sentido” a nível macro no processo de desenvolvimento da sociedade (TURNER; ROTH, 2003).

Para o entendimento da forma de explicação sociológica e histórica de Comte, é preciso destacar o lugar especial que o francês dá a disciplinas como a biologia e a sociologia. Para o autor, essas disciplinas seriam mais complexas que outras áreas do conhecimento como a física, a matemática e a astronomia, que se dedicam a objetos que atuam de modo separado e não funcional. Já no caso da biologia e da sociologia,

estariamos falando de dimensões da realidade que se organizam funcionalmente e de modo mais complexo, com as suas partes constituintes sendo explicadas pela função que desempenham na manutenção do todo orgânico ou social e tendo, portanto, a dimensão macro da sociedade ou dos corpos precedência explicativa sobre as suas partes constituintes. Nesse tipo de explicação, segundo Comte, vai-se do todo para as partes — de modo não indutivo, como seria o caso das ciências físicas segundo o pressuposto empiricista de Comte — e, se a explicação causal se confunde com a ideia de “lei” no modelo do “covering law” de Hempel mais de 100 anos depois, como vimos, a explicação causal se confunde em Comte com a ideia de função.

Assim, um sociólogo deveria olhar para os seus objetos, como a religião, as relações de trabalho, a educação, as relações familiares, a organização do Estado, e assim por diante, da mesma maneira que um biólogo observa o funcionamento dos órgãos de um corpo: por meio da função que ele desempenha na manutenção da estrutura da qual faz parte e, sendo esta mesma função o “motivo”, a causa de existir. Assim como a explicação funcional de um órgão como o pulmão, por exemplo, só está completa na medida em que se compreende o seu papel no corpo humano (oxigenação do sangue e eliminação de dióxido de carbono), da mesma maneira, deveria a sociologia explicar a existência de instituições sociais como a escola ou a religião. Por isso mesmo, a abordagem de Comte veio a ser conhecida como “organicismo”.

Com efeito, cada servidor da Humanidade deve sempre ser apreciado sob dois aspectos distintos, embora simultâneos, primeiro, em relação ao seu ofício especial, depois, quanto à harmonia geral. O primeiro dever de todo órgão social consiste, sem dúvida, em bem preencher sua própria função. Mas a boa ordem exige também que cada um assista, tanto quanto possível, à realização dos outros ofícios quaisquer. Semelhante atributo torna-se mesmo o caráter principal do organismo coletivo, em virtude da natureza inteligente e livre de todos os seus agentes (COMTE, 1978, p. 254).

Nesse contexto, o conhecimento empírico científico positivo, junto à lógica, seria a única forma propriamente de conhecimento: um avanço em relação às formas metafísicas, religiosas, sociais, comuns ou intuitivas de saber, que seriam características de formas precedentes de explicação das fases do desenvolvimento histórico e social. A religião, por exemplo, deixava de ser uma portadora da explicação válida, para ser ela mesma explicável por meio do positivismo sociológico, através das funções que exerce no corpo social, independentemente do que pensam os participantes individuais de tais religiões e

cultos. Nesse caso específico, para Comte, a religião teria por função ser a “cola social” que impediria que os indivíduos se desagregassem, reunindo-os em torno de valores morais, políticos e disciplinares, mantendo, então, o caráter comunitário das associações. Tais princípios posteriormente se disseminaram em outras ciências, como a psicologia ou a história, em tentativas similares de encontrar leis gerais de explicação dos fenômenos. Junto a outros teóricos sociais e filósofos por volta do século XIX, influentes ou influenciados pelo positivismo de Comte — como Henri de Saint-Simon, Herbert Spencer, John Stuart Mill, Hippolyte Taine, entre outros — havia uma espécie de grande otimismo em levar os recentes avanços nas ciências, como as descobertas de Charles Darwin, para todas as áreas do saber, inclusive, a sociologia (BOURDEAU, 2018).

O espírito positivo (...) é o único a poder representar convenientemente todas as grandes épocas históricas, como tantas fases determinadas duma mesma evolução fundamental, onde cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, segundo leis invariáveis que fixam sua participação especial na progressão comum, de maneira a sempre permitir, sem maior inconseqüência [sic] do que parcialidade, fazer exata justiça filosófica a qualquer sorte de cooperação (COMTE, 1978, p. 70).

Como se sabe, o principal herdeiro intelectual de Comte na sociologia é Émile Durkheim. No sociólogo francês, analogias entre organismos biológicos e a sociedade possuem ainda duração, como as que se referem ao “normal” e ao “patológico”, e a um tipo mais desenvolvido de solidariedade característico das sociedades modernas, a solidariedade “orgânica”. A divisão do trabalho, por exemplo, não é estudada como um fenômeno em si mesmo, mas com vistas a entendê-la como resultado do aumento do nível de integração e interdependência característico das sociedades modernas. O que ocorre com Durkheim, em comparação com Comte, é que a linguagem utilizada é muito menos ostensivamente evolucionista (TURNER; ROTH, 2003).

Seja como for, importantes aspectos do monismo metodológico de Comte recebem o impulso da sociologia de Durkheim, especialmente no que se refere a compreender que há uma continuidade/idade lógica e metodológica entre a sociologia e as ciências naturais (devendo a sociologia aspirar a um padrão de objetividade semelhante ao delas) e que — o que é fundamental — as causas dos fenômenos sociológicos não se distinguem, em sua natureza e epistemologia, das causas buscadas por outras ciências (WACQUANT, 2019, p. 593).

Assim, Durkheim é, na sociologia clássica, o principal representante do monismo metodológico, na medida em que reivindica que os “fatos sociais devem ser tratados como coisas” e tem, na noção de “variável dependente x variável independente”, um dos aspectos centrais da sua metodologia, como em *O suicídio* (2000). No caso do estudo da solidariedade social, que realiza em *Da divisão do trabalho social* (1999), observemos como a moral e o direito são instrumentos de investigação dos laços sociais e da integração social a partir de um enfoque naturalista metodológico, retirando dessas funções a sua causa explicativa e dando pouca importância ao sentido subjetivo da ação individual.

Mas só podemos conhecer cientificamente as causas pelos efeitos que elas produzem; e, para melhor determinar sua natureza, a ciência apenas escolhe entre esses resultados os que são mais objetivos e que melhor se prestam à medida. Ela estuda o calor através das variações de volume que as mudanças de temperatura produzem nos corpos, a eletricidade através de seus efeitos físico-químicos, a força através do movimento. Por que a solidariedade social seria uma exceção? (DURKHEIM, 1999, p. 33).

No caso de *O Suicídio* (2000), Durkheim também utiliza as taxas suicidógenas para compreender não o suicídio isoladamente, mas a maneira como ele se relaciona com os padrões de integração social — com diferenciações das taxas entre grupos religiosos protestantes e católicos, por exemplo. Em última instância, Durkheim busca elaborar, inclusive, indicadores objetivos de felicidade e integração social, procurando apontar caminhos e consequências práticas de sua pesquisa, um tema que em geral costuma receber um tratamento mais subjetivista e menos pretensamente científico (DURKHEIM, 2000, p. 471).

Na sociologia, Durkheim é influenciado de modo explícito por toda uma tradição intelectual histórica, científica e filosófica do século XIX que tinha a ideia de causa e origem como uma das preocupações centrais — a exemplo de textos como *A origem das espécies*, de Charles Darwin, ou *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Friedrich Engels. No caso de Durkheim, ainda em grande parte por conta da influência de Comte, a “origem” é, de alguma forma, “a função”, tendo a função — com o perdão da repetição — de dar aos fenômenos uma explicação sociológica mais acabada, o que perdurará em graus distintos em obras da última fase da vida, como nas discussões a respeito das representações coletivas em *Algumas formas primitivas de classificação* (1990), ou em *As formas elementares da vida religiosa* (1989), em que a religião é analisada a partir da sua relação com a integração social da vida de uma comunidade.

Durkheim pretende chegar ao máximo possível de explicações generalizantes que não precisem da dimensão subjetiva dos indivíduos e que sejam gerais, exteriores e coercitivas, o que, no seu caso, assume uma forma metodológica mais explícita em *As regras do método sociológico* (2007) por meio da ideia de “fato social”.

Em outra chave, a influência do positivismo de Comte durará ainda algumas décadas, mesmo após a morte de Durkheim, mas agora no movimento filosófico que se convencionou chamar de Círculo de Viena e o programa empirista em filosofia, muito influenciado pelo *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968), de Ludwig Wittgenstein. Tal programa foi encabeçado por filósofos e cientistas que pretendiam atualizar a tradição empirista da filosofia que, segundo eles, era herdeira tanto de Demócrito e Epicuro quanto dos empiristas modernos como Francis Bacon e David Hume. Os principais idealizadores do movimento foram, entre outros, Moritz Schlick, Rudolf Carnap e Otto Neurath, tendo, como alguns de seus principais textos, o manifesto *A concepção científica do mundo* (1929) e o artigo de Carnap intitulado *A superação da metafísica pela análise lógica da linguagem* (1931). O programa empirista do Círculo de Viena tinha duas chaves principais: a valorização da ciência natural e a crítica à metafísica.

Na concepção de ciência do empirismo lógico, as frases e expressões com pretensão de conhecimento só fazem sentido e podem acrescentar algo ao conhecimento já possuído se forem verificáveis empiricamente. Tal pressuposto, que é conhecido também como “verificacionismo”, resultou na crítica e na antipatia dos representantes do Círculo de Viena por qualquer enunciado que não pudesse ser reduzido à dimensão do observacional, levando Schlick a defender que “o significado de uma proposição constitui o método de sua verificação” (SCHLICK, 1936). Isso não é uma afirmação trivial e, se levada a sério, tal concepção encara grande parte da filosofia e de teorias diversas como sendo meramente pertencentes à dimensão dos juízos metafísicos, posto serem de verificação impossível e, apesar de, em algumas circunstâncias, serem capazes de expressar desejos e sentimentos, nada representarem em um sentido científico e filosófico, estando mais próximas da religião (CARNAP, 1931).

O instrumento da separação entre os enunciados verificáveis ou não (os enunciados que possuem valor de verdade ou não) é a análise lógica moderna. Os membros do Círculo de Viena entendiam que a linguagem cotidiana que utilizamos, e essa de que estamos fazendo uso neste momento de maneira escrita, é limitada e pouco útil quando se trata de

resolver problemas filosóficos a respeito de questões como a separação entre ciência e não ciência e a investigação científica propriamente dita. Seria preciso utilizar a linguagem lógica como se utilizam os instrumentos em um laboratório de química. Tal análise restringiria toda a discussão filosófica e epistemológica aos juízos empíricos da ciência, aos juízos analíticos da matemática e à lógica, rejeitando as asserções sobre o mundo empírico realizadas aprioristicamente.

O “teste” do empirismo lógico consistiria em submeter qualquer enunciado de pretensão científica à possibilidade de redução empírica, com vistas a não restar dúvidas de que se tratava de enunciados de fato científicos. Termos aparentemente científicos como “solubilidade”, “fragilidade” e “temperatura” não seriam aceitos como científicos se não passassem no teste de redução empírica. Por exemplo, “água” só é um termo científico porque conseguimos reduzi-lo à composição química de suas moléculas ($H_2O =$ dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio), já “relâmpago” só tem significação científica porque podemos reduzi-lo a uma descarga elétrica, enquanto os genes, por sua vez, são decompostos em sequências específicas de ADN (ácido desoxirribonucleico), e assim sucessivamente (BRITO, 2019).⁷

A partir dessa concepção, o movimento neopositivista recebeu severas críticas, desde a crítica ao que Karl Popper chamou de “indutivismo ingênuo”, ou seja, a crença de que os enunciados científicos não são carregados de pressupostos teóricos, até o problema da autofundamentação do programa e a sua verificabilidade, visto que muito do que afirmavam os neopositivistas não era redutível empiricamente, sendo o mesmo sustentado em bases teóricas e até metafísicas. No que se refere à relação entre as exigências do neopositivismo e a questão da causalidade nas ciências sociais, o programa de Carnap acabou esbarrando no problema da intencionalidade, uma vez que a aplicação da redução empírico-lógica aos enunciados subjetivos é extremamente limitada.

A filosofia da linguagem comum evidenciou (AUSTIN, 1962), posteriormente, que expressões muito comuns nas ciências sociais e na investigação social de maneira geral, em que o valor de verdade dos enunciados é formado por termos como “x deseja que p” ou “x acredita que y”, não são facilmente redutíveis empiricamente. Em termos lógicos, essas proposições não permitiriam o que se conhece como substituição *salva veritate*, em que

⁷ Como veremos mais à frente, o realismo crítico considera a postura do Círculo de Viena como equivocada na medida em que aceita como existente apenas aquilo que ocorre no mundo e é observado pelos indivíduos, deixando de lado aspectos latentes da realidade e fenômenos não observados.

dois termos que se referem ao mesmo fenômeno e são, portanto, correferenciais, podem ser intercambiados sem trocar o valor de verdade da expressão em questão. Em termos sociológicos, expressões que envolvem crenças, desejos, valores, e assim por diante, não poderiam ser compreendidas dispensando a interpretação contextual e intencional do ambiente em que são afirmadas. Vejamos um exemplo⁸:

Édipo quis casar-se com a rainha de Tebas

A rainha de Tebas era sua mãe

Édipo quis casar-se com a sua mãe (?)

Colocada na forma lógica da silogística aristotélica tradicional, não nos parece ser a melhor interpretação da intenção de Édipo a de que ele quisesse casar-se com sua própria mãe, como consta na conclusão do silogismo, quando sabemos que intencionava casar-se com a rainha de Tebas, desconhecendo o seu parentesco materno com ela — tal entendimento é alcançado facilmente pelo mínimo de interpretação da trama da tragédia grega (SÓFOCLES, 2001). Se, na forma lógica, expressões que possuem verbos como “(...) *querer, acreditar, pensar, e refletir sobre*” (HURFORD & HEASLEY, 2004, p. 61) tornam-se equivocadas ou, no mínimo, dúbias, isso traz grandes dificuldades a qualquer pretensão de desprezar a dimensão contextual e significativa da vida social, a intencionalidade, a reflexividade, a inescapabilidade da interpretação, e assim por diante⁹. A dificuldade de formulações naturalizadas de tais expressões que envolvem intencionalidade ou contextos opacos (*opaque context*) traz imensas dificuldades a qualquer perspectiva de naturalismo metodológico, uma vez que as explicações causais que não levem em conta essas dimensões deixariam grande parte da realidade de fora.

Assim, enquanto boa parte das ciências naturais faz uso de uma linguagem “arregimentada”, em que as frases e afirmações independem do contexto, dadas certas condições (p.ex., a água ferve a 100° ao nível do mar, etc.), nas ciências sociais, a dimensão contextual é fundamental. Por exemplo, na frase: “João já está caminhando”, é impossível compreender o sentido se não soubermos a que contexto a frase se refere,

⁸ Agradecemos ao professor André Leclerc por esse exemplo e outras reflexões envolvendo filosofia das ciências e filosofia da linguagem.

⁹ Mesmo a lógica convencional, para funcionar, precisa supor que haja clareza a respeito do contexto, sob o risco de modificar o significado das proposições. Ver: Mortari (2016, p. 30).

podendo estar relacionada a uma série de situações como a de: 1) João ser um idoso que faz caminhadas diárias ao fim do dia, mas que se apressou na presente situação; 2) João é uma criança que está dando os seus primeiros passos; 3) e João é um jovem que sofreu um acidente e, com a fisioterapia, vem recuperando a capacidade de andar, e assim por diante. As condições de verdade dessas frases variam de acordo com o contexto em que estão inseridas e, conseqüentemente, as causas também.

Na pesquisa social contemporânea, alguns dos principais herdeiros do naturalismo metodológico não negam a existência da dimensão intencional, mas advogam que é preciso explicá-la por fatores causais externos ou mais precisos do que a complexidade que envolve a dimensão intencional, para isso fazendo uso agregado da intenção de grandes conjuntos de indivíduos em bancos de dados, por meio de testes estatísticos, mensuração e modelagem de variáveis através de modelos (KING, KEOHANE e VERBA, 1994). A pretensão desses modelos é explicar causalmente objetos como a estabilidade da democracia, a forma de funcionamento das instituições, os padrões de violência, a desigualdade, e assim por diante (DAHL, 1997; INGLEHART e WELZEL, 2005; BECKER, 1964)¹⁰, em grande parte permitido pelo avanço das tecnologias informacionais. As ciências sociais são, para essa tradição, entendidas como a busca por explicações causais objetivas que se assentam em regularidades e capacidade de generalização, superando, então, as abordagens leigas sobre a realidade social.

É preciso destacar, por fim, que a classificação das abordagens é sempre uma tarefa complexa, uma vez que não é possível criar separações rígidas em termos de princípios epistemológicos, mas pode-se distinguir alguns norteadores gerais do modelo naturalista, ou positivista, de investigação, tais como: 1) uma concepção realista a respeito do mundo social e de que as regularidades observadas pelas investigações sociais não são apenas constructos teóricos, mas realidades que existem independentemente da observação (*a real world out there*) e que portanto podem ser estudadas de modo objetivo; 2) o apoio ou aproximações ao modelo-padrão da explicação científica como o de Popper, em que a ciência produz conhecimento através de hipóteses empíricas falseáveis; 3) a concordância com a tese de que juízos de fato devem ser separados de juízos de valor; 4) a distinção entre o contexto de descoberta e o contexto de verificação; 5) e a busca de explicações

¹⁰ Para uma defesa filosófica da lógica naturalista de investigação nas ciências sociais ver: Rudner (1966) e King, Keohane e Verba (1994).

causais generalizantes (MOSES; KNUTSEN, 2007; RUDNER, 1966). Passemos agora para a tradição dualista metodológica.

1.3 Dualismo metodológico e causalidade na tradição interpretativista da sociologia

Do lado daquela tradição que se convencionou chamar de “tradição interpretativista”, ou hermenêutica, com referência central na obra filosófica de Wilhelm Dilthey (2010), uma das preocupações centrais é fornecer uma concepção antinaturalista da investigação social e, portanto, defender um “dualismo” metodológico entre as ciências. No que ficou mais evidente da influência hermenêutica na sociologia de autores como Max Weber e Georg Simmel, a preocupação central deixa de ser as causas como formuladas pela tradição que tinha as ciências naturais como parâmetro, para o interesse pela interpretação (*Verstehen*) das interações sociais de indivíduos dotados de subjetividade, em contraposição ao estudo da natureza, que estaria fundamentalmente interessado na descoberta de causas não reflexivas e em explicações (*Erklären*) como aquelas da concepção monista. Assim, para os autores interpretativistas, a necessidade de um dualismo metodológico não é fruto de um capricho ou preferência teórica, mas a consequência do entendimento de que existiriam diferenças intrínsecas entre os objetos de investigação, bem como a impossibilidade de aplicação do modelo tradicional de explicação da ciência natural no mundo social e, por isso, realizando a consagrada separação entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*).

Enquanto a principal tarefa das ciências naturais é chegar a explicações causais baseadas em leis, a tarefa central das ciências humanas é a compreensão das estruturas organizacionais da vida humana e histórica. (...) Compreender o significado dos eventos históricos humanos exige ser capaz de organizá-los em seus contextos próprios articulando-os às uniformidades estruturais que podem ser encontradas dessa maneira (MAKKREEL, 2016, s/n, tradução nossa¹¹).

Assim, a contraposição hermenêutica à concepção de unidade metodológica e linguística entre as empreitadas de investigação nas ciências naturais e sociais, como proposto pelo positivismo sociológico posteriormente, levará filósofos como Wilhelm

¹¹ No original: “Whereas the main task of the natural sciences is to arrive at law-based causal explanations, the core task of the human sciences is the understanding of the organizational structures of human and historical life. (...) Understanding the meaning of human historical events requires being able to organize them in their proper contexts and to articulate the structural uniformities that can be found in this way”.

Dilthey (2010, p. 28), já antes da querela em torno do positivismo, a distinguir epistemologicamente as duas formas de conhecimento. Tendo em vista a separação entre mente e corpo, na medida em que os estados psíquicos devem ser vistos como “(...) uma transformação, na qual a ligação entre o material e o espiritual se subtrai à apreensão causal (...)”, afirma existir uma espécie de dupla relação do ser humano com a natureza:

De acordo com isso, pode-se fixar o grau de legitimidade que cabe às teorias de Comte e Herbert Spencer sobre a posição dessas ciências na hierarquia por eles apresentada da ciência como um todo. (...) Os fatos da natureza formam as condições inferiores da vida espiritual. Justamente porque o reino das pessoas ou a sociedade humana e a história são o fenômeno mais elevado dentre os fenômenos do mundo empírico terreno, o seu conhecimento necessita em inúmeros pontos do conhecimento do sistema de pressupostos que são estabelecidos no todo da natureza para o seu desenvolvimento. E, em verdade, o homem, de acordo com a sua posição assim exposta na conexão causal da natureza, é condicionado pela natureza em uma *dupla relação*. (...) E, com isso, nós mesmos estamos onde *queremos*, onde atuamos sobre a natureza justamente porque não somos forças cegas, mas vontades, que fixam seus fins refletindo, em dependência ante a conexão da natureza (DILTHEY, 2010, p. 29, grifos do autor).

Assim, apesar dessa “dupla relação” do homem com a natureza, não há na tradição hermenêutica um sentido ou propósito nos fenômenos sociais que não aqueles motivados pela ação individual, diferentemente das concepções funcionalistas predecessoras. Aqui, qualquer fim não é mais aquele “da sociedade” como corpo social, mas o resultado de ações individuais que devem ser compreendidas interpretativamente pelos investigadores sociais em seus contextos históricos¹².

Seja como for, apesar da grande importância de Dilthey, é tarefa complicada localizar historicamente a origem da tradição hermenêutica, sendo mesmo anterior à idade moderna. Há quem a associe às discussões interpretativas sobre a Bíblia, a textos jurídicos e até à filosofia da Grécia antiga, com toda a discussão que envolve a interpretação dos oráculos, mitos e livros homéricos (MANTZAVINOS, 2016). É no século XIX, no entanto, como uma reação ao influente positivismo do período, que a tradição hermenêutica filosófica, nos seus desdobramentos sociológicos, começará a tomar a forma que nos interessa mais diretamente aqui, ao se contrapor a pensadores empiristas como John Stuart Mill, para quem “o estado atrasado das ciências morais só pode ser remediado

¹² O que não quer dizer, por outro lado, que haja entre os interpretativistas uma completa desconsideração da dimensão estrutural ou de que não tenham existido tentativas de estabelecer uma espécie de “equilíbrio” entre abordagens individualistas, como foi elaborado pela economia marginalista, por exemplo (TURNER; ROTH, 2003).

aplicando-lhes os métodos da ciência física, sendo-lhes devidamente estendidos e generalizados” (MILL, 1974, p. 833, tradução nossa¹³).

É a ideia de “círculo hermenêutico”, desenvolvida pelo teólogo e filósofo alemão Friedrich Schleiermacher entre os séculos XVIII e XIX, que servirá como uma das principais concepções da tarefa interpretativa voltada a textos escritos. A compreensão de Schleiermacher é que a adequada compreensão dos textos se dá em um movimento que vai das partes ao todo e, do todo às partes:

Esta é uma forma de tentar expressar o que tem sido chamado de “círculo hermenêutico”. O que estamos tentando estabelecer é uma certa leitura do texto ou das expressões, e o que apelamos como base para essa leitura só pode ser outras leituras. O círculo também pode ser colocado em termos de relações parte-todo: tentamos estabelecer uma leitura para o texto inteiro, e para isso recorremos a leituras das suas expressões parciais; e, no entanto, porque estamos lidando com o significado, com a criação de sentido, onde as expressões só fazem sentido ou não em relação a outras, as leituras das expressões parciais dependem das outras e, em última análise, do todo (TAYLOR, 1971, p. 6, tradução nossa¹⁴).

Nesse sentido, o raciocínio é o de que, se a interpretação do significado de textos jurídicos e bíblicos exige uma relação complexa entre as partes e o todo, as intenções do autor, o contexto de escrita, o desenrolar da trama, etc., a interpretação do significado das intenções e relações sociais também pode ser beneficiada com essa forma de exegese, dado que as ações humanas, no decorrer da história, podem ser compreendidas na relação dos sujeitos com o seu ambiente social. Nessa compreensão, as explicações sociais na verdade seriam interpretações das interpretações dos sujeitos sobre o mundo, e não a análise de “dados brutos” (TAYLOR, 1980). A partir desse entendimento, outros hermeneutas, como o neokantiano Wilhelm Windelband, elaborarão outra distinção fundamentada na crítica do naturalismo metodológico, distinguindo as ciências “nomotéticas”, preocupadas com o estabelecimento de leis (*nomos*) e as disciplinas “idiográficas”, voltadas especialmente ao registro e descrição das particularidades da história humana.

¹³ No original: “The backward state of the Moral Sciences can only be remedied by applying to them the methods of Physical Science, duly extended and generalized” (MILL, 1974, p. 833).

¹⁴ No original: “This is one way of trying to express what has been called the “hermeneutical circle”. What we are trying to establish is a certain reading of text or expressions, and what we appeal to as our grounds for this reading can only be other readings. The circle can also be put in terms of part-whole relations: we are trying to establish a reading for the whole text, and for this we appeal to readings of its partial expressions; and yet because we are dealing with meaning, with making sense, where expressions only make sense or not in relation to others, the readings of partial expressions depend on those of others, and ultimately of the whole”.

No limite, alguns membros da tradição hermenêutica rejeitaram não só a ideia de que as ciências humanas deveriam buscar “leis” explicativas, mas também qualquer explicação causal, uma vez que, como discutimos no primeiro tópico deste capítulo, a ideia de causa se confunde com frequência com lei ou previsão em muitas das concepções consagradas da tradição naturalista (VON WRIGHT, 1971). Nesse sentido, duas são as ideias principais legadas pelo impulso intelectual de Dilthey (PETERS, 2018) e que nos interessa aqui diretamente a respeito da questão do dualismo metodológico e da causalidade. Em primeiro lugar, o entendimento de que a compreensão interpretativa e a explicação causal não só são distintas, mas inconciliáveis, como chegou a defender na forma mais radical a respeito dessa questão autores como Peter Winch (WINCH, 1970).

Em segundo lugar, esta é uma ideia mais amplamente disseminada na tradição interpretativista, a defesa de que a “compreensão” exige alguma forma de revivência (*Nachleben*) dos estados subjetivos dos indivíduos ou textos investigados, com necessidade de uma característica de suspensão do juízo e atenção dedicada ao ponto de vista do sujeito que é objeto de investigação. Aqui, se por um lado a investigação se torna mais suscetível a posturas relativistas, por outro, pode ser entendida como uma forma de aquisição de conhecimento seguro, inclusive, com vantagem sobre a investigação da natureza, formada por objetos que nos são inteiramente estranhos e inacessíveis em um sentido psicológico/intencional. Efeitos desse impulso interpretativo parecem ser a tônica predominante da sociologia contemporânea e encontra pontos claramente reconhecíveis na reivindicação de etnografias densas e exaustivas como aquelas propostas por Clifford Geertz (2008) e o papel da empatia (*Einfühlung*) nesse processo.

À ideia da “descrição densa”, de autores como Geertz, se ligam outros princípios da tradição interpretativista, como a de que conhecimento descritivo não é apenas uma etapa da investigação que precederia o levantamento de hipóteses ou descobertas de generalizações, mas uma dimensão da investigação que possui valor por si mesma, assim como reflexões constantes sobre os limites da objetividade, o lugar do observador no processo de investigação e o impacto ético/político das investigações naquele ambiente tomado como objeto de estudo (MOSES; KNUTSEN, 2007).

Se, no monismo metodológico, a sociologia de Émile Durkheim ocupa uma posição proeminente, o herdeiro mais influente da tradição hermenêutica na sociologia é Max Weber. O sociólogo alemão formulará, em termos sociológicos, o que ficou conhecido

como sociologia compreensiva, em que a investigação da realidade social tem como objeto privilegiado a ação social subjetivamente visada dos indivíduos “no seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2000, 1973). Se, por um lado, Weber rejeita explicações monocausais, a exemplo de explicações monocausais materialistas, ao mesmo tempo não nega a sua influência nos fenômenos sócio-históricos e, no que se refere à lógica da causalidade na explicação interpretativa, formulará uma concepção que, ao mesmo tempo que rejeita os padrões de exigência da epistemologia naturalista a respeito da causalidade, não a descarta *in toto* no que se refere à investigação social. A compreensão (*Verstehen*) teria por interesse compreender para explicar causalmente, mesmo que essas causas não esgotem as variáveis dos fenômenos, entendendo, assim, a investigação social como uma tarefa inesgotável (GUSMÃO, 2000).

Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1967), por exemplo, Weber faz uso, assim como Durkheim, da noção de variáveis explicativas, posto que o “espírito” do capitalismo moderno possui em sua obra o papel de variável dependente, com vistas a ser explicada pela ética ascética protestante do século XVI, tomada nesse contexto como variável independente — no entanto a forma causal explicativa é distinta. Sintetizando a explicação do sociólogo alemão, o enriquecimento das seitas protestantes estudadas por Weber era visto como prova do correto seguimento da vocação pelos seus membros, colhendo os frutos financeiros do trabalho como um sinal do bom caminho para a salvação, ao mesmo tempo que, em um movimento de consequência não intencional da ação intencional, funcionava de modo a aumentar os níveis de poupança via restrição do consumo — posteriormente contribuindo para o financiamento da indústria capitalista moderna e criação do seu “ethos” típico. Tal explicação, no entanto, não é para Weber a explicação “final” para a emergência do capitalismo, possuindo um caráter menos determinista do que as variáveis durkheimianas, mas sendo um, entre outros fatores causais em interação, de dimensões tanto materiais como “espirituais”.

Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o *efetivo* alcance da significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe, contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente ‘materialista’ da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. *Ambas são igualmente possíveis*, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser não a *etapa preliminar*, mas a *conclusão* da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica (WEBER, 2007, p. 167, grifos do autor).

O contraste com Durkheim nesse ponto não poderia ser maior, uma vez que para Weber a explicação causal de fenômenos sócio-históricos como o da emergência do capitalismo tanto pode ser localizada no sentido individual da ação, como não pretende esgotar explicativamente o fenômeno, ao contrário de Durkheim, para quem cada fenômeno possui uma causa específica. Em *As regras do método sociológico* (2007), os aspectos que caracterizam os fatos sociais são os de que eles seriam exteriores, coercitivos e gerais em relação aos indivíduos, isto significando que a sociologia poderia ser realizada tratando esses fatos sociais como objetos em seu conjunto de regularidades e causas, ou seja, como “coisas” — nessa forma de explicação o grupo social e as instituições possuiriam precedência lógica-epistemológica.

Já em seu *A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política* (1973) Weber discutirá como a economia política se desenvolveu com a pretensão de ser não só uma maneira de conhecer a realidade, mas também uma técnica que, a partir de leis gerais, seria capaz de fornecer “remédios” aos problemas identificados. Parece-me que essas posições em economia política, e mesmo em algum grau na sociologia de Durkheim, são dotadas de um duplo otimismo não compartilhado pelo sociólogo alemão: primeiro, um otimismo metodológico quanto ao grau de objetividade possível na investigação do mundo social, encontrando explicações causais transcontextuais generalizáveis aos objetos investigados; e, segundo, um otimismo político quanto à capacidade de, a partir de tais generalizações, intervir na realidade sugerindo alterações, fazendo diagnósticos sobre o “atraso” ou “avanço” de certo conjunto de relações, e assim por diante. Isso teria sido mais comum naquelas ciências naturais que possuem uma aproximação maior com valores morais e éticos, segundo Weber, como é o caso da medicina e da tecnologia (WEBER, 1973, p. 134).

A principal crítica de Weber, quanto às consequências de tais expectativas a respeito da investigação objetiva da realidade, são principalmente metodológicas. Segundo o alemão, dada a natureza do mundo social, é impensável imaginar um grau de objetividade como aquele alcançado pelas ciências físicas, químicas ou biológicas. O que pode fazer o investigador social é lançar luz sobre um complexo emaranhado de causas e sentidos que permeiam o mundo social, para isso, fazendo uso do expediente metodológico do “tipo ideal”. Não sendo possível tal conhecimento, caberia ao investigador trilhar um longo percurso, que vai da “acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista”

acerca de um objeto até a “(...) tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal (...)” (WEBER, 1973, p. 136 e 137).

Nesse sentido, o tipo ideal, não devendo ser confundido com qualquer espécie de “dever ser”, é útil na investigação objetiva da realidade na medida em que funciona como um meio de conhecimento. Mas o tipo ideal não é por isso uma “nova ferramenta metodológica” apresentada pelo sociólogo alemão, mas uma forma de conhecimento já utilizada por historiadores para falar de “individualismo”, “mercantilismo”, “colonialismo”, mas também, ousaria acrescentar, de modo não acadêmico e corriqueiro por todos nós, para falar de maneira geral “dos estudantes de sociologia”, “dos moradores da rua frente”, “das pessoas que frequentam o supermercado x”, e assim por diante (WEBER, 1973, p. 139). Assim, o tipo ideal, em graus diversos de estudo e detalhamento, está presente tanto no “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, ou nos *quakers*, estudados por Weber, como nas conversas mais comezinhas das calçadas de cidades do interior. Se a sociologia de Durkheim é marcada por explicações monocausais, em que um efeito deve sempre vir da mesma causa, e, havendo mais de uma causa aparente, devemos nos esforçar para distinguir os objetos, como os tipos de suicídio, tipos de solidariedade, e assim por diante. Na sociologia de Weber a objetividade não exige monocausalidades, abrindo o leque de investigação social a uma quantidade ilimitada de objetos e relações.

Assim, Weber procura explicar, por meio do método compreensivo, um dos fatores causais de um fenômeno de grande magnitude, deixando espaço para aprofundamentos futuros para outros pesquisadores abordarem outras dimensões do mesmo fenômeno – como de fato ocorreu, por exemplo, em Merton (2013). De fato, entre os clássicos da sociologia e, inclusive, alguns contemporâneos, Weber parece ter a noção mais completa da noção de causa na explicação sociológica. Ao fim da tese, discutiremos a maneira como o realismo crítico aprofunda essa discussão realizando uma crítica ontológica à concepção positivista de causa. Uma das principais diferenças em relação a Weber, no entanto, consiste na maneira como os realistas críticos consideram que os conceitos coletivos que se referem às estruturas podem possuir, assim como os indivíduos, existências reais, e não apenas nominais, como conceitos úteis à investigação.

Se o *Tractatus lógico-Philosophicus* (1968 [1921]) de Wittgenstein exerceu grande influência no programa empirista do Círculo de Viena, igualmente influente foi o “segundo

Wittgenstein”, das *Investigações filosóficas* (1999), na tradição hermenêutica ou interpretativista, em especial as suas reflexões sobre o caráter social da linguagem. O segundo Wittgenstein se opõe à possibilidade expressa em concepções de filósofos como Gottlob Frege e Bertrand Russell de elaborar uma linguagem lógica nova, destituída de qualquer imprecisão para tratar das questões filosóficas. A concepção de Wittgenstein pensa a linguagem como uma forma de vida (*Lebensform*), e não somente como um instrumento de nomeação e descrição do mundo, como consta na “ideia agostiniana da linguagem” dos lógicos do século XX.

No entendimento de Wittgenstein, a vida social é compreendida como perpassada por uma série de “jogos de linguagem” que constroem essas realidades e se transformam historicamente, por meio de alterações na semântica e, na sintaxe, por meio do uso não necessariamente literal dos termos. Assim, em vez de assumir uma posição normativa ou fundacionista ante a linguagem, caberia aos filósofos compreender e descrever os usos que se fazem da língua nos jogos sociais e em seus contextos de interação, entendendo-se as regras seguidas como hábitos sociais, e não como regras fixas da linguagem lógica normativa.

(...) Não pode ser que apenas uma pessoa tenha, uma única vez, seguido uma regra. Não é possível que apenas uma única vez tenha sido feita uma comunicação, dada ou compreendida uma ordem etc. - seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são hábitos (costumes, instituições) (WITTGENSTEIN, 1999, p. 92).

A influência da tradição interpretativista na sociologia mais recente é notável em autores como Erving Goffman, que realiza uma sociologia interessada na vida quotidiana e na dimensão microsociológica e de interação entre indivíduos (GOFFMAN, 2006); ou nas pesquisas de Harold Garfinkel, “levando a sério os relatos sociais individuais”, a partir dos significados atribuídos por eles e menos com as formas estruturais à maneira do estrutural funcionalismo (GARFINKEL, 2006). Em outros sociólogos do “novo movimento teórico” (1987) como Anthony Giddens, como veremos no próximo capítulo, e Pierre Bourdieu (1998), é bastante clara, preocupando-se com a relação entre a linguagem e o exercício do poder simbólico. Assim como também o é em Jürgen Habermas (2012a, 2012b, 1988) — com preocupações a respeito da construção de comunicações consensuais e da sua relação com a democracia, aproximando a teoria social da teoria da linguagem comum e da perspectiva hermenêutica.

Tal concepção de linguagem e das formas de vida impactam diretamente na compreensão da forma da explicação causal na investigação social e no problema do naturalismo. Poderíamos dizer que, nessa tradição, as explicações causais vão de um espectro de rejeição da explicação causal no âmbito da investigação interpretativa, a exemplo de Winch (1970), até uma concepção matizada de causa, como em Weber, distante do comprometimento com relações invariantes como quiseram as primeiras versões do naturalismo metodológico. Esse gradiente na tradição interpretativista aproxima, em alguns momentos, a investigação social com pretensões científicas de outras formas de conhecimento, como a literatura, não apenas como objeto de interesse sociológico, como na sociologia da literatura, mas como recurso empático em si mesmo de compreensão do mundo social e das suas relações.

Tendo como pressuposto básico a característica significativa das ações humanas, a literatura, em muitas circunstâncias, possui tanto a capacidade de ser um ponto de partida de investigadores sociais na descrição da realidade como ser ela mesma recurso empírico de caracterização das relações sociais, produzindo, então, conhecimento empírico em pé de igualdade com as ciências sociais ou, inclusive, as superando (GUSMÃO, 2015). É assim que Tzvetan Todorov (2009) argumenta a favor da maneira como a literatura compartilha com outras áreas das humanidades um interesse pelo universo humano, fazendo, para isso, uso da “empatia”; ou de como a literatura pode ser um ponto de partida e instrumento de conhecimento de investigadores sociais¹⁵:

(...) nessa perspectiva, o historiador, o etnógrafo e o jornalista se veem ao lado do romancista. Todos participam do que Kant, no famoso capítulo da *Crítica da Faculdade do Juízo*, considerava como um passo obrigatório no caminho para o “senso comum”, ou seja, para nossa própria humanidade: “Pensar colocando-se no lugar de todo e qualquer ser humano.” Pensar e sentir adotando o ponto de vista dos outros, pessoas reais ou personagens literárias, é o único meio de tender à universalidade e nos permite cumprir nossa vocação (TODOROV, 2009, p. 82).

Sendo o objeto da literatura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano. Que melhor introdução à compreensão das paixões e dos comportamentos humanos do que uma imersão na obra dos grandes escritores que se dedicam a essa tarefa há milênios? E, de imediato: que melhor preparação pode haver para todas as profissões baseadas nas relações humanas? Se entendermos assim a literatura e orientarmos dessa maneira o seu ensino, que ajuda mais preciosa poderia encontrar o futuro estudante de direito ou de

¹⁵ Parece-me que o realismo crítico fornece ideias interessantes no sentido de compreender a maneira como a literatura contribui com o conhecimento social. Teremos ocasião mais à frente de introduzir algo nesse sentido.

ciências políticas, o futuro assistente social ou psicoterapeuta, o historiador ou o sociólogo? Ter como professores Shakespeare e Sófocles, Dostoiévski e Proust não é tirar proveito de um ensino excepcional? (TODOROV, 2009, p. 93).

A título de exemplo, vejamos como a percepção pessoal da mudança social no personagem “Seu Ribeiro”, de Graciliano Ramos, em “São Bernardo” (2021), aborda aspectos da modernização também explicados por Marx, Durkheim e Weber, mas aqui com o enfoque na decadência do patriarcado rural brasileiro:

“Seu Ribeiro tinha setenta anos e era infeliz, mas havia sido moço e feliz. Na povoação onde ele morava os homens descobriam-se ao visitá-lo e as mulheres baixavam a cabeça e diziam: Louvado seja o nosso senhor Jesus Cristo, seu Major. Quando alguém recebia cartas, ia pedir-lhe a tradução delas. Seu Ribeiro lia as cartas, conhecia os segredos, era considerado e major. Se dois vizinhos brigavam por terra, seu Ribeiro chamava-os, estudava o caso, traçava as fronteiras e impedia que os contendores se grudassem. Todos acreditavam na sabedoria do Major. (...) Acontecia às vezes que uma dessas criaturas inocentes aparecia morta a cacete ou a faca. Seu Ribeiro, que era justo, procurava o matador, amarrava-o, levava-o para a cadeia da cidade. E a família do defunto ficava sob a proteção do major. (...) O Major decidia, ninguém apelava, a decisão do Major era um prego. Não havia soldados no lugar, nem havia juiz. E como o vigário residia longe, a mulher do seu Ribeiro rezava o terço e contava histórias de santos às crianças. (...) Ora, essas coisas se passaram antigamente. Mudou tudo, gente nasceu, gente morreu, os afilhados do Major foram para o serviço militar, em estrada de ferro. O povoado transformou-se em vila, a vila transformou-se em cidade, com chefe político, juiz de direito, promotor e delegado de polícia. Trouxeram máquinas e bolandeira do major parou. Veio o Vigário, que fechou a capela e construiu uma igreja bonita. As histórias dos santos morreram na memória das crianças. Chegou o médico, não acreditava nos santos. A mulher do seu Ribeiro entristeceu, emagreceu e finou-se. O advogado abriu consultório, a sabedoria do Major encolheu-se e surgiram no foro numerosas questões. Efetivamente, a cidade teve um processo rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de boi deixaram de chiar os caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E os impostos” (RAMOS, 2019, p. 41-44).

Voltando à discussão que vínhamos travando, o gradiente de posições e tradições epistemológicas e metodológicas em torno da forma da explicação causal nas ciências sociais é infundável. A mesma lógica se repete, por exemplo, na conhecida divisão entre métodos quantitativos e qualitativos. Em geral, a existência de tabelas, gráficos, modelagem estatística e questionários é o suficiente para classificar uma pesquisa de “quantitativa”; e entrevistas, etnografias com trabalho de campo e análises de textos para chamar uma pesquisa de “qualitativa”. Tais diferenças metodológicas possuem ressonância com o debate acerca do naturalismo, que opõe monistas e dualistas metodológicos entre os procedimentos das pesquisas “quanti” e “quali”.

Enquanto a expectativa das pesquisas quantitativas — especialmente aquelas que utilizam estatística inferencial, por meio de testes e modelos estatísticos — geralmente é chegar a explicações causais em um nível macro, as pesquisas qualitativas tendem a buscar explorar o significado da ação em um contexto específico de atuação dos indivíduos, deixando de lado expectativas explicativas e centrando-se na “compreensão”. Se não podemos ser categóricos e afirmar que tais distinções sempre acompanham a separação entre métodos, não podemos negar que existe certa afinidade ou tendência de essa divisão de expectativas acompanhar a divisão metodológica¹⁶.

Nesse sentido, não raras vezes, objetos iguais de pesquisa chegam a resultados distintos com métodos distintos de investigação. Para ficar em apenas um exemplo, podemos citar a investigação em São Paulo sobre se haveria ou não responsabilidade do grupo criminoso organizado PCC (Primeiro Comando da Capital) na redução dos homicídios no Estado nos anos 2000. Enquanto as pesquisas qualitativas e etnográficas apontam para a maneira como o PCC monopolizou a violência nas periferias, fazendo cair a taxa geral de homicídios, as pesquisas quantitativas baseados em modelos matemáticos sofisticados não encontraram a “variável PCC” como significativa, atribuindo a queda dos homicídios à atuação do Estado (DIAS, 2011; WILLIS, 2015; FELTRAN, 2010; JUSTOS; KAHN; CERQUEIRA; 2016)¹⁷.

¹⁶ Certa feita, presenciei uma discussão entre dois pesquisadores a respeito da sociologia de Max Weber. De um lado da discussão, havia um pesquisador adepto da forma mais matematizada da sociologia, que se fundamenta no “cruzamento” de grandes quantidades de dados, através de sofisticados modelos matemáticos com vistas a encontrar correlações estatísticas significativas, respeitando o “R²” e o “Desvio Padrão”. Do outro lado da discussão, estava um professor adepto dos métodos qualitativos de investigação sociológica, acostumado a realizar entrevistas em profundidade e etnografias. O motivo da discussão era, creiam-me, se Weber era “de fato” um sociólogo, ou não, e se não seria o caso de considerá-lo, no fundo, um “analista cultural”. Do ponto de vista do pesquisador adepto dos métodos quantitativos e da aplicação de modelos matemáticos na investigação social, Weber não seria de fato um “cientista” do social na medida em que não havia nas suas formulações sobre “A ética protestante...”, por exemplo, uma delimitação clara do modelo a ser utilizado, do grau de causalidade que “A ética protestante” teria sob o “espírito moderno do capitalismo moderno”; de quanto da variável dependente seria explicado pela variável independente e assim por diante. Já para o pesquisador acostumado com os métodos qualitativos, a afirmação do primeiro pesquisador era um disparate, sendo a sociologia de Weber um exemplo paradigmático da pesquisa sociológica. Fica claro que a discussão aqui não diz respeito simplesmente a métodos, mas a uma concepção fundamental sobre o mundo social e os métodos convenientes para estudá-lo, sobre os limites que podem alcançar tal investigação, dada a natureza do mundo social e seu grau de fixidez, regularidade e significação e o uso dessa concepção para analisar teorias vizinhas. As diferenças epistemológicas que temos discutido nesta tese envolvem com frequência esse tipo de dimensão relacional: o que é “ciência” ou “positivismo” depende, em algum grau, da própria perspectiva em que se analisa, o que contribui para complexificar ainda mais a discussão.

¹⁷ Para uma discussão sobre alguns aspectos dos fundamentos epistemológicos das metodologias quantitativas e qualitativas, especialmente na questão da sociologia da violência, tivemos a ocasião de realizar já algumas pesquisas. Consultar: Brito (2019) e Brito e Barreira (2022).

No caso da distinção entre métodos quantitativos e qualitativos, podemos elencar alguns fatores, por meio de manuais, por exemplo, em que as diferentes expectativas epistemológicas e metodológicas ficam em evidência. De um lado, é comum que a metodologia quantitativa se inspire em experimentos naturais como um ideal de pesquisa, e é nesse sentido que a comparação de contrafactuais (colocando lado a lado grupos estatísticos semelhantes) procura encontrar o efeito específico de uma variável sob o restante do grupo. Em grande medida, as regressões estatísticas se fundamentam nessa expectativa e em pressupostos comuns às ciências naturais, como a distribuição normal dos dados (curva em sino), e assim por diante (BABBIE, 2003, p. 56).

Em outro sentido, a pesquisa qualitativa teria como objetivo uma descrição exaustiva das relações em estudo, possibilitada pela familiaridade e constância no campo, buscando aquilo que Clifford Geertz (2008) chamou de “descrição densa”. A ideia central seria a de que “o que ocorre” no mundo social deve ser observado nas relações, e não em fatores exteriores, muitas vezes estranhos à ação individual. Além disso, em vez de procurar por generalizações externas, para além dos objetos pesquisados, com “explicações não intuitivas”, a pesquisa qualitativa tende a centrar a sua análise na dimensão narrativa e específica, valorizando mais o que já é de conhecimento dos indivíduos investigados do que propriamente o que poderia ser “descoberto”.¹⁸ É comum esse tipo de perspectiva em análises de discurso, por exemplo, e etnografias de uma maneira geral. Esta citação de manual de pesquisa comprovaria isso:

Os analistas de discurso estão interessados nos textos em si mesmos, em vez de considerá-los como um meio de “chegar a” alguma realidade que é pensada como existindo por detrás do discurso – seja ela social, psicológica ou material. Este enfoque separa claramente analistas de discurso de alguns outros cientistas sociais, cujo interesse na linguagem é geralmente limitado a descobrir “o que realmente aconteceu”, ou qual é realmente a atitude de um indivíduo com respeito a X, Y ou Z. Ao invés de ver o discurso como um caminho para outra

¹⁸ Nos primeiros meses após ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, vindo do interior do Estado, assisti junto a um colega que vinha da periferia da capital cearense, uma palestra sobre “As relações sociais perpassadas pela violência na periferia de Fortaleza”. Findada a apresentação, ele me confidenciou em um misto de surpresa e riso que “Tudo o que foi apresentado eu já sabia”. Há muitas maneiras de interpretar a declaração do meu colega e essas interpretações se ligam diretamente com concepções epistemológicas e ontológicas a respeito da investigação social. Se aceitarmos o paradigma “revelador” de ciência social que tem uma herança mais próxima da tradição positivista, a declaração seria certamente um sintoma da falta de qualidade e relevância da pesquisa realizada, uma vez que não acrescenta nada ao “que já se sabe”. Já de um ponto de vista hermenêuticamente orientado, a declaração é, pelo contrário, um sinal da qualidade da pesquisa, uma vez que tem ressonância e reconhecimento daqueles que estão inseridos naquele ambiente e são, inclusive, objeto de investigação.

realidade, os analistas de discurso estão interessados no conteúdo e na organização dos textos (BAUER & GASKELL, 2002, p. 247).

Em síntese, como temos abordado neste tópico, as discussões e concepções distintas a respeito da causalidade na investigação social são intermináveis, separando tradições e teorias. Muitas outras discussões e debates orbitam em torno do problema da forma causal da explicação sociológica e do problema do naturalismo que, dados os limites desta tese, não poderemos discutir aqui. Mas, a título de exemplo, podemos citar a discussão, nas décadas de 60 e 70, “Em torno do positivismo na sociologia alemã”, tendo como expoentes Karl Popper e Hans Albert e membros da escola de Frankfurt como Theodor Adorno e Jürgen Habermas (ADORNO, T. W.; POPPER, K. R.; DAHRENDORF, R.; HABERMAS, J.; ALBERT, H.; PILOT, H. 1973 [1969]); as discussões de Ludwik Fleck (2012) sobre a diversidade das ciências; C. P. Snow (1995) e Wolf Lepenies (1996) sobre “as duas culturas” e “as três culturas” (1996), respectivamente, e assim por diante. Pelas limitações de uma pesquisa como a que estamos realizando, não poderemos nos aprofundar nessas e em outras questões.

Nesse contexto, como superar essas divisões que opõem recorrentemente duas lógicas de investigação social? Elas são superáveis e é desejável procurarmos por formulações que realizem a tarefa de pôr fim às separações entre objetivismo e subjetivismo, quantitativo e qualitativo e, especialmente, interpretação compreensiva e explicação causal? Em algumas correntes da sociologia contemporânea, há um entendimento de que os problemas teóricos da sociologia exigem uma rediscussão das suas entidades básicas constituintes e das relações que travam entre si, ou seja, que a ontologia pode contribuir no esclarecimento de diversas questões, entre elas a questão epistemológica a respeito da causalidade nas ciências sociais. O pressuposto é o seguinte: se pudermos compreender mais adequadamente em que consistem as estruturas sociais e no que consiste a agência, suas características, limites e natureza, podemos ter mais chances de entender qual é a melhor forma de explicá-las e investigá-las. Na sociologia contemporânea da virada do século, os esforços caminham para integrar agência e estrutura nesse propósito, superando as oposições teóricas entre “indivíduo” e “sociedade”.

Uma esquematização possível dessas propostas é, de um lado, aquela proposta pelos “estruturacionistas”, com destaque para Pierre Bourdieu (2007a, 2007b) e Anthony Giddens (1996, 2009, 2018), para quem tanto a estrutura como a agência são importantes

na explicação sociológica e não devem ser radicalmente separadas ontologicamente. E, por outro lado, há o recente grupo dos “pós-estruturacionistas”, de autores como Margareth Archer, Roy Bhaskar, Dave Elder-Vass e outros realistas críticos que também ressaltam a importância da agência e da estrutura, mas entendem que as duas instâncias devem ser distinguidas em suas dimensões causais, defendendo que as propostas estruturacionistas caem no erro de confundir ou “fundir” inadequadamente as duas dimensões, fornecendo uma concepção limitada a respeito da causalidade na investigação social. Essa separação se refere não só a querelas no âmbito teórico em geral, mas especialmente ontológico acerca do que existe e do que não existe no mundo social e do poder causal que os indivíduos e os grupos sociais possuem como entidades do mundo, repercutindo, como é de se esperar, em compreensões epistemológicas a respeito da melhor maneira de se investigar a realidade social (PARKER, 2000, *apud* ELDER-VASS, 2010, p. 4).

No próximo capítulo, discutiremos a proposta estruturacionista de Anthony Giddens e a sua teoria da estruturação como um exemplo paradigmático da integração entre agência e estrutura do “novo movimento teórico”. O autor de *A constituição da sociedade* coloca a ontologia no centro da teoria social e, por isso, serve adequadamente aos nossos propósitos de compreender a relação entre ontologia social e o problema do naturalismo. Posteriormente, nos dedicaremos ao recente movimento teórico do realismo crítico. A discussão ontológica a respeito da relação entre estrutura e agência que exploraremos nesses autores será guiada pela relação que possui de modo direto ou indireto com a questão da causalidade na investigação social e do problema do naturalismo metodológico. Parece-nos que os autores mencionados acima fornecem importantes pistas para uma caracterização mais adequada a respeito da causalidade na investigação social, sendo, no caso da corrente do realismo crítico, o modelo-padrão de causa que exploramos no tópico 1.1, um alvo central de crítica.

Sobre a escolha desses autores, é preciso destacar que influi sobremaneira, além da qualidade analítica no tratamento do tema, o alto grau de crítica e diálogo entre eles. Margareth Archer constrói grande parte da sua teoria da morfogênese nos distanciamentos e aproximações com a teoria da estruturação de Anthony Giddens. Em sequência, Elder-Vass, o mais jovem deles, realiza uma discussão atenta ao “*odd couple*” (KING, 2010) da sociologia britânica e, mais do que isso, realiza importantes esclarecimentos sobre os fundamentos teóricos e filosóficos das ciências sociais a partir das formulações de Roy

Bhaskar, ajudando a esclarecer a questão que mais nos interessa nesta tese: o problema epistemológico da causalidade nas ciências sociais e suas reformulações ontológicas recentes.

CAPÍTULO 2. O problema do naturalismo e a ontologia na sociologia contemporânea: a teoria da estruturação de Anthony Giddens.

Quando nos referimos a uma discussão no âmbito da ontologia social, estamos tratando de uma questão a respeito dos constituintes básicos da realidade social, que são objeto do interesse metodológico e epistemológico. Damos um passo atrás e nos perguntamos sobre aquilo a que as teorias fazem referência e o que dessa realidade existe e não existe – e de que forma existe ou não existe. Portanto, em uma investigação sobre a natureza do social fazemos perguntas tais como: “Que tipo de coisa é o social?” ou “que espécie(s) de coisa é a espécie social?” (KHALIDI, 2015) e como ele se distingue da natureza, exigindo, portanto, métodos distintos de investigação (ou não), a partir dessa distinção. Em síntese, tais reflexões discutem os tipos de entidades que compõem o mundo social e as relações entre eles, sua natureza e formas de constituição.

Qual é a marca do social? Quais são as propriedades distintivas do social? Trata-se de um domínio *sui generis*, com sua própria consistência e suas próprias leis e regularidades, ou estamos lidando aqui com um agregado de fatos individuais sem emergência ou superveniência? O social existe fora da mente, independentemente de nossas representações, ações e intenções, ou sua existência é meramente convencional? As instituições, classes, grupos e outros coletivos existem? Eles têm poder causal e podem agir? (VANDENBERGHE, 2010, p. 185, grifos do autor).

Para ilustrar a discussão recente da ontologia social no âmbito da filosofia em geral, podemos citar as filosofias de John Searle (2010, 2017) e Amie Lynn Thomasson (2015, 2003) e algumas das suas diferenças. Por exemplo, para Searle, as entidades sociais não são simplesmente aspectos da imaginação dos indivíduos, mas algo que existe por si mesmo e assim devem ser tomadas, mesmo que dependente das crenças e ações das pessoas em um nível inferior. O mundo social, para Searle, é constituído por entidades que exigem uma ontologia distinta daquela presente na natureza, no entanto. De certa maneira, sua concepção lembra a ideia de sociedade como algo *sui generis* à maneira de Durkheim, apesar de detalhar com mais riqueza a maneira como entende se dar esse processo: o mundo social seria o resultado do processo de imposição de “funções sociais” ao mundo natural físico, sendo importante a distinção entre os fatos meramente sociais e os fatos institucionais. Enquanto os “fatos sociais” existem com a atribuição intencional humana de funções sociais a objetos físicos da natureza (a madeira de uma árvore como banco ou

lenha, por exemplo), os “fatos institucionais” passam a existir através de “declarações funcional-estatutivas”, em que as funções que as entidades físicas cumprem não necessariamente estão ligadas às suas características físicas, como no caso dos “fatos sociais”, a exemplo de uma aliança funcionar como símbolo de um compromisso matrimonial.

No primeiro caso, portanto, os “fatos sociais” necessitam que as propriedades físicas dos objetos sirvam ao engenho humano especificado, pois não adianta dizer que a madeira “x” de uma árvore passa a tornar-se lenha se não for de uma árvore que de fato funcione bem como lenha (como a jurema na caatinga brasileira, que serve melhor a esse fim do que a imburana, por exemplo) ou como armário, porta, e assim por diante. Aqui as propriedades físicas intrínsecas dos objetos são utilizadas e transformadas para funções sociais. No caso dos “fatos institucionais”, a relação torna-se mais complexa, uma vez que não é necessário que haja uma correspondência direta entre as características físicas de um objeto e sua função social, seguindo, de modo geral, a fórmula “A conta como B no contexto C”, por exemplo o “o papel-moeda fornecido pelo banco central, conta como dinheiro no contexto das transações econômicas”; “tal cerimônia conta como casamento”; “a assinatura de tal papel conta como a aprovação de um texto de defesa de tese, após avaliação por banca competente”, e assim por diante.

A filósofa norte-americana Amie Lynn Thomasson, apesar de tributária de algumas das ideias de Searle, procura ir além da sua caracterização ontológica do mundo social, fazendo críticas a duas ideias de Searle expostas acima: em primeiro lugar, se opõe à ideia de que haveria uma prioridade lógica de existência dos fatos brutos sobre os fatos sociais. Para a filósofa, essa concepção levaria à tese de que na verdade nenhum objeto social seria realmente criado, na medida em que estes seriam apenas objetos materiais a que se atribuem novas funções. O que ocorre, segundo a filósofa, é que muitos fenômenos estudados pelas ciências sociais não são apenas “objetos materiais revestidos de novas funções sociais”, mas sim realidades que não possuem uma dependência física direta.

Resumindo, embora ofereça uma história de como alguns factos sociais e institucionais podem ser construídos, parece que Searle não nos deu uma história suficientemente completa para explicar como as crenças e práticas humanas podem criar não só novos factos sociais e institucionais acerca de objectos materiais familiares, mas também estruturas completas e monumentais de novas entidades como religiões, nações, forças armadas, economias, e assim por diante, com base no mundo físico fundamental (THOMASSON, 2003, s/n).

Uma segunda crítica que Thomasson faz a Searle vai no sentido da autorreferencialidade dos conceitos sociais, ou seja, da ideia em Searle de que as considerações subjetivas coletivas e intencionais são os únicos constituintes da realidade social. A ideia aqui é a de que todo fato social dependeria da existência de uma crença a seu respeito para existir. Tal postura limitaria a abrangência das ciências sociais, na medida em que desconsideraria a existência de fatos e objetos sociais que não são do conhecimento imediato das pessoas como, por exemplo, “ciclos econômicos, sistemas de classe e estruturas de poder” (THOMASSON, 2003, s/n). É claro que, no caso das recessões econômicas, para dar um exemplo, elas dependem em certo grau da intencionalidade coletiva no sentido da aceitação de coisas como o sistema monetário, mas, uma vez aceito esse sistema e se estabelecendo o sistema de trocas, uma recessão pode ocorrer como consequência secundária das primeiras crenças e constituição do sistema monetário, sem que as pessoas saibam dela ou a prevejam. A filósofa cita ainda outros exemplos:

O racismo é outro fenômeno social que depende de determinadas crenças (e.g. acerca das capacidades e papéis apropriados de pessoas de raças diferentes) e práticas (como práticas jurídicas, urbanísticas ou laborais diferenciadas). Mas algo ou alguém pode ser racista sem que seja quem for considere seja o que for como racista — o racismo evidentemente existia muito antes de qualquer pessoa ter considerado racista uma actividade ou padrão de comportamento. Muitas das estruturas de poder descritas pelos politólogos e sociólogos — i.e. as que envolvem o poder económico de uma empresa numa pequena comunidade, papéis atribuídos segundo o sexo e que a comunidade faz aplicar, ou uma estrutura de classes — podem existir sem que alguém tenha quaisquer crenças acerca de estruturas de poder desse género (THOMASSON, 2003, s/n).

A tese aqui é a de que enquanto existem fenômenos sociais que necessitam diretamente de intencionalidade coletiva para existir (como o dinheiro), outros existem mesmo que não tenhamos termos específicos para descrevê-los, podendo mesmo ser nomeados depois de notados, ou seja, descobertos. Tal posição remete ao antigo debate na sociologia clássica a respeito de se podemos falar sobre conceitos coletivos não apenas instrumentalmente ou nominalmente, como fez Weber, mas como entidades com existências ontológicas próprias, ou *sui generis*, à maneira de Durkheim.

As discussões sobre o que existe ou não ontologicamente no mundo social, o papel da intencionalidade na construção das estruturas sociais e a forma de estudar essas estruturas objetivamente interessam centralmente à questão de saber a forma causal da explicação sociológica e a sua relação com o problema do naturalismo metodológico. Nos próximos tópicos e capítulos, discutiremos as ontologias sociais de Anthony Giddens e da

tradição do realismo crítico com vistas a entender a maneira como as suas ontologias lidam com o problema do naturalismo metodológico. Veremos que Giddens parece abraçar uma espécie de auto referencialidade, como Searle, mas não no que diz respeito à dependência dos fatos sociais para com a intencionalidade atribuída a objetos físicos, mas das estruturas sociais para com ação individual, que tenderia ao voluntarismo. Essa, pelo menos, é uma das principais críticas do realismo crítico, que, nesse ponto, se aproxima mais de Thomasson, ao atribuir “realidade” às estruturas sociais. O objetivo nesta pesquisa é entender como essas ontologias se relacionam com o problema epistemológico da causalidade (ou problema do naturalismo) e se tal expediente traz ganhos cognitivos à questão.

No caso de todos os autores que discutiremos nos próximos tópicos, no entanto, há a concordância de que existe uma relação próxima entre as caracterizações ontológicas que fazemos sobre o mundo social e os métodos e epistemologias que utilizamos. Mais do que isso, compreendem que uma caracterização ontológica adequada pode contribuir para um maior sucesso investigativo empírico do mundo social. Se esse é o caso, consideramos que a ontologia ajudará a esclarecer também o lugar da causalidade na investigação social e o problema da oposição entre monismo e dualismo metodológico. Gabriel Peters, em passagem esclarecedora, evidencia a íntima relação entre ontologia e investigação social empírica:

(Para uma ontologia do social de inspiração funcionalista, por exemplo, o mundo societário é uma *totalidade sui generis*, cujas partes estão funcionalmente integradas à maneira de organismos biológicos. Alguns adversários dessa ontologia funcionalista, por sua feita, retratam o mundo social não como um todo *sui generis*, mas como um *agregado de ações individuais* dotadas de significado e intencionalidade.) Os diversos retratos ontológicos da vida societária também desembocam em concepções *metodológicas* diversas, entendendo-se “metodologia” aqui como o domínio das diretrizes intelectuais que uma abordagem oferece para o estudo empírico de contextos sociais concretos. Para dar um exemplo obviamente simplificado, uma ontologia materialista do social, segundo a qual a dimensão econômica da vida societária tem primazia causal sobre as suas demais esferas, tem como consequência metodológica uma orientação intelectual do seguinte tipo à pesquisa empírica: “em todo estudo de uma formação social concreta, investigue primeiramente sua base econômica e, somente então, observe como essa base influencia as demais dimensões dessa formação social (jurídica, política, artística, filosófica etc.)” (PETERS, 2018, s/n, grifos do autor).

No que se refere ao problema da caracterização ontológica do mundo social, veremos a seguir que a teoria da estruturação de Anthony Giddens escolhe o caminho da

dualidade entre agência e estrutura, evitando os “dualismos” que opunham a dimensão agencial da dimensão estrutural da sociedade. Discutiremos como essa concepção a respeito da natureza do mundo social se relaciona com uma concepção de causa que avança pontos importantes na compreensão a respeito da causalidade, rejeitando também outros dualismos, como preocupação central dos esforços teóricos da sociologia contemporânea (NEVES, PARANÁ, 2017). Tal compreensão da causalidade possui consequências importantes para os limites das generalizações nas ciências sociais e a relação que ela possui com o senso comum, por exemplo. Passemos a essa questão.

2.1 A síntese ontológica entre agência e estrutura e o problema da causalidade na teoria da estruturação de Anthony Giddens

A elaboração de uma ontologia social que compreenda a relação entre agência e estrutura como uma dualidade, e não um dualismo opositivo, é uma das tarefas centrais da teoria da estruturação de Anthony Giddens. A execução de uma formulação teórica que integre as dimensões recorrentemente separadas na sociologia clássica e na primeira metade do século XX é realizada pelo sociólogo britânico em um longo processo de releitura e crítica da tradição sociológica que lhe precede, tendo destaque, do ponto de vista teórico, os desenvolvimentos realizados nas obras *Novas regras do método sociológico* (1996 [1976]), *Problemas centrais em Teoria Social* (2018 [1979]) e *A constituição da sociedade* (2009 [1984]). A teoria da estruturação, portanto, é uma empreitada de natureza teórico-social e ontológica, com desdobramentos importantes do ponto de vista epistemológico e metodológico. Nesse contexto, nos interessa mais diretamente a compreensão da relação entre a ontologia da teoria da estruturação e o problema do naturalismo metodológico, que, em alguns momentos, se relaciona mais diretamente à questão da causalidade e, em outros, a temas correlatos, como o papel da teoria na investigação social e os limites para as generalizações sociológicas.

O entendimento de Giddens é de que a sociologia deve pensar a ação e a estrutura não como dimensões separadas da realidade, mas como aspectos interdependentes, na medida em que as estruturas sociais só existem enquanto são reproduzidas pela ação dos indivíduos, que, por sua vez, só se realizam no espaço-tempo através dessa mesma mediação que possuem com as estruturas sociais. Assim, Giddens quer encontrar uma maneira de pensar a produção e reprodução social sem retirar os aspectos estruturais que

compõem a ação e a dimensão agencial da reprodução das estruturas (GIDDENS, 2018, p. 357). Por si só, tal postura leva o sociólogo britânico a rejeitar a suposição de que haveria uma distinção radical necessária nas ciências sociais entre o objeto investigado e o papel do investigador. Isso ocorreria porque as ações dotadas de sentido pelos indivíduos são suscetíveis de transformação e modificação a partir da interpretação do investigador a respeito desse mesmo universo de significados, sendo passível a modificação na relação estabelecida entre agência e estrutura naquele contexto, portanto¹⁹. Para Giddens, agência e estrutura são, assim, dimensões indistinguíveis ontologicamente, na medida em que só é possível falar em elementos da agência, referindo-se, ao mesmo tempo, a elementos da estrutura, e vice-versa.

Se, por um lado, Giddens considera impossível separar ontologicamente agência e estrutura, por outro, entende como possível e adequada uma separação analítica entre essas duas dimensões. No que se refere à dimensão da ação, seria possível distinguir entre os aspectos da 1) consciência discursiva, que se refere à capacidade que as pessoas possuem de articular e expressar os motivos para terem feito o que fizeram em um contexto de ação qualquer; 2) consciência prática, que não é expressa e articulada, mas implica em uma dimensão habitual da ação como conjunto de práticas aprendidas (a semelhança mais próxima é com a ideia de *habitus* de Bourdieu); e 3) a dimensão inconsciente da ação. Essas dimensões, para Giddens, seriam acompanhadas pelo que chama de “monitoração reflexiva”, que diz respeito à capacidade das pessoas de, caso questionadas, refletir e dar motivos, observar e transformar em algum sentido as suas ações no fluxo diário da vida em sociedade, marcando importantes diferenças entre as concepções que enxergam as ações sociais como o resultado de imposições estruturais. Por outro lado, tal postura o levará a receber críticas de suposto voluntarismo, como veremos no próximo tópico.

Seguindo a separação analítica entre agência e estrutura, no que diz respeito à dimensão estrutural da vida social, Anthony Giddens faz uma distinção entre dois conjuntos de regras constitutivos dessa dimensão. 1) Em primeiro lugar, as estruturas possuem a forma de dispositivos normativos, enquanto valores, códigos morais e leis

¹⁹ Tomemos como exemplo o contexto de pandemia pelo qual passamos recentemente: a previsão de que, caso a pandemia continuasse sem nenhuma restrição ou política de isolamento, o número de mortes se multiplicaria, impactou na decisão de parte dos governantes e cidadãos de respeitarem o distanciamento social, usarem máscaras e se isolarem, na medida do possível, diminuindo a quantidade de mortes previamente estimadas.

escritas a respeito do que “deve ser” na vida social. Tais regras possuem importante impacto no que ocorre na vida em sociedade. 2) E existem ainda regras como um conjunto de signos que dão sentido ao mundo, ou “códigos de significação”. Tanto estes, como aqueles, só exercem influência real por intermédio da agência humana, que os utiliza para dar prosseguimento à vida em sociedade, ao mesmo tempo que impõe certos limites às práticas. A agência propriamente dita, sem mobilizar tais regras, é incapaz de prosseguir no fluxo da vida em sociedade, segundo Giddens (1996, 2009, 2018).

O caráter de dualidade da relação entre agência e estrutura na teoria da estruturação de Anthony Giddens, juntamente com o aspecto intrinsecamente compreensivo da atividade de investigação nas ciências sociais — uma vez que o objeto de investigação é constituído por indivíduos reflexivos e capazes de “dar razões” — torna qualquer expectativa de replicação dos modelos de investigação das ciências naturais no âmbito da sociedade uma tarefa inglória. Com isso, Giddens rejeita tanto o naturalismo metodológico mais radical, como as formas mais brandas de naturalismo que tiveram força no século XX na sociologia, como as diversas formas de explicação funcionalista (GIDDENS, PIERSON, 2000, p. 63).

A investigação social envolve, para Giddens, portanto, um esforço hermenêutico de interpretação a respeito de relações sociais que, em si mesmas, são interpretadas pelos indivíduos que as compõem, fazendo com que a atividade de investigação seja caracterizada por uma “dupla hermenêutica”. Tal característica ajudaria a explicar o motivo de grande parte da melhor investigação social não significar necessariamente uma “novidade” para os indivíduos que vivem naqueles contextos pesquisados, havendo grande semelhança entre a forma de interpretação das relações sociais na vida quotidiana e aquela realizada por sociólogos(as) equipados de teorias e formações acadêmicas. No limite, a dupla hermenêutica seria uma das principais responsáveis pela impossibilidade de estabelecimento de previsões e generalizações na sociologia, uma vez que tanto os enunciados sociológicos podem ser incorporados nas práticas dos indivíduos pesquisados, como tais supostos “enunciados” tratam de universos compostos por pessoas reflexivas, que podem alterar o comportamento por outros motivos quaisquer, modificando, assim, as suas causas. Apesar de compreender o papel da dupla hermenêutica e o caráter eminentemente interpretativo da investigação social, Giddens não rejeita as pretensões causais da sociologia e, assim como Weber, entende que a interpretação e a explicação

causal não são mutuamente excludentes, afastando-se, portanto, de outros membros da tradição hermenêutica como William Dilthey, Georg Gadamer e Peter Winch, que enxergam as ciências humanas como exclusivamente interpretativas (GIDDENS, 1996).

Uma vez que a teoria da estruturação concebe as estruturas sociais como este conjunto de regras e recursos que só possuem existência na medida em que são mobilizados pelos indivíduos; e que as ações são possíveis por intermédio dessas mesmas estruturas linguísticas, simbólicas, normativas, e assim por diante, a investigação empírica deveria se concentrar justamente na interação entre essas duas dimensões. Tal postura rejeitaria, portanto, tanto as concepções exclusivistas explicativas, preocupadas com a influência causal das estruturas sob os indivíduos, como o enfoque interpretativista restrito às ações individuais intencionais. Explicação e compreensão, em síntese, seriam formas metodológicas complementares. Para Giddens, investigar sociologicamente a sociedade significa compreender o caráter dual da produção e reprodução constante da vida em sociedade, utilizando com frequência uma analogia com o uso que fazemos da linguagem no dia a dia:

A linguagem pode ser estudada pelo menos sob três aspectos da sua produção e reprodução, cada um dos quais é característico da produção e reprodução da sociedade no seu aspecto mais geral. A linguagem é “dominada” e “falada” pelos actores; é utilizada como meio de comunicação entre eles; tem propriedades estruturais que em certo sentido são constituídas pela forma de falar de uma “comunidade de língua ou colectividade”. (...) Desta forma, quero dizer que a vida social pode ser tratada como um conjunto de *práticas reproduzidas*. Seguindo a abordagem trifacetada acima mencionada, as práticas sociais podem ser estudadas, em primeiro lugar, do ponto de vista da sua constituição como séries de actos “desencadeados” pelos actores, em segundo, como constituindo formas de interação, envolvendo a comunicação de significado, em terceiro, como constituindo *estruturas* que pertencem às “colectividades” ou “comunidades sociais” (GIDDENS, 1996, p. 120 e 121, grifos do autor).

Se é verdade que podemos utilizar a linguagem como uma analogia para pensarmos os aspectos possibilitadores e limitadores da relação entre agência e estrutura em sociedade, concepções como a do estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons e de Robert Merton teriam se equivocado, no entendimento de Giddens, por enfatizarem sobremaneira o caráter impositivo das estruturas sociais, em detrimento da dimensão consciente e produtiva da ação social. Os indivíduos, no estrutural-funcionalismo da primeira metade do século XX, teriam sido caracterizados como *cultural dopes* ou simples marionetes de normas estruturais. A crítica a essa postura feita por autores da tradição fenomenológica

como Alfred Schütz e da etnometodologia de Harold Garfinkel foi implacável, com uma crítica que enfatizava a dimensão da ação. Por outro lado, para Giddens, é como se os críticos do estrutural-funcionalismo tivessem, na hoje já gasta expressão, “jogado fora o bebê com a água do banho”, resultando em pouca atenção à dimensão estrutural e em uma espécie de “babelização teórica” no pós-consenso ortodoxo. As abordagens microsociais e reflexivas que daí resultaram amplificaram enormemente as abordagens sociológicas, ao mesmo tempo que abriram mão de qualquer explicação causal estrutural e legaram pouca unidade teórica e metodológica à sociologia (GIDDENS, 1996, 2009, 2018).

Um dos objetivos que a teoria da estruturação se impõe é lidar com essa “babelização” ou “balcanização” das teorias sociológicas, na famosa expressão de Robert Merton (MERTON, 1968). Segundo Giddens, a posição mais sensata é de uma reconstrução teórica que leve em conta as melhores qualidades da sociologia clássica e contemporânea, olhando para a diversidade teórica não necessariamente como sinal de fertilidade, mas como um emaranhado de ideias que merecem uma maior organização — com isso em vista, é que Giddens pretende reformular em bases mais satisfatórias a compreensão a respeito da natureza do mundo social e das formas de investigá-la (GIDDENS, 2018, p. 232).

Nesse contexto, como podemos compreender a questão da causalidade na teoria da estruturação e como ela se relaciona com posições centrais defendidas pelo autor — visíveis especialmente na sua reformulação ontológica da vida social e na discussão a respeito da relação particular que a sociologia possuiria com o senso comum e os limites para as generalizações nas ciências sociais? Procuraremos, portanto, discutir, a partir das formulações ontológicas e epistemológicas da teoria da estruturação, a concepção de causa em voga e a sua relação com o problema do naturalismo — mesmo que esse não seja o problema central da teoria da estruturação —, apontando alguns de seus avanços e limites, estes últimos especialmente notados a partir da crítica posterior realizada pelo realismo crítico de Bhaskar, Archer e Elder-Vass, que exploraremos nos capítulos posteriores a este.²⁰

Para Giddens, a relação que as ciências sociais e a sociologia, especificamente, possuem com o chamado “senso comum” — em comparação com a relação que as ciências

²⁰ Para uma reconstrução geral dos aspectos mais importantes da teoria da estruturação, consultar: Peters (2006), Silva (2010) e Loyal (2003).

da natureza possuem — é um dos principais aspectos distintivos da atividade de investigação social. Enquanto, para os cientistas naturais, o senso comum é, quando muito, o ponto de partida a ser superado pela investigação científica — uma vez que visões de senso comum a respeito da esfericidade do planeta terra, da funcionalidade de vacinas ou do aquecimento global são dispensáveis, sem prejuízo da boa investigação —, no que se refere à pesquisa social, essa relação é diferente. O senso comum não pode ser visto meramente como um ponto de partida, mas a maneira pela qual a própria realidade social é compreendida — o objeto mesmo do interesse sociológico. Além do mais, a separação entre os enunciados sociológicos e aqueles formulados pelos próprios atores não seria tão grande, guardando grande semelhança de um com o outro.

A produção da sociedade é uma realização engenhosa, sustentada e “criada para acontecer” por seres humanos. É de fato tornada possível apenas porque cada membro (competente) da sociedade é um teórico social prático; ao sustentar qualquer tipo de encontro, cada indivíduo usa as teorias e os conhecimentos sociais, normalmente de uma forma rotineira e pouco esforçada, sendo o uso destes recursos práticos precisamente a condição para a produção efectiva do encontro. Esses recursos (a que mais tarde chamarei genericamente “conhecimento mútuo”), enquanto tais, não são corrigíveis à luz das teorias dos cientistas sociais, mas são rotineiramente usados por eles no decurso das pesquisas que estejam a levar a cabo, ou seja, uma perspectiva dos meios usados pelos membros da sociedade para gerarem a interacção social é uma condição para a compreensão do seu comportamento por parte dos cientistas sociais, precisamente da mesma forma que o é para esses próprios membros (GIDDENS, 1996, p. 29-30, grifos do autor).

As semelhanças entre os enunciados sociológicos a respeito do senso comum e o que Giddens chamará “conhecimento mútuo” de atores sociais não leigos a respeito da sua realidade é o que torna possível, inclusive, que o conhecimento sociológico venha a se tornar parte do cabedal de motivos das ações realizadas quotidianamente pelos indivíduos no processo de dupla hermenêutica. Em grande parte das vezes, segundo Giddens, como dissemos, a boa investigação social não representará nenhuma novidade para os indivíduos que fazem parte daquele contexto, sendo o papel do sociólogo muito mais o de divulgação de um ambiente, ou *milieu* cultural desconhecido a outros do que propriamente o de alguém que descobre fenômenos e mecanismos novos em atuação, apoiando-se, inclusive, “(...) nas mesmas fontes de descrição (conhecimento mútuo) dos romancistas ou outros que escrevem relatos ficcionais da vida social” (GIDDENS, 2009, p. 335). De fato, pode ser muito bem atestado por grandes clássicos da literatura que a linguagem comum é capaz de

explicar e descrever realidades complexas sem o uso de aparatos teóricos que, em grande parte das vezes, pode vir, inclusive, a atrapalhar a investigação (GUSMÃO, 2012, p. 31).

Nesse sentido, Giddens considera que, se é verdade que os indivíduos investigados pelas ciências sociais são como que “teóricos sociais práticos” — e que a linguagem cotidiana não é um aspecto secundário, mas a própria substância da constituição da realidade e meio pela qual ela pode ser compreendida —, há importantes limites para qualquer linguagem técnica ou teórica que ignore essa dimensão da realidade nas ciências sociais. As ciências sociais não poderiam, portanto, utilizar termos que se distanciem drasticamente da atividade consciente dos indivíduos. Para Giddens, é central entender que a forma de compreensão (*Verstehen*) da realidade social não seja apenas uma especificidade das ciências humanas, mas uma condição ontológica da vida em sociedade, de sujeitos capazes de reflexão (GIDDENS, 1996, p. 172).

É possível extrair uma série de consequências metodológicas e epistemológicas importantes a partir dessas reflexões da teoria da estruturação de Giddens, mas aqui nos interessa duas mais diretamente. A primeira é que a investigação social exige sempre o estabelecimento de algum tipo de contato, direto ou indireto, entre o pesquisador e o universo de sentidos que toma como interesse. Essa “comunicação” deve possibilitar a apreensão significativa das relações em questão, possuindo um caráter eminentemente hermenêutico. A esse conjunto de significados, tomados como objeto, a que Giddens dá o nome de “conhecimento mútuo”, como já citamos, deve se voltar o investigador social. Uma segunda consequência, que se relaciona mais diretamente com a forma causal das explicações sociológicas, se refere à linguagem adequada às descrições e teorizações a respeito do mundo social. Para Giddens, as “metalinguagens” das ciências sociais fazem sentido tão somente na medida em que se referem a termos utilizados pelos próprios sujeitos investigados ou se relacionam com eles de modo reconhecível. A sociologia, portanto, poderia trazer maior precisão descritiva e mesmo investigar consequências não intencionais da ação intencional, mas o sociólogo rejeita de modo cabal o tipo de generalização causal que boa parte da sociologia de autores como Comte, Durkheim, Marx e pensadores da tradição monista metodológica pretenderam realizar. Assim, seria preciso distinguir os tipos de generalização que podem ser encontrados nas ciências naturais e nas ciências sociais, compreendendo-se as explicações das ciências sociais como intimamente

ligadas às realizações humanas e suas consequências, intencionais ou não (GIDDENS, 1996, p. 172-174).

Não entrarei na difícil e controversa matéria respeitante à forma lógica das leis causais nas ciências naturais. Todavia, sejam concebidas como forem, parece claro que as generalizações causais nas ciências naturais pressupõem um conjunto de relações invariantes, expressas em termos de probabilidades como de conexões universais. Todas essas generalizações envolvem algumas condições e, por conseguinte, mesmo as leis universais podem, de certa forma, ser modificadas pela intervenção humana na natureza: a temperatura a que a água ferve num recipiente pode ser alterada pela mudança da pressão do ar, embora isto não afecte de forma alguma a própria lei. Por outro lado, na análise estrutural nas ciências sociais, as relações causais que as generalizações teóricas expressam não se referem a ligações automáticas estabelecidas na natureza, mas a resultados de realizações humanas; isto aplica-se a generalizações na economia que dizem respeito à repartição de bens materiais, tal como acontece com as que são formuladas nas outras ciências sociais. Sendo assim, são as consequências não intencionais reproduzidas de actos intencionais e são *maleáveis à luz do desenvolvimento do conhecimento humano*. (GIDDENS, 1996, p. 175, grifos do autor).

A preocupação com a formulação de leis gerais e generalizações é mais premente entre aquelas correntes que se preocupam em fornecer explicações estruturais e objetivistas do mundo social, com pouca atenção à dimensão reflexiva da ação, o que não é, definitivamente, a proposta da teoria da estruturação de Anthony Giddens. Isso ocorre, inclusive, em grande parte, pelo fato de que a atenção à dimensão subjetiva da ação por si mesma restringe o leque de fenômenos com altas regularidades. Quando se fala em generalização, busca-se menos o tipo de padrão comportamental de alta regularidade que depende da escolha individual – como a da relação entre o semáforo ficar vermelho e os carros pararem – e mais de uma explicação que se dissocie do aspecto individual subjetivo e faça alegações gerais, pois parece absurdo explicar a recorrência entre o sinal e a parada dos carros sem nenhuma referência à intenção dos motoristas, atribuindo explicações em formato de leis que não as leis de trânsito e o comportamento dos indivíduos perante elas. Assim, sobre a questão de se existiriam leis causais nas ciências sociais, Giddens entende que, tomando o modelo heppeliano da explicação científica (ou modelo-padrão), se podemos afirmar a existência de algumas leis nas ciências naturais, não é o caso de existir alguma nas ciências sociais, e muito menos algum candidato promissor nesse sentido (GIDDENS, 2009, p. 405 e 406).

Por outro lado, a inexistência de leis nas ciências sociais não a descredibiliza como área do conhecimento científico e também não exclui as pretensões de explicação causal

não nomológica, uma vez que não só o modelo hempeliano é rejeitado nas ciências sociais por Giddens, mas também a indissociabilidade entre causa e lei nas explicações científicas, que a idealização desse modelo pode suscitar. O fato de ser constituído de relações significantes torna a realidade social distinta ontologicamente de qualquer investigação de átomos, reações químicas, fluxos sanguíneos, fisiologia, mudança climática e assim por diante. Os mecanismos em questão nas ciências dedicadas a esses objetos não são reflexivos e, portanto, possuem uma relação causal menos complexa, em alguns casos permitindo leis.

Já no que diz respeito à investigação social, os processos explicativos dos fenômenos sociais envolvem, no entendimento de Giddens, uma teia complexa de estruturas sociais, razões intencionais e suas consequências premeditadas e não premeditadas. O resultado é a diversidade de causas em questão na trama social, como também uma existência não fixa dessas mesmas causas. Como mais um representante do “novo movimento teórico”, Giddens quer encontrar a vida média entre as causas estruturais e aquelas causas que passam mais diretamente pela reflexividade de indivíduos capazes de fornecer razões e motivos para o que fazem. Em última instância, Giddens abraçará uma concepção de causa próxima daquela do filósofo da mente e da linguagem Donald Davidson (1963), em que “razões são causas”, advertindo, no entanto, que não são as únicas na trama social e rejeitando a concepção humiana da causalidade:

Correndo mais uma vez o risco de desconcertar o leitor de mentalidade mais filosófica, proponho simplesmente declarar que as razões são causas, aceitando que isso implica, sem dúvida, uma explicação não-humana da causalidade. Em termos mais adequados, usando a terminologia por mim introduzida: a racionalização da ação está causalmente implicada, de maneira crônica, na continuação das ações do dia a dia. Em outras palavras, ela é um elemento importante na gama de poderes causais que um indivíduo, como agente social, apresenta. (...) As razões são causas de atividades que o indivíduo “faz acontecer” como característica inerente a ele ser um agente. Mas como a monitoração reflexiva da ação é limitada, conforme tenho frequentemente insistido, existem fatores causais influenciando a ação sem atuar através de sua racionalização. Segue-se, do que foi anteriormente dito, que esses fatores são de dois tipos: influências inconscientes e influências que afetam as circunstâncias da ação, em cujo âmbito os indivíduos levam a efeito sua conduta (GIDDENS, 1984, p. 345, tradução nossa).

Tal concepção de causa põe por terra qualquer pretensão de descoberta de leis sociais ou princípios generalizantes a respeito das relações sociais. Isso ocorre porque, se parte das causas são as razões dos indivíduos, os motivos e consequências dessas razões

são extremamente variáveis e não fixos, relacionando-se a estruturas e circunstâncias em constante transformação. A investigação social deve, portanto, estar metodologicamente atenta a essa variedade de causas, complementando-as de modo não opositivo. De um ponto de vista etnográfico, é possível localizar e compreender as causas relacionadas à dimensão reflexiva do mundo social, o que em pesquisas históricas pode ser localizado com o recurso a documentos, diários, discursos, matérias jornalísticas, cartas²¹ e outros documentos históricos. No que se refere àquelas causas que não passam diretamente pela dimensão reflexiva individual, sejam de origem estrutural ou inconsciente, o recurso a metodologias que tipifiquem tais fenômenos e abstraia a dimensão individual, como métodos estatísticos ou análises estruturais, cumprem um papel fundamental.

Sendo assim, qualquer generalização causal no âmbito da investigação social possui tanto um caráter não fixo quanto situado historicamente. As relações complexas entre as dimensões intencionais e não intencionais da ação podem formar padrões sociais com alguma duração, mas sempre limitadas no espaço e no tempo. Assim, os enunciados em forma de lei de algumas ciências naturais, para Giddens, dificilmente podem se repetir nas ciências sociais, mesmo nas melhores pesquisas estatísticas. Um exemplo de pesquisa estatística bem-sucedida citada por Giddens é aquela realizada por Diego Gambetta (1982) a respeito da reprodução escolar na classe operária italiana. Gambetta observou que, à medida que os anos de estudo dos filhos de operários aumentam, a probabilidade de abandono escolar diminui (GIDDENS, 2009, p. 363). Caberia perguntar: “porque pesquisas esclarecedoras como essa não podem ser generalizadas ou entendidas como a descoberta de uma lei?”. Porque a recorrência no tempo desse padrão estatístico depende de certas atitudes e comportamentos que podem se transformar e podem ter motivadores distintos em diversas classes sociais e diferirem em distintos países. No limite, para Giddens, a resposta consiste no fato de que pesquisas como a de Gambetta podem transformar, inclusive, o comportamento dos pais com relação à educação dos filhos, insistindo que eles permaneçam por mais tempo na escola, tendo em vista o padrão

²¹ Vejamos como neste trecho de carta de Dom Pedro I, endereçada ao seu filho, Pedro II, no Brasil, em 1832, pode-se visualizar os conflitos e transformações de toda uma época, no que se refere à legitimidade do poder monárquico em decadência: “O tempo em que se respeitavam os príncipes unicamente por serem príncipes acabou-se. No século em que estamos, em que os povos se acham assaz instruídos de seus direitos, é mister que os príncipes igualmente sejam e reconheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos e boa opinião para que possam ser mais depressa amados do que mesmo respeitados” (GOMES, 2015, p. 292).

estatístico anunciado pela própria pesquisa. Tais relações entre objeto e pesquisador não podem ser encontradas facilmente no estudo da natureza, segundo Giddens:

Existem sempre condições-limite para os efeitos de leis nas ciências naturais. Mas elas não afetam a relação causal invariante que está no núcleo das tarefas explicativas pelas quais pode ser feita referência à lei. No caso de generalizações em ciências sociais, os mecanismos causais são inerentemente instáveis, e o grau de instabilidade depende de até que ponto os seres aos quais a generalização se refere são suscetíveis de apresentar modelos padronizados de raciocínio, de forma a produzir tipos-padrão de consequências impremeditadas. (...) Sendo esse o caso, será lícito chamar de “leis” às generalizações nas ciências sociais? Isso depende inteiramente do rigor com que se deseje interpretar o termo. Em minha opinião, como na ciência natural “lei” tende a estar associada à esfera das relações invariantes, mesmo no caso daquelas que não são universais na forma, é preferível não usar o termo nesse campo de conhecimento (GIDDENS, 2009, p. 408-409).

Para Giddens, portanto, a sociologia não é do tipo de ciência que “revela” ou “descobre” padrões e fenômenos que são inteiramente estranhos aos sujeitos que fazem parte daquela teia de relações tomada como objeto. No chamado “conhecimento mútuo”, que as pessoas partilham sobre a sua própria realidade, há grandes quantidades de conhecimento prático e teórico sob posse dos próprios indivíduos. Ignorar isso teria sido um grande erro das tentativas estruturalistas e naturalistas de explicação social. Assim, a sociologia só “explica” ou “revela” em um sentido fraco de explicação, enquanto capacidade de entender o porquê de algumas pessoas agirem como agem em um contexto X e as consequências Y desse comportamento. Portanto, o entendimento dessa realidade, mas não todo, pode ser enormemente beneficiado pelos discursos dos próprios indivíduos acerca de si mesmos. Na linha de autores como Peter Winch e Alfred Schütz, Giddens entende que a sociologia se distingue do discurso leigo menos pela suposta superioridade teórica e mais pelos objetivos ou fins buscados. Enquanto o discurso de senso comum serve ao seguimento da vida diária ou de explicação do que se faz quando indagado — talvez por importunação de algum investigador social —, o discurso sociológico tem por objetivo compreender essa mesma realidade e as suas consequências não intencionais para a sociedade de modo mais amplo.

A partir disso, caberia então indagar a respeito da utilidade de teorias sociológicas como a própria teoria da estruturação de Anthony Giddens. Se não se pode traçar uma distinção radical entre a melhor investigação sociológica e a compreensão que os indivíduos de certo contexto, tomados como interesse de pesquisa, possuem a respeito de

sua própria realidade, qual é então o mérito ou necessidade de formulações bibliográficas como a teoria da estruturação? Como pode Giddens defender a utilidade da teoria da estruturação, quando grande parte das pesquisas empíricas citadas em seus livros foram realizadas sem uma dependência teórica direta de suas formulações? A resposta é que Giddens entende que as suas formulações teóricas não têm a pretensão de ser teorias imprescindíveis a qualquer investigador social, mas sim a de fornecer “(...) recursos sensibilizadores. Quer dizer, elas podem ser úteis para se refletir sobre problemas de pesquisa e para a interpretação dos resultados de estudos” (Giddens, 2009, p. 385).

Por outro lado, é importante destacar, Giddens não assume uma posição relativista a respeito de qualquer enunciado dito pelo chamado “senso comum”. O autor entende que é importante encontrar uma maneira de diferenciar tanto o aspecto elucidativo que já se encontra exposto em qualquer formulação leiga a respeito da realidade e a validade empírica e lógica desses enunciados.

É certamente óbvio que o “modelo revelador” da ciência natural não pode ser diretamente transferido para as ciências sociais. As crenças ditadas pelo senso comum acerca do mundo natural são corrigíveis à luz das descobertas das ciências naturais. (...) Quer dizer, as crenças leigas estão sujeitas à correção, na medida em que isso é necessário, pela entrada de novas teorias e observações científicas. Conforme enfatizei, as “descobertas” das ciências sociais não são necessariamente novas para aqueles aos quais elas dizem respeito. As questões envolvidas aqui tornaram-se bastante nebulosas em consequência dos avanços e recuos entre as formulações objetivistas e interpretativas da ciência social. As primeiras foram propensas a aplicar o modelo revelador de forma desinibida às ciências sociais. Isto é, consideram as crenças ditadas pelo senso comum e envolvidas na vida social corrigíveis sem problemas, em função do esclarecimento que as ciências sociais podem fornecer. Entretanto, aqueles que são influenciados pela hermenêutica e pela filosofia da linguagem ordinária estabeleceram poderosas objeções a esse ponto de vista rudimentar. As crenças ditadas pelo senso comum, tal como foram incorporadas ao uso da linguagem e à ação cotidianos, não podem ser tratadas como meros impedimentos para uma caracterização válida ou verídica da vida social. Pois não podemos absolutamente descrever a atividade social sem conhecer o que seus atores constituintes sabem, tanto discursiva quanto tacitamente. O empirismo e o objetivismo simplesmente suprimem toda a questão da geração de descrições sociais através do conhecimento mútuo que observadores sociológicos e membros leigos da sociedade têm em comum. O problema consiste em que, tendo chegado a essa conclusão, aqueles que advogam formas interpretativas da ciência social acham difícil ou impossível manter aquela agudeza crítica na qual o tipo oposto de tradição corretamente insistiu ao justapor ciência social e senso comum. As tarefas da ciência social parecem, pois, limitadas precisamente à etnografia – ao esforço hermenêutico da “fusão de horizontes”. Uma tal paralisia da vontade crítica é logicamente tão insatisfatória quanto o uso desordenado do modelo revelador (GIDDENS, 2009, p. 395-396).

A saída para a manutenção da “agudeza crítica”, mesmo privilegiando o conhecimento discursivo e tácito dos atores sociais, é a distinção entre dois enfoques da investigação social citadas nas últimas páginas que o nosso autor chama de “conhecimento mútuo” e “senso comum”. O chamado “conhecimento mútuo” se refere ao principal interesse da investigação sociológica, formado pelo conjunto de práticas, valores, conhecimentos e comportamentos que compõem a vida diária de qualquer indivíduo ou grupo social tomado como objeto de investigação. Aqui, cabe a qualquer pesquisador “acreditar que as pessoas acreditam” no que é observado pela pesquisa empírica, com vistas a compreender essa mesma realidade, tanto nas razões, como nas consequências dessas crenças e razões. Por outro lado, o chamado “senso comum” consiste nesse mesmo conjunto de crenças e razões, mas agora tomadas não no sentido interpretativo, mas no sentido proposicional, como juízos verdadeiros ou falsos a respeito de coisas no mundo e, portanto, passíveis de crítica ou correção. Por vezes ignorado por membros da tradição hermenêutica, Giddens distingue, assim, os critérios de credibilidade dos critérios de validade de qualquer crença e valores individuais. Enquanto os critérios de credibilidade dizem respeito à pertinência hermenêutica de certas razões como aquelas que melhor explicam a existência de um fenômeno social, os critérios de validade se referem às evidências que podem nos levar a tomar os enunciados de senso comum como verdadeiros ou falsos, corretos ou incorretos, justos ou injustos, etc. (GIDDENS, 2009, p. 399). Nesse ponto de contrariar o senso comum, a sociologia adentra na sua dimensão mais propriamente política. Tal expectativa de “corrigir” o senso comum, no entanto, difere drasticamente de qualquer sociologia “reveladora” causal geral conforme os padrões naturalistas de explicação social.

As formulações da teoria da estruturação fornecem importantes avanços para a compreensão do lugar da causalidade na investigação social, em especial no que se refere ao problema epistemológico do naturalismo metodológico. Giddens abraça uma concepção de causa que nega a aplicabilidade do modelo-padrão nas ciências sociais (e em algumas ciências naturais, apesar de não entrar em detalhes nessa discussão), que torna causa e lei dimensões indissociáveis. Isso é um avanço importante, pois nos parece que a aceitação tácita ou explícita da compreensão de causa como necessariamente ligada a lei ou generalização é responsável por uma série de confusões nas discussões epistemológicas das ciências sociais e, por vezes, do lugar dúbio que a sociologia ocupa como ciência nas

discussões em filosofia da ciência. Ao mesmo tempo, Giddens, possui os importantes méritos de não rejeitar por completo as pretensões causais das ciências sociais, associando-a às razões de sujeitos reflexivos no prosseguimento da vida diária, segundo a concepção davidsoniana, sem desprezar dimensões que influenciam o âmbito da ação, como o inconsciente e as estruturas sociais. Tal posição o leva a defender uma sociologia eminentemente hermenêutica, preocupada com o esclarecimento da vida social por meio do conhecimento mútuo, ao mesmo tempo que não assume posições relativistas diante dele.

Apesar de fornecer, no nosso entendimento, uma interessante formulação a respeito da lógica da explicação causal nas ciências sociais — com suas respectivas consequências a respeito do papel da teoria, da generalização e da relação com o senso comum —, a teoria da estruturação também demonstra algumas limitações, recebendo importantes críticas de autores da corrente do realismo crítico. Ao aceitar a concepção filosófica de Donald Davidson no âmbito da teoria social de “razões como causas”, Giddens parece vagamente reduzir qualquer causa social à dimensão consciente ou inconsciente dos indivíduos, uma vez que mesmo as dimensões estruturais só exerceriam poder causal por intermédio da ação. Em Giddens, há uma distinção entre a dimensão ontológica da relação entre agência e estrutura e a dimensão metodológica. Se, de um ponto de vista ontológico, a reprodução da vida social só é possível pela dualidade inseparável entre ação e estrutura, em um sentido metodológico, ele considera necessário suspender analiticamente essa dualidade, para compreender os aspectos estruturais dos fenômenos sociais.

Embora não discutida directamente em *Novas regras*, a diferenciação micro/macro, como é normalmente entendida, é algo que ponho em causa. Se tentarmos, no entanto, sustentar posições críticas sem ela, o resultado será um reducionismo infundado. Os sistemas sociais têm muitas propriedades estruturais que não podem ser entendidas em termos de acção de indivíduos situados. A micro e a macroanálise não são, porém, mutuamente exclusivas; de facto, cada um requer a outra, mas têm de ser mantidas separadas (GIDDENS, 1996, p. 11).

Ora, se a vida social só se reproduz causalmente através da dimensão mais ou menos reflexiva dos indivíduos, como aceitar explicações causais estruturais, subtraindo-se a ideia de que essas estruturas possuam uma existência real? Tal entendimento será um dos pontos centrais de crítica do realismo crítico, que é “realista”, adiantemos, quanto à existência de entidades estruturais e seus poderes causais. Na concepção do realismo crítico, as dimensões da estrutura e da ação não devem ser separadas apenas

analítica/metodologicamente, mas ontologicamente também, possuindo capacidades causais próprias, apesar da inter-relação entre ambas, o que justificaria a existência de explicações causais nos diversos níveis da realidade. Além disso, a discussão sobre o lugar da causalidade e do problema epistemológico envolvendo essa questão, que é explorado de modo secundário na teoria da estruturação, ocupa, nas formulações do realismo crítico, uma posição central.

Por isso mesmo, nos próximos capítulos exploraremos a concepção ontológica do realismo crítico, representada especialmente por autores como Roy Bhaskar, Margaret Archer e Dave Elder-Vass. Discutiremos como esse movimento possui uma compreensão da natureza da realidade social e da sua epistemologia que complementa, mas também se opõe, às caracterizações de sínteses entre agência e estrutura como a realizada por Anthony Giddens — trazendo avanços cognitivos para compreender a questão do naturalismo nas ciências sociais. Em um primeiro momento, trataremos de caracterizar a concepção ontológica do realismo crítico a respeito da realidade estratificada do mundo natural e social para, em seguida, explorar a crítica realista à teoria da estruturação.

A partir dessa compreensão, as estruturas sociais não são entendidas como conceitos puramente nominais, mas como entidades realmente existentes e com poderes causais descendentes sobre os indivíduos. No que diz respeito à questão da causalidade, exploraremos como a ideia realista de mecanismos explicativos, atuando como tendências, parece fornecer soluções mais diretas a respeito do problema do naturalismo metodológico, e investigaremos se elabora uma compreensão mais adequada e abrangente, explorando de modo mais claro dimensões e aspectos ignorados por Anthony Giddens na teoria da estruturação.

CAPÍTULO 3. A ontologia do realismo crítico: emergência e causas

O realismo crítico pode ser caracterizado, de maneira geral, como um movimento teórico no âmbito da filosofia das ciências naturais e das ciências sociais, que pretende reformular algumas das principais concepções ontológicas e epistemológicas consagradas dessas ciências. O principal idealizador desse movimento intelectual é o filósofo britânico Roy Bhaskar e o nome “realismo crítico” tem origem na junção de sua filosofia da ciência natural, o “realismo transcendental”, exposta especialmente em *A Realist Theory of Science* (BHASKAR, 2008 [1975]) e na sua filosofia das ciências sociais chamada de “naturalismo crítico”, apresentada em *The possibility of naturalism: a philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences* (BHASKAR, 2005 [1979]). Estes dois textos fundadores serviram de base para uma série de outras reflexões de Bhaskar em diversos âmbitos da filosofia, como a metafísica, a ética, a política, e assim por diante.

Nas ciências sociais e na teoria social, a discussão a respeito da forma causal da explicação científica encontra uma das suas respostas mais recentes no realismo crítico, com tal discussão ocupando um lugar central nas reflexões de Roy Bhaskar e pretendendo superar dualismos correlatos como aquele entre monistas e dualistas metodológicos, na medida em que fornece uma concepção nova de causa, que pretende superar o modelo empiricista no qual se assentam proponentes tanto da “explicação” como da “compreensão” (VANDENBERGHE, 2010, p. 17). Como uma formulação filosófica e teórica recente, o realismo crítico tem inspirado uma série de outros filósofos e investigadores sociais que, de modo direto ou indireto, se relacionam ao movimento e realizaram desdobramentos e aperfeiçoamentos das ideias de Bhaskar (ARCHER, 1982, 1988, 1995, 2003; ARCHER, BHASKAR, COLLIER, LAWSON, NORRIE, 1998; ELDER-VASS, 2010; VANDENBERGHE, 2010, 2014; HAMLIN, 2000, 2008; PETERS, 2019, PORPORA, 2007; SAYER, 2000, 2010; SILVA, 2010; MANICAS, 2006; LITTLE, 2006; GROFF, 2008).

Tanto no que se refere ao realismo transcendental, quanto ao naturalismo crítico, há um fio condutor que procura encontrar uma via média entre as formas mais radicalizadas do positivismo ou monismo metodológico, por um lado, e a hermenêutica ou dualismo metodológico, por outro, posições que caracterizaram as discussões seculares na filosofia das ciências. Bhaskar procura realizar isso especialmente através de uma abordagem

analítica a respeito da natureza da realidade (ontologia), com desdobramentos teóricos e epistemológicos especialmente realizados por discípulos e interessados nas ideias do realismo crítico. Se, por um lado, o realismo crítico rejeita a tese pós-estruturalista que tende a reduzir a realidade à linguagem, sem um referente “lá fora” (*out there*), por outro, é um crítico severo da concepção positivista em filosofia da ciência natural, herdeira de autores como David Hume e Carl Hempel, de que a tarefa da investigação científica pode ser compreendida como a busca por leis gerais e conjunções constantes, reivindicando, ao contrário, que a atividade científica se dá pela descoberta de mecanismos causais.

Nos próximos tópicos deste e do capítulo 4, apresentaremos alguns conceitos básicos do realismo crítico, especialmente aqueles mais diretamente relacionados ao tema desta tese, e exploraremos a crítica que membros desse movimento realizam à teoria da estruturação de Anthony Giddens (especialmente Margaret Archer e Dave Elder-Vass). Discutiremos a maneira particular como o realismo crítico reconceitua os poderes causais da agência e da estrutura. A partir disso é que discutiremos, no capítulo 5, como essa concepção resulta em uma resposta ao problema do naturalismo metodológico.

3.1 Realismo transcendental e naturalismo crítico: realismo crítico

Um dos aspectos centrais do realismo crítico é a necessidade de distinção entre a realidade, seus diversos domínios, mecanismos, etc., a que chama de “dimensão intransitiva, e os discursos e as explicações a respeito dessa mesma realidade, referida como “dimensão transitiva”. O líder do realismo crítico é crítico da “atitude natural” de não levar em consideração a existência de diferenças entre a epistemologia e a ontologia, ou seja, entre as diversas formas, teorias e metodologias utilizadas para a compreensão da realidade e da própria natureza dos objetos investigados, com qualidades e especificidades próprias (BHASKAR, 2013). Somente uma compreensão da irreduzibilidade de uma dimensão à outra seria capaz de evitar a “falácia epistêmica”, que consiste em reduzir a realidade às formas humanas de conhecê-la, erro com frequência perceptível nas abordagens mais construtivistas, mas também nas filosofias mais positivistas da ciência, que confundiriam a “realidade” com os modelos e experimentos de laboratórios ao mesmo tempo que conciliaria um entendimento da falibilidade e diversidade do conhecimento científico, sem com isso ceder a uma concepção relativista.

No que diz respeito ao realismo transcendental, preocupado com a estrutura da realidade natural, Roy Bhaskar afirma tomar um caminho distinto de algumas concepções consagradas na filosofia da ciência. Em vez de buscar maneiras de fundamentar o conhecimento científico teoricamente, ele se pergunta a respeito de “como dever ser o mundo de tal modo que o experimento científico seja um instrumento útil na produção de conhecimento” e “qual deve ser a constituição e propriedades das entidades que compõem o mundo que tornam os testes em laboratório maneiras tão bem-sucedidas de investigação”. Esse Realismo de Bhaskar é “transcendental”, na medida em que raciocina a partir de uma reflexão a respeito das possibilidades do conhecimento, mas, diferentemente da abordagem kantiana, a ontologia assume precedência em relação à epistemologia e Bhaskar considera fundamental um avanço do conhecimento a respeito dos constituintes básicos do mundo (BHASKAR, 2008 [1975], p. 13; PETERS, 2019, p. 85).

Para Bhaskar, grande parte do desacerto entre filósofos da ciência é um sintoma da falta de uma adequada concepção a respeito dos constituintes básicos que são objeto de cada uma das ciências e das suas formas de atuação. Por considerar que ciência e filosofia estão intimamente entrelaçadas²², o autor anglo-indiano pretende que a filosofia possa contribuir com a ciência fornecendo uma compreensão realista a respeito dela, que não ignore o seu sucesso explicativo do mundo, mas, ao mesmo tempo, não incorra nos erros do positivismo, que supõe que ela se fundamente no modelo nomológico-dedutivo e, por vezes, ignora o caráter da ciência como atividade social (BHASKAR, 2008 [1975], p. xxvii-xxx). Assim como Ulisses precisa se equilibrar entre Cila e Caríbdis, dois monstros da mitologia grega que enfrenta em seu trajeto de retorno a Ítaca, precisaríamos encontrar algum equilíbrio entre o “realismo” empiricista de que existe uma realidade exterior, e a compreensão do aspecto histórico do conhecimento humano:

Ver a ciência como uma atividade social, e como um pensamento estruturado e discriminador, constitui um passo significativo na nossa compreensão da ciência.

²² “Qualquer pessoa que duvide de que as teorias científicas constituam um ingrediente significativo no pensamento filosófico deve pensar em como teria sido o curso da história intelectual se a psicologia da Gestalt tivesse sido estabelecida no lugar do princípio da associação de ideias de Hartley; ou se os fenômenos da eletricidade e do magnetismo tivessem sido considerados mais básicos do que os do impacto e da gravidade; ou se os sons e os cheiros tivessem sido considerados como constitutivos do material básico da realidade e a rica tapeçaria do mundo visual-tátil tivesse sido considerada, como a sinfonia de Beethoven ou o perfume de uma rosa, como um mero efeito desses poderes primários. Suponhamos ainda que os filósofos tivessem adotado a biologia ou a economia como seu paradigma da ciência em vez da física; ou que a física do século XVI, e não a do século XVII, fosse o paradigma da atividade científica. Será que nossa herança filosófica não teria sido muito diferente?” (BHASKAR, 2008 [1975], p. xxviii e xxix, tradução nossa).

Mas, argumentarei que, sem o apoio de uma ontologia revisada e, em particular, de uma concepção do mundo como estratificado e diferenciado também, é impossível evitar a Cila de considerar a estrutura dispensável a longo prazo (de volta ao empirismo) sem ser arrastado para a Caríbdis de justificá-la exclusivamente em termos das necessidades fixas ou mutáveis da comunidade científica (uma forma de pragmatismo neokantiano exemplificado por, por exemplo, Toulmin e Kuhn). Neste estudo tento mostrar como tal ontologia revista é de facto pressuposta pela atividade social da ciência. O princípio básico da filosofia realista da ciência, viz. que a percepção nos dá acesso às coisas e à atividade experimental o acesso às estruturas que existem independentemente de nós, é muito simples. No entanto, a plena elaboração deste princípio implica uma explicação radical da natureza das leis causais, viz. como expressando tendências de coisas, não conjunções de eventos. E implica que uma conjunção constante de eventos não é mais uma condição necessária do que suficiente para uma lei causal (BHASKAR, 2008 [1975], p. xxx e xxxi, tradução nossa²³).

Para realizar tal tarefa, Bhaskar rejeita de maneira reiterada a concepção positivista de ciência que se baseia na concepção humiana das leis causais, compreendida como relações invariantes (ou conjunções constantes) entre eventos. Para Bhaskar, “conjunções constantes” tanto não são condições suficientes para o estabelecimento de leis científicas, quanto não são condições necessárias para o seu estabelecimento. Ou seja, Bhaskar propõe uma alteração na própria consideração do que são as leis científicas e pretende afirmar isso por meio de um argumento transcendental a respeito da atividade científica: na ciência, as leis científicas são sustentadas por teorias e as teorias repousam na existência de mecanismos causais reais que funcionam para além do ambiente de experimentação dos laboratórios. Nesse contexto, os mecanismos que provocam os eventos existem independentemente dos eventos e experimentos, e estes mesmos eventos podem acontecer, fora do ambiente de laboratório, sem que sejam observados experimentalmente (BHASKAR, 2008 [1975], p. 1-2).

É uma condição da inteligibilidade da atividade experimental que, em um experimento, o experimentador seja um agente causal de uma sequência de eventos, mas não da lei causal que a sequência de eventos permite que ele

²³ No original: “To see science as a social activity, and as structured and discriminating in its thought, constitutes a significant step in our understanding of science. But I shall argue, without the support of a revised ontology, and in particular a conception of the world as stratified and differentiated too, it is impossible to steer clear of the Scylla of holding the structure dispensable in the long run (back to empiricism) without being pulled into the Charybdis of justifying it exclusively in terms of the fixed or changing needs of the scientific community (a form of neoKantian pragmatism exemplified by e.g. Toulmin and Kuhn). In this study I attempt to show how such a revised ontology is in fact presupposed by the social activity of science. The basic principle of realist philosophy of science, viz. That perception gives us access to things and experimental activity access to structures that exist independently of us, is very simple. Yet the full working out of this principle implies a radical account of the nature of causal laws, viz. as expressing tendencies of things, not conjunctions of events. And it implies that a constant conjunction of events is no more a necessary than a sufficient condition for a causal law”.

identifique. Isso sugere que há uma distinção *ontológica* entre leis científicas e padrões de eventos. Obviamente, isso cria um problema *prima facie* para qualquer teoria da ciência. Acredito que ele possa ser resolvido da seguinte forma: para atribuir uma lei, é preciso uma teoria, pois somente se for respaldada por uma teoria, contendo um modelo ou concepção de uma suposta "ligação" causal ou explicativa, é que uma lei pode ser distinguida de uma concomitância puramente accidental. A possibilidade de dizer isso depende claramente de uma concepção não reducionista da teoria. Agora, no centro da teoria, está uma concepção ou imagem de um mecanismo ou estrutura natural em ação. Sob certas condições, alguns mecanismos postulados podem vir a ser estabelecidos como reais. É no funcionamento de tais mecanismos que reside a base objetiva de nossas descrições da necessidade natural.

Somente se assumirmos a independência real de tais mecanismos em relação aos eventos que eles geram é que teremos justificativa para supor que eles perduram e continuam agindo em sua forma normal fora das condições experimentalmente fechadas que nos permitem identificá-los empiricamente. Mas é somente se estivermos justificados em assumir isso que a ideia da universalidade de uma lei conhecida pode ser sustentada ou que a atividade experimental pode se tornar inteligível. Portanto, uma das principais objeções ao positivismo é que ele não pode mostrar o porquê ou as condições sob as quais a experiência é significativa na ciência. A maioria dos críticos enfatizou sua depreciação do papel da teoria; esse argumento mostra sua inadequação à experiência. Além disso, para que a atividade experimental se torne inteligível, é somente porque se deve presumir que os mecanismos naturais perduram e agem fora das condições que nos permitem identificá-los que a aplicabilidade de leis conhecidas em sistemas abertos, ou seja, em sistemas em que não há conjunções constantes de eventos, pode ser sustentada. Isso tem como corolário o fato de que uma conjunção constante de eventos não pode ser necessária para a suposição da eficácia de uma lei.

Esse argumento mostra que as estruturas reais existem independentemente dos padrões reais de eventos e, muitas vezes, estão fora de fase com eles. De fato, é somente por causa dos últimos que precisamos realizar experimentos e somente por causa dos primeiros que podemos entender nossos desempenhos. Da mesma forma, pode-se demonstrar que é uma condição da inteligibilidade da percepção que os eventos ocorram independentemente das experiências. E as experiências estão muitas vezes (epistemicamente falando) "fora de fase" com os eventos — por exemplo, quando eles são identificados erroneamente. É em parte devido a essa possibilidade que o cientista precisa de uma educação ou treinamento científico. Assim, argumentarei que o que chamarei de domínios do real, do atual e do empírico, são distintos (BHASKAR, 2008 [1975], p. 1-2, grifos do autor, tradução nossa).

Com isso já podemos apresentar as três dimensões ontológicas que compõem a realidade, segundo Roy Bhaskar: 1) há a dimensão do “real”, que inclui os mecanismos e estruturas que atuam no mundo, possuindo um campo de possibilidades de modo latente — possuem uma existência potencial, mas não necessariamente exercida, como a de um ímã atrair o ferro, a água de ferver em contato com o fogo, e assim por diante; 2) ocorre que nem tudo o que é possível nas entidades do mundo ocorrem a todo momento. A segunda dimensão corresponde ao que Bhaskar chama de “actual”, que se refere à dimensão em que as potencialidades das entidades de fato se realizam, ou que um aspecto antes apenas possível se torna “factual” (HAMLIN, 2000; PETERS, 2019, pág. 90); 3) por fim, nem

tudo que é meramente possível e que de fato se “factualiza” no mundo é percebido ou alvo da observação leiga ou científica. A essa dimensão do que de fato ocorre e que é alvo da observação humana Bhaskar dá o nome de “empírico” (BHASKAR, 2008, p. 2). Tais domínios da realidade se organizam de maneira sobrepostas, na medida em que:

As estruturas e os mecanismos são, portanto, reais e distintos dos padrões de eventos que geram, assim como os eventos são reais e distintos das experiências em que são apreendidos. Mecanismos, eventos e experiências constituem, portanto, três domínios sobrepostos da realidade, a saber, os domínios do *real*, do *atual* e do *empírico*. (BHASKAR, 2008 [1975], p. 46, grifos do autor, tradução nossa).²⁴

Com frequência a relação entre essas três dimensões é representada por Bhaskar e outros membros do realismo crítico por uma tabela ou por três círculos que representem a ideia de que o domínio do empírico, enquanto dimensão experienciada pelos indivíduos, está contida na dimensão do “actual” — que se refere aos eventos que se realizaram —, que, por sua vez, está contida no conjunto dos mecanismos e estruturas possíveis que geram estes mesmos eventos, compondo a dimensão básica do real. Isso ocorre por que os mecanismos (dimensão do real) responsáveis pela existência dos eventos são diferentes da própria ocorrência dos eventos como fenômeno (dimensão do “actual”), tal como o mecanismo ou propriedade que um ímã possui de gerar uma força magnética é diferente do fenômeno de um ímã X atrair ou repelir o pedaço de ferro Y, por exemplo. Isso, por sua vez, pode ser observado ou não por pessoas ou por cientistas em uma situação cotidiana ou de teste científico (dimensão do empírico). Ao mesmo tempo, o domínio do empírico (observação), para existir, precisa necessariamente existir como fenômeno “actual” (evento), que, por sua vez, possui uma dimensão “real” (mecanismo) que o suscita, por isso essa relação assume a forma da tabela abaixo:

Tabela 1 - Tabela dos três domínios da realidade, segundo Bhaskar

	Domínio do real	Domínio do actual	Domínio do empírico
--	------------------------	--------------------------	----------------------------

²⁴ No original: “Structures and mechanisms then are real and distinct from the patterns of events that they generate; just as events are real and distinct from the experiences in which they are apprehended. Mechanisms, events and experiences thus constitute three overlapping domains of reality, viz. the domains of the *real*, the *actual*, and the *empirical*”.

Mecanismos	X		
Eventos	X	X	
Experiências	X	X	X

Fonte: elaboração própria.

Nesse contexto, no fundamento das leis causais encontradas pela ciência, estão os mecanismos gerativos da natureza, que podem ser compreendidos como “a maneira de as coisas agirem” respondendo às suas “necessidades naturais”, seja em seus poderes causais efetivos (como a de um fio de cobre conduzir energia) ou no que Bhaskar chama de *liabilities* (que aqui traduziremos como “susceptibilidades”, mas que também podem ser entendidas como “propensões”), que correspondem ao campo de possibilidades a que uma entidade está sujeita (tal como o cobre de ser derretido e forjado em outra forma, ou sua ductilidade, mas não de ser digerido pelo organismo humano, por exemplo). Estes mecanismos, por sua vez, agem na natureza não como relações invariantes à maneira do que poderiam supor interpretações do paradigma positivista, mas como tendências que podem ou não ser submetidas à experimentação e que existem mesmo que não se manifestem em um fenômeno específico (o cobre mantém seu poder causal de maleabilidade, mesmo que nenhuma força com vistas à sua deformação lhe seja imposta). Assim, para o realismo crítico, as leis científicas não são “contrafactuais”, mas sim “transfactuais”, uma vez que se referem aos poderes causais ou susceptibilidades de mecanismos que existem independentemente da sua realização em fatos observáveis e não necessariamente precisam existir como relações invariantes, como no modelo- padrão, para possuir capacidade causal. Para Bhaskar, no modelo de David Hume, as leis científicas se restringem aos “sistemas fechados” em que ocorrem as relações invariantes, de tal modo que o nosso conhecimento prático e a experimentação em “sistemas abertos” se tornam contraditórias, uma vez que submetem o conhecimento científico não às estruturas causais reais que lhes são anteriores, mas sim à observação desses padrões invariantes em contextos específicos de observação. É nesse sentido que as leis científicas são “transfactuais”, pois se referem não aos “fatos” observados empiricamente, mas aos mecanismos e estruturas, que podem ser mais ou menos regulares e que correspondem às “necessidades naturais” das entidades que atuam independentemente da interferência humana (BHASKAR, 2008 [1975], pág. 3; HARRÉ R., MADDEN, E.,1975).

Note-se que, ao realizar essas declarações, Bhaskar não está propondo uma nova maneira de operar a investigação científica, mas sim de compreender como a atividade científica já atua, opondo-se, na verdade, às compreensões epistemológicas mais consagradas da ciência: a epistemologia positivista e a sua rival, a epistemologia idealista. Enquanto a filosofia da ciência tradicional (positivista), utilizando-se de critérios como o indutivismo ou a falseabilidade, restringem sua compreensão da ciência a regularidades sem exceção encontradas em casos únicos (quando na verdade são produzidos experimentalmente), a filosofia idealista com frequência se pergunta a respeito da existência real dos mecanismos postulados, por vezes os aceitando como “ficções úteis” quando, no entendimento de Bhaskar, correspondem a mecanismos reais, que, por serem justamente reais, é que explicariam o fato de os cientistas fazerem descobertas e promoverem mudança/avanços no conhecimento científico:

Na ciência, há uma espécie de dialética na qual (1) uma regularidade é identificada, (2) uma explicação plausível para ela é inventada e (3) a realidade das entidades e dos processos postulados na explicação é então verificada. (...) Se uma tradição empirista clássica na filosofia da ciência para no primeiro estágio, uma tradição rival neokantiana, ou idealista transcendental (discernível na história da filosofia da ciência), para no segundo. Se, e somente se, o terceiro passo for dado e desenvolvido da maneira indicada acima, poderá haver uma justificativa adequada para o uso de leis para explicar fenômenos em sistemas abertos, onde não prevalecem conjunções constantes. É a pressuposição irrefletida de sistemas fechados, juntamente com a incapacidade de analisar a atividade experimental (que pressupõe sistemas abertos), que explica a fraqueza mais gritante da filosofia da ciência ortodoxa: a inexistência na ciência de leis causais humanas, ou seja, de generalizações empíricas universais e, portanto, a inadequação dos critérios de explicação, confirmação (ou falsificação), racionalidade científica, etc., que se baseiam na pressuposição de que a teoria da ciência é uma ciência de fato, que se baseiam na suposição de que um fechamento é a regra universal, e não a exceção rara e (em sua maior parte) gerada artificialmente, como eu defendo. É porque nossa atividade é (normalmente) uma condição necessária de conjunções constantes de eventos que a filosofia da ciência precisa de uma ontologia de estruturas e coisas transfactualmente ativas.

(...) A posição aqui defendida é caracterizada como realismo transcendental, em oposição ao realismo empírico comum às outras duas tradições. Tanto a tradição idealista neokantiana, ou transcendental, quanto o realismo transcendental veem o passo entre (1) e (2) (...) como envolvendo a construção de modelos criativos, nos quais mecanismos gerativos plausíveis são imaginados para produzir os fenômenos em questão. Mas o realismo transcendental também vê a necessidade da etapa entre (2) e (3), na qual a realidade dos mecanismos postulados é submetida ao escrutínio empírico. O realismo transcendental difere do realismo empírico ao interpretar (1) como a invariância de um resultado (produzido experimentalmente) em vez de uma regularidade; e do idealismo transcendental ao permitir a possibilidade de que o que é imaginado em (2) não precisa ser imaginário, mas pode ser (e vir a ser conhecido como) real. Sem essa interpretação, é impossível sustentar a racionalidade do crescimento e das

mudanças científicas (BHASKAR, 2008 [1975], p. 3-5, grifos do autor, tradução nossa).

Para Bhaskar, as epistemologias empirista e idealista cometem variações da "falácia epistêmica", não realizando uma separação adequada entre ontologia e epistemologia, reduzindo afirmações a respeito do ser a partir de afirmações a respeito de como conhecemos o ser. É por cometer esse erro, entende o filósofo anglo-indiano, que as epistemologias empiristas e idealistas elaboram uma ontologia implícita a partir do que se extrai da experiência científica, o que resulta em uma ontologia baseada em eventos atomísticos e suas relações como conjunções constantes, tal como ocorre necessariamente na experimentação da ciência, que isola variáveis. O realismo transcendental, portanto, é uma tentativa de fornecer uma ontologia explícita para a atividade científica das ciências naturais, solucionando o problema da relação entre a metodologia e a epistemologia, que, segundo Bhaskar, nas concepções empiristas e idealistas, possui um grande desencontro — o que ajudaria a explicar o porquê de a epistemologia (e mesmo a filosofia em geral) ser pouco relevante para a ciência prática (BHASKAR, 2008 [1975], p. 5).

Nesse sentido, Bhaskar conclui que os experimentos científicos “ativam”, ou, utilizando os seus próprios termos, “actualizam” mecanismos internos reais dos objetos nos laboratórios, na medida em que os isola e faz com que eles entrem em interação com outros mecanismos. Se os mecanismos não possuíssem uma existência independente da reflexão humana sobre eles, tais experimentos seriam impossíveis. Com isso, seria possível conciliar o caráter transitivo ou histórico do conhecimento científico, com a natureza intransitiva dos objetos de interesse científico, em sua dimensão ontológica (BHASKAR, 2008, p. 14).

Até aqui tratamos sobre as concepções ontológicas e epistemológicas a respeito das ciências naturais, o realismo transcendental. No que se refere à filosofia das ciências sociais, o naturalismo crítico, podemos entendê-lo como um esforço de encontrar as possibilidades e limites da aplicação dos princípios das ciências naturais em geral, como apresentamos brevemente, no âmbito da investigação social empírica e nas suas formulações ontológicas e epistemológicas. Assim como na discussão a respeito da investigação da natureza, no naturalismo crítico há o entendimento de que uma caracterização ontológica a respeito das propriedades constituintes do mundo social pode contribuir com a compreensão epistemológica a respeito das formas de conhecimento e

métodos a serem empregados na investigação desse mesmo mundo. Tal caracterização ontológica, segundo Bhaskar, deve ser formulada de tal modo, que supere uma série de dualismos que caracterizam as ciências sociais desde o seu surgimento, tais como fato/valor, mente/corpo, razões/causas, positivismo/hermenêutica – nos interessando mais diretamente nesse trabalho o último dualismos, na sua relação com o problema da causalidade e do naturalismo metodológico na investigação social (BHASKAR, 2005, p. xii).

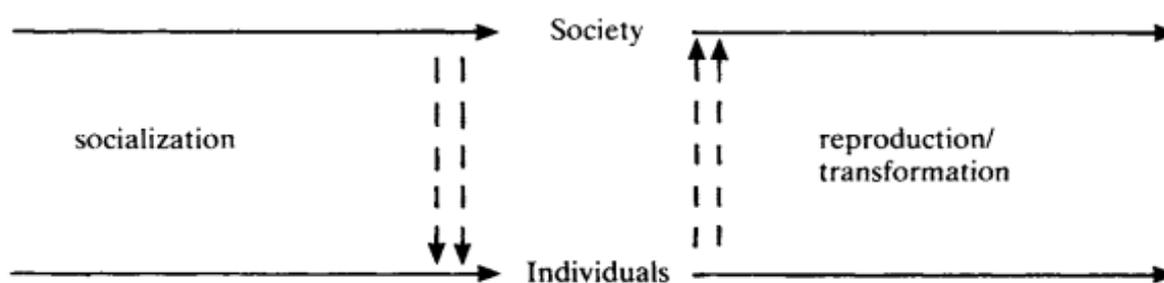
Se o realismo crítico afirma existir uma independência entre as dimensões intransitiva e a dimensão transitiva no âmbito da natureza, o mesmo não pode ser dito no que se refere à realidade social, uma vez que grande parte dos mecanismos em funcionamento no mundo social se relacionam direta ou indiretamente com a reflexividade humana e com a nossa compreensão dele. Isso põe em xeque qualquer possibilidade de encontrar mecanismos causais imutáveis e, portanto, leis, mesmo em circunstâncias experimentais no âmbito das relações sociais: 1) assim como Giddens, Bhaskar entende que as estruturas sociais se caracterizam por uma dupla hermenêutica, em que as descrições sociológicas investigam uma realidade pré-interpretada pelos indivíduos e que podem, ao mesmo tempo, influir sobre elas; 2) tais estruturais sociais, não sendo fixas, possuem um caráter histórico, devendo ser transformadas com vistas a alcançar as aspirações humanas.

Com a ideia de que a realidade social deve ser estudada por meio da descoberta dos mecanismos causais não fixos que caracterizam as relações, ao mesmo tempo que considera a tarefa hermenêutica indispensável, a posição do naturalismo crítico é também de uma via média entre o positivismo e o interpretativismo. A dimensão “realista” do realismo crítico a respeito do mundo social se refere especialmente ao entendimento de que as estruturas e entidades sociais são reais e dotadas de poderes causais não redutíveis aos nossos raciocínios sobre eles, mas, ao mesmo tempo, resultado da emergência de certo conjunto de ações individuais. Ou seja, certo conjunto de relações faz emergir entidades estruturais que são mais do que a soma das partes constituintes, possuindo uma existência real, e não simplesmente nominal — nisso distinguindo-se de Giddens —, como explicaremos com mais detalhes à frente.

A versão de Bhaskar do problema da agência e da estrutura é formulada no que chama de “modelo transformacional da atividade social”, composto pela “dualidade da

estrutura” e a “dualidade da práxis”. Por um lado, segue o espírito da síntese weberiano-durkheimiano-marxiana do “novo movimento teórico” de pensar as estruturas sociais tanto como restritivas, uma vez que as estruturas, convenções, práticas, símbolos e organização material da sociedade nos precedem, mas são, ao mesmo tempo, possibilitadoras, tendo em vista que essas estruturas só se reproduzem através da atividade humana. A práxis humana, por outro lado, é sempre composta por uma dimensão consciente, como produção da vida social, e inconsciente de reprodução das estruturas sociais. As estruturas precedem os indivíduos historicamente e são as causas materiais através dos quais a agência humana se realiza como atividade com graus variados de consciência. A sociedade surge então, nesse processo, como o resultado do intrincado de relações que a partir da dialética entre essas dimensões (BHASKAR, 2005, p. 39 e 40):

Tabela 2 - Modelo Transformacional da relação/conexão entre sociedade e indivíduo



Fonte: BHASKAR, (2005, p. 40)

No realismo crítico, há uma relação direta entre uma concepção ontológica estratificada da realidade e uma concepção múltipla das causas em atuação em todas essas dimensões. A forma da explicação causal seria, portanto, eminentemente relacional e múltipla. A estrutura da realidade seria organizada de tal modo, que as causas de cada dimensão da realidade não são redutíveis às dimensões anteriores. Esse argumento se volta especialmente contra as tentativas de explicação da vida social através das diversas formas de reducionismo ou, nos termos realistas, “eliminativismo”, em que as entidades sociais são reduzidas às suas partes constituintes — em vez de explicadas por si mesmas em seus poderes causais específicos. Nas ciências sociais, um dos principais representantes do “eliminativismo” (*eliminative reduction*), junto com a reificação da ação individual por meio das estruturas, é o individualismo metodológico, que procura explicar as instituições e relações sociais reduzindo-as aos indivíduos que as constituem. Segundo Elder-Vass, os

individualistas metodológicos afirmam isso porque concebem que as causas dos fenômenos sociais só poderiam provir das unidades básicas e "reais" das entidades, sendo o que está para além disso apenas consequências. Para o realismo crítico, tal postura, levada ao limite, implicaria ter-se de aceitar que também os indivíduos não seriam dotados de capacidades causais uma vez que são constituídos de moléculas, partículas, e assim por diante (ELDER-VASS, 2010, p. 54). O realismo crítico pretende, portanto, conceber uma ontologia que leve em conta os poderes causais das diversas dimensões da realidade, que interagem entre si, mas que, ao mesmo tempo, evite simplificações voluntaristas ou estruturais reificadoras da realidade social. Nesse contexto, os conceitos de “emergência” e de “causa” cumprem um papel fundamental. Passemos a eles.

3.2 Emergência

Um conceito central do realismo crítico para responder à questão que nos propomos nesta tese é o de emergência²⁵, que consiste no poder causal que certas entidades possuem, como resultado da organização específica de entidades que a compõem em um nível inferior. As capacidades emergentes são mais do que a soma das partes constitutivas, mas o resultado da organização específica dessas partes constituindo uma entidade nova. O conceito é uma tentativa de explicar a origem de certas entidades no mundo e de por que essas entidades possuem poderes causais, sendo utilizada em áreas diversas do saber. Para o realismo crítico, o conceito de emergência é central para a compreensão tanto da estrutura ontológica estratificada do mundo natural como do social, tendo sido elaborada por Roy Bhaskar, a partir das reflexões de Rom Harré a respeito dos poderes causais (BHASKAR, 2008[1975]; HARRÉ, MADDEN, 1975), como também da relação entre agência e estrutura e das entidades que compõem o mundo social e seus respectivos poderes causais, desenvolvido pelos realistas críticos recentemente (ELDER-VASS, 2010, p. 13; ARCHER, 1982, 1995; 2003; SAYER, 2005, 2010; LAWSON, 1997, 2019; PORPORA, 2015; ARCHER, BHASKAR *et al*, 1998). Apesar da discussão realista recente em torno do tema, mesmo nas ciências sociais, a ideia de emergência não é tão nova, podendo ser vislumbrada tanto na discussão a respeito da irreduzibilidade do social

²⁵ Como já dissemos, tratamos nesta tese de alguns conceitos que se relacionam mais diretamente ao tema da pesquisa. Para uma apresentação geral a respeito do realismo crítico, com suas fases e principais aspectos, ver: Sayer (2000), Collier (1994), Vandenberghe (2010), Hamlin (2000), Peters (2019).

por Augusto Comte, como na noção da sociedade como realidade “sui generis” de Émile Durkheim, que abraça uma concepção claramente emergentista:

Toda vez que elementos quaisquer, ao se combinarem, produzem, por sua combinação, fenômenos novos, cumpre conceber que esses fenômenos estão situados, não nos elementos, mas no todo formado por sua união. A célula viva nada contém senão partículas minerais, assim como a sociedade nada mais contém além dos indivíduos; no entanto, é evidentemente impossível que os fenômenos característicos da vida residam em átomos de hidrogênio, de oxigênio, de carbono e azoto (DURKHEIM, 2007, p. 89).

Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira (DURKHEIM, 2007, p. XVII).

“Emergência”, portanto, nesse contexto, não se relaciona a qualquer noção de “urgência”, mas sim à relação sincrônica entre as partes e o todo de certa entidade do mundo, em um dado momento do tempo, e à sua mútua relação. Elder-Vass utiliza o exemplo da água, em alusão a John Stuart Mill, para exemplificar a maneira como a molécula da água (H₂O) não é a mesma coisa que dois átomos hidrogênio (H) e um de oxigênio (O) separadamente — a água congela à temperatura de 0 °C, e o oxigênio e o hidrogênio não, por exemplo. A posição de parte e todo, nesse contexto, não é fixa nas entidades, mas se relaciona ao papel desempenhado por aquela entidade em um contexto específico do tempo e do espaço — a água, que, no exemplo do parágrafo acima, é o “todo”, pode ser visto como “parte” da estrutura necessária à existência de uma planta, em outro contexto, por exemplo. Portanto, o conceito de emergência é a maneira pela qual o realismo crítico entende que é possível explicar a capacidade que as estruturas naturais e instituições sociais possuem de ter impacto ou suscitar alterações em outras entidades e indivíduos, sendo propriamente essa capacidade, que atua não de modo determinista, mas como tendência, o que tradição realista vem chamando de “poder causal” (ELDER-VASS, 2010, p. 4-5; BHASKAR, 1975, HARRÉ, MADDEN, 1975).

“Entidade”, nesse contexto, se refere a um imenso conjunto de coisas como “(...) átomos, moléculas, células, árvores, indivíduos humanos, corporações de negócio e exércitos”, que possuem persistência e duração no tempo e que são o resultado da estruturação específica de suas partes. Já “poder causal” se refere às possibilidades de impacto no mundo que as entidades possuem, que existem como propriedades emergentes das entidades como o todo e da sua organização específica, sendo inexistente nas suas partes isoladamente. Além do exemplo da água citado acima, pode-se citar o fenômeno

emergente das cores, que não existem nas moléculas de uma planta isoladamente, e assim por diante. É o conjunto de relações específicas que constituem aquela entidade que lhe dá as propriedades emergentes que possui, e é por isso que as mesmas moléculas que existem em uma pilha de vegetais podem estar presentes também em uma sopa, sendo sopa e pilha de vegetais coisas distintas (ELDER-VASS, 2010, p. 16, 17 e 21).

Apesar da centralidade da concepção de emergência no realismo crítico, existem divergências e aperfeiçoamentos constantes em torno dela, tal como compreende Dave Elder-Vass, que entende ser preciso qualificar melhor a discussão com o que chama de “emergência relacional”, enfatizando a discussão a respeito da maneira como as “entidades” naturais e sociais do mundo possuem propriedades emergentes que não existem nas suas partes constituintes isoladamente, mas que surgem a partir das relações específicas destas mesmas partes constituintes. Nesse contexto, a realidade pode ser descrita como a sucessão de camadas (*laminated*), que possuem poderes causais específicos, que, para serem ativados ou não, dependem da relação com outras entidades. No entanto, isso não quer dizer que as ciências se restrinjam a camadas específicas da realidade isoladamente, mas também às relações entre as entidades e as suas propriedades, que se ramificam com frequência em camadas distintas da realidade. Enquanto algumas concepções clássicas da emergência imaginam que só seria possível falar em emergência referindo-se ao que emerge de uma camada da realidade para outra, a emergência que interessa a Elder-Vass é a de entidades específicas, em camadas específicas do mundo (como a do mundo social — como veremos — em que as relações entre agência e estrutura cumprem um papel fundamental) (ELDER-VASS, 2010, p. 14-15 e 19-20).

Em síntese, apesar de concordar com a concepção de que "o todo é mais do que a soma das partes", sendo, portanto, as estruturas emergentes o resultado de um conjunto de relações, Elder-Vass (2010, p. 22), por sua vez, se opõe àquelas concepções, emergentistas ou não, que tendem a exagerar a dimensão estrutural das entidades, deixando de lado as influências causais de suas partes constituintes. O autor atribui a Karl Marx e ao próprio Roy Bhaskar, por exemplo, uma postura de conceber a realidade “apenas” como um conjunto de relações e, no caso da investigação social, deixar de lado os constituintes básicos desse estrato da realidade, que são os indivíduos. Para ele, é preciso levar em conta que tanto as entidades (indivíduos e estruturas) como as relações entre eles compõem o mundo, com distintos poderes causais próprios. Nesse quesito, Elder-Vass diferencia-se de

outros membros do realismo crítico no sentido de procurar uma formulação que leve em conta as capacidades causais dos indivíduos como entidades autônomas, como veremos mais à frente. Elder-Vass compreende que a eficácia causal das entidades sociais só existe como resultado das suas partes e das relações elas, sendo mais do que a soma das partes, mas sendo também mais do que "apenas relações". Com um golpe, a intenção aqui é atingir tanto o “relacionismo”, ou “estruturalismo”, que nunca distingue a “parte” do “todo”, como o “reducionismo” de abordagens como a do individualismo metodológico, que reduz o todo às partes.

A “emergência relacional”, nesse contexto, difere da “emergência forte” de filósofos da mente contemporâneos como Jaegwon Kim, pois, para Elder-Vass, as entidades emergentes são explicativamente redutíveis (*explanatory reduction*), — uma vez que é possível explicar os mecanismos gerativos das propriedades das camadas superiores fazendo referência às suas dimensões constituintes— sem com isso abraçar o que chama de eliminação redutiva (*eliminative reduction*), ou seja, a ideia de que as capacidades causais das propriedades emergentes seriam redundantes, uma vez que os mecanismos gerativos fossem explicados. Para Elder-Vass, em síntese, abraçar qualquer versão de um emergentismo forte — que nega que as propriedades superiores possam ser explicadas pelas inferiores em uma espécie de dualismo ontológico — significa estar sujeito a todo instante à refutação das descobertas científicas. Elder-Vass pretende, com o que chama de “emergentismo relacional”, explicar por meio de exemplos, a relação de dependência ontológica entre as camadas da realidade, mantendo a autonomia epistemológica explicativa dessas entidades, encontrando, portanto, uma via média entre o reducionismo e o dualismo, especialmente no mundo social (ELDER-VASS, 2010, p. 31-32). Apoiando-se em Rom Harré, entende que, por mais que o poder ou habilidade de uma entidade possam ser entendidos sendo feita referência à sua natureza, esta referência, por si só, não explica a existência desse poder, que precisa passar pelo que Elder-Vass chama de “princípio da redescrição”, no qual raciocínios contrafactuais possuem grande utilidade (ELDER-VASS, p. 24; HARRÉ, MADDEN, 1975).

O exercício contrafactual pode ser utilizado de muitas formas na distinção entre a causalidade das entidades e das estruturas emergentes e é mesmo uma forma metodológica com amplo uso nas ciências sociais. Na discussão a respeito da capacidade causal dos agentes e das estruturas sociais, como coisas reais, consiste simplesmente em perguntar,

em cada caso específico, qual seria o poder causal das partes caso elas não estivessem organizadas no todo que compõem. Por exemplo, na atividade política, em que medida uma ação teria efeito não fosse o suporte partidário?

Um aspecto central da relação entre as “partes e o todo” na discussão a respeito da emergência é que, não só as partes constituintes, organizadas de certa maneira, fazem emergir uma entidade nova, como também essa entidade nova emergente, esse todo que é a entidade — como uma célula, um cachorro, um ser humano, uma instituição, e assim por diante — exerce uma influência causal descendente sobre as suas partes constituintes, em um processo de intraestruturação (*intrastructuration*). Em referência a Mario Bunge, Elder-Vass se refere ao fenômeno de transformação que os átomos sofrem ao fazerem parte de uma molécula, mas chama a atenção mais precisamente para a maneira como os seres humanos, por exemplo, que passam a fazer parte de uma organização, se transformam em decorrência de exercerem papéis específicos nessa estrutura. Em muitos sentidos, como temos repetido aqui, as partes só possuem certas capacidades justamente por pertencerem a um todo específico — como a capacidade de um dedo de apertar um botão como derivado de ele fazer parte de um corpo de uma pessoa. Por isso Elder-Vass considera que é importante fazer uma distinção entre os atos das pessoas que podem ser compreendidos a partir da perspectiva dos poderes causais que possuem por si mesmos e aqueles atos que se explicam na medida em que os indivíduos fazem parte de uma estrutura, com a implementação, pelo indivíduo, de um poder causal que pertence a uma estrutura social específica (ELDER-VASS, 2010, p. 27-28).

Ter isso claro será fundamental para entendermos a crítica do realismo à teoria da estruturação de Anthony Giddens e também a formulação sobre a distinção entre os poderes causais da agência e da estrutura, que discutiremos nos tópicos seguintes. Antes disso, porém, procuraremos conceituar com maior precisão o que são e como atuam as causas para o realismo crítico, o que será fundamental para entendermos a solução oferecida ao problema do naturalismo.

3.3 O que são causas e como atuam

Roy Bhaskar oferece uma formulação ontológica da “teoria dos poderes causais”, que procura entender a natureza da causalidade e as suas implicações para a nossa compreensão a respeito do funcionamento das ciências: naturais e sociais. A tradição a que se fia Roy Bhaskar pode ser remontada à Aristóteles, mas tem como referência mais próxima o filósofo Rom Harré (1975), seu orientador de doutorado, e tem como marca central o “realismo” a respeito das necessidades naturais das entidades que se ligam às relações entendidas como causais — e não apenas correlações entre eventos das quais não se pode dizer nada a respeito da natureza e de seus mecanismos, como entendem ser o caso com a tradição humiana. Para Harré, as necessidades conceituais das ciências só fazem sentido porque “por baixo” existem necessidades naturais correspondentes, caso contrário, a atividade científica seria impensável e não existiriam descobertas, surpresas, avanços científicos, e assim por diante, mas apenas a construção teórica de relações fictícias. Ou seja, a causalidade nessa tradição é preferencialmente entendida a partir das propriedades reais das entidades e de suas necessidades e menos como a recorrência temporal durável entre elas, elaboradas em modelos (HARRÉ, MADDEN, 1975; ELDER-VASS, 2010, p. 43).

Para Bhaskar, é importante realizar uma distinção entre, de um lado, os poderes causais reais das entidades, relacionados aos mecanismos intrínsecos a sua natureza, possuindo um raio de potencialidades limitado, os quais existem mesmo que não estejam “ativos” (localizadas no âmbito ontológico do Real, como apresentamos no tópico anterior) e, de outro, os eventos causais actuais, que são os fenômenos causais em operação de fato no mundo em um certo momento do tempo. Nesse sentido, os mecanismos da dimensão do real não estão sempre em ação, ou seja, os seus mecanismos podem não ser “ativados”, o que não invalida a sua “realidade”: a capacidade da água de apagar o fogo, do ímã de atrair o metal e do fogo de ferver a água são poderes que existem na realidade dessas entidades, mesmo que não estejam em “funcionamento” em um dado momento do tempo. Para o realismo crítico, é a essas dimensões que estamos nos referindo quando falamos em leis científicas, que devem ser distinguidas dos experimentos científicos: se não existisse uma diferença entre os padrões e a realidade das leis científicas que eles procuram descobrir, os experimentos científicos não fariam sentido nenhum e não seriam capazes de descobrir

nenhum mecanismo da natureza. São esses mecanismos que os experimentos procuram ativar e testar. As leis científicas correspondem, portanto, ao resultado das interações de mecanismos e padrões naturais reais, que são isolados no ambiente de laboratório, mas que existem e funcionam no mundo aberto extralaboratorial (ELDER-VASS, 2010, p. 44).

Assim, a relação causal entre os mecanismos das entidades e os fenômenos do mundo é sempre uma relação probabilista ou tendencial, que, para existir, depende de uma série de condições e da interferência de outros mecanismos, variando caso a caso. Para Bhaskar, os poderes causais da dimensão do real, a que se refere, são nada mais que as maneiras de "agir" de estruturas e mecanismos relativamente duradouros. Os poderes causais das coisas, nesse sentido, são as suas tendências, obrigações/susceptibilidades (*liabilities*) que possuem em relação a outras entidades e mecanismos (BHASKAR, 2008 [1975], p. 50-51). Para Elder-Vass, essa definição se relaciona diretamente com a ideia de emergência, uma vez que os poderes causais das entidades são forças resultantes da reunião de um conjunto de partes que dão a essas estruturas tendências, capacidades e poderes específicos.

Elder-Vass realiza uma breve discussão a respeito de por que, para Bhaskar, os poderes causais (mecanismos) existem apenas no nível do real e não do actual, o que, em algumas situações, pode sugerir alguma ambiguidade. No entanto, para ficar mais claro, a independência entre o poder causal de uma entidade e a existência de um fenômeno específico no mundo pode ser compreendido, por exemplo, com a análise do mecanismo de voo dos pássaros:

Considere o poder de voar de alguns tipos de pássaros. Embora a operação desse poder dependa da existência de um pássaro real com as partes específicas (asas, músculos, penas, cérebro, etc.) com relações necessárias entre si, é verdade, independentemente da existência de qualquer pássaro, que se uma criatura aparecesse com essas partes específicas e capacidade de relações necessárias entre si, então essa criatura teria o poder de voar. Esse é um fato sobre a realidade que é verdadeiro independentemente do que realmente existe no mundo, e são exatamente esses fatos que a ciência revela. Esses são os mecanismos que são reais, mas não atuais; tais mecanismos estão implícitos na natureza do universo, independentemente de (e antes de) procurarmos atualizá-los, e é somente se esses mecanismos forem reais que a ciência faz sentido (ELDER-VASS, 2010, p. 46, tradução nossa²⁶).

²⁶ No original: "Consider the power of some types of bird to fly. While the operation of this power depends on the existence of an actual bird with the requisite parts (wings, muscles, feathers, brain, etc.) in the requisite relations to each other, it is true independently of the existence of any such bird that if a creature appeared with the requisite parts in the requisite relations to each other, then that creature would have the power to fly. This is a fact about reality that is true independently of what actually exists in the world, and it is just such facts that science uncovers. These are the mechanisms that are real but not actual; such

O que é central para a discussão que estamos travando aqui é que os poderes causais das entidades e o funcionamento dos seus mecanismos existem mais como tendências do que como regras sem exceção. O que o realismo crítico chama a atenção é para o fato de que, uma vez que nos permitimos pensar na natureza das entidades e nas suas relações, podemos compreender muito melhor o funcionamento da ciência — e, no nosso caso, compreender melhor a forma causal da explicação nas ciências.

Nesse contexto, os eventos que ocorrem ao nível do actual em sistemas abertos, para o realismo crítico, são explicáveis não por causas únicas e determinísticas ao modo do modelo de cobertura por leis, mas como o resultado complexo de uma diversidade de poderes causais das entidades que se entrecruzam e se autoinfluenciam. Um entendimento que se opõe diretamente à concepção de causa do modelo-padrão da explicação científica, em que as causas só podem ser encontradas quando se isolam os fatores externos influentes no ambiente do laboratório e se adotam cláusulas do tipo *ceteris paribus* (ELDER-VASS, 2010, p. 47). Mesmo na experiência de uma folha que cai de uma árvore, em um ambiente de “mundo aberto” fora do laboratório, há uma infinidade de fatores causais em questão, como a influência da gravidade, o impacto causal da aerodinâmica da folha na trajetória, a resistência do ar, a temperatura, o vento, o tamanho e peso específicos da folha, e assim por diante, todos impactando de modo variado na trajetória dessa folha até o chão (LAWSON, 1997, p. 27).

Além do mais, para o realismo crítico, os poderes causais das entidades são de diversos tipos, podendo ser ativos ou passivos, e é a relação específica entre entidades específicas que explica o que ocorre nos fenômenos na dimensão do actual. É entre esses tipos de poderes causais emergentes, que se encontram as *liabilities* das entidades (que aqui temos chamado de susceptibilidades/propensões), que nada mais são que as respostas passivas que uma entidade tende a dar em contato com outras entidades específicas, tal como a propensão da rocha de ser erodida em contato frequente com a água e o vento; nas propensões da água de ser congelada pela queda de temperatura ou do fogo de ser apagado pela água e assim sucessivamente (ELDER-VASS, 2010, p. 47).

Para o realismo crítico, é muito clara a necessidade de divisão entre os mecanismos causais da dimensão do Real e os fenômenos que ocorrem ao nível do actual, pois, no caso do exemplo acima, a capacidade da água de apagar o fogo existe de modo real, mesmo que

mechanisms are implicit in the nature of the universe, whether (and before) we seek to actualise them, and it is only if such mechanisms are real that science makes sense”.

essas entidades não estejam entrando em contato, por isso a existência de um mecanismo independe da sua actualização fática. Mas, uma vez que o poder causal da água entra em contato com a susceptibilidade (*liabilitie*) do fogo de se comportar de modo a ser apagado ou diminuída a sua chama (e não erodido, como a pedra), então um fenômeno empírico ocorre, que pode ser parte de algum experimento (ELDER-VASS, 2010, p. 48). Cada uma dessas entidades — rocha, fogo e água — interage diferentemente entre si, de acordo com seus poderes causais e propensões, mas tanto os poderes causais “ativos”, quanto os “passivos”, digamos assim, são propriedades emergentes que são o resultado do tipo de organização específica de suas partes e do que são feitas essas partes, que, por sua vez, são também propriedades emergentes de outras partes menores.

Nesse sentido, para o realismo crítico, o processo de fornecer explicações causais científicas pode ser dividido em dois passos ou processos complementares: “retrodução” e “retrodição” (*retroduction e retrodiction*). Em primeiro lugar, no processo de retrodução, o investigador deve procurar por padrões e regularidades empíricas ou, nos termos do importante economista Tony Lawson, por “semirregularidades”. Essas regularidades, ao contrário do paradigma naturalista nas ciências sociais, por exemplo, não são por si a explicação do fenômeno, mas um passo importante no sentido de permitir teorizar e levantar hipóteses a respeito dos mecanismos causais subjacentes que estão presentes na dimensão observável da regularidade. Assim, é ao processo de teorizar e levantar hipóteses a respeito dos mecanismos em atuação que explicam a regularidade observada que os realistas críticos se referem como “retrodução”. Em seguida, a “retrodição” consiste no processo de identificação empírica dos poderes causais, ou alguns dos principais, que produzem aquele evento ou regularidade observada ao nível do actual (LAWSON, 1997, p. 24, 204-209, 221; ELDER-VASS, 2010, p. 48).

Assim, para a perspectiva de Bhaskar e de outros realistas críticos, as explicações causais para os fenômenos no nível do actual devem ser buscadas nas interações complexas entre um conjunto de mecanismos. É o que Bhaskar chama de modelo da “múltipla determinação causal” dos fenômenos empíricos, naturais ou sociais — diferentemente da busca por leis específicas que esgotariam a explicação, tal como no modelo-padrão da explicação científica. A ideia, portanto, é a de explicar os eventos por uma noção de constrangimento e influência que não seja determinista, mas tendo em conta o pressuposto de que os fenômenos do mundo são o resultado de um grande

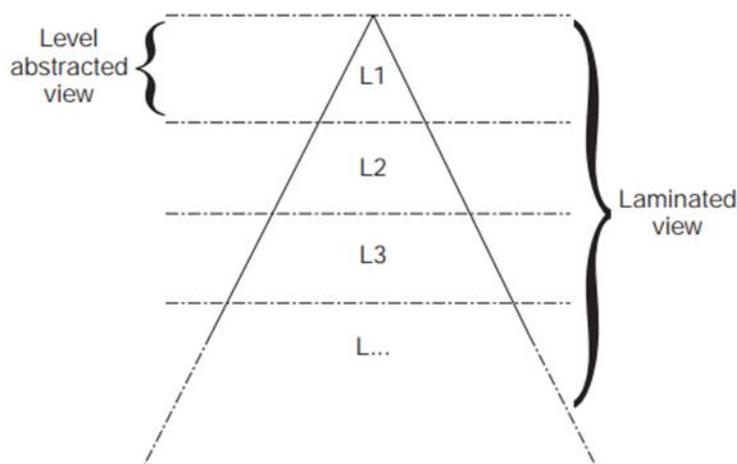
entrecruzamento de mecanismos causais e contextos de interação, sendo fundamental ter em vista que uma explicação completa de qualquer acontecimento é, quase sempre, uma tarefa inexecutável, em especial pela diversidade de mecanismos em atuação no mundo aberto e os diversos níveis composicionais da realidade em que esses mecanismos atuam de modo simultâneo — por isso mesmo as ciências se dedicam sempre a partes e recortes de objetos/relações específicos (ELDER-VASS, 2010, p. 49; BHASKAR, 1975, p. 110-111).

Para Elder-Vass, quando falamos de qualquer entidade do mundo como, por exemplo, uma planta, podemos tomá-la tanto na sua forma unitária, com um conjunto de características e capacidades causais específicas, ou explicá-la através da união e do papel causal das suas partes na sua constituição. Ao primeiro enfoque, Elder-Vass chama de “visão de nível” (*level abstract*) e ao segundo de “visão laminada” (*laminated view*). De fato, em nível ontológico, tanto a entidade tomada em uma “visão de nível” possui poderes causais específicos, abstraindo-se as suas partes — como a capacidade de uma planta de realizar fotossíntese, que pertence à planta como um todo, — como as partes que a constituem desempenham papéis causais específicos que, na sua ausência, tornariam a atividade realizada pela entidade na “visão de nível” impossível. O interesse ou necessidade de enfatizar a visão de nível e seus poderes causais, ou laminada, é contextual e de acordo com os interesses da pesquisa (frequentemente explicamos fenômenos sociais e psicológicos sem nenhuma referência à dimensão biológica, física e química — especialmente permitida pelo conceito de emergência que explicamos em tópicos anteriores). O que é central compreender é que, se, por um lado, não é adequado realizar reduções explicativas das entidades (como explicar a decisão de um indivíduo pela sua constituição biológica), por outro, de um ponto de vista ontológico, não se deve perder de vista que tais camadas (entre outras) constituem a estrutura da realidade daquele sujeito, nos permitindo, assim, uma compreensão mais ampla do mundo e da sua organização causal em nível ontológico (ELDER-VASS, 2010, p. 49-50).

A imagem mais ilustrativa aqui é a de uma pirâmide, como na figura abaixo, em que os poderes causais do topo da pirâmide, ou seja, da sua camada superior, como a de uma orquídea (visão de nível), são o resultado dos poderes causais das suas partes (visão laminada) em um tipo específico de relação. Estas partes, por sua vez, podem também ser divididas e investigadas a partir de uma visão laminada em folhas, caules, raízes, etc., que,

por sua vez, podem ser divididas em células, relações, moléculas, átomos e assim sucessivamente, até os limites do nosso conhecimento científico atual (ELDER-VASS, 2010, p. 50).

Figura 1 - Estratificação interna



Fonte: ELDER-VASS (2010, p. 50).

É o entendimento do conjunto de relações complexas entre as entidades que compõem cada nível da realidade que nos permite compreender o caráter de “múltipla determinação causal” da perspectiva do realismo crítico. Se aceitarmos que a realidade ontológica das entidades é dividida em camadas sobrepostas, podemos compreender que as relações causais em atuação em qualquer entidade envolvem tanto as influências de suas partes no todo, como também o efeito do todo nas suas partes específicas e no seu conjunto de relações. Um exemplo ilustrativo é o do processo de fotossíntese: 1) no nível mais alto (visão de nível), podemos definir a fotossíntese como o poder das plantas de converter dióxido de carbono da atmosfera em oxigênio. Com frequência os cientistas se restringem, por exemplo, a essa dimensão da realidade estudando a capacidade variável que uma planta tem de realizar fotossíntese, em condições específicas, e assim por diante; 2) no entanto, em um nível mais baixo, no nível molecular, a fotossíntese é um processo químico e só é possível explicar como isso ocorre e que dimensões mais baixas estão em atuação, ao observar o que ocorre nesse nível molecular; 3) por outro lado, as moléculas não se comportariam no nível molecular de modo a permitir o processo da fotossíntese se não estivessem organizadas e relacionadas atômicamente em algum lugar na forma ou

"pirâmide" da planta. Ou seja, as moléculas não realizam fotossíntese de modo independente, e muito menos a planta, sem o comportamento específico das moléculas, havendo, então, um processo causal multinível em várias direções (ELDER-VASS, 2010, p. 51 e 52).

O poder causal de fotossíntese pertence, então, à planta e não às moléculas, mas, para fornecer uma explicação causal completa do que ocorre quando a fotossíntese acontece, nós precisamos de um entendimento sobre as causas que operam nos diversos níveis simultaneamente, invocando tanto os poderes causais da planta, como os poderes causais das suas moléculas (ELDER-VASS, 2010, p. 52, tradução nossa).

Essa concepção emergentista de causalidade, na perspectiva do realismo crítico, ajuda a evitar o problema de conceber os acontecimentos de nível superior e inferior como entidades separadas, como se tivessem vida própria ou "flutuassem" no espaço e, no que se refere às ciências sociais, que haja uma separação rígida entre a dimensão estrutural e individual dos fenômenos sociais, mas, ao mesmo tempo, que caracterize melhor a sua interdependência causal. Nesse sentido, a explicação completa "ideal" de um evento pode envolver mais de uma ciência, dedicada a cada nível da realidade, dando conta dos mecanismos em atuação naquele momento específico do espaço-tempo. Uma questão importante é que não temos tantas ciências disponíveis que deem conta de todos os níveis distintos possíveis da realidade nem possuímos, como pesquisadores, um domínio completo de várias ciências — por isso as nossas explicações são sempre parciais, delimitadas e restritas a um conjunto de mecanismos e relações causais específicas da realidade que, se conseguirmos realizar bem na dimensão em que estamos interessados, devemos nos dar por satisfeitos. Mas isso sem perder de vista a complexidade que de fato envolve as relações causais no mundo e de como nossas explicações são limitadas e parciais:

Tudo isso sugere que as explicações abstratas que comumente empregamos são simplificações maciças dos processos causais reais de vários níveis. A causalidade de qualquer evento individual opera em toda a pirâmide de entidades e subentidades, não em um único nível dela. Nossas explicações causais comuns são abstrações analíticas desse fato. A causação nunca é verdadeiramente "independente" do que está acontecendo em outros níveis na instância individual; ela só é analiticamente independente quando generalizada. A causa, como geralmente a entendemos e aplicamos, é, portanto, uma tentativa de simplificar e

extrair a complexidade impossível da causação real (ELDER-VASS, 2010, pág. 53, tradução nossa²⁷).

A concepção dos poderes causais, de Bhaskar, junto à concepção relacional de emergência, de Elder-Vass, permitem algumas vantagens ao nível ontológico e epistemológico. Em primeiro lugar, permite compreender que, no nível do actual, os fenômenos do mundo são o resultado de um entrecruzamento sem fim de mecanismos causais das entidades, que, por sua vez, podem ser divididos indefinidamente em múltiplas camadas e seus poderes causais específicos, que atuam como tendências. Trata-se de uma compreensão razoável da estrutura do mundo, no nosso entendimento. No entanto, nos é lícito, no processo de investigação, nos concentrar em descobrir mecanismos causais específicos em atuação ao nível do real, nos dedicando, como faz cada ciência, à “visão de nível” daquele âmbito particular, uma vez que, mesmo sendo as entidades do mundo formadas por diversos mecanismos causais divididos em diversas camadas, os poderes causais que pertencem às entidades de cada nível não podem simplesmente ser reduzidas às suas partes, uma vez que tais partes separadamente não possuem aquele poder — como as partes de uma planta de realizar fotossíntese, as partes de um computador de possibilitar a digitação de um texto de tese, as partes do corpo humano de ser um estudante, e assim por diante, pois cada poder causal emerge e pertence a um nível específico da estrutura laminada da realidade das entidades do mundo.

Dada a constituição ontológica do mundo e dos seus mecanismos, as explicações "causais" que costumeiramente fornecemos, explica Elder-Vass, são como abstrações analíticas em que recortamos certa dimensão da realidade e lançamos luz, ignorando (propositadamente ou não), uma série de entidades e mecanismos em atuação nos níveis mais baixos e, quando obtemos sucesso, somos capazes de explicar o mecanismo causal mais importante ou com grande relevância para um fenômeno muito específico e delimitado. A atenção maior ou menor a esses níveis inferiores constitutivos de cada entidade dependerá de cada interesse de pesquisa (ELDER-VASS, 2010, p. 53).

²⁷ No original: “Now all this suggests that the abstracted explanations we commonly employ are massive simplifications of the real, multi-level causal processes. The causation of any individual event operates across the whole pyramid of entities and sub-entities, not at a single level of it. Our ordinary causal explanations are analytical abstractions from this. Causation is never truly ‘independent’ of what is happening at other levels in the individual instance; it is only analytically independent when generalised. Cause as we generally understand and apply it is therefore an attempt to simplify and extract from the impossible complexity of actual causation.”

Para encerrar este tópico, cabe ainda esclarecer em maiores detalhes dois temas que serão importantes para o restante da tese. Em primeiro lugar, distinguir duas formas de reducionismo causal: o reducionismo causal eliminativo (que o realismo crítico pretende não realizar) e o reducionismo causal explicativo (aceitável para os parâmetros realistas). Em segundo lugar, explicar no que consiste a causação descendente (*Downward causation*) das entidades sob as suas partes. Vamos ao primeiro tema.

Na relação causal entre as partes e o todo, Elder-Vass considera importante destacar a necessária diferença que devemos fazer entre duas formas distintas de reducionismo: o reducionismo eliminativo e o reducionismo explicativo. O primeiro, próximo do modelo-padrão da explicação científica e da concepção positivista de causa, é problemático, e consiste na alegação de que não podemos fazer atribuições causais a uma entidade qualquer porque, “na verdade”, toda a explicação causal para aquele fenômeno advém das partes constituintes daquela entidade. É assim que formas antigas e contemporâneas de evolucionismo e biologicismo pretendem explicar o comportamento humano com referência a fatores genéticos e outras variáveis biológicas; filósofos da mente pretendem reduzir explicativamente a mente ao cérebro e, nas ciências sociais, nas correntes individualistas metodológicas, pretende-se reduzir as estruturas e relações sociais às escolhas dos indivíduos. O ideal buscado nessa concepção é que devemos reduzir as entidades a que nos referimos na ciência às suas entidades básicas, sempre que possível (ELDER-VASS, 2010, p. 54).

O problema de proposições reducionistas como essas é que criam “auto armadilhas”, especialmente no que se refere à justificação das entidades legítimas para que a elas se atribuam poderes causais. No caso das ciências sociais, se concordarmos com o ideal do individualismo metodológico de que as únicas causas verdadeiras da vida em sociedade provêm dos agentes humanos, estaríamos sujeitos a admitir talvez que os indivíduos deveriam ser reduzidos às suas partes “reais” mais fundamentais, como as escolhas irrefletidas do cérebro, a genética e, seguindo nesse raciocínio, as suas células, moléculas, partículas, e assim por diante — sem um ponto de “chegada”, afinal, qualquer entidade pode ser dividida em muitas partes constituintes. Só a ideia de que existem processos emergentes entre as entidades, responsável pela constituição de entidades diferentes de suas partes, seria capaz, para os realistas críticos, de justificar racionalmente a existência de poderes causais autônomos em diversos estratos ontológicos da realidade

natural e social. Para o realismo crítico, inclusive, é esse processo que justifica a existência de poderes causais tanto no nível das estruturas como dos indivíduos e, portanto, a sua interação mútua (ELDER-VASS, 2010, p. 55).

É contra a redução causal eliminativa que se coloca a redução causal explicativa do realismo crítico, apoiada na ideia de emergência. A redução explicativa compreende que podemos, sim, em certos contextos, explicar a existência de poderes causais emergentes de nível superior de uma entidade fazendo referência às suas partes constituintes, mas isso não elimina a capacidade causal explicativa dessa entidade tomada em sua visão de nível e, tampouco, as partes por si só explicam o poder causal da entidade se não estiverem organizados de uma maneira tal que consista exatamente na formação da entidade “nova” a que estamos nos referindo — sendo esta mais do que a “soma da partes”. O erro do eliminativismo consiste, para Elder-Vass, em conceber que explicar as partes que compõe o todo significa dispensar o "todo", quando, na verdade, ele é constituído das partes e das suas relações, dando-lhe propriedades causais que pertencem ao todo e não partes separadamente (ELDER-VASS, 2010, p. 56-57).

Por exemplo, o mecanismo que explica o estado líquido da água em certas temperaturas pode ser explicado a partir da sua organização molecular e da maneira como a temperatura impacta na forma como essas moléculas se ligam entre si. No entanto, as moléculas de hidrogênio e oxigênio não se tornam liquefeitas fora da estrutura e organização molecular da água (H₂O), uma vez que essas moléculas só são suscetíveis de ser congeladas ou liquefeitas quando são água (H₂O) e não suas partes isoladamente. Por isso, a relação específica que constitui a molécula, mais do que as partes, possui propriedades causais próprias e essas propriedades são justamente o que constitui a água. Nesse contexto, falar das partes que constituem um todo e da maneira como essas partes se organizam de modo a resultar no todo é simplesmente descrever o todo, e não reduzi-lo. Nessa perspectiva, a missão da “unidade da ciência”, se é que pode existir alguma, consiste na criação de pontes explicativas entre as diversas dimensões e extratos da realidade, tendo consciência de que, em cada extrato, existem formas e mecanismos específicos de funcionamento, relativamente autônomos. Assim, através do reducionismo explicativo, podemos construir um entendimento científico menos isolado das outras ciências (ELDER-VASS, 2010, p. 57-58).

Por fim, um segundo tema a respeito da causalidade a ser destacado é o processo de *downward causation*, que aqui traduziremos como “causação descendente”. No que se refere ao poder causal das entidades, já explicamos que, para o realismo crítico, as propriedades emergentes das entidades possuem poderes causais por si mesmos e também discutimos a maneira como as partes dessas entidades também possuem poderes causais que, organizados, fazem emergir as entidades superiores, que não são redutíveis eliminativamente às suas partes. Já a “causação descendente” diz respeito ao poder que as entidades como um todo possuem sobre suas próprias partes constituintes. Elder-Vass dá um exemplo disso através do processo de emissão de luz por uma estrela:

Para simplificar bastante, as estrelas emitem luz na forma de um fluxo de partículas (ondulatórias) chamadas fótons. Sua emissão é o resultado das condições extremas de pressão e temperatura no núcleo da estrela, que, por sua vez, resultam da compressão das várias partículas nucleares que formam o núcleo pelas enormes forças de gravidade geradas pela massa da própria estrela. A questão aqui é que a emissão de luz pode, de certa forma, ser explicada pela interação entre as próprias partículas, mas essa interação pressupõe um determinado conjunto de relações entre as entidades envolvidas (proximidade, temperatura, etc.) e esse conjunto de relações só ocorre como resultado da existência da estrela. As mesmas partículas organizadas de alguma outra forma (por exemplo, distribuídas uniformemente pelo espaço) não emitiriam luz; portanto, sua emissão só pode ser explicada pela combinação do papel desempenhado pelas partículas com o papel desempenhado pelas relações entre elas, e as relações entre elas são precisamente o que as constituem em uma estrela. É somente quando essas partículas estão dispostas dessa maneira que existe uma estrela, e somente quando estão dispostas dessa maneira que a luz é emitida.

(...) A estrela, então, tem um efeito causal descendente sobre as partículas, fazendo com que elas emitam luz, o que é outra maneira de dizer que esse é o efeito que o grupo de partículas, organizado como uma estrela, tem sobre os membros individuais do grupo. Assim, podemos oferecer uma redução explicativa, mas não eliminativa, desse mecanismo causal — uma redução que reconhece que o papel da estrutura de nível superior não pode ser eliminado da história sem prejudicar o relato causal. Seria puro preconceito ontológico insistir que o verdadeiro trabalho causal está acontecendo apenas no nível inferior quando ambos os níveis são necessários para o processo em questão (ELDER-VASS, 2010, p. 59-60, tradução nossa).

Em um primeiro momento, essa parece ser uma tese circular: como pode ser que a “parte” seja impactada causalmente pelo “todo” e, ao mesmo tempo, seja uma parte do “todo” que possui esse poder causal? Utilizando o exemplo acima, como pode o sol exercer influência causal sob as suas partes se “o sol”, em si, como um todo, só existe em função das suas partes organizadas de uma certa maneira? A saída de Elder-Vass provém da concepção de tempo em Archer, elaborada pela autora em contraposição ao papel do tempo na estrutura social em Giddens — crítica que exploraremos no próximo capítulo. As

partes a que nos referimos cumprem papéis diferentes na estrutura, ora de modo composicional, ora de modo causal: 1) a relação de causa na causação descendente é diacrônica, ocorrendo em um certo momento do tempo; 2) já a relação de composição é uma relação sincrônica — a todo momento as partes estão compondo o todo e vice-versa (ELDER-VASS, 2010, p. 60).

Nesse contexto, para o realismo crítico, os eventos do mundo, são tanto o resultado da interação causal de entidades com outras entidades tomadas como um “todo”, como também das relações internas das entidades com suas partes constituintes — seja das partes em relação ao todo, seja do todo em relação às suas partes. A importância desse entendimento ficará mais clara quando explorarmos os poderes causais da agência e da estrutura — e sua mútua interação — no capítulo 4, em que compreenderemos a maneira como uma das coisas que caracterizam as estruturas sociais é o seu poder causal sobre os membros desses grupos, e vice-versa (ELDER-VASS, 2010, p. 62). Antes de explorarmos isso, porém, discutiremos no próximo capítulo a crítica que a ontologia do realismo crítico endereça às teorias sociais do “novo movimento teórico”, tomando como caso de análise a discussão com a teoria da estruturação de Anthony Giddens que, no entendimento dos realistas, opera uma fusão inadequada entre os poderes causais da agência e da estrutura.

CAPÍTULO 4. Agência, estrutura e as causas no mundo social

O que se quer dizer de fato quando falamos em “estruturas sociais”? Por um lado, há autores que entendem ser esse o conceito central para compreendermos o que se passa no mundo social, apesar de tal conceito receber um variado e confuso leque de definições. Por outro, há quem entenda, como no caso dos individualistas metodológicos, que o conceito de “estrutura social” é dispensável e que não é possível atribuir fatores causais às estruturas ou “fatos” sociais, como relações de classe, cultura, instituições, e assim por diante, restando apenas a investigação dos “verdadeiros” agentes causais da vida social: os indivíduos e suas escolhas, racionais ou não. Tão interessante como o fato de que proponentes de posições tão díspares possam pertencer à mesma ciência ou área do conhecimento, é o fato de que não é difícil encontrar, mesmo em “pais intelectuais” de posições mais estruturalistas ou individualistas, trechos em que reconhecem o poder causal das dimensões que teoricamente seriam redutíveis explicativamente em suas análises.

A dificuldade de conceber a viabilidade de explicações estruturalistas que neguem a participação da agência e reflexividade no que acontece no mundo social e, no seu inverso, de explicações individualistas que ignorem a força causal das estruturas e do contexto social/cultural/institucional na decisão dos indivíduos parece ter sido um dos motivos, entre outros, que levaram grande parte da sociologia contemporânea do final do século XX a tentar encontrar alguma espécie de meio-termo — no que se convencionou chamar de “novo movimento teórico” (1987). Ocorrido especialmente na Europa, mas com repercussões no restante das sociologias do mundo, inclusive, no Brasil, buscou, de diversas maneiras, alguma espécie de “síntese perfeita”, uma espécie de ponto arquimediano que contemplasse tanto agência quanto estrutura nas forças causais em atuação no mundo social. Entre os vários proponentes desse movimento, podemos encontrar pontos em comum, tais como a superação da divisão entre o micro e o macro, da dualidade entre subjetivo e objetivo, da maior integração metodológica, e assim por diante.

A Teoria da Estruturação de Giddens, que discutimos no capítulo 2, foi uma delas e, por algum tempo, obteve algum sucesso, especialmente nos países de língua inglesa. Neste mesmo capítulo, discutimos a maneira como a “reformulação ontológica” do autor britânico procurou lidar com alguns problemas, dos quais escolhemos o problema do naturalismo como enfoque/recorte, ou seja, em como a reformulação teórica sobre a

relação entre agência e estrutura desemboca em uma resposta original ao problema do naturalismo. Mesmo que este não seja o tema central da sua obra, no nosso entendimento, a teoria da estruturação de Anthony Giddens trouxe importantes esclarecimentos a respeito dessa questão na investigação social, como discutimos.

Nos tópicos seguintes deste capítulo, nos centraremos em avançar nessa discussão. Procuraremos extrair da teoria social do realismo crítico (fundamentada nos conceitos filosóficos que explicamos até aqui), algumas perspectivas tanto sobre os limites da teoria da estruturação na resolução do problema do naturalismo, bem como na discussão a respeito de como a sua ontologia pretende esclarecer pontos que não foram realizados pelas formulações de Giddens.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento teórico e sociológico da ontologia da realidade social, com uma caracterização complexa da relação causal entre a agência e a estrutura — lidando mais diretamente com o problema do naturalismo — será motivo de grande parte dos esforços de realistas críticos pós-Bhaskar. Sobre essa questão e de acordo com os interesses do nosso trabalho, nos parece que algumas das melhores formulações podem ser encontradas na abordagem morfogenética da socióloga Margaret Archer, com sua crítica realizada à teoria da estruturação de Giddens, e nas formulações de Dave Elder-Vass a respeito dos poderes causais das estruturas — este também crítico de Giddens, mas visualizando mais méritos intelectuais a serem incorporados às formulações realistas. Com esse exercício, procuraremos compreender os avanços recentes nessa discussão.

Nos tópicos seguintes, encaminharemos a metade final da tese discutindo algumas das questões que vêm nos acompanhando até o presente momento a partir de alguns pontos centrais: 1) caracterizar a crítica do realismo crítico às propostas de integração entre agência e estrutura, concentrando-nos especialmente na teoria da estruturação de Anthony Giddens; 2) discutir a maneira como o realismo crítico conceitua os poderes causais da agência e da estrutura e, por fim, 3) explorar a maneira como essa conceituação teórica (junto à concepção de “causa”) lida com o problema do naturalismo metodológico na investigação social.

4.1 A crítica Realista à confluência entre agência/estrutura na teoria da estruturação

Na perspectiva do realismo crítico, há duas formas de buscar equacionar o legado da tradição clássica da sociologia e a percepção compartilhada de que tanto agentes como estruturas sociais participam causalmente da vida em sociedade. De um lado, têm-se os “estruturacionistas” que, à maneira de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu (mas também, de alguma maneira, outros membros do “novo movimento teórico” como Michel Foucault, Norbert Elias e outros), compreendem que agência e estrutura são praticamente indistinguíveis, uma vez em que as estruturas só se reproduziriam na medida em que os agentes as manipulam (tal como no exemplo da linguagem de Giddens) e os indivíduos só agem, por sua vez, perpassados que estão pelas estruturas que podem ser restritivas ou facilitadoras, como “estruturas estruturadas estruturantes”, no caso da discussão a respeito do *habitus* em Bourdieu. Em ambos os casos — formulados em grande parte como respostas às diversas formas de “estruturalismo” e “individualismo” —, as estruturas parecem de algum modo estar contidas nos indivíduos e ser indistinguíveis deles, tanto de um ponto de vista analítico, como mesmo ontológico. Ou seja, nesse tipo de síntese, seria quase impossível definir “agência” sem se referir a “estrutura”, e vice-versa, sendo o grau de maior ou menor ênfase em uma dimensão ou outra o ponto de discordância: o que é mais explícito no caso de Giddens e Bourdieu.

Os realistas críticos, como Margaret Archer e Dave Elder-Vass, por seu turno, consideram-se “pós-estruturacionistas” (*post-structurationalists*) — tanto em um sentido conceitual, como temporal, visto que grande parte de sua produção é posterior às formulações de Giddens e de Bourdieu —, na medida em que, a partir da crítica dessas propostas de síntese, defendem uma posição que resgata a autonomia causal das estruturas em relação à agência, pensando-as separadamente não só em um sentido analítico, mas também ontológico — apesar da sua mútua relação. Para o realismo crítico, agência e estrutura devem ser distinguidos com vistas a investigarmos os papéis causais que ambos desempenham nas relações sociais, mas preservando-se a “autonomia ontológica”, chamemos assim, de cada uma dessas dimensões da realidade, caracterizadas por poderes causais e propriedades distintas. Nesse contexto, tem lugar especial a crítica direta às formulações de Anthony Giddens e à sua teoria da estruturação” (ELDER-VASS, 2010, p. 4; ARCHER, 1995, 1982). Neste capítulo, trataremos dessas questões, especialmente no que diz respeito às críticas às formas variadas de confluência (em especial a “confluência

central”, supostamente realizada por Giddens), a partir das formulações de Margaret Archer e de Dave Elder-Vass. Começemos por Archer.

4.1.1 Margaret Archer: a abordagem morfogenética e a crítica à confluência central na teoria da estruturação

Margaret Archer possui uma importante vantagem intelectual entre os realistas críticos: as suas formulações teóricas são precedidas e acompanhadas por extensa pesquisa empírica, especialmente voltada para a sociologia da educação como em *Social Origins of Educational System* (1984). Antes mesmo de entrar em contato com as formulações teóricas de Bhaskar, Archer realizou detalhada pesquisa para compreender as diferenças de estruturas educacionais na Europa, especialmente na Inglaterra e na França, como resultado emergente das interações e conflitos dos indivíduos e da cultura dos respectivos países, resultando em poderes causais específicos de parte a parte: no modelo mais centralizado francês, as decisões de políticas educacionais possuem uma tendência muito maior de ser o resultado do planejamento governamental do que da pressão e da demanda de grupos de interesse e dinâmicas localizadas, como no modelo inglês. Em sua pesquisa e também em sua teoria social, que é caracterizada de maneira geral como abordagem morfogenética (ARCHER,1995), há um interesse premente de encontrar uma concepção estratificada da realidade social que solucione o problema da relação entre agência e estrutura de modo distinto das “sínteses” que vigoraram desde o fim do século XX. O entendimento de Archer é de que as formulações que apelavam a conceitos como o de *habitus*, “prática”, “dualidade da estrutura”, à maneira de Pierre Bourdieu e de Anthony Giddens, fundem (*conflate*) indevidamente indivíduo e sociedade, eliminando da análise os poderes causais distintos que as diversas micro e macroentidades possuem, — vendo maiores distâncias entre a abordagem da teoria da estruturação e o realismo crítico do que o próprio Bhaskar e convencendo-o disso.²⁸

²⁸ “Na época, escrevi meu segundo livro; Anthony Giddens formulou sua conhecida teoria da estruturação. Ambos foram publicados, por acaso, em 1979. Tony Giddens me convidou para almoçar em um restaurante muito agradável na Greek Street, acho que no Soho, em Londres. Ambos concordamos que nossos modelos eram muito semelhantes e se apoiavam mutuamente. Depois, com o passar dos anos, uma amiga e colega minha, Margaret Archer, apontou que não era bem assim. Ela disse, corretamente, que meu modelo era muito diferente do de Tony Giddens por causa do papel central que o tempo desempenha nele. Para Tony Giddens, é como se, quando você fosse para a cama à noite, as estruturas se empacotassem. Você sabe, você pode imaginar os professores da faculdade de Cambridge indo para a cama e, de manhã, eles meio que reinventando as regras da faculdade” (BHASKAR, 2017, p. 34, tradução nossa).

Assim, seguindo a linha da concepção estratificada da realidade social do realismo crítico, Archer compreende que a melhor alternativa à discussão entre agência e estrutura é a de entendê-las como dimensões relativamente autônomas, tanto do ponto de vista ontológico, como em um sentido epistemológico/metodológico. Ou seja, essas duas dimensões deveriam ser distinguidas no que se refere a uma caracterização ontológica e também em um “dualismo analítico” para a investigação empírica — entendidas por meio dos processos de manutenção (morfoestase) e transformação (morfogênese) das suas características —, que se dá justamente por meio das relações variadas dessas dimensões da realidade entre si.

Assim, é apoiada nos conceitos de morfogênese e morfoestase, de Walter Buckley (BUCKLEY, 1967), que Margaret Archer pretende explicar o surgimento, duração e as transformações das entidades sociais (1982, 1984, 2003). Possuindo uma definição geral tanto para as ciências naturais, quanto para as ciências sociais, em síntese, “morfoestase” se refere à continuidade e manutenção de uma dada entidade no espaço-tempo, enquanto “morfogênese” ao processo de transformação pelo qual passa essa mesma entidade, seja para se modificar ou se transformar em algo novo.

A morfoestase se refere a um conjunto limite de "requisitos" ou "alcance" que a composição de certa entidade como, por exemplo, as moléculas que compõem o ADN (ácido desoxirribonucleico), devem respeitar para que continuem sendo parte de uma estrutura de ADN. Caso uma molécula se comporte de uma maneira que não faz parte do "*compositional consistency requirements*" (requisitos de consistência composicional) ou do "*structural range*" (alcance ou variedade estrutural) do ADN, então tratar-se-á de outra substância ou entidade. As causas morfoestáticas que explicam a duração de certa entidade podem ser tanto internas como externas. No caso de um animal, as causas internas podem ser relacionadas ao funcionamento dos seus órgãos e sistemas de funcionamento; e as externas, ao equilíbrio da natureza, da disponibilidade de alimentos em certo contexto, da pressão atmosférica e, no limite, da permanência da gravidade (ELDER-VASS, 2010, p. 33-34).

As forças morfoestáticas também cumprem um papel fundamental nos poderes causais emergentes das entidades na medida em que, por mais que as entidades se transformem a todo instante, as partes que "continuam" e possuem duração na composição de certa entidade é que possibilitam a emergência desses poderes causais. No entanto, isso

não elimina a possibilidade de que uma força morfogenética supere as forças morfoestáticas: uma caneta pode ser jogada no fogo, alterando e destruindo as forças morfoestáticas em funcionamento, por exemplo. Outro aspecto que deve ser mencionado é que algumas entidades são constituídas morfoestaticamente por partes intercambiáveis, ou seja, as partes que compõem a dimensão morfoestática se alteram, sem, contudo, alterar a forma morfoestática geral da entidade em questão. Um ótimo exemplo é o das ondas do mar que batem em uma pedra: a todo momento, as moléculas específicas que compõem as ondas são alteradas, sem que com isso mude a constância do choque das ondas com a pedra em certo padrão. Na realidade social, podemos observar por sua vez, a maneira como muitas instituições sociais mantêm a sua forma morfoestática de funcionamento por anos a fio, sem grandes transformações, mesmo que as pessoas que compõem a sua estrutura burocrática sejam substituídas com certa frequência (ELDER-VASS, 2010, p. 35 e 36).

Quando falamos das forças morfogenéticas, em geral estamos nos referindo àquelas forças causais que foram responsáveis pelo surgimento de uma entidade específica no tempo ou de como uma entidade se transformou em outra coisa, possuindo, assim, uma espécie de “história morfogenética”. Como é de se supor, se tomarmos qualquer objeto isolado, como a mesma caneta do exemplo acima, estamos diante de uma infinidade de causas e forças que atuaram para que essa caneta viesse a existir, perpassando todo o seu processo de manufatura em uma fábrica, se desdobrando em um grande conjunto de relações sociais para que a própria fábrica viesse a existir e funcionar, além dos processos de extração da matéria-prima, os processos químicos e industriais envolvidos (e suas respectivas histórias) e assim sucessivamente. Assim, qualquer “história morfogenética” envolve um conjunto de acontecimentos e relações inabarcável para qualquer empreitada investigativa — mas nem por isso menos reais, de acordo com a perspectiva do realismo crítico. Para fins de investigação, em qualquer ciência, ficamos em geral satisfeitos se conseguirmos encontrar as mudanças mais recentes ou relevantes pelas quais passou uma entidade no que diz respeito aos nossos interesses de pesquisa, priorizando, assim, as causas “mais próximas” (ELDER-VASS, 2010, p. 34; ARCHER, 1988, 1995, 2003).

No caso das ciências sociais, que têm por objeto “estruturas dinâmicas”, a continuidade das estruturas sociais depende em grande parte não só de um equilíbrio entre as forças morfoestáticas e morfogenéticas, mas da capacidade constante de adaptação dessas estruturas às forças internas e externas. Variações nesses sistemas não são desvios,

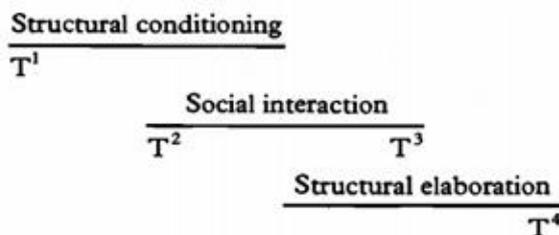
mas parte da normalidade de sua constituição, sob o risco de deixarem de existir. Para os realistas críticos, ter isso em vista possibilita a discussão a respeito do caráter tanto estável quanto transformador das estruturas sociais — um problema para teorias como a de Talcott Parsons, que possuiria poucos instrumentos e conceitos para pensar o aspecto dinâmico das organizações sociais. Importantes desenvolvimentos recentes das ideias de Archer e de seu grupo de pesquisa têm caminhado no sentido de caracterizar a sociedade moderna como marcada pela predominância de processos morfogenéticos sobre aspectos morfoestáticos, ou seja, em que mudança e transformação são entendidos como o “normal”, o que pode ser observado na ampliação dos fluxos sociais e econômicos da globalização; na fragmentação normativa e diminuição da integração social dos Estados-nação; no crescimento das desigualdades e controle capitalista oligopolista; na influência que as plataformas digitais possuem no comportamento dos indivíduos; nas diversas perspectivas de melhoramento humano corporal e genético; no desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial e possível construção de uma sociedade “pós-humana”, e assim por diante (ARCHER, 2013, 2014, 2015; ARCHER & MACCARINI, 2021; AL-AMOUDI & MORGAN, 2019; AL-AMOUDI & LAZEGA, 2019; CARRIGAN & PORPORA, 2021).

Além dos tradicionais “agência e estrutura”, os “ciclos morfogenéticos” de Archer são compostos ainda de uma terceira dimensão, ignorada em grande parte das propostas de síntese (ou entendidas como parte da estrutura), que é a dimensão “cultural”. Agência, estrutura e cultura são os elementos básicos da explicação sociológica segundo Archer, e não apenas as duas primeiras. A relação do que Archer chama de “Morfogênese” e “Morfoestase” da vida social ocorre através da mediação da agência humana, que elabora internamente (reflexivamente) os condicionantes causais estruturais e culturais descendentes, exercendo por sua vez uma influência causal ascendente nas estruturas e na cultura. No entanto, os condicionantes estruturais devem ser pensados como dimensões relativamente autônomas, com poderes causais distintos e descendentes sobre a ação dos indivíduos, tendo como uma de suas principais características o fato de que os precede no tempo: quando um indivíduo nasce encontra diversas estruturas sociais e aspectos culturais familiares, religiosos, educacionais e linguísticos prontos.

É da relação entre as forças causais descendentes das estruturas e da cultura e as forças causais ascendentes da elaboração reflexiva individual — que varia contextualmente e de indivíduo para indivíduo, tendo maior ou menor conformismo em relação a elas —,

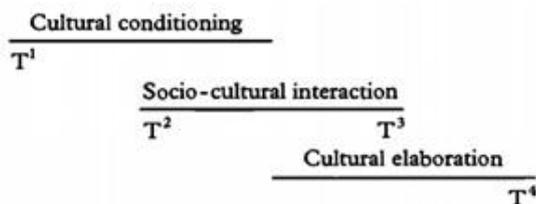
que se reproduzem ou se transformam as relações sociais. Como podemos ver na figura abaixo, Archer considera conveniente metodologicamente dividir essa interação em quatro momentos temporais (Ts), em três ciclos morfogenéticos, que representam momentos do processo de morfogênese da estrutura, da cultura e da agência:

Figura 2 - A morfogênese da estrutura



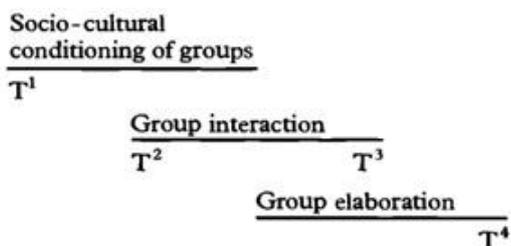
Fonte: Archer (1995, p. 193 e 194).

Figura 3 - A morfogênese da cultura



Fonte: Archer (1995, p. 193 e 194).

Figura 4 - A morfogênese da agência



Fonte: Archer (1995, p. 193 e 194).

Como dissemos, tal separação possui um caráter analítico, procurando evidenciar, no fluxo da vida social, momentos significativos da reprodução e transformação social. Vamos então à descrição desses momentos: T1) em um primeiro momento podemos discernir analiticamente a influência causal estrutural e cultural sobre os indivíduos e os grupos sociais no fluxo da vida social. Essas dimensões precedem os indivíduos historicamente, por isso a representação traça uma linha unidirecional; T2 e T3) em um

segundo e terceiro momentos, pode-se distinguir a interação propriamente dita entre os condicionamentos estruturais e culturais e os indivíduos e grupos sociais. Nesse momento, a interação não é mais unidirecional, mas bidirecional; T4) em um quarto momento, pode-se distinguir a elaboração reflexiva (interna) grupal ou individual frente a esses condicionantes, resultando desse processo reflexivo comportamentos que podem tanto contribuir com a manutenção das estruturas e padrões culturais dominantes, a que Archer chama de “morfoestase”, ou com sua transformação e mudança, a que a autora se refere como “morfogênese”. Tais elaborações estruturais e culturais são temporalmente posteriores ao condicionamento que ocorre em T1. A intenção de Archer é que tal modelo dê conta do caráter mais ou menos fixo das relações sociais, mas, ao mesmo tempo, da dimensão historicamente mutável da realidade social, sem fundir ou separar drasticamente as dimensões estruturais, culturais e agentivas em um só bloco (ARCHER, 1995, pág. 194).

Para Archer, na falta de uma concepção estratificada da realidade que preserve uma autonomia relativa da realidade social, pode-se desembocar em três erros comuns da teoria social desde o seu surgimento. O primeiro erro é o que chama de “conflação ascendente” (*upwards conflation*), caracterizado pela explicação reducionista do todo social a partir dos seus constituintes básicos, os indivíduos. Tal erro seria uma característica fundamental do que ficou conhecido como Individualismo metodológico, que tende a pensar a sociedade como um mero agregado de indivíduos. A autora destaca John Stuart Mill e Max Weber como defensores característicos dessa postura. O erro oposto seria o de abstrair a existência de indivíduos que pensam e são capazes de articular razões a respeito das escolhas que fazem, reduzindo-os a marionetes de estruturas sociais — um problema característico da sociologia funcionalista de autores como Émile Durkheim e do holismo metodológico de maneira geral desde Auguste Comte, a que a autora chama de “conflação descendente” (*downwards conflation*). Se no erro da conflação ascendente os indivíduos parecem estar a todo instante recriando a realidade através de suas ações em uma espécie de “vácuo” estrutural ou cultural, na conflação descendente, as abordagens estruturalistas ignoram o caráter criativo e inovador que os indivíduos podem e desempenham com frequência em suas ações.

O terceiro erro, segundo o realismo crítico — e que nos interessa mais diretamente nesse trabalho — diz respeito ao erro de abordagens como a da teoria da estruturação de

Anthony Giddens ou de outros teóricos sociais das diversas correntes das ciências sociais que, a partir da década de 1960, procuraram unificar estrutura e ação em um modelo teórico que contemple de maneira equilibrada as duas dimensões da vida social. Em geral, essas perspectivas possuem muitos pontos de intersecção no que diz respeito a defender a indispensabilidade da agência e da estrutura, mas discordam da maneira de conceituar esse entendimento (ARCHER, 1982, p. 456). Para Archer, as formulações de Giddens, com quem ela discute de maneira mais frontal — a que aqui daremos maior atenção —, realizariam uma “conflação central” (*central conflation*), fundindo indivíduo e sociedade em suas formulações, o que considera igualmente inadequado, pois, na tentativa de elaborar um modelo teórico que leve em conta a dimensão causal tanto da agência como da estrutura, acabam por descaracterizá-las e até cometer os mesmos erros passados (ARCHER, 1995, p. 1-16).

Em um artigo seminal chamado *Morphogenesis vs structuration; On Combining Structure and Action* (1982), Archer defende que formulações como a de Giddens, na teoria da estruturação, em que a sociedade existe tão somente como prática social realizada e reproduzida por indivíduos, levariam a uma concepção excessivamente voluntarista da ação social em alguns momentos, deixando de lado o aspecto real da existência das estruturas sociais, e em outros sendo na verdade bastante confuso. Sínteses teóricas à maneira do que Giddens realizou, no entendimento de Archer, acabaram por oscilar entre momentos que, de um lado, fundem indivíduo e sociedade, dando uma feição voluntarista à reprodução e à transformação social, e, em outros momentos, trata as transformações sociais de modo exageradamente estruturalista. Ela entende que, na tentativa de superar o dualismo entre agência e estrutura, Giddens acaba por não estabelecer de modo claro as diferenças ontológicas e metodológicas entre as duas dimensões e a relação entre elas no tempo.

Como discutimos, por meio da ideia de “dualidade da estrutura”, a imagem da sociedade de Giddens é a de um fluxo social de atos que transformam a todo instante o mundo recorrendo às estruturas para tal fim. Sua concepção de sociedade implica rejeitar qualquer conceituação da agência e da estrutura de modo separado, uma vez que seriam mutuamente constitutivos. No entendimento de Archer, a teoria da estruturação de Giddens falha em não dar indicações precisas a respeito da relação entre agência e estrutura e sugerir sempre imagens “confusas” a respeito do “fluxo” de eventos da vida social e do

papel da ação na reprodução da vida em sociedade, escapando às formulações de Giddens que tanto voluntarismo quanto determinismo coexistem na vida social e de maneiras variadas. Nesse contexto, Archer faz duas críticas à ideia do caráter recursivo da realidade social, segundo o exemplo da “sociedade como linguagem” de Giddens: 1) em primeiro lugar, as regras e recursos da sociedade não são tão coerentemente organizadas como as regras gramaticais. As “regras e recursos” não são tão explícitas e facilmente explicadas através dos conceitos que utilizamos como ocorre na sintaxe e na definição das orações, etc; e 2) em segundo lugar, a ação não está, assim, tão estreitamente integrada às propriedades estruturais: não só as dimensões menores do comportamento podem ser irrelevantes para os sistemas sociais, como alguns comportamentos com maior chance de impacto no mundo social podem, seja por cancelamento mútuo ou por ter efeitos autocontidos, não exercerem tanto efeito no mundo. Por outro lado, outras ações podem produzir efeitos de longo alcance e consequências emergentes. Todas essas diferentes possibilidades permanecem indiferenciadas em Giddens (ARCHER, 1982, p. 457-460).

Ao não diferenciar a autonomia dos poderes causais da agência e da estrutura, Archer entende que Giddens submete com facilidade as propriedades estruturais sempre aos desígnios da ação intencional ou não intencional dos indivíduos. Mas aspectos estruturais materiais, por exemplo, não necessariamente precisam ser “instanciados” para gerar constrangimentos causais subsequentes na ação dos indivíduos, como quando a escassez em um país ou região possui efeitos sociais sem nenhuma instanciação específica da ação dos indivíduos, mas sim a partir de dimensões meteorológicas, crescimento populacional, falta de competência, falta de terra, etc. Nesse contexto, Giddens falharia com recorrência em especificar de maneira concreta aspectos das suas formulações, incorrendo em erros como o de imaginar que as estruturas podem ser definidas de maneira abstrata e fixa, sem levar em conta as infindáveis diferenciações entre as dimensões estruturais. Para Archer, é preciso levar em conta que características das propriedades estruturais contribuem por si mesmas para as diferentes maleabilidades dessas mesmas estruturas, independentemente da quantidade de poder que os atores venham a ter. Regras de taxação são mais fáceis de mudar do que coisas como a demografia de um país, por exemplo; já a distribuição do conhecimento em uma sociedade é altamente resistente à mudança, assim como a burocracia, as distinções de gênero e étnicas, etc. Já outros aspectos estruturais de uma sociedade são praticamente imutáveis, tais como os recursos

naturais disponíveis. Mesmo configurações específicas de regras e recursos como a lei, a Constituição ou o capitalismo possuem mutabilidades distintas entre os seus componentes internos (ARCHER, 1982, p. 461-462).

Giddens está totalmente correto ao afirmar que as leis nas ciências sociais são de caráter histórico (ou seja, mutáveis ao longo do tempo), mas, enquanto seu apoio a essa visão se baseia principalmente no conhecimento reflexivo e no comportamento dos atores, o meu se baseia em mudanças na própria estrutura social que exigem que teorizemos sobre ela de maneiras diferentes, uma vez que nosso objeto de estudo se alterou (ARCHER, 1982, p. 471, tradução nossa).²⁹

Além do mais, a teoria da estruturação falha, no entendimento de Archer, ao entender que as estruturas existem apenas de maneira “virtual”, passando a existir de maneira efetiva apenas à medida que são “instanciadas” pelos indivíduos que as carregam em seus hábitos e memórias. Para Archer e o realismo crítico, de maneira geral, as estruturas são reais porque, se as estruturas só existissem “à medida que as pessoas as ativam”, seria fácil “ignorar” e, portanto, dismantelar as estruturas — quando, com frequência, mesmo contra a vontade dos indivíduos, as estruturas permanecem exercendo influência causal. Isso indicaria que, mesmo dependendo dos indivíduos, as estruturas possuem um tipo de existência que não é redutível eliminativamente à agência dos sujeitos (o tipo de existência que possuem, é o que vamos discutir nos próximos tópicos). Por outro lado, nações podem cair, políticos podem ser depostos e economias podem entrar em crise, mesmo que as pessoas estejam, ao mesmo tempo, fazendo esforços para mudar os fatores responsáveis por tais acontecimentos (ARCHER, 1982, p. 462). É nesse contexto, defenderá Archer, que não se pode tentar resolver teoricamente um problema (voluntarismo/determinismo) que só pode encontrar sua resposta na realidade empírica:

Enquanto a estruturação tenta *transcender* a divisão voluntarismo/determinismo por meio de um único salto conceitual (a “dualidade da estrutura”), a morfogênese *aborda* as respectivas ponderações dos dois aspectos analisando o rigor das restrições e os graus de liberdade em diferentes contextos estruturais e para diferentes grupos sociais (ARCHER, 1982, p. 465, grifos do autor, tradução nossa).³⁰

²⁹ No original: “Giddens is completely correct that laws in the social sciences are historical in character (i.e. mutable over time), but whereas his endorsement of this view rests principally on the reflexive knowledge and behaviour of actors, mine resides on changes in the social structure itself which require us to theorize about it in different ways since our subject matter has altered”.

³⁰ No original: “Whilst structuration attempts to *transcend* the voluntarism/determinism divide by a single conceptual leap (the ‘duality of structure’), morphogenesis *tackles* the respective weightings of the two aspects by analysing the stringency of constraints and degrees of freedom in different structural contexts and for different social groups”.

Sintetizando, Archer entende que, se agência e estrutura são inseparáveis na “dualidade da estrutura”, como apregoa Giddens — na medida em que os sujeitos só se tornam sujeitos mobilizando as estruturas, e as estruturas, por sua vez, só deixam de ser “virtuais” para se tornarem “reais” na medida em que são instanciadas pelos sujeitos que os carregam como “traços de memória” —, a consequência inevitável é que os poderes causais das estruturas e da agência não podem ser distinguidos uns dos outros. A maneira como Giddens conceitua a “dualidade da estrutura”, portanto, torna complicadíssima a tarefa de separar o indivíduo dos diferentes “círculos normativos” em que participa e que existem antes de ele vir a participar dele (familiares, escolares, profissionais, etc.) e que, por sua vez, sofre influências variadas dos seus membros. A principal falta à teoria da estruturação, nesse contexto, seria o conceito de “emergência”, tão caro ao realismo crítico, que permite compreender a relação de dependência e autonomia das entidades, umas em relação às outras, como discutimos no capítulo passado. A partir da compreensão da relação de emergência ontológica das estruturas em relação à agência, poder-se-ia conceituar mais adequadamente a relação de diferença, mas também de inter-relação causal entre os poderes da agência e da estrutura (ARCHER, 1982, 1995; ELDER-VASS, 2010, p. 119).

Archer entende que proposições acerca do caráter tanto “restritivo” quanto “possibilitador” das estruturas sociais são truísmos que não resolvem o real problema de construir um arcabouço teórico que lide adequadamente com as possibilidades de uma ou outra dimensão prevalecer em contextos específicos. Para construir tal arcabouço teórico/metodológico, seria preciso especificar de modo mais preciso a relação entre ação e estrutura o que, no seu entendimento, é evitado por Giddens na medida em significaria uma necessária teorização dualista dessas duas dimensões — contrariando sua própria ontologia. Para Archer, no fundo, a "suspensão" metodológica dos expedientes da “análise de conduta estratégica” e “análise institucional” são um indício de uma necessária dualidade analítica na investigação da estrutura e da agência, tarefa a que ela e outros membros do realismo crítico vêm se dedicando a desenvolver (ARCHER, 1982, p. 467).

Para a concepção realista e estratificada da realidade de Margaret Archer, divisões consagradas que tendem a separar o “micro” e o “macro” como dimensões fixas e com métodos exclusivos são equivocadas, uma vez que tais diferenças são relacionais e, portanto, sujeitas a ser classificadas ora como micro, ora como macro. A explicação para

essa relação específica teria como ideia central o conceito de “emergência”. Por exemplo, uma instituição escolar é uma entidade emergente de certa organização dos alunos, professores e corpo técnico em um dado lugar no espaço-tempo, possuindo características distintas dos indivíduos separadamente. A escola possui nesse caso uma relação macro com os estudantes que fazem parte do corpo discente, mas, ao mesmo tempo, a escola é micro, quando comparada com instituições maiores, como o sistema econômico capitalista ou o Estado:

(...) Quero sustentar que “micro e “macro são termos relacionais, o que significa que um determinado estrato pode ser “micro” para outro e “macro” para um terceiro, etc. O que justifica a diferenciação dos estratos e, portanto, o uso dos termos “micro” e “macro” para caracterizar sua relação é a existência de *propriedades emergentes* pertencentes ao último, mas não ao primeiro, mesmo que tenham sido elaboradas a partir dele. Mas isso não tem nada a ver com tamanho, local ou sentimento. As propriedades emergentes são relacionais, decorrentes da combinação (por exemplo, a divisão do trabalho da qual surge a produtividade), em que a última é capaz de reagir contra a primeira (por exemplo, produzir trabalho monótono), tem seus próprios poderes causais (por exemplo, a riqueza diferencial das nações), que são causalmente irreduzíveis aos poderes de seus componentes (trabalhadores individuais). Isso sinaliza a *natureza estratificada da realidade social*, em que diferentes estratos possuem diferentes propriedades e poderes emergentes (ARCHER, 1995, p. 9, grifos do autor, tradução nossa).³¹

Nesse sentido, a diferença fundamental de Archer para autores como Giddens está, além de procurar fornecer uma explicação mais detalhada dos mecanismos da mudança e da transformação social, em afirmar que as entidades estruturais não são apenas abstrações e, no máximo, conceitos úteis, mas fenômenos de fato existentes ontologicamente com poder causal sobre os indivíduos. As estruturas sociais, culturais e a dimensão da agência possuiriam, portanto, ao mesmo tempo, existência relativamente autônoma e interinfluências causais variáveis umas em relação às outras, a depender do contexto de interação. Sendo assim, Archer se opõe a aspectos centrais da teoria da estruturação e entende que a especificação dos graus de voluntarismo e determinismo, e as suas consequências, devem ser investigados no contexto da pesquisa empírica — ao invés da

³¹ No original: “(...) I want to maintain that 'micro' and 'macro' are relational terms meaning that a given stratum can be 'micro' to another and 'macro' to a third etc. What justifies the differentiation of strata and thus use of the terms 'micro' and 'macro' to characterize their relationship is the existence of *emergent properties* pertaining to the latter but not to the former, even if they were elaborated from it. But this has nothing to do with size, site or sentiment. Emergent properties are relational, arising out of combination (e. g the division of labour from which productivity emerges), where the latter is capable of reacting back on the former (e.g. producing monotonous work), has its own causal powers (e.g. the differential wealth of nations) which are causally irreducible to the powers of its components (individual workers). This signals the *stratified nature of social reality* where different strata possess different emergent properties and powers”.

insistência conceitual na simultaneidade das duas como na teoria da estruturação. Além do mais, defende que a separação analítica entre as dimensões da estrutura e da interação social permite compreender mais adequadamente os processos de “estruturação” e “reestruturação” que são deixados de lado quando se confundem as dimensões sincrônicas e diacrônicas. E, por fim, entende que a distinção entre “sujeito” e “objeto”, ao contrário do que apregoa Giddens, é importante para que se possa mais adequadamente compreender a influência do indivíduo na sociedade, e vice-versa (ARCHER, 1982, p. 477). Passemos agora para os complementos dessa mesma crítica à teoria da estruturação em Dave Elder-Vass, autor de *The causal power of social structures* (2010) que, por sua vez, incorpora mais elementos da teoria da estruturação no quadro geral do realismo crítico.

4.1.2 O emergentismo relacional de Dave Elder-Vass e a teoria da estruturação

Dave Elder-Vass se utiliza do conceito de “emergência relacional”, que já apresentamos, para elaborar um modelo mais empírico de atribuição de causalidades no mundo social, através de raciocínios contrafactuais. De um lado, busca de modo original esclarecer e especificar a ontologia dos grupos sociais que possuem esses poderes estruturais, deixando de lado as elaborações teóricas que falam das “influências sociais” de modo abstrato. Ao mesmo tempo, a partir de outros realistas críticos — como a própria Archer —, procura esclarecer o papel dos poderes causais da ação individual nos eventos sociais. Assim como Archer, o britânico entende que o mundo social é constituído por uma série de estruturas que se sobrepõem e que possuem poderes causais de diferentes ordens, para os quais o seu exercício depende também dos indivíduos, em interação com essas estruturas. No entanto, Elder-Vass entende que vai além de Archer na medida em que defende que o investigador social deve identificar com maior precisão as entidades e os mecanismos dos poderes causais em atuação nos eventos sociais.

A concepção de emergência e causa utilizada por Elder-Vass é, em muitos sentidos, tributária à de Bhaskar em *A realist theory of Science* (2008), compartilhando com ele as críticas ao empiricismo e ao pós-modernismo (BHASKAR, HARRÉ, 2001) (ELDER-VASS, 2010, p. 11 e 12). Nesse sentido, entende que as ciências sociais devem se esforçar para lidar com múltiplas determinações e influências causais, distinguindo empiricamente os diferentes poderes causais das estruturas sociais e dos indivíduos, uma tarefa bastante

complicada, mas necessária para o combate à vagueza ontológica que caracteriza boa parte das reflexões teórico-sociológicas.

Tal concepção se opõe diretamente à noção de causa dos modelos humianos e hempelianos, que caracterizam o modelo-padrão da explicação científica, na medida em que eventos não são fenômenos deterministas, que necessariamente devem tomar a forma de leis, mas o resultado de uma grande quantidade de poderes causais em interação. Uma vez que as entidades possuem diferentes níveis de composição, diferentes e diversos também seriam os poderes causais em questão na explicação de uma realidade específica. Com o perdão da longa citação, nos parece que ela sintetiza alguns dos principais conceitos discutidos até aqui:

O primeiro elemento significativo dessa ontologia emergentista é a *entidade*. As entidades são inteiros — para dizer de forma grosseira, coisas — compostos de outras entidades, que são suas *partes*. Os exemplos incluem organismos biológicos, compostos de células, ou moléculas, compostas de átomos. Como as partes das entidades são entidades elas mesmas, que também têm partes, e assim por diante, até um nível mais baixo que atualmente está além da compreensão de nossa ciência, cada entidade é uma espécie de hierarquia laminada das entidades menores das quais é composta.

As entidades podem possuir *poderes causais reais*, que também podem ser chamados de *propriedades emergentes* da entidade. Embora esses dois termos sejam usados de forma um pouco diferente e, em grande parte, em literaturas diferentes, eles se referem essencialmente ao mesmo elemento estrutural. Da forma como entendo a emergência, um poder causal ou propriedade emergente é a capacidade de uma entidade de ter certo tipo de efeito causal no mundo por si só — um efeito que é algo mais do que os efeitos que seriam produzidos pelas partes da entidade se elas não estivessem organizadas nesse tipo de todo.

As propriedades emergentes são o produto de *mecanismos causais*. Os mecanismos causais são processos que dependem de interações entre as partes, interações que só ocorrem quando essas partes estão organizadas nas *relações* específicas que as constituem em um todo que possui essa propriedade emergente. Embora as propriedades emergentes e, portanto, os poderes causais reais possam ser explicados, eles não podem ser eliminados. Elas existem somente quando o tipo relevante de todo existe, portanto, são poderes causais desse tipo de todo, e não de suas partes. Isso significa que as ontologias emergentistas podem resolver o problema do reducionismo: elas permitem que propriedades de nível superior sejam explicadas cientificamente (uma *redução explicativa*), mas não permitem que sejam substituídas por propriedades das partes em explicações causais (uma *redução eliminativa ou ontológica*).

A variedade de emergência que venho discutindo até agora pode ser chamada de *emergência relacional*. A emergência relacional é uma relação sincrônica que exige uma explicação contrafactual. Ela descreve um tipo específico de relação entre um todo e suas partes em um determinado momento: a relação de ser composto por essas partes, mas também possuir propriedades que as partes não possuiriam se não estivessem organizadas em um todo. A emergência relacional deve ser diferenciada das concepções temporais de emergência, exemplificadas pelos usos leigos do termo, em que ele se refere a nada mais do que a primeira aparição de algum fenômeno. O surgimento relacional implica o surgimento temporal anterior ou simultâneo, mas o surgimento temporal não implica o surgimento relacional, já que pode haver “amontoados” - coleções de entidades

que não possuem propriedades emergentes como um todo. Essas entidades surgem temporalmente, mas não de forma relacional.

O surgimento temporal é, no entanto, importante na explicação do surgimento relacional, pois uma entidade e, portanto, suas propriedades emergentes não podem vir a existir sem uma história causal. A existência de uma entidade em um determinado momento é sempre contingente; ela depende de uma história causal na qual operam fatores causais *morfogenéticos* e *morfoestáticos*. Os fatores morfogenéticos são aqueles que contribuem para a existência da entidade em sua forma atual e os fatores morfoestáticos são aqueles que contribuem para sustentar essa existência ao longo do tempo. A qualquer momento, os fatores causais que tendem a acabar com a existência da entidade podem superar as causas morfoestáticas que tendem a sustentá-la, daí a contingência da existência da entidade. Da mesma forma, os fatores morfogenéticos podem alterar a forma de uma entidade de forma mais sutil. Em alguns casos, essas mudanças podem ser consistentes com a continuação dos poderes causais da entidade; em outros, a entidade pode ser tão alterada que alguns de seus poderes causais são eliminados ou, de fato, aprimorados ou substituídos por outros diferentes. Portanto, o surgimento sincrônico é totalmente consistente com a possibilidade de mudança.

Os *eventos*, por fim, são causados por interações entre os poderes causais das entidades envolvidas. Assim, eles geralmente não são determinados por um único poder causal ou por uma única *lei*, como no modelo de causalção nomológico-dedutivo de Hempel, mas são *multiplamente determinados* ou codeterminados por uma variedade de poderes em interação, que podem ser possuídos por entidades em vários níveis da hierarquia de composição.

Em resumo, uma ontologia emergentista identifica vários *elementos estruturais* que esperamos encontrar em qualquer objeto de investigação científica: *entidades*, compostas de partes (que são elas mesmas entidades), organizadas por relações específicas entre as partes e possuindo *propriedades emergentes* em virtude dessas relações. Para explicar essas entidades, relações e propriedades, precisamos identificar os *mecanismos* pelos quais as partes e as relações produzem as propriedades, as *causas morfogenéticas* que levam esse conjunto de partes a esse conjunto de relações em primeiro lugar e as *causas morfoestáticas* que as mantêm assim. E, uma vez equipados com esses elementos, podemos continuar a explicar *eventos* e, às vezes, *regularidades* de eventos ou regularidades parciais, mostrando como as propriedades emergentes ou os poderes causais das entidades envolvidas interagem para codeterminar esses eventos (ELDER-VASS, 2010, p. 66-68, grifos do autor, tradução nossa).

A identificação de todos esses elementos, no âmbito da investigação e teoria social, resulta em uma crítica, por exemplo, a concepções que encaram as estruturas de maneira “incorporada” (*embodied*), presentes em autores como Giddens, Foucault e Bourdieu. Nessas concepções, as estruturas sociais são o resultado das ações de indivíduos que incorporam as competências, regras, recursos, limitações, condicionamentos e valores sociais estruturais, se realizando tão somente como disposições corporificadas utilizadas na produção e reprodução social. Elder-Vass, defende que essas concepções da estrutura social são limitadas por não enfrentarem a questão ontológica de saber que entidades compõem as estruturas sociais e como elas exercem influência e causalidade no mundo (ELDER-VASS, 2010, p. 79).

Um dos objetivos de Elder-Vass em *The causal powers of Social Structures* (2010) é justamente identificar as entidades sociais que possuem poderes causais nessas estruturas. Conceitos como os de "sociedade" ou "nação", como um agregado de relações que compõem um Estado-nação, por exemplo, seriam pobres e com baixa coerência, impossibilitando que investiguemos os poderes causais estruturais de maneira precisa. Os poderes ou influências "sociais" seriam mais bem entendidos, então, se buscássemos compreender as entidades sociais que se localizam entre os indivíduos e as noções maiores como as de "nação", atentando para os grupos e instituições sociais com poderes causais discerníveis, evitando, assim, a negligência dessas estruturas de meio termo (ELDER-VASS, 2010, p. 82 e 83).

Para a realização desse projeto, Elder-Vass faz uso de uma metodologia a que se refere como "iteração" (*iteration*), que consiste em identificar os mecanismos sociais e agentivos possuidores de poderes causais, clarificando ontologicamente a natureza dos objetos investigados. Em *The causal powers of social structures* (2010) Elder-Vass submete algumas teorias a esse processo de análise, com vistas a encontrar não somente as limitações teóricas e ontológicas das abordagens, mas também seus méritos, incorporando-os nas formulações do realismo crítico, como é o caso da concepção de estrutura de Giddens, como "regras e recursos" (ELDER-VASS, 2010, p. 85).

Como temos discutido, desde os tópicos anteriores, para realistas críticos como Archer, entre as diversas formas possíveis de conceituar as "estruturas sociais", Anthony Giddens escolhe compreendê-las basicamente como "estrutura incorporada", dando pouca autonomia causal para a estrutura em si, que, se participa dos eventos sociais, é justamente através da mediação realizada pelos indivíduos que as mobiliza como "regras e recursos" à sua mão. O corolário desse entendimento, mesmo que não seja proposital, seria o de que as estruturas só existem enquanto estão sendo mobilizadas, recaindo, portanto, em alguma espécie de voluntarismo.

Para Giddens, (...) tanto a estrutura social quanto a agência individual são elementos necessários na explicação sociológica. Mas, para Giddens, a estrutura não existe a não ser como as concepções subjetivas de regras mantidas pelos indivíduos e suas percepções dos recursos aos quais eles têm acesso (Giddens 1984: 17). (...) isso representa uma negação de qualquer influência distinta real

da estrutura, por meio da confluência entre estrutura e agência (ARCHER, 1982) (ELDER-VASS, 2010, p. 85, tradução nossa).³²

Os principais problemas da ontologia da teoria da estruturação seriam, portanto, não só a fusão entre agência e estrutura como também uma vasta ambiguidade em uma série de questões. Se, por um lado, dirá Elder-Vass, Giddens assume em certos momentos uma posição quase durkheimiana, defendendo uma existência externa aos indivíduos das estruturas sociais, ao entendê-las como "regras e recursos", parte dos sistemas sociais (GIDDENS, 1996, p. 66), por outro lado, em momento posterior, abraça a tese de que essas estruturas só existiriam como dimensões instanciáveis nas mentes e nas práticas dos indivíduos ou como "traços de memória", rejeitando, então, a existência ou, em qualquer sentido de "exterior", das estruturas sociais (GIDDENS, 2009, p. 17-26). Para Elder-Vass, é como se Giddens ontologicamente aceitasse apenas a existência da dimensão individual, mas teoricamente abraçasse o poder causal das normas e regras, o que é contraditório ou, no mínimo, ambíguo — afinal, como pode uma coisa que não existe possuir poder causal? Ou ainda: como pode ser que algo que não possui poder causal, ser extensamente compartilhada entre vários indivíduos em uma comunidade, como, por exemplo, padrões culturais ou representações coletivas? (ELDER-VASS, 2010, p. 118).

"Representação coletiva" parece, portanto, a Giddens, em um momento, algo que existe por si mesmo na sociedade e tem poder causal nas próprias representações dos indivíduos e, em outro momento, simplesmente algo que existe nos indivíduos e "por acaso" é compartilhado em um grupo social específico. De qualquer modo, Elder-Vass considera que qualquer uma dessas formas de compreensão, além de ambíguas, estão equivocadas. Primeiro, entender que as coletividades ou grupos sociais possuem representações sociais supõe que tais coletividades possuem cérebros, o que não é o caso — só indivíduos possuem representações. E, em segundo lugar, afirmar que "o que existe realmente em sentido ontológico são os indivíduos", que instanciam as estruturas e regras sociais, é uma forma limitada de compreender a questão, na medida em que não explica o porquê de existir o compartilhamento de perspectivas semelhantes nos grupos sociais. É preciso reconhecer que, em alguma dimensão, as estruturas sociais exercem influência

³² No original: "For Giddens, (...) both social structure and individual agency are necessary elements in sociological explanation. But for Giddens, structure has no existence other than as the subjective conceptions of rules held by individuals and their perceptions of the resources to which they have access (Giddens 1984: 17). As Archer has argued, this represents a denial of any real distinct influence to structure, through the conflation of structure and agency".

causal para que existam, como de fato existem, padrões de comportamento e de cultura (ELDER-VASS, 2010, p. 119).

Na medida em que, com cada vez menor frequência, se tornou aceitável na teoria social considerar o conceito de “estrutura” como associado à ideia de “Estado-nação”, seguindo o legado durkheimiano, que escrevia na Era dos Impérios — seja pelo crescimento da globalização ou pela percepção crescente das linhas tênues nas fronteiras de tais Estados, autores como Giddens encaram a sociedade como *clusters*, ou conjuntos de instituições. No entanto, Giddens, por exemplo, novamente parece atribuir pouca força causal à dimensão da sociedade e dessas instituições, segundo Elder-Vass, considerando as estruturas apenas, como consta em *A constituição da sociedade* (2009), como “instanciações nas práticas e nos traços de memória que orientam a conduta de agentes humanos conscientes”. Esta é a principal contestação, de natureza ontológica, de autores realistas críticos a Anthony Giddens (além da já mencionada “vagueza ontológica”): a de considerar que ele despreza a existência causal das estruturas sociais, atribuindo existência apenas a indivíduos e suas consequências intencionais e não intencionais (ELDER-VASS, 2010, p. 120).

Em suma, a questão a que Elder-Vass quer chegar é a de que Giddens não conseguiu superar a concepção de sociedade à maneira de Durkheim — como poder causal responsável pelas instituições normativas, ao mesmo tempo que considera essa concepção durkheimiana insustentável. Diante de tal situação, compreende que haveria duas possibilidades de resposta. A primeira significa rejeitar toda a tradição durkheimiana de pensar as estruturas sociais, como tem sido a escolha de muitos pós-estruturalistas que compreendem que não existiria nada para além das “práticas”. Na linha dessa rejeição da tradição durkheimiana, Elder-Vass cita John Urry, as sociologias das mobilidades e Bruno Latour com a sua sociologia das associações, influenciada pelo arquirrival de Durkheim, Gabriel Tarde. Bruno Latour (2012), por exemplo, se opõe ao que chama de “sociologia do social”, que toma de partida o social como existente, para pensar nas relações não fixas e não dadas, rastreando as suas construções através de atores humanos e não humanos. A segunda resposta, esta escolhida por Elder-Vass, é a de preservar a ideia de estrutura social, mas sem necessariamente ligá-la à concepção de sociedade como um todo, identificando outras coletividades sociais menores como as portadoras dos poderes estruturais, localizando os mecanismos responsáveis pela sua existência e funcionamento

— o que permitiria, por seu turno, destacar as “associações” a que se refere Latour³³ (ELDER-VASS, 2010, p. 121).

Ao fazer isso, estarei seguindo o conselho de Latour de rastrear as associações em funcionamento, mas, em vez de rastrear essas associações com o objetivo de substituí-las por uma estrutura social, estarei rastreando-as com o objetivo de explicar como essa estrutura social funciona (ELDER-VASS, 2010, p. 121 e 122, tradução nossa³⁴).

No entendimento de realistas críticos como Elder-Vass, portanto, a "integração" entre agência e estrutura realizada por Giddens é uma solução ontológica ruim à relação entre indivíduo e sociedade, acabando por fundir dimensões que possuem existências próprias, apesar de causalmente relacionadas — trazendo confusões e dificuldades de aplicação empírica (ELDER-VASS, 2010, p. 138). Nesse sentido, a conciliação entre agência e estrutura de Giddens não seria aquela que escolhe pela conciliação entre duas forças causais, mas sim uma que optasse pela mediação por meio da ação humana, o que, no entendimento de Elder-Vass — que acompanha Archer nessa crítica — é uma forma de confluência que prioriza a ação como força causal, dando-lhe uma feição “voluntarista”.

O conteúdo da estrutura social, para Giddens, são as regras e os recursos que estabilizam as práticas sociais e desempenham um papel fundamental em sua reprodução. Talvez a característica mais controversa da teoria da estruturação de Giddens seja a alegação de que a estrutura não tem existência fora dessas

³³ Por outro lado, talvez um motivo de discordância e oposição entre a ontologia social do realismo crítico e a de Latour (2012) seja a crítica do francês ao que entende como uma posição “antropocêntrica” de teorias sociais que entendem existir diferenças fundamentais entre o âmbito da natureza e o das relações sociais. Na ontologia de Latour, não há o âmbito humano e o âmbito da natureza, como instâncias separadas, cabendo a cada dimensão especificidades e métodos próprios de investigação. O âmbito social seria composto não só de pessoas, mas de agentes não humanos, mediando acontecimentos no mundo e, portanto, devendo ser observados em campo (ou laboratório) como parte de uma rede de relações. Em linha semelhante de raciocínio, segue John Law (2004), que concebe a ontologia não como ponto de partida à maneira do realismo crítico, mas como ponto de chegada de um conjunto de métodos e maneiras de “esquadrinhar” a realidade. Segundo Law, os métodos de investigação social, em vez de serem como “ferramentas” à mão do (a) investigador (a), que pretende descrever uma realidade “dada”, são formas de fazer essa realidade, em um sentido ontológico, deixando de lado e incluindo singularidades no mundo investigado e, nessa mesma medida, possuindo um caráter político ao incluir ou não certos aspectos e entidades no conjunto de coisas que “existem”. Em lugar de existir uma “realidade lá fora” sobre a qual os métodos disputariam a primazia e capacidade de observação, os métodos em si seriam uma forma parcial de abordar o mundo. A saída política do autor é conchamar à “bagunça metodológica” especialmente voltada a objetos não consagrados de investigação, ampliando o escopo das ciências sociais e dos objetos possíveis. Assim, a metodologia seria menos uma “jaula” da realidade, e sim uma possibilitadora e criadora de realidades, sempre renovadas em formas de existência e observação. Os detalhes desse debate, semelhanças e diferenças, é tarefa para trabalhos futuros.

³⁴ No original: “In doing so, i will be following Latour's advice to trace the associations at work, but instead of tracing these associations with a view to substituting them for a social structure, i will be tracing them with a view to explaining how that social structure works.”

práticas e das mentes dos agentes humanos envolvidos em sua reprodução: "A estrutura não é 'externa' aos indivíduos: como traços de memória e como instanciada nas práticas sociais, ela é, em certo sentido, mais 'interna' do que externa às suas atividades em um sentido durkheimiano". A estratégia de Giddens para conciliar estrutura e agência, portanto, parece permitir algum tipo de efeito causal à estrutura, mas ao mesmo tempo nega um status ontológico distinto para a estrutura, vendo-a como 'virtual', exceto nos momentos em que aparece como uma propriedade de indivíduos humanos. Como diz Cohen, ele procura explicar os efeitos dos grupos ao mesmo tempo que rejeita a visão de Durkheim de que "os grupos sociais são entidades *sui generis* com propriedades próprias". Ele rejeita explicitamente o argumento de Durkheim de que a estrutura pode ser vista como emergente e, portanto, como exercendo uma influência causal em seu próprio direito. Parece que ele reconcilia estrutura e agência, não como poderes causais distintos de tipos de entidades inter-relacionadas, mas como aspectos diferentes de indivíduos humanos (ELDER-VASS, 2010, p. 138, tradução nossa).

Já para os realistas críticos como Archer e Elder-Vass, o motivo da discordância não está em defender que as estruturas existem "independentemente" da ação humana, nem Durkheim disse isso, mas sim que as interações humanas fazem emergir instituições e estruturas sociais que possuem poderes causais reais que são mais do que a simples soma das ações individuais e possuem uma existência que é ontologicamente distinta daquela dos indivíduos, como entidades particulares.

Até que ponto a compreensão de Margaret Archer e de outros realistas críticos de que Giddens realiza uma fusão (*conflate*) entre agência e estrutura está correta? Esta é uma questão em aberto. Rob Stones (2001, p. 194-195), por exemplo, defende que é um equívoco afirmar que Giddens "funde" ação e estrutura, procurando tão somente rejeitar o dualismo radical, e defende, entre outras coisas, que a teoria da estruturação pode ser facilmente conciliada com a ontologia do realismo crítico e com conceitos tais como o de "emergência".

Já para Elder-Vass, um dos principais entraves à conciliação entre uma concepção realista e a teoria da estruturação é que as duas correntes parecem estar se referindo a coisas diferentes quando falam em "estruturas". Elder-Vass acredita que, do ponto de vista do realismo crítico, entender que as estruturas não existem de outro modo que não na "cabeça" das pessoas que as "instanciam" é inconcebível, sendo mais plausível a ideia de que o que os indivíduos possuem na "cabeça" faz parte das estruturas, que é uma entidade social maior. O realismo crítico, portanto, defende uma concepção forte de estrutura, enquanto a teoria da estruturação abraça uma concepção fraca.

Independentemente dessas nuances e da justiça ou não na crítica que se faz à teoria da estruturação e das possibilidades de síntese entre essas duas teorias, mais complicado ainda é o fato de que é difícil concluir, inclusive, qual seria a posição do autor de *A constituição da sociedade* a respeito dessa questão, sendo, em alguns momentos, aparentemente mais próxima a uma concepção forte de estrutura, e, em outros, a uma concepção maleável.³⁵ Segundo Elder-Vass, essa falta de clareza seria derivada da falta persistente de diferenciação, na teoria da estruturação de Giddens, entre: 1) conhecimento e coisa conhecida; e 2) composição e causação.

A primeira distinção tem a ver com o fato de que o realismo crítico separa o conhecimento que os indivíduos possuem das estruturas e as estruturas em si (que correspondem aos círculos normativos imaginados e aos círculos normativos actuais de que os indivíduos participam, respectivamente). Como discutiremos, há confusão entre conhecimento e coisa conhecida em Giddens na medida em que o autor afirma que as estruturas sociais existiriam tão somente enquanto são instanciadas pelas práticas dos indivíduos, que, para tal, recorrem aos traços de memória, tornando as estruturas de virtuais, em um certo momento, para reais no tempo e espaço, em outro. Ora, se as estruturas só existem nessa dimensão, então elas só existiriam na cabeça dos indivíduos, é o argumento de Elder-Vass. Ou seja, Giddens estaria reduzindo as estruturas sociais ao conhecimento que os indivíduos possuem delas. Para Elder-Vass isso vai de encontro à perspectiva do realismo crítico na medida em que, apesar de ser um fato que os indivíduos possuem crenças e disposições que impactam no seu comportamento, tal comportamento só passa a existir — a partir/por meio — da relação que o indivíduo trava com as estruturas (ou o meio normativo) que o circunda, recebendo dele influência causal, que não se confunde com os indivíduos específicos. Segundo Archer (1982), é impossível distinguir na teoria da estruturação de Giddens um círculo normativo (como o de uma organização) e a crença do indivíduo a respeito desse mesmo círculo.

³⁵ “Frases como “a estrutura social é uma parte da pessoa” parecem encorajar a leitura forte, enquanto aquelas como “a estrutura está parcialmente dentro do agente como capacidade de conhecimento ou traços de memória” parecem mais abertas à leitura fraca. Sugiro que essa falta de clareza surge, em parte, devido a ambiguidades persistentes com relação a duas outras distinções: aquela entre conhecimento e a coisa conhecida, e aquela entre composição e causação. Ambas podem ser detectadas na frase de Stones: “A estrutura, para Giddens, é algo que é conceituado como habitando as pessoas, no sentido de que entra na constituição das motivações reflexivas e pré-reflexivas, da capacidade de conhecimento e das práticas das pessoas.” (ELDER-VASS, 2010, p. 140, tradução nossa).

Para o realismo crítico, portanto, não é porque os círculos normativos exercem seu poder causal através dos indivíduos que eles sejam a mesma coisa. O indivíduo é o veículo, causa “eficiente”, em termos aristotélicos, do círculo normativo, mas não todo o círculo, tanto é que os indivíduos podem ser substituídos e a força normativa de uma igreja, por exemplo, continuar a mesma com fiéis ou pastores diferentes. Isso acontece porque o círculo normativo possui um poder causal que não é possuído por nenhum dos indivíduos separadamente e é justamente a existência desse poder causal que torna “real” a partir do critério de existência do realismo crítico.

Um segundo motivo de ambiguidade e obscurecimento nas formulações de Giddens, segundo Elder-Vass, derivaria do fato de que o conceito de "estruturação" acaba por não distinguir (e, portanto, confundir ou fundir — *conflate*) os conceitos de composição e causação. Giddens não diz simplesmente que as estruturas influenciam causalmente nosso comportamento, mas sim que elas são indistinguíveis de nós, através do conhecimento que possuímos sobre elas. De novo, aqui, torna-se impossível separar o conhecimento presente na mente dos indivíduos e as estruturas sociais, abraçando-se uma concepção composicional (e não causal) da relação entre indivíduo e sociedade. O realismo crítico não pretende negar que as estruturas sociais façam parte dos processos cognitivos individuais, mas tão somente que, em nível ontológico, indivíduo e sociedade são entidades distintas e diferenciadas (ELDER-VASS, 2010, p. 143).

Quando Giddens argumenta que "a estrutura existe, como presença espaço-temporal, apenas em suas instâncias em (...) práticas e como traços de memória que orientam a conduta de agentes humanos com conhecimento" (Giddens 1984: 17), ele efetivamente reduz a estrutura ao conhecimento. Como ele considera o conhecimento como parte do indivíduo, parece que a estrutura é parte do indivíduo no sentido forte. (...) Os indivíduos têm, de fato, conhecimento (ou, mais precisamente, crenças e disposições) que incorpora regras e influencia seu comportamento, mas esse conhecimento é conhecimento *de* ou *sobre* ou *produzido* pelo ambiente normativo externo enfrentado pelo indivíduo. É o nosso conhecimento das influências estruturais que enfrentamos (nesse caso, as práticas de endosso/reforço do círculo normativo) que existe como traços de memória e não as estruturas em si. Ao colapsar esse ambiente normativo externo no conhecimento que o indivíduo tem dele, Giddens elimina o momento estrutural na reprodução das práticas sociais normativas. Mas há uma distinção ontológica irredutível entre (a) a existência de um círculo normativo real e (b) as crenças de qualquer indivíduo sobre ele; uma distinção que se perde no relato de Giddens, tornando impossível, como diz Archer, investigar a relação entre os dois (cf. Archer 1995: 65-6).

A segunda ambiguidade é encontrada no uso frequente que Giddens faz do termo *constituição*, que combina causação e composição e obscurece a distinção entre os dois. Dizer que a estrutura "entra na constituição" do conhecimento é passar suavemente da alegação *causal* plausível de que a estrutura (no sentido de nosso ambiente normativo externo) causa nossas crenças e disposições

normativas para a alegação *composicional* totalmente insustentável de que a estrutura é, portanto, uma parte de nós. Os círculos normativos realmente têm um efeito causal sobre nossas crenças ou disposições normativas, mas, para espelhar um argumento de John Parker, o fato de as estruturas estarem envolvidas no processo de produção de conhecimento não significa que essas estruturas necessariamente migrem para seus produtos ou sejam inerentes a eles. As coisas que causam efeitos não se tornam, portanto, partes das coisas que elas afetaram. Quando vejo uma bicicleta na rua, não acabo com a bicicleta em meu cérebro, acabo com uma *lembrança* dela em meu cérebro. O mesmo acontece com meu ambiente normativo. Se a bicicleta me derrubar, isso pode estimular a disposição de tomar cuidado quando eu vir bicicletas. De maneira muito semelhante, minhas experiências com meu ambiente normativo podem contribuir para alterar minhas disposições. Mas essas disposições são totalmente distintas das coisas externas que as motivaram (ELDER-VASS, 2010, p. 141-142, *grifos do autor*, tradução nossa).

Apesar de todas essas críticas à ontologia da teoria da estruturação, Elder-Vass considera que as formulações de Giddens podem ter utilidade em alguns aspectos teóricos, possuindo contribuições para se pensar nos mecanismos causais em nível individual que contribuem para a emergência das instituições sociais, conciliando, assim, realismo e estruturacionismo. A ideia de Elder-Vass é a de ter realizado essa síntese ao compreender as “regras e os recursos” como parte dos mecanismos que compõem causalmente os círculos normativos dos quais os indivíduos fazem parte, mas que, ao mesmo tempo, sofrem influências descendentes desses mesmos círculos:

Elas existem principalmente na forma de conhecimento (ou seus equivalentes próximos - crenças ou disposições), uma propriedade do indivíduo em questão que molda seu comportamento. Esse conhecimento, entretanto, é uma consequência das interações sociais que assumem a forma que assumem devido à existência de grupos sociais comprometidos com a interação em apoio a essas regras. Esses grupos sociais, portanto, fazem uma contribuição causal para determinar as ações dos indivíduos, uma contribuição que é mediada pelas crenças normativas e disposições dos indivíduos em questão (ELDER-VASS, 2010, p. 142, tradução nossa).³⁶

Assim, as crenças e disposições dos indivíduos sobre as estruturas são mecanismos fundamentais para a existência delas, mas não são "toda a estrutura ou círculo normativo", que, por sua vez, possui poderes causais próprios que se exercem exatamente por meio da mediação dessas crenças normativas e disposições dos indivíduos. Assim, Elder-Vass

³⁶ No original: “They exist primarily in the form of knowledge (or its near equivalents – beliefs, or dispositions), a property of the individual concerned that shapes his or her behaviour. This knowledge, however, is a consequence of social interactions that take the form they do because of the existence of social groups that are committed to interacting in support of those rules. These social groups therefore make a causal contribution to determining the actions of the individuals, a contribution that is mediated through the normative beliefs and dispositions of the individuals concerned”.

propõe uma nova compreensão das instituições normativas, descartando a ideia de conceber as estruturas como a “sociedade” ou “Estado-nação”. Estas instituições normativas, por sua vez, se interseccionam na sociedade moderna e exigem dos indivíduos a capacidade de lidar e se equilibrar entre elas (ELDER-VASS, 2010, p. 142-143).

É nesse sentido que, nos próximos dois tópicos, exploraremos a concepção de Dave Elder-Vass (que também aproveita elementos de Archer e de outros teóricos contemporâneos, como o próprio Giddens e Bourdieu) a respeito da lógica de interação entre os poderes causais da agência como da estrutura, procurando clarificá-las ontologicamente. Alguns dos temas que apresentamos de maneira geral até aqui serão discutidos de maneira mais precisa. A partir desse entendimento, delinaremos a conclusão da tese à medida que essa compreensão forneça um caminho para entender os tipos de causas em atuação nos eventos sociais e a natureza das formas de explicação sobre elas, especialmente no que se refere ao problema do naturalismo. Em síntese, respondendo à questão que consta no título desta tese, discutiremos como a reformulação ontológica do realismo crítico lida com o problema do naturalismo na sociologia.

4.2 Os poderes causais da agência

A questão da agência, como tratada pelo realismo crítico, diz respeito à questão de saber se podemos atribuir responsabilidades causais à ação humana individual — como fruto da ação consciente e reflexiva — ou se a agência humana é fruto de condicionamentos de outra ordem, por exemplo, estrutural, cultural, histórica, e assim por diante. Podemos incluir a agência humana consciente como parte das causas dos fenômenos sociais? Se sim, como emerge a capacidade causal da agência e qual é a relação entre ela e as causas estruturais ou mesmo de origem neuronal? O realismo crítico procura responder a essas questões, respeitando os próprios limites das ciências sociais, e, para isso, o conceito de emergência novamente se mostra fundamental. Assim como as instituições e organizações sociais são entidades com poderes causais emergentes que não podem ser reduzidos às pessoas que as constituem — como discutiremos com mais detalhes no próximo tópico — da mesma maneira entendem que podemos falar da agência como um poder causal emergente, pertencente aos indivíduos, não redutível, porém relacionado à sua constituição biológica e mental (ELDER-VASS, 2010, p. 87).

Para o realismo crítico, não devemos explicar o social ou a ação individual pelo biológico, mas precisamos de uma explicação convincente de por que não podemos fazer isso e de como a capacidade agentiva causal tem sua origem. Apesar de sermos capazes de reduzir ontologicamente a mente consciente ao cérebro (ou seja, a mente deriva do cérebro), não podemos reduzir explicativamente e compreender sentimentos específicos como impressões, valores, hábitos, etc. exclusivamente a partir de relações neuronais e sinapses. Para entender essas dimensões, necessitamos de explicações “qualitativas” que dizem respeito às explicações que as pessoas podem dar a respeito do que sentem. Por outro lado, reconhecer o papel causal na agência não deve significar rejeitar o poder causal das estruturas sociais, inclusive, sob a agência e escolha dos indivíduos. Central nesse contexto, portanto, para o realismo crítico é o entendimento da “(...) codeterminação de eventos actuais por uma multiplicidade de causas, potencialmente a partir de uma variedade de níveis na hierarquia da emergência, [que] fornece o *framework* necessário para reconciliar a reivindicação da agência, com o reconhecimento do impacto causal de fatores externos sobre a ação humana (tanto natural quanto social)” (ELDER-VASS, 2010, p. 87-88).

Na elaboração dessa teoria da agência humana, Elder-Vass compreende que é possível conciliar alguns aspectos importantes das concepções de agência de Margaret Archer e Pierre Bourdieu, que em diversos aspectos possuem compreensões distintas e incompatíveis da agência humana: com Archer centrado-se nas deliberações reflexivas e projetos de vida dos indivíduos e Bourdieu na ideia de *habitus* como comportamento incorporado e condicionante do comportamento. Elder-Vass afirma que essas duas abordagens podem ser conciliadas e sintetizadas em diversos aspectos — não entre si necessariamente —, mas na elaboração de uma terceira concepção de agência mais abrangente que contemple as diversas facetas e complexidades da ação humana e que, no caso das duas teorias, forneça *insights* interessantes tanto para a dimensão reflexiva quanto para a habitual do comportamento (ELDER-VASS, 2010, p. 88).

Para Elder-Vass, o poder de agência que os indivíduos possuem é, como qualquer outro poder causal, uma propriedade emergente de uma entidade, nesse caso, o indivíduo humano. Elaborar uma compreensão a respeito do que consiste o poder causal da agência significa assumir uma posição a respeito do velho problema cartesiano da “mente/corpo”, o principal problema da filosofia da mente, que se refere a saber qual é a conexão existente

entre o cérebro e a mente: como se conectam, se o cérebro é uma espécie de *hardware* que gera a mente como uma espécie de *software*, e assim por diante. Nessa discussão, há intrincados e complexos debates a respeito da questão de se podemos considerar ou não a mente uma propriedade emergente do cérebro, mas não entraremos nos detalhes aqui.

A posição que Elder-Vass toma a respeito dessa questão segue a mesma linha do filósofo John Searle (1998) e se mostra otimista com os avanços recentes da grande área da neurociência, que, com pesquisas sobre as várias dimensões do funcionamento do cérebro, parece avançar para compreender a mente como o resultado emergente das redes de neurônios que compõem o nosso cérebro. Sendo assim, o fenômeno mental seria uma propriedade superior emergente do cérebro da mesma maneira que a solidez seria uma propriedade emergente das moléculas H₂O em estado de gelo — o que não quer dizer que não possuam características próprias, com exigências explicativas específicas não redutíveis. De modo bastante coerente com o realismo crítico, as nossas experiências mentais seriam o resultado de configurações e redes específicas de neurônios e sinapses como base primeira da emergência dos estados mentais que experimentamos, que podem ser reforçados com a repetição ou enfraquecidos com as experiências que vivenciamos nas relações sociais que travamos, além de outros fatores corporais influentes nas nossas emoções. Mais ainda do que somente do cérebro, os estados mentais deveriam ser vistos como propriedades emergentes do funcionamento de todo o corpo, uma vez que a mente não existiria se o cérebro e o restante do corpo não fizessem parte de uma organização específica. Em síntese, para o realismo crítico, os estados mentais são propriedades emergentes dos indivíduos, propriedades essas com poderes causais sobre o nosso comportamento, fruto de uma organização específica de entidades do corpo humano, indo desde o funcionamento dos órgãos até o cérebro (ELDER-VASS, 2010, p. 90 e 91).

Como o próprio Elder-Vass afirma, essa é uma imagem do fenômeno mental simplificada e incompleta, mas que serve essencialmente ao fim de possibilitar o reconhecimento de que uma compreensão da ação humana deve, se não utilizar explicações biológicas, recair no erro do reducionismo biológico, não ignorar a existência de bases e propriedades biológicas em sua constituição ontológica, procurando de maneira geral compreender essa inter-relação. Novamente, isso não significa cair em nenhum dos erros das variadas formas de reducionismo biológico, que pretende explicar o comportamento inteiramente a partir da constituição biológica, neuronal, genômica,

evolutiva, etc., caracteristicamente negando a capacidade causal dos indivíduos ou de tomada de decisão por si mesmos no seu comportamento (TOOBY & COSMIDES, 1992), mas essencialmente entender que a dimensão psicológica e sociológica, na qual a sociologia em geral atua, assenta-se sob bases biológicas, neuronais, químicas, e assim por diante, evitando, ao mesmo tempo, formas explicativas como o “reducionismo neurofisiológico”:

(...) que busca explicar o comportamento humano inteiramente em termos de nossos neurônios. Mas os neurônios não são suficientes para produzir nossos poderes causais humanos, a menos que sejam combinados no conjunto específico de relações estruturais que os transformam em um ser humano. A pessoa que somos, o caráter que temos, os tipos de projetos que queremos realizar, fluem da combinação de todas as nossas partes em um único indivíduo humano, biológico e social, com um corpo e um cérebro. Essa pessoa terá sido moldada ao longo do tempo por efeitos genéticos e neurológicos, mas, em última análise, ela possui poderes que só podem existir quando todas as várias partes do ser humano são reunidas em um todo único com propriedades emergentes próprias. Um mérito da abordagem emergentista é, portanto, que ela nos permite conectar o indivíduo humano de volta à pessoa como um todo, incluindo os aspectos não mentais do corpo — suas emoções, necessidades físicas, saúde e doença, e o uso e a restrição desse corpo no tempo e no espaço (ELDER-VASS, 2010, p. 92-93, tradução nossa³⁷).

Voltando mais diretamente à teoria social, no que se refere à teoria da ação de Elder-Vass, elaborada a partir da ideia de emergência, há uma concordância com a concepção de Donald Davidson de que “razões são causas” (1963) e, portanto, também com Anthony Giddens, que, como discutimos em tópico passado, aceita a tese davidsoniana. No entanto, Elder-Vass procura qualificar e aprofundar essa posição e entende que podemos falar de “razões” no âmbito da ação em pelo menos três sentidos diferentes: 1) em primeiro lugar, podemos nos referir à “razão” como a racionalização ou justificação de uma ação posterior ao momento em que ela foi realizada. Apesar de possuir alguma utilidade, esse sentido de razão é limitado na medida em que não é uma boa descrição dos motivos de a ação ter ocorrido, mas uma reflexão posterior ao ato; 2)

³⁷ No original: “which seeks to explain human behaviour entirely in terms of our neurons. But neurons are not enough to produce our human causal powers, unless they are combined in the particular set of structural relations that makes them into a human being. The person we are, the character we have, the sorts of projects we want to pursue, flow from the combination of all our parts into a single biological and social human individual with a body and a brain. That person will have been shaped over time by both genetic and neurological effects, but ultimately they possess powers that can only exist when all the various parts of the human being are brought together into a unique whole with emergent properties of its own. One merit of the emergentist approach is therefore that it enables us to connect the human individual back up to the whole person, including the non-mental aspects of the body – its emotions, physical needs, health and disease, and the use and constraint of that body in time and space.”

podemos ainda nos referir à “razão” no sentido da “razão consciente” que levou à ação. Nesse caso, podemos, sim, nos referir à razão como causa quando a ação a ser explicada dependeu desse processo de reflexão consciente para a tomada da decisão; 3) por fim, podemos falar ainda da “razão” para nos referirmos às razões inconscientes que serviram de causa, como crenças e desejos implícitos, para que a ação fosse tomada. Elder-Vass afirma que Davidson fala de "razões como causas" referindo-se especificamente à segunda forma de razão, mas defende que uma concepção emergentista e realista da teoria da ação precisa levar em conta os fatores causais da agência especialmente relacionados ao segundo e terceiro casos (ELDER-VASS, 2010, p. 93 e 94).

Nesse contexto, a posição de Elder-Vass, concordando com a tese de Donald Davidson, é a de que “razões são causas”, apesar das nuances e ajustes que faz, contrariando a tese de Peter Winch (1970) de que as ciências sociais deveriam abdicar de qualquer pretensão causal — ao mesmo tempo que concorda com a posição de Giddens a respeito do assunto. Isso aproximaria Elder-Vass e os realistas críticos de alguns autores da tradição interpretativista como Max Weber, que não enxerga uma separação radical entre explicação causal e interpretação, não fosse o caso de a defesa da ideia de que razões são causas ser complementada por uma concepção de estrutura como possuindo poder causal por si mesmo, tal como a realidade *sui generis* de Durkheim, que exploraremos mais à frente.

Para combinar o segundo e o terceiro tipo de razão citados no penúltimo parágrafo, Elder-Vass recorre a reflexões sobre a maneira como tomamos decisões e agimos, baseando-se em filósofos da mente e da biologia como Daniel Dennett (2003) e também no já supracitado John Searle (1998, 2008), que possui posições próximas ao realismo crítico. Elder-Vass compreende que temos boas razões para dividirmos o processo de decisão e de execução nas ações que tomamos em dois momentos no tempo. No cérebro, as decisões e execuções dessas decisões são atividades separadas, mesmo que realizadas em um quarto de segundo. A exemplo da decisão que um tenista de alto nível toma em uma jogada, alguns experimentos mostram que primeiro há uma tomada de decisão ou planejamento e, sem seguida, o tenista deixa que o corpo ou os seus “reflexos” executem o plano de, por exemplo, direcionar a bola para uma parte da quadra e com certa intensidade. Se esse é o caso, analisa Elder-Vass, então as decisões são apenas parte do processo da ação, devendo aspectos inconscientes e "treinados" ficarem responsáveis pela implementação dos planos e

estratégias traçados em segundos no cotidiano em uma partida de tênis. A ação, portanto, é composta de aspectos tanto reflexivos e estratégicos quanto “inconscientes”, reflexos ou automatizáveis (ELDER-VASS, 2010, p. 94).

Para Elder-Vass, é justamente pelo fato de que é possível, e até relativamente comum, que, nas nossas ações no dia a dia, seja possível interromper ou abortar uma ação que estamos prestes a realizar de modo habitual, que podemos compreender que o processo de decisão e implementação de ações pode ser distinguido no tempo. Assim, todos nós tomamos decisões de fato, mas essas decisões são apenas parcial e indiretamente as causas do nosso comportamento, funcionando de modo que, em primeiro lugar, as decisões ocorrem em um tempo variável de duração antes da ação propriamente dita e, depois, as decisões são sempre incompletas explicativamente se comparadas à ação realmente realizada (ELDER-VASS, 2010, p. 95).³⁸

Nesse sentido, falar sobre as razões e decisões que tomamos no dia a dia como fatores causais envolve um alto grau de nuances, diz Elder-Vass, com diferentes níveis de impacto. Decisões que tomamos, por exemplo, como o de virar à esquerda em uma rua específica, quando estamos dirigindo para o trabalho, tem menos impacto do que uma suposta decisão tomada em algum momento do passado de ir de carro para o trabalho. Já a decisão de virar à esquerda, possui um impacto muito mais significativo do que o grau de rotação do volante utilizado para realizar uma curva mais fechada ou não à esquerda — o que por sua vez é realizado em grande parte de modo pouco reflexivo e mais prático ou sensorial. As decisões, então, tanto são em grande parte realizadas de modo automático ou inconsciente, dependentes do "treino" ou do hábito, como essas decisões e seus impactos variam enormemente, relacionando-se a um emaranhado de decisões precedentes. Entrar nesses detalhes parece trivial ou alguma espécie de preciosismo, mas a intenção de Elder-Vass é argumentar a respeito da maneira como as decisões conscientes são parte na

³⁸ Elder-Vass dá o seguinte exemplo para mostrar como a razão, apesar de participar da ação realizada, é incompleta como explicação causal de qualquer ação, pois, se ele decidisse "ir jantar quando terminasse de escrever o parágrafo", isso seria insuficiente para explicar por que ele de fato foi jantar dez minutos depois, pois uma série de coisas poderiam ter alterado o plano e ele não teria sido implementado: se sentiu empolgado ao escrever, se esqueceu e assim por diante. Então não é só a decisão prévia que explica o comportamento, mas também uma série de acontecimentos entre a decisão e a sua implementação que causam a ação. Nesse sentido, falar sobre a decisão (razão) não significa explicar como o comportamento foi realizado. Grande parte da maneira como se levantou, caminhou à cozinha e preparou a janta é feito não de modo a se tomarem "decisões", mas parte importante no "automático" ou "inconscientemente". Da mesma forma, grande parte das atividades que realizamos no dia a dia não o são através da atenção plena e de "decisões" (ELDER-VASS, 2010, p. 95).

determinação do nosso comportamento, mas não são as únicas partes, e, quando participam, o fazem com graus variados de efeito junto a outros elementos “habituais” que os implementam (ELDER-VASS, 2010, p. 96). Essa conclusão leva Elder-Vass a afirmar, apoiando-se em Loyal e Barnes (2001), que:

"(...) as decisões não parecem produzir o comportamento diretamente, mas sim produzir disposições para se comportar de certa maneira no futuro e em certas circunstâncias. De fato, nós podemos definir uma decisão como um evento no qual um episódio de reflexão consciente (um processo) leva a mudanças em nossas disposições (como tendências a nos comportar de maneira particular). Essas disposições, então, parecem ser sustentadas com graus variáveis de comprometimento, sendo implementadas no cérebro como redes neuronais, de maneira análoga às crenças que sustentamos com graus distintos de confiança. Isso sugere um modelo de determinação do comportamento que vem a se adequar bem à concepção bhaskariana da causação actual como o resultado da inter-relação de uma variedade de poderes causais (ELDER-VASS, 2010, p. 96, tradução nossa).

De fato, a existência de variados poderes causais parece nos ajudar a entender o porquê de haver uma espécie de pêndulo na teoria social (ALEXANDER, 1987) a respeito do comportamento e da ação: ora relacionado a aspectos reflexivos do indivíduo, ora a aspectos estruturais/disposicionais. Sem necessariamente termos que escolher uma ou outra caracterização do comportamento humano, devemos estar preparados para compreender que as duas facetas compõem, de modo complementar, os fatores explicativos causais das nossas ações, sendo papel da investigação empírica discernir os níveis em que cada dimensão participa em contextos variados. Mesmo na psicologia social tem-se tornado consensual a tese de que a cognição humana é construída por aspectos automatizados e reflexivos de modo concomitante (ELDER-VASS, 2010, p. 97).

A partir desse entendimento, qual é a resposta do realismo crítico para a questão levantada por Donald Davidson? Podemos dizer que as razões são causas? E o que dizer a respeito da tese de Peter Winch (1970) de que a investigação interpretativa do mundo social é inconciliável com a explicação causal, devendo substituí-la? Compreendendo “causa” fora da concepção-padrão de explicação científica (positivista/naturalista), Elder-Vass e o realismo crítico, de maneira geral, rejeitam a tese de Peter Winch, uma vez que não há nenhuma inconsistência em encarar os fenômenos sociais como o resultado de um conjunto de causas que atuam como tendências de dimensões e graus variados de impacto, e não como forças deterministas. Razões podem ser causas e as ciências sociais podem se fundamentar, como apregoa a tradição hermenêutica, na ideia de que o papel do

investigador é o de interpretar essas ações e seus efeitos causais no mundo, com o adendo de que esse papel interpretativo das razões e motivos individuais não esgotam a tarefa de investigação e as forças causais em atuação na vida social (ELDER-VASS, 2010, p. 98):

(...) Meu relato sugere que os motivos podem ser causas de nossas ações, mas são sempre causas parciais e contingentes. Os motivos são propriedades mentais emergentes (e, portanto, poderes causais do indivíduo em questão) que codeterminam nossas decisões e as decisões são armazenadas em nossos cérebros como configurações neurais, disposições que, por sua vez, codeterminam nossas ações. Mas outros fatores também estão envolvidos e esses outros fatores podem fazer com que algumas de nossas decisões não sejam concretizadas. Portanto, há boas razões para que não haja uma regularidade empírica sem exceções que conecte motivos e ações: como qualquer outro poder causal, os poderes causais dos motivos para motivar ações são contingentes na operação ou não operação de outros poderes causais com a capacidade de codeterminar nossas decisões e nosso comportamento subsequente.

Os motivos, portanto, podem de fato ser causas, e uma consequência importante disso é que as ciências sociais devem procurar entender esses motivos, como argumentam os defensores da sociologia interpretativa e da hermenêutica desde a época de Dilthey e Weber. Entretanto, eles são apenas causas codeterminantes e sempre operam em conjunto com um complexo de outros fatores para determinar nosso comportamento real. Apesar de nossa intuição de que nossas ações são determinadas imediata e diretamente por nossas decisões conscientes, o processo pelo qual nosso comportamento é determinado (incluindo o "preenchimento" de detalhes além de nossas decisões conscientes) é, pelo menos parcialmente, não consciente.

Assim, a teoria da ação brevemente delineada aqui mostra como é possível que nossas ações sejam direta e inconscientemente determinadas por nossas disposições atuais, ao mesmo tempo que permite que essas disposições sejam o resultado de uma série de eventos passados. Esses eventos incluem o seguinte: (a) reflexões muito recentes que tendemos a ver como "decisões" diretamente causais e eficazes; (b) reflexões mais antigas que moldaram nossas disposições conscientemente na época, mas que agora podemos ter esquecido; e (c) experiências que afetaram nossas disposições (por exemplo, na aquisição subliminar de um hábito ou habilidade) sem que tenhamos decidido conscientemente como (ELDER-VASS, 2010, p. 98, tradução nossa).

Na elaboração de uma teoria da ação que contemple as dimensões reflexivas e irrefletidas do comportamento, Elder-Vass compreende que a teoria social tem muito a ganhar com uma síntese entre as teorias em grande parte rivais, de Pierre Bourdieu e Margaret Archer, síntese que ele mesmo realiza através de uma perspectiva emergentista. A maneira como Elder-Vass argumenta a favor da conciliação entre as duas perspectivas, utilizando-se das suas formulações sobre a ação humana, não é a de que, em certos casos, agimos de acordo como a descrição de Bourdieu e, em outros, de acordo com a forma como descreveu Archer, mas que grande parte das nossas ações tem as duas dimensões atuando simultaneamente. Isso ocorre uma vez que as nossas ações "(...) são codeterminadas tanto por nosso *habitus* quanto por nossas deliberações reflexivas; e que,

apesar das implicações aparentemente conflitantes dessas duas perspectivas para nossa percepção da capacidade de escolher nossas ações, elas de fato representam dois momentos complementares de um mesmo processo (...)” (ELDER-VASS, 2010, p. 108, tradução nossa).

Nesse contexto, o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, como um “conjunto de estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes” tem importante valor heurístico das causas em atuação na agência dos indivíduos no mundo social. Para Bourdieu, o conceito de *habitus* se refere a um conjunto de disposições e representações duráveis nos indivíduos, relacionadas à origem e posição social deles adquiridas através da socialização, que acabam por levar os sujeitos de uma mesma ordem social a se comportarem de modo semelhante e reproduzirem a ordem social. Bourdieu entende que o *habitus* faz com que as ações sejam menos resultado de “cálculos” pragmáticos/racionais e mais o fruto de um conjunto de comportamentos e valores inculcados e sedimentados nos indivíduos através da educação, das relações familiares e das relações profissionais, chegando a formar uma espécie de segunda natureza ou “história incorporada” do campo social ou origem dos indivíduos.

O *habitus* não é, segundo Bourdieu e como bem apresenta Elder-Vass, um conjunto de comportamentos inalteráveis e obrigatórios, mas funciona como uma “capacidade gerativa”, dotando os seus possuidores de capacidades de “dar prosseguimento” às suas vidas de acordo com as exigências de determinados contextos, ao mesmo tempo que são aspectos desses contextos internalizados em seus corpos. No entanto, o pensador britânico considera que Bourdieu negligencia ou rejeita a dimensão consciente e reflexiva dos indivíduos, tanto no desenvolvimento como na implementação propriamente dita do *habitus* no dia a dia (ELDER-VASS, 2010, p. 100)³⁹. O problema central estaria em considerar o *habitus* um comportamento que se dá de modo inconsciente quanto à sua operação. Sendo as formulações sobre o *habitus* uma posição contrária à teoria da escolha racional, Elder-Vass entende que isso acaba levando Bourdieu a tomar uma posição excessivamente contrária à dimensão consciente da ação, relegando-a somente a períodos

³⁹ Quanto ao desenvolvimento, isso seria uma falta porque grande parte do que aprendemos o fazemos através da educação oral, seja ela escolar ou familiar, eu diria, e não como a simples incorporação inconsciente de regras e valores sobre o comportamento. No entanto esse não é o maior problema das formulações bourdieusianas, segundo Elder-Vass, pois é perfeitamente compatível com as ideias do sociólogo francês que, uma vez aprendidas certas regras e modo de comportamento, esses fatores são incorporados pelos indivíduos, que atuam de modo inconsciente.

de “crise” no curso normal da vida de um indivíduo — como a mudança de campo social, as transformações históricas que causam inadaptação, e assim por diante. Tal concepção de Bourdieu leva a um problema que é o de entender, para além de períodos de crise, como as disposições produzem as práticas. Ou seja, se não há um aspecto consciente e reflexivo mesmo no quotidiano, seríamos obrigados a aceitar que as pessoas são vítimas dos automatismos do seu *habitus* e heranças sociais? (JENKINS *apud* ELDER-VASS, 2010, p. 102). Ou seja, a falta desse componente traria uma aparente contradição entre o caráter fixo e estruturado do *habitus* e sua natureza “estruturante” e criativa (ELDER-VASS, 2010, p. 100-102).

Se, para Bourdieu, a reflexividade pode cumprir eventualmente uma função secundária, de maneira exatamente oposta, Margareth Archer (2000, 2003) coloca a reflexividade como o centro da reprodução da vida social. Entendendo a reflexividade como um poder causal que os indivíduos possuem de monitoração de si próprio e das suas circunstâncias, em um processo de conversação interior — relacionada a quanto dos nossos objetivos e valores estão sendo satisfeitos com as circunstâncias dadas —, a socióloga britânica entende que isso se relaciona diretamente à construção da nossa identidade pessoal e da identidade social, uma vez que é na relação entre os nossos projetos pessoais e o meio social que nos cerca que se constituem essas duas dimensões (ELDER-VASS, 2010, p. 101-102).

Assumindo também uma posição realista ontológica e defendendo o dualismo analítico (1995), Archer defende, no mesmo sentido, que as estruturas sociais e os sistemas culturais devem ser conceituados como possuindo poderes causais por si mesmos — como discutimos no tópico anterior. Se os indivíduos formulam suas personalidades em uma relação com o meio social onde vivem, não podemos aceitar uma perspectiva determinista, uma vez que, da mesma origem social, derivam indivíduos de todos os tipos e personalidades — apesar de existirem padrões. A oposição a Bourdieu aqui é direta. Distinguindo-se também de Anthony Giddens, Archer considera que todos esses fatores devem entrar na trama da explicação social, sendo um erro fundir seres humanos, estruturas sociais e aspectos culturais, uma vez que cada uma delas possuiria dimensões próprias de influência e poderes causais — aspectos ignorados pela “conflação central” tanto de Giddens como de Bourdieu. Ela chama de “hidráulica social” as explicações que não dão nenhum papel à dimensão reflexiva dos indivíduos, seja no reducionismo

biológico ou no reducionismo social. Tal posição deriva diretamente da ontologia social do realismo crítico, em que a realidade em geral e a realidade social e individual são formadas por camadas estratificadas da realidade, nas quais a reflexividade individual cumpre um — mas apenas um — dos papéis causais em jogo (ELDER-VASS, 2010, p. 103).

Segundo Elder-Vass, as discordâncias entre Archer e Bourdieu são tanto teóricas como ontológicas. Na questão teórica, a discordância diz respeito à percepção que Archer tem do papel causal das ações individuais a partir da reflexividade. Em um sentido ontológico, a discordância diz respeito ao fato de que Archer atribui às estruturas sociais uma dimensão de existência distinta da ação humana, através da ideia de emergência, enquanto para Bourdieu a relação de constituição entre agência e estrutura é mútua e inseparável ontologicamente — assim como para Giddens, alvo também da crítica de Archer, como vimos em tópico anterior. Apesar de considerar a sua discordância com Bourdieu primariamente ontológica, Archer entende que o sociólogo francês não é muito claro sobre as suas posições a respeito dessa questão utilizando-se de uma espécie de vagueza (ELDER-VASS, 2010, p. 104; ARCHER, 2003).

Seja como for, tanto em Giddens como em Bourdieu, não há facilmente uma forma de distinguir indivíduo e sociedade — o que os realistas críticos como Archer e Elder-Vass consideram fundamental realizar. Concordando, portanto, com a necessidade de uma terceira via entre agência e estrutura, individualismo metodológico e estruturalismo, Archer vai discordar, no entanto, na melhor maneira de realizar esse empreendimento intelectual. Ao contrário do conflationismo, que acusa os autores acima de realizar, aposta no emergentismo do realismo crítico, como já discutimos em tópico anterior. Se, por um lado, é verdade que não é possível distinguir agência e estrutura nas formulações de Bourdieu, Elder-Vass defende que há uma forma de conciliação entre a teoria ontológica da emergência do realismo crítico e a teoria do *habitus*, sem alterar significativamente a sua teoria. Para isso, basta que se considere, assim como Bourdieu, que os agentes são os constituidores das estruturas, mas acrescentando a essas formulações teóricas o entendimento de que as estruturas possuem poderes causais, além de preservar a capacidade reflexiva e o conhecimento que os indivíduos possuem sobre essas mesmas estruturas (ELDER-VASS, 2010, p. 105).

Um ponto ontológico que exige esclarecimento nas formulações de Bourdieu é a discussão a respeito da “internalização” de estruturas sociais. Por exemplo, em um sentido

metafórico, afirma Elder-Vass, a ideia de “internalização” das estruturas sociais é compatível com a teoria emergentista do realismo crítico, uma vez que, quando “internalizamos” uma lógica de inferioridade — por sermos tratados assim em certo ambiente — estamos aceitando e adquirindo uma crença a respeito da nossa inferioridade. No entanto, “internalizar” só faz sentido como metáfora, pois de fato o que fazemos não é “absorver” a estrutura da inferioridade, mas aceitá-la em forma de crença. A “crença na inferioridade” internalizada, segundo Elder-Vass, deve ser distinguida e não confundida com a estrutura social, como parece ocorrer com Bourdieu, uma vez que a crença na inferioridade é parte das características humanas que constituem a estrutura, ou seja, parte do que mantém a estrutura social é a crença que certo sujeito tem na sua inferioridade, e não, como parece supor Bourdieu, que as estruturas “fazem” com que as pessoas pensem o que pensam. O que falta na concepção de Bourdieu, segundo Elder-Vass, é um esclarecimento a respeito dos mecanismos que operam entre as forças externas e internas, tendo a crença na “inferioridade” uma força causal que só existe porque há tanto uma dimensão externa como uma dimensão interna, e não a diluição de uma na outra (ELDER-VASS, 2010, p. 106).

Sobre Bourdieu, Elder-Vass afirma que é muito difícil compreender, de modo claro, a posição dele em diversos assuntos, especialmente no âmbito ontológico, que parece aberto a várias interpretações. De todo modo, entende que as formulações a respeito do *habitus* só fazem sentido se tomadas em uma perspectiva emergentista e que é possível realizar essa síntese com os argumentos a respeito da teoria da ação que apresentamos em parágrafos acima, realizando uma síntese entre as concepções de Archer e de Bourdieu. De modo resumido, a conciliação entre a posição de Archer sobre a ação social — que enfatiza e dá primazia ao caráter reflexivo da ação — e a concepção de Bourdieu — que entende a ação individual como o resultado de um longo processo de incorporação das estruturas sociais —, pode ocorrer se as pensarmos não como alternativas opostas e excludentes, mas como dois momentos distintos e complementares de diversos modos e intensidades do comportamento individual em uma série de ambientes sociais (ELDER-VASS, 2010, p. 107).

Por um lado, meu argumento de que nossas ações são causadas pelas disposições armazenadas em nossas redes neurais como resultado de decisões e experiências passadas mapeia de perto a afirmação de Bourdieu de que nossas práticas são causadas de forma não consciente por nosso *habitus*. Embora Bourdieu tenda a apresentar essa afirmação em termos somáticos, e não especificamente neurais,

ele identificou disposições com crenças e até mesmo com "o reforço ou enfraquecimento de conexões sinápticas" em seu trabalho posterior. Por outro lado, o papel que atribuo à tomada de decisão na alteração desse conjunto de disposições fornece o mecanismo pelo qual a deliberação reflexiva enfatizada por Archer pode entrar no mesmo processo de determinação da ação que o *habitus*. A deliberação reflexiva não aparece diretamente na fase de implementação da ação, mas indiretamente, na fase de tomada de decisão do processo, que pode ser invocada até o último momento, mais obviamente quando o conjunto de disposições existentes não fornece orientação decisiva ao cérebro sobre como implementar uma determinada ação. Esse processo de interação entre uma camada mental emergente invocada no processo de tomada de decisão e a camada neural subjacente que traduz nossas disposições em comportamento real explica como as disposições podem de fato produzir práticas, deixando espaço para a tomada de decisão consciente dentro do mesmo processo.

Igualmente importante, esse relato mostra como é possível que algumas partes de nossas ações possam ser determinadas de forma mais ou menos inconsciente, enquanto outras são determinadas como consequência de uma tomada de decisão consciente e, às vezes, racional. Quando a tradução em comportamento de uma disposição que foi incorporada em nossa rede neural não é problemática — como, por exemplo, a maneira usual pela qual moldamos nossa boca para falar e, portanto, o sotaque que produzimos — então o processo de implementação da ação pode prosseguir sem referência ao nível consciente. Mas, quando essa tradução é problemática — por exemplo, quando precisamos decidir para que lado virar no caminho para um lugar que nunca visitamos antes —, então nossa consciência deve ser invocada para fornecer uma decisão consciente que completará o conjunto de disposições necessárias para determinar a ação a ser implementada.

Portanto, não é apenas em momentos de crise que nosso *habitus* não fornece uma resposta totalmente elaborada à nossa situação. Tais situações são radicalmente mais frequentes do que Bourdieu parece acreditar e, portanto, somos constantemente presenteados com oportunidades para uma revisão reflexiva de nossas crenças e intenções (ELDER-VASS, 2010, p. 108-109, tradução nossa).

Sobre a coexistência de *habitus* e reflexividade no cotidiano, Elder-Vass cita ainda um exemplo corriqueiro em que, no ambiente de sala de aula, um professor pode, na dimensão habitual, utilizar o seu sotaque ou a sua própria língua de modo irrefletido, mas, ao mesmo tempo, estar se esforçando reflexiva e racionalmente para dar uma resposta a um aluno, falando de algo do qual não tinha pensado antes. Em síntese, o grau em que a reflexão ou o hábito comandam causalmente a ação é variável, de modo que as teorias sociais que utilizamos devem deixar o grau da reflexividade e da dimensão habitual como uma questão aberta à investigação empírica. O nosso autor fornece quatro exemplos bastante ilustrativos dessa variabilidade: 1) um homem pode ser altamente reflexivo a respeito dos problemas do capitalismo e da globalização e adequar de modo reflexivo seu comportamento de acordo com essas questões, engajando-se em lutas sociais e, ao mesmo tempo, ser completamente condicionado pela educação patriarcal que recebeu no ambiente doméstico com a esposa; 2) indivíduos de um mesmo grupo social podem ter graus e

estilos variados de reflexividade, como defende Archer em seus trabalhos, contrariando uma posição mais bourdieusiana; 3) indivíduos de origens sociais distintas podem ter graus distintos de reflexividade, aqui concordando com Bourdieu; 4) sociedades e momentos históricos específicos podem ter graus distintos de reflexividade como característica. O grau em que se questionava o *habitus* consagrado da autoridade do senhor proprietário de terras no período feudal — ou, poderíamos dizer, no Brasil colonial — e aquele mais comum em um ambiente universitário de uma grande cidade contemporânea é bastante distinto. Em muitas sociedades consideradas pós-industriais, a reflexividade, inclusive, é encorajada através da educação (ELDER-VASS, 2010, p. 110-111).

Como dissemos, a teoria da ação de Elder-Vass pretende encontrar uma síntese entre as concepções de Margaret Archer e Pierre Bourdieu. Isso porque, ao mesmo tempo que a concepção de *habitus* precisa ser complementada pelo conceito de reflexividade, como discutimos acima, a prioridade que Archer dá à dimensão individual e reflexiva, justaposta aos poderes causais da estrutura, precisaria de uma noção de ligação entre essas duas dimensões, que encontra no conceito de *habitus* um caminho promissor. Para Elder-Vass, Archer reconhece aspectos não reflexivos do comportamento, mas ressalta que o próprio indivíduo enxerga a dimensão estrutural externa como existente por si mesma, possuindo poder causal coercitivo sob suas ações — que em Bourdieu se dá por meio das disposições. Portanto, Elder-Vass pretende, sem abrir mão da reflexividade que Archer tanto ressalta, conceber as disposições como um canal entre os poderes causais das estruturas com a reflexividade individual (ELDER-VASS, 2010, p. 111-112; ARCHER, 2003, p. 38), é o que fica claro na seguinte citação:

Assim, as estruturas são vistas como tendo influência sobre os resultados de nossos planos - e sobre nosso conhecimento da situação estrutural e seu provável efeito sobre esses resultados, e não sobre nossa subjetividade em si. A razão parece ser seu desejo de manter os indivíduos humanos como atores independentes em seu próprio direito. Como Archer, acredito firmemente que não podemos eliminar a perspectiva da primeira pessoa, nem os poderes causais dos indivíduos humanos, da explicação da ação humana. Mas acredito que podemos mantê-los sem negar o impacto do mundo social na subjetividade humana. Dizer que nosso histórico social e nossas experiências influenciam nossas disposições não significa ceder todo o poder causal ao nível social em detrimento do individual. Nossas disposições podem, às vezes, ser forte e inconscientemente afetadas por fatores sociais, mas nenhum de nós está completamente à mercê de nosso *habitus*. Nosso *habitus* também não é o produto não mediado das estruturas sociais, mas sim o resultado de uma vida inteira de reflexão crítica sobre nossas experiências, inclusive, nossas experiências com essas estruturas. A reflexividade, portanto, torna-se uma atitude crítica em relação às disposições que adquirimos em nosso passado, bem como em relação

à situação social contemporânea que enfrentamos (ELDER-VASS, 2010, p. 112, tradução nossa).⁴⁰

É através da ideia ontológica de emergência, portanto, e de que é preciso distinguir a realidade em diversos níveis estratificados, com exigências teóricas específicas, que Elder-Vass pretende que a sua teoria da ação incorpore elementos tanto do *habitus* como da reflexividade na reprodução da vida social. Um aspecto central da teoria da emergência, portanto, é a de reconhecer que existem poderes causais atuando, reforçando-se e anulando-se em todas essas dimensões. Examinar os poderes causais dessas dimensões e como as mesmas interagem empiricamente caso a caso é que é o objetivo da investigação social, e não a descrição teórica prévia de que o pêndulo deve pender mais para a agência, estrutura ou algum ponto arquimediano imaginário entre eles, contrariando tanto aquelas perspectivas que negam as influências causais de partes específicas, como as que procuram fundir (*conflate*) todas essas dimensões, sem distinguir os poderes causais pertencentes a cada uma delas (ELDER-VASS, 2010, p. 114).

No caso da agência, a abordagem emergentista nos permite reconhecer que os indivíduos humanos são entidades com poderes causais próprios como consequência das inter-relações entre suas partes biológicas. Ao aplicar o teste do nível de emergência, podemos ver que esses poderes dependem da estrutura e das propriedades de nossos cérebros (e, de fato, de nossos corpos como um todo), mas (...), isso não significa que podemos realizar uma redução eliminativa ao nível neurológico. Os neurônios não podem tomar decisões. (...)

Mas também devemos equilibrar essa reivindicação pela autonomia do indivíduo humano com um reconhecimento total da interação da biologia e da sociedade com nossos poderes causais na determinação da ação humana. (...) Nossas razões, nossas disposições e nossas crenças são todas propriedades emergentes do ser humano como um todo, mas são emergentes de uma base biológica, e as causas sociais desempenham um papel central em suas histórias morfogenéticas e morfoestáticas. (ELDER-VASS, 2010, p. 114, tradução nossa).

⁴⁰ “No original: Structures are thus seen as having an influence on the outcomes of our plans – and on our knowledge of the structural situation and its likely effect on those outcomes – rather than on our subjectivity itself. The reason appears to be her desire to retain human individuals as independent actors in their own right. Like Archer, I strongly believe that we cannot eliminate the first person perspective, nor the causal powers of human individuals, from the explanation of human action. But I believe we can retain these without denying the impact of the social world on human subjectivity. To say that our social background and experiences influence our dispositions is not to cede all causal power to the social level at the expense of the individual. Our dispositions may sometimes be heavily and unconsciously affected by social factors, but none of us is ever completely at the mercy of our habitus. Nor is our habitus the unmediated product of social structures, but rather the result of a lifetime of critical reflection upon our experiences, including our experiences of those structures. Reflexivity thus becomes a critical attitude towards the dispositions we have acquired from our past, as well as towards the contemporary social situation that we face”.

A partir de agora, tratemos das causas que podemos atribuir às estruturas sociais, na perspectiva do realismo crítico, e de como essas causas se formam e atuam, inclusive, se relacionado com os poderes causais da agência. Ao fim do próximo capítulo, esperamos que o esclarecimento a respeito da resposta realista ao assim chamado “problema do naturalismo” possa ser sintetizado a partir dos pontos que temos apresentado até aqui.

4.3 Os poderes causais das estruturas sociais

Como as práticas sociais normativas devem ser explicadas? Ou seja, como aquelas práticas que se relacionam a uma compreensão a respeito de como as coisas devem ser e de qual deve ser o comportamento apropriado em cada situação em um sentido normativo podem ser explicadas sociologicamente? Devemos explicá-las através da motivação normativa dos indivíduos que tomam decisões ou a partir da força causal que estruturas normativas como os sistemas religiosos, os sistemas jurídicos, as normas culturais, as organizações, a família, etc., se impõem aos indivíduos a partir de regras sobre valores a respeito do que é o “correto”? Do ponto de vista da tradição durkheimiana, as normas são pensadas não simplesmente em termos de regularidades ou padrões advindos das escolhas morais dos indivíduos, mas como possuindo poder causal por si mesmo como entidades, ou “fatos sociais” em seus próprios termos, impondo certo comportamento aos indivíduos que é “geral, exterior e coercitivo”. O complicado de posições como essa de Durkheim é que muitos sociólogos e teóricos sociais não estão tão dispostos a aceitar a existência dessas estruturas normativas como possuindo poderes causais por si mesmas, como “representações coletivas”, entendendo, por outro lado, que tais estruturas só exercem poder causal à medida que são incorporados como conhecimento e crenças pelos indivíduos — advindo daí, portanto, a sua força causal (ELDER-VASS, 2010, p. 116-118).

Um dos argumentos centrais de Dave Elder-Vass em *The Causal Power of Social Structures* (2010) é o de que as estruturas sociais são mais bem conceituadas se as tomarmos como os poderes causais de grupos sociais, organizações e instituições específicas, e não "a sociedade como um todo" à maneira durkheimiana. Para Elder-Vass, existem diversos tipos de estruturas sociais, dos quais destaca duas: as Instituições normativas (ou “círculos normativos”) e as organizações, possuindo características distintas como entidades estruturais e sendo também o resultado de mecanismos gerativos distintos. No seu livro, o autor se concentra nas duas para explicar a maneira como elas

participam causalmente nos eventos sociais, que envolvem, claro, também a dimensão causal da agência, que exploramos em tópico anterior. A seguir, exploraremos a maneira como essas duas formas de estruturas sociais são conceituadas por Elder-Vass e como elas interagem com a agência para produzir os eventos sociais, objeto de estudo da sociologia e das ciências sociais de maneira geral. Começamos pelo conceito base de “instituições normativas” ou “círculos normativos”.

Para Elder-Vass, as instituições sociais normativas são entendidas como o resultado emergente da interação de membros individuais no que chama de "círculos normativos". Para tal, ele procura realizar o processo de “retrodução” (*retroduction*), a que já nos referimos, que consiste no esforço teórico de identificação dos mecanismos causais possíveis em atuação nos diversos contextos a serem estudados. A intenção de Elder-Vass aqui é especificar o máximo possível os elementos constitutivos e a história causal da emergência de “instituições normativas”, como no caso de um círculo de amigos, por exemplo, com vistas a evitar o que considera “vagueza ontológica” de outras formulações em teoria social que se referem às estruturas de modo pouco claro e analítico, como considera ser o caso da teoria da estruturação de Anthony Giddens, apesar de considerar o mérito de alguns aspectos da teoria da estruturação, como veremos (ELDER-VASS, 2010, p. 115-116).

Em síntese, as instituições normativas são, para Elder-Vass, as propriedades emergentes de círculos normativos. Essas propriedades possuem poderes causais próprios sobre os membros e sobre outras instituições sociais, participando do mundo social como uma entidade, como os indivíduos o são. A natureza dos círculos normativos, de maneira geral, possui alguma proximidade com o que Giddens chama de "regras", que são seguidas pelos indivíduos, no entanto não precisam necessariamente ser marcadas por alguma espécie de “reflexividade moral”, podendo assumir graus variados de um caráter mais disposicional, enquanto *habitus*, nos termos de Bourdieu. O mais importante, para Elder-Vass, é compreender que, para os círculos normativos existirem, não é necessário que todos os indivíduos aceitem aquelas normas como válidas ou as utilizem discursivamente, mas sim que sejam conscientes das expectativas que existem em torno delas e das consequências positivas quanto ao seu cumprimento e negativas quanto ao seu desrespeito, agindo de maneira variável quanto ao grau de reflexividade ou habitual (“incorporada”) diante delas. Se, como apresentamos no capítulo 3, a concepção realista crítica assume uma

postura não determinista a respeito da noção de causa — entendendo “causa” como o poder de exercer influência, juntamente com outros poderes causais com os quais interagem, tencionando para que os fenômenos sociais tenham desfechos específicos —, na concepção ontológica de Elder-Vass, as partes que compõem os círculos normativos são os indivíduos, que, organizados de certa forma, fazem-no emergir como “associações” marcadas por valores e obrigações mútuas. Os círculos normativos são, assim, mais do que a reunião de indivíduos com os mesmos valores, são estruturas sociais com poderes causais que agem sobre aqueles sujeitos. Do ponto de vista do seu funcionamento interno, a participação em um círculo normativo cria um vínculo com obrigações e recompensas muito maiores do que aquelas que os indivíduos teriam se não fizessem parte desse círculo, pois se comprometem coletivamente com “reforçar e endossar” os valores do círculo e são conscientes dessa expectativa do grupo, ao mesmo tempo que esperam as mesmas atitudes dos outros membros, gerando conformidade (ELDER-VASS, 2010, p. 122-123).

Há muitas maneiras de endossar e executar ações que favoreçam os valores do grupo social, como o elogio ou a crítica, o prêmio e a punição, e ação propriamente dita de acordo com os valores daquele círculo normativo, tendo como resultado o incentivo contínuo e sistemático a algum tipo de prática. Nesse sentido, quando se endossa ou se age de acordo com as normas do círculo, faz-se em nome do grupo, recebendo o apoio dos outros membros. Para Elder-Vass, é essa relação entre os membros de um círculo e os valores compartilhados que caracterizam os círculos normativos. O que é central para o autor é que as ações dos indivíduos, informados por certos referenciais normativos, não seriam as mesmas se existissem sem que os indivíduos fizessem parte de um círculo normativo específico. Nesse sentido, os círculos normativos possuem poderes causais emergentes das relações travadas naquele ambiente, que se referem à “tendência de aumentar a conformidade dos seus membros às normas”. Esse é um poder causal exercido pelos círculos normativos sobre os comportamentos dos indivíduos como um mecanismo generativo, possibilitado pelas relações específicas em questão (ELDER-VASS, 2010, p. 124):

Essas relações, então, quando combinadas com esses tipos de partes, fornecem um mecanismo gerador que dá ao círculo normativo uma propriedade emergente ou poder causal: a tendência de aumentar a conformidade de seus membros com a norma. A propriedade é a instituição, e o poder causal é a capacidade que o grupo tem de afetar o comportamento dos indivíduos. Esse poder causal é implementado *por meio* dos membros *do* grupo, embora seja um poder do grupo,

e, quando seus membros agem em apoio à norma, é o grupo (bem como o membro em questão) que age.

Isso não significa negar qualquer importância às crenças normativas dos indivíduos envolvidos. De fato, um dos pontos fortes da perspectiva emergentista é que ela aceita que entidades em muitos níveis de um todo laminado possam ter simultaneamente poderes causais e que esses poderes possam interagir para produzir eventos reais. Nessa visão, não é verdade apenas que as crenças individuais são causalmente eficazes, mas também que elas são uma parte crucial do mecanismo que sustenta o poder causal do grupo maior. No nível do indivíduo, as instituições sociais funcionam porque o indivíduo sabe qual é o comportamento esperado e o padrão de incentivos que seu comportamento provavelmente enfrentará. Essas crenças tendem a incentivar a adoção da prática em questão; mas elas assumem a forma que assumem, pelo menos em parte, devido ao efeito causal emergente do círculo normativo. As crenças individuais, portanto, fazem a mediação entre a instituição social e o comportamento individual. Os círculos de normas têm um efeito causal sobre as crenças (e, de fato, sobre as disposições inconscientes, conforme enfatizado na descrição do *habitus* de Bourdieu), e estas, por sua vez, têm um efeito causal sobre o comportamento individual (...) (ELDER-VASS, 2010, p. 124-125, grifos do autor, tradução nossa).

Todo esse processo é fundamental para entender o que Elder-Vass chama de “causação descendente” (*downward causation*) do “todo” para as “partes” que o compõem, que, ao contrário do processo de causação descendente na natureza — em que o corpo de um animal como um todo, por exemplo, exerce influência causal no funcionamento correto do fluxo sanguíneo —, no mundo social, o efeito do “todo” nas “partes” se dá através da conformidade dos indivíduos que internalizam crenças e disposições daquele círculo normativo específico, que se realiza no tempo e que continua a existir mesmo que tenha uma origem no passado. Elder-Vass compreende que esse processo pode ser dividido em dois estágios: no primeiro momento, o círculo normativo impacta as motivações dos indivíduos através do processo de causação descendente; e, em outro, essas motivações impactam o comportamento presente e futuro dos indivíduos. Tal entendimento corresponde à concepção da distinção temporal da atuação da agência e da estrutura nos círculos morfogenéticos de Margaret Archer. As instituições normativas, no entanto, não devem ser confundidas com espaços em que predomina o consenso normativo, ou seja, em que as pessoas concordam com um conjunto de regras morais, mas tão somente que os indivíduos que fazem parte de círculos normativos específicos compreendem de modo relativamente semelhante as normas vigentes naquele ambiente e agem a partir dessa compreensão, concordando ou opondo-se a elas e sofrendo as implicações desse comportamento de endosso ou rejeição (ELDER-VASS, 2010, p. 125). Nesse contexto,

duas possibilidades ficam em aberto, segundo Elder-Vass, relacionando-as diretamente à teoria morfogenética de Margaret Archer:

(...) (a) que a conformidade com as normas pode, às vezes, ser uma consequência do comportamento prudencial em face de relações de poder desiguais, em vez de um consenso sobre o valor da norma; e (b) que os membros do grupo normativo que discordam de seus padrões (mesmo que de fato estejam em conformidade com eles) podem tomar medidas direcionadas para mudar esses padrões, iniciando, assim, o ciclo morfogenético de mudança estrutural (e de fato cultural) analisado por Archer (ELDER-VASS, 2010, p. 126, tradução nossa).⁴¹

Nesse contexto, há diversos possíveis fatores para o desrespeito ou resistência às normas, como o conflito entre normas consideradas superiores, benefícios privados com o desrespeito à norma, preferência pessoal pela transgressão da regra, e assim por diante. O comportamento individual, por seu turno, também é um fenômeno da dimensão actual e, como tal, é o resultado de uma série de forças causais em interação. Apesar das possibilidades de desrespeito às normas, não sendo as instituições e normas forças inexoráveis, elas possuem o poder de produzir conformidade, agindo por meio de expectativas reais da existência do que Elder-Vass chama de “tendências condicionais”, pois os indivíduos sabem que receberão/enfrentarão muito provavelmente reações e sanções negativas ao comportamento contrário à norma compartilhada — o que remete às concepções a respeito da conformidade social em Durkheim (1999). O próprio Elder-Vass admite a influência Durkheimiana nessas reflexões, no entanto, ao contrário do conceito geral de “sociedade”, do sociólogo francês, os círculos normativos podem ser diversos na sociedade e influenciarem-se mutuamente. Além disso, diferencia-se de Durkheim na medida em que entende como necessário explicar os mecanismos que produzem, através da interação dos indivíduos, os poderes que são possuídos por esses círculos, para além das partes que os compõem (ELDER-VASS, 2010, p. 126-127).

Um pai pode roubar um pão para alimentar seus filhos famintos, por exemplo, apesar de reconhecer o risco de ser punido por isso, apesar de acreditar que seja errado roubar como resultado de uma experiência anterior de defesa dessa norma. Além disso, a existência de uma instituição social não implica que todos os membros do círculo normativo em questão de fato endossem ou apliquem a norma em todas as ocasiões relevantes: esse tipo de comportamento também é o

⁴¹ No original: “(a) that conformance with norms may sometimes be a consequence of prudential behaviour in the face of unequal power relations rather than consensus over the value of the norm; and (b) that members of the norm group who disagree with its standards (even if they do actually conform with them) may take action directed towards changing those standards, thus initiating the morphogenetic cycle of structural (and indeed cultural) change analysed by Archer”.

resultado de muitos fatores que interagem, dos quais o compromisso com a norma é apenas um. Assim, por exemplo, um membro do círculo pode deixar de apoiar uma norma porque considera que há outra norma mais importante que precisa ser apoiada em circunstâncias específicas, ou porque está demonstrando favoritismo pessoal em relação a um infrator, ou porque obterá algum benefício pessoal com a transgressão da norma por outra pessoa (ELDER-VASS, 2010, p. 126, tradução nossa).

Nesse contexto, é importante destacar as três características que definem os círculos normativos, segundo Elder-Vass. Em primeiro lugar, todas as pessoas possuem um “círculo normativo proximal”, que consiste no conjunto de pessoas que influenciaram a formação daquela crença normativa específica e que a reforça com frequência (podendo ser pais, amigos, professores, membros da igreja, etc.). Em segundo lugar, os círculos normativos são percebidos pelos indivíduos como possuidores de certa extensão espaço-temporal à qual aquela norma se aplica, no que Elder-Vass chama de “círculo normativo imaginado”, sendo “imaginado”, aqui, não a existência do círculo normativo em si, mas o seu alcance no espaço e no tempo, uma vez que nunca se sabe ao certo o seu limite. Nesse sentido, o ciclo normativo “proximal” de uma crença específica de um sujeito pode ser composto apenas por um professor, um amigo ou um parente, etc., mas esse amigo “fala” em nome de um círculo normativo maior que ambos e que possui certa extensão que é imaginada por eles. Por último, existe a rede de indivíduos que de fato aceitam aquela norma e a levam a sério, mesmo que o sujeito nunca venha a entrar em contato com todos eles. Este é o “verdadeiro” círculo normativo ou, nos termos de Elder-Vass, o “círculo normativo actual”, que é formado pelo conjunto de sujeitos que estariam dispostos a endossar uma norma específica caso interagisse com o sujeito em questão e que pode ser, a depender de cada membro do círculo, maior ou menor do que o “círculo normativo imaginado”, mas possui uma existência real e com poder causal sobre os seus membros — poder causal este que é exercido de maneira complementar pelos três aspectos dos círculos normativos citados (ELDER-VASS, 2010, p. 127-128).

São as interações do indivíduo com o círculo da norma proximal, por exemplo, que produzem diretamente sua disposição de agir em conformidade com a norma. Cada um dos membros desse círculo, no entanto, tem seu próprio círculo de norma proximal, que pode se estender até o círculo da norma real, e esperamos que todos esses círculos proximais de uma determinada norma se cruzem para produzir uma colcha de retalhos que cubra todo o círculo da norma real. Cada círculo normativo proximal, de fato, age de forma causal, mas o faz em nome de todo o círculo normativo real.

O círculo normativo imaginado é causalmente significativo porque a presença (ou consideração) de membros do círculo imaginado tenderá a produzir a

conformidade do indivíduo com a norma. Na medida em que a aceitação da norma pelo indivíduo é instrumental, em vez de internalizada como um valor, sua adesão a ela dependerá da presença de membros do círculo imaginado. Se alguém acredita, por exemplo, que uma determinada norma é endossada e aplicada somente por uma comunidade religiosa da qual ele é membro, pode-se sentir tentado a ignorá-la quando ninguém presente pertencer a essa comunidade.

E o círculo normativo real é causalmente significativo porque determina se e quando o indivíduo estará sujeito ao endosso e à aplicação da norma, independentemente das expectativas sobre esse endosso que surgem de seu senso do círculo normativo imaginado. Se, no exemplo anterior, por exemplo, for constatado que as pessoas que endossam a norma em questão vão além da comunidade religiosa do indivíduo, ele poderá sofrer sanções por seu comportamento, mesmo que nenhum dos membros de seu círculo normativo imaginado esteja presente. A extensão do círculo normativo real, isto deve ficar claro, é independente das crenças sobre ele mantidas por um determinado indivíduo. Os dois são ontologicamente distintos. Um corolário importante dessa separação ontológica é que o indivíduo pode estar errado sobre o ambiente normativo que enfrenta. De fato, nosso conhecimento empírico de que as pessoas podem de fato estar erradas sobre seu ambiente normativo é mais uma evidência da distinção ontológica entre círculos de normas imaginados e reais (ELDER-VASS, 2010, p. 129, tradução nossa).

Em última instância, Elder-Vass entende que os poderes causais dos “círculos normativos actuais”, ou seja, os poderes causais realmente existentes, são mediados e se exercem pelas dimensões do “círculo normativo proximal” (membros daquele círculo normativo capazes de exercer influência direta sobre os indivíduos) e dos “círculos normativos imaginados”. A modernidade, nesse contexto, com a multiplicação dos círculos normativos, tornou cada vez mais difícil que os “círculos normativos imaginados” correspondam de maneira exata aos “círculos normativos actuais” em comparação com as pequenas comunidades pré-modernas, em que a influência da família, da religião ou da tribo se faziam mais visíveis e distinguíveis. Os círculos normativos nas sociedades contemporâneas seriam fortemente marcados pela interseccionalidade⁴² com outros círculos normativos de diversas esferas sociais (escolas, governos, consumo, política, internet, etc.), na medida em que os seus membros fazem parte simultaneamente de mais

⁴² Elder-Vass diferencia o seu uso do termo “interseccionalidade” de outros usos na teoria social, o que é importante destacar especialmente pela proeminência que o termo tem alcançado nos estudos feministas e críticos de maneira geral: “The most explicit use was perhaps that by Blau and Schwartz, in their book *Crosscutting Social Circles* (Blau and Schwartz 1984), but intersectionality is also, for example, a feature of Merton’s account of reference groups (Merton 1968: e.g. 287) and Kadushin’s work on elite power (e.g. Kadushin 1968). The concept has also long been a feature of feminist thinking and the term has recently become prominent in feminist discussions of individuals who experience multiple forms of oppression or marginalisation as a result of intersectional identities (see, e.g., Collins 1998; Crenshaw 1991; McCall 2005; Phoenix and Pattynama 2006; Walby 2007; Yuval-Davis 2006: 201). Most of these applications have focused on intersectionality between what we might call identity groups and between common interest groups. This chapter applies the concept to normative groups, but it could equally well be applied to groups of other kinds, such as linguistic communities (Elder-Vass 2008a), for example, and indeed Saussure touches on intersectionality in this context (Saussure 1986 [1916]: 200–1).” (ELDER-VASS, 2010, p. 131).

de uma entidade normativa com poderes causais reais, que podem ser congruentes com outros círculos normativos, formando “clusters” (grupos) de normas ou entrando em oposição (ELDER-VASS, 2010, p. 130-131).

Em termos proximais, grupos específicos de indivíduos (por exemplo, a família, os amigos da escola, os professores ou os colegas de trabalho) geralmente são a fonte não apenas de normas individuais, mas de grupos de normas para um determinado indivíduo. É provável que o indivíduo veja cada um desses grupos como sendo endossado por um determinado círculo imaginário de normas. Aquelas endossadas por sua família podem ser vistas como pertencentes ao grupo de identidade que o indivíduo associa mais fortemente ao seu ambiente doméstico — com uma determinada classe ou grupo étnico, por exemplo. As normas (diferentes) endossadas pelos professores podem ser vistas como pertencentes à comunidade nacional e as endossadas pelos colegas de trabalho como pertencentes à organização em que trabalham. Como alternativa, quando esses diferentes grupos parecem amplamente consistentes entre si, o indivíduo pode imaginar todos eles como parte de um grande grupo, endossado pela sociedade como um todo. No entanto, com o passar do tempo, são as associações reais, e não as imaginárias, de círculos de normas em círculos de conjuntos de normas que determinarão as respostas que o indivíduo recebe às suas ações e, portanto, esperamos que as imaginações do indivíduo sobre os agrupamentos normativos tendam a convergir (de forma imperfeita) com os agrupamentos reais.

(...) Uma vez que reconhecemos que os indivíduos são membros de uma variedade de círculos normativos transversais, cada um dos quais tende a influenciar seu comportamento em determinadas direções, torna-se evidente que essas influências podem nem sempre ser consistentes umas com as outras. Minha família, por exemplo, pode esperar uma coisa de mim e minha turma ou colegas de trabalho, outra bem diferente. Uma teoria que simplesmente argumente que as pressões institucionais determinam a ação individual não é mais sustentável quando as pressões institucionais podem se contrapor umas às outras; na melhor das hipóteses, podemos apenas argumentar que essas pressões tendem a influenciar a ação em determinadas direções. E quando reconhecemos que várias dessas pressões podem entrar em conflito umas com as outras, temos de reconhecer a necessidade de os indivíduos, em posições normativas ambivalentes, tomarem decisões sobre quais normas devem ser observadas em situações difíceis. Daí a importância de uma compreensão da ação humana que deixe espaço tanto para a influência social quanto para a tomada de decisões individuais ou, em outros termos, que concilie os papéis do *habitus* e da reflexividade (ELDER-VASS, 2010, p. 132 e 133, tradução nossa).

Já no que se refere à mudança normativa, Elder-Vass vai se apoiar fortemente na abordagem dos ciclos morfogenéticos de Margaret Archer e no Modelo Transformacional da Atividade Social (MTAS) de Roy Bhaskar (que já apresentamos nos tópicos passados), dividindo no tempo, analiticamente, os fenômenos em um primeiro momento estrutural, em que os indivíduos são causalmente influenciados pelas estruturas normativas; e, em um segundo momento agencial, em que os indivíduos agem reproduzindo ou transformando este meio normativo. Acrescenta Elder-Vass, no entanto, a incerteza existente nas estruturas normativas que, apesar de possuírem estabilidade, devido à sua constituição de

natureza multicausal, especialmente formada por indivíduos que mudam com frequência seu comportamento, está sempre aberta a transformações:

Entretanto, como é possível que outros fatores intervenham causalmente no momento agencial, é possível que o ciclo que reproduz uma determinada instituição seja subvertido com frequência suficiente para que a norma comece a se enfraquecer, desaparecer ou ser transformada. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando os indivíduos envolvidos mudam suas crenças e/ou comportamentos por motivos externos à instituição. Há muitos motivos pelos quais isso pode ocorrer. Por exemplo, eles podem ser expostos a crenças normativas de outros círculos e achá-las atraentes, ou suas circunstâncias materiais podem mudar de forma que certas normas pareçam desnecessárias ou contraproducentes, ou os indivíduos podem descobrir que diferentes normas endossadas pela mesma comunidade levam a recomendações incompatíveis e encontrar motivos para mudar a ordem de precedência entre elas (ELDER-VASS, 2010, p. 135, tradução nossa).⁴³

Todos esses exemplos e possibilidades relacionados à mudança normativa e a sua relação com os indivíduos são enormemente ampliados pelo contexto da modernidade, como dissemos, e nesse ponto Elder-Vass se apoia em Giddens para se referir à maneira como o contexto moderno exige um constante aperfeiçoamento da “monitoração reflexiva” dos indivíduos para lidar com essas situações de ambientes interseccionais e instáveis. É dessa maneira, portanto, que Elder-Vass elabora a sua concepção emergentista das instituições normativas, procurando ser compatível com a explicação tanto da estabilidade como da mudança institucional, para tal, se baseando em dois princípios fundamentais do realismo crítico, que exploramos em tópicos anteriores: 1) a teoria da múltipla determinação de Bhaskar, tanto da sociedade como dos indivíduos; 2) distinção ontológica entre as estruturas sociais e as crenças das pessoas a respeito delas — abrindo espaço, portanto, para a noção de que não existe uma relação mecânica entre as crenças dos indivíduos e o ambiente normativo, podendo, inclusive, as pessoas estarem enganadas ou desatualizadas a respeito deles, sendo “lembradas” ou “corrigidas” pelos círculos normativos actuais dos quais fazem parte (ELDER-VASS, 2010, p. 137-138).

⁴³ No original: “However, because it is possible for other factors to intervene causally in the agential moment, it is possible that the cycle reproducing any given institution may be subverted often enough for the norm to start to weaken, to fade away or to be transformed. This can occur, for example, when the individuals concerned change their beliefs and/ or behaviours for reasons that are external to the institution. There are many reasons why this could occur. For example, they might be exposed to normative beliefs from other circles and find them appealing, or their material circumstances might change in a way that means certain norms now seem unnecessary or counterproductive, or individuals may find that different norms endorsed by the same community lead to incompatible recommendations and find reasons for changing the order of precedence between them”.

Apesar de as instituições normativas ou círculos normativos serem importantes, existem outros tipos de estruturas sociais mais complexas, como é o caso das organizações, segundo tipo de estrutura apresentado por Elder-Vass, que, interagindo com outras forças causais produzem os eventos sociais. Exemplos de organizações são empresas de menor ou maior porte, órgãos e empresas públicas, universidades, escolas, organizações da sociedade civil em geral, organizações religiosas, organizações políticas como os Estados ou grupo de países como a Organização das Nações Unidas (ONU), bancos, partidos, instituições financeiras, etc. — todas essas estruturas sociais, a que Elder-Vass chama de “organizações”, apesar de também serem constituídas por um conjunto de pessoas em relações normativas umas com as outras, possuem mecanismos específicos, como, por exemplo, a existência de relações hierárquicas mais fixas, que acrescentam muitos níveis de complexidade à sua existência, fazendo com que uma atenção aos seus poderes causais seja imprescindível para que expliquemos os fenômenos do mundo social. Ou seja, por um lado, nas organizações existe um conjunto de papéis a ser desempenhados, por exemplo, pelos servidores de uma universidade e pelos alunos, que são conjuntos de normas como nos círculos normativos. Mas, por outro lado, as organizações são mais do que os círculos normativos na medida em que possuem maior duração no tempo e em que as interações e mecanismos em atuação nas organizações lhes dão poderes causais que não são possuídos pelos círculos normativos que apresentamos nos parágrafos anteriores (ELDER-VASS, 2010, p. 144 e 145).

Para entender o funcionamento dos mecanismos das organizações é preciso, primeiro, entender formas sociais mais simples como os grupos de interação e as associações, que ajudam compô-los. Os grupos de interação, ou “situações de interação”, são interações relativamente curtas entre indivíduos que agem a partir dos seus entendimentos a respeito de regras e convenções estabelecidas, sem, no entanto, implicar compromissos de longo prazo. O exemplo preferido de Elder-Vass para exemplificar os grupos de interação são as filas. As filas, em bilheterias, supermercados, restaurantes, lotéricas, etc., se formam, como sabemos, a partir do momento em que há mais pessoas buscando o acesso a algum serviço, do que guichês que o forneçam — como em uma agência postal, por exemplo —, serializando os indivíduos por ordem de chegada. Para que a fila possa existir, é importante que os indivíduos conheçam e respeitem as normas de

enfileiramento⁴⁴, reconhecendo a sua legitimidade para ordenar o acesso ao serviço. Assim como qualquer instituição social normativa, o desrespeito às regras de conduta na fila possui alta probabilidade de ser alvo da advertência ou reclamação de funcionários ou de outros membros da fila (ELDER-VASS, 2010, p. 146-147).

Nesse contexto, as filas, como um grupo de interação, dirá Elder-Vass, possuem poderes causais, aparentemente irrelevantes, tais como: a de ser visível e reconhecível como uma fila; a de contribuir mais facilmente para a organização de acesso a um serviço, nos fazendo, com maior probabilidade, seguir a fila entrando na parte de trás, e não na da frente; o de serializar o acesso a um serviço, reduzindo o potencial de conflito e estresse caso ela não existisse. Esses poderes causais pertencem à fila como entidade que é o resultado emergente das crenças e interações dos indivíduos:

As normas de enfileiramento podem produzir a fila, mas é a própria fila que serializa o acesso ao serviço. O grupo de pessoas em questão não teria esse efeito se não fosse formada uma fila real. A maneira como os membros da fila interagem é um produto de suas crenças normativas e, portanto, dos círculos de normas que os produziram, mas as interações na própria fila produzem um mecanismo causal adicional que dá à fila o poder de serializar o acesso ao recurso (ELDER-VASS, 2010, p. 148, tradução nossa).⁴⁵

Diferentemente do caso dos “grupos de interação” como as filas, quando falamos em “associações”, estamos falando de uma forma social mais complexa, que ocupa uma posição intermediária entre os grupos de interação e as organizações. As associações implicam um conjunto de normas e comportamentos individuais que são mantidos no longo prazo, fazendo com que eles durem mais do que uma situação de interação específica. Por vezes ocorre, também, que uma situação de interação (grupo de interação) evolua para uma associação, como, por exemplo, um encontro entre duas pessoas com interesses românticos para um jantar, que pode vir a se tornar um namoro sério ou um casamento — nessas fases sucessivas, o grau de obrigações e expectativas mútuas vai aumentando, tornando-se mais duradouras a ponto de as duas pessoas passarem a fazer parte não mais de uma interação casual (certamente com normas de educação, etc., mas

⁴⁴ Na estação do BRT do Gama, no DF, as filas existem até o momento em que o ônibus chega e abre a porta. A partir desse momento, elas perdem todo o seu poder causal.

⁴⁵ No original: “The norms of queuing may produce the queue, but it is the queue itself that serialises access to the service. The group of people concerned would not have this effect if they were not formed into an actual queue. The way the members of the queue interact is a product of their normative beliefs and thus of the norm circles that produced them, but the interactions in the queue itself produce a further causal mechanism that gives the queue the power to serialise access to the resource”.

ainda casual), mas sim de uma associação, que chamamos de “casal”, “companheiros”, “esposos”, “marido e mulher”, com alto grau de expectativas e obrigações mútuas, que podem variar histórica e culturalmente nas suas características (ELDER-VASS, 2010, p. 149-151).

Mais ainda que os grupos de interação, estas associações são entidades que possuem poderes causais emergentes próprios, influenciando o comportamento dos indivíduos a partir de seus compromissos e expectativas em relação ao grupo:

Considere o caso hipotético de um grupo de adolescentes que se encontra com frequência em um parque local para andar de *skate* juntos e que valoriza o desempenho no *skate* como parte de sua identidade de grupo. É de esperar que os membros do grupo estejam mais propensos a comparecer ao parque quando se espera que o grupo esteja lá, mais propensos a aprender novas habilidades de *skate* e mais propensos a tentar andar de *skate* com o melhor de sua capacidade, tudo isso, pelo menos em parte, para melhorar sua posição no grupo. Talvez o caso que mais claramente se distingue da normatividade restritiva seja o último: a sugestão de que os skatistas se esforçariam mais para melhorar sua posição. Esse efeito pode muito bem ser produzido mesmo que os membros do grupo endossem explicitamente a norma *coo* de não se esforçar demais. O *status* é alcançado por se ser bom no *skate*, o que exige esforço, mesmo que o ambiente normativo explícito sancione negativamente o esforço, e os membros mais habilidosos do grupo podem conciliar essas pressões aprendendo a se esforçar enquanto parecem não se esforçar. Todos esses são efeitos da influência causal do grupo (ELDER-VASS, 2010, p. 151-152, tradução nossa).

Já no caso das organizações, estamos falando de associações mais complexas ainda que compromissos de longo prazo como a de um casamento, na medida em que os seus membros, normalmente com mais de duas pessoas, por meio também de compromissos de longo prazo, se organizam em torno de funções especializadas com relações de autoridade determinadas a partir dessas funções, podendo ter uma duração, inclusive, maior do que a existência dos seus membros iniciais. As funções das organizações, com maior ou menor formalidade, delimitam como os indivíduos devem se comportar internamente não apenas com a organização, mas também com membros externos a partir da sua função específica. Sendo assim, de um ponto de vista ontológico, as partes das organizações são as pessoas e as suas funções são as relações entre si — sendo o que torna possível, por exemplo, a substituição de funcionários em uma repartição pública, sem que a repartição deixe de funcionar.⁴⁶ (ELDER-VASS, 2010, p. 152 e 153).

⁴⁶ Human bodies, for example, can survive the steady replacement of the individual cells that are their parts, while still maintaining the relations that constitute their physiological structure. Likewise, organisations can

Considere o caso de um grupo de cantores, como um quarteto de barbearia, que canta músicas sem acompanhamento em harmonia. Cada cantor tem uma função diferente no grupo, definida tanto em termos gerais (líder, tenor, barítono e baixo) quanto pela parte específica que deve cantar em uma determinada música. Quando os cantores desempenham essas funções, o grupo como um todo apresenta uma *performance* musical que seria impossível para os indivíduos produzirem isoladamente ou sem serem coordenados nesse tipo de organização. A capacidade de produzir essa *performance* harmonizada é, portanto, um poder causal emergente do grupo — a organização. As partes do grupo são os cantores e a relação entre eles que sustenta a produção da apresentação é o compromisso de coordenar seu canto de acordo com determinadas regras. Sua capacidade de fazer isso depende, por sua vez, de certas propriedades dos indivíduos envolvidos (mais, obviamente, a qualidade de suas vozes) e de uma história causal que os reuniu e os manteve juntos como um grupo.

(...) Considere outro exemplo: A famosa discussão de Adam Smith sobre a produção de alfinetes ou pregos, na qual um grupo de trabalhadores, cada um desempenhando funções especializadas, é capaz de produzir substancialmente mais do que o mesmo grupo de trabalhadores, cada um produzindo alfinetes individualmente. Essa capacidade de produzir mais que Archer chama de "o resultado relacional de sua atividade produtiva combinada": é um poder causal emergente do grupo organizado, e não causalmente atribuível aos trabalhadores individuais (ELDER-VASS, 2010, p. 153-154, tradução nossa).

Na ontologia emergentista de Elder-Vass e Archer, não existem apenas as pessoas e as relações, mas também o resultado da interação desses dois fatores, que são as estruturas sociais que podem ter a forma, por exemplo, de organizações entendidas como entidades reais com poderes causais próprios. O método para se certificar se estamos de fato nos referindo a uma estrutura real com poderes causais é o que os realistas críticos chamam de “princípio da redescrição”, em que, por meio de um exercício mental, percebemos que, caso aquelas pessoas (os músicos ou os trabalhadores) não fizessem parte daquela organização (a que atribuímos poderes causais estruturais), seriam incapazes de produzir o efeito causal que produzem (na música ou na produção industrial).

Dois conjuntos de mecanismos causais são fundamentais para o pleno funcionamento das organizações e dos seus poderes causais: um conjunto de “mecanismos normativos”, que envolvem a aceitação dos indivíduos de se comportarem de acordo com os papéis recomendados; e um conjunto de “mecanismos de interação coordenada”, tudo isso interagindo com elementos reais do mundo para funcionar (as notas possuindo relações tonais e temporais entre si, produzindo ritmo, o papel de um funcionário na divisão de tarefas na fábrica de alfinetes ser adequada para o funcionário seguinte, a função do jogador não desequilibrar o time e assim sucessivamente). Nesse ponto, ao diferenciar a

survive the replacement of the human individuals that are their parts, while maintaining the roles that constitute their relational structure (ELDER-VASS, 2010, p. 153).

dimensão institucional (normativa) da dimensão relacional (mecanismos de interação coordenada), Elder-Vass acompanha Archer, que separa ontologicamente as propriedades emergentes culturais das propriedades emergentes estruturais (ELDER-VASS, 2010, p. 155-157).

Em síntese, como temos repetido ao longo deste capítulo, o que é central para o realismo crítico e sua ontologia das estruturas sociais mais complexas, como as organizações, é não só afirmar que as estruturas sociais possuem poderes causais e existência, mas também entender a atuação causal dessas mesmas estruturas. Para isso é importante entender a complexidade crescente do mundo social, indo desde situações de interação simples (como em filas comuns) e o papel das normas na sua existência, passando por associações simples (como um namoro), que envolvem compromissos, até as organizações com graus variados de complexidade (como uma pequena empresa, um órgão estatal ou a reunião de várias dessas entidades em um Estado-nação), marcadas por maior controle do comportamento dos seus membros, papéis de autoridade e especialização. Assim, as organizações são marcadas tanto por mecanismos normativos, que existem nas formas de interação mais simples, mas são acrescidas dos mecanismos de interação coordenada, com potenciais efeitos de larga escala. Nesse contexto, os poderes causais das organizações interagem com outros poderes causais, tanto de outros elementos estruturais menos complexos (como os círculos normativos, grupos de interação e associações — e tantos outros possíveis), como com os poderes causais dos indivíduos, que podem ter graus variados de influência (ELDER-VASS, 2010, p. 166-168). No próximo capítulo, discutiremos como esses elementos da estrutura e da agência interagem, produzindo eventos sociais, e como essa compreensão, para o realismo crítico, supera o assim chamado “problema do naturalismo”.

CAPÍTULO 5. Os eventos sociais e o problema do naturalismo

Como apresentamos no capítulo passado, é de uma teia complexa de forças causais das dimensões da agência e da estrutura, enquanto forças ontológicas distintas, anulando-se e reforçando-se, que os eventos ou fenômenos sociais resultam. Nesse sentido é que surgiu, desde o aparecimento da sociologia ou dos primeiros “pensadores sociais”, uma miríade de complicadas discussões epistemológicas a respeito de qual deve ser a melhor forma de fornecer explicações sociológicas e se as explicações científicas da natureza são ideais a serem imitados pelos pensadores e cientistas do “social” — o que temos apresentado de maneira geral como o problema do “naturalismo”.

Até aqui, discutimos primeiramente a maneira como o problema do naturalismo se relaciona a uma concepção específica a respeito da natureza da explicação causal científica e de como mesmo as posições dualistas metodológicas das ciências sociais se apoiam nesse modelo — ainda que para negá-lo. Em seguida, passamos a discutir a maneira como na sociologia contemporânea se empreenderam esforços no sentido de rediscutir a natureza do mundo social, ou seja, a sua ontologia, determinando as características das suas entidades constituintes, para então procurar responder a uma série de problemas teóricos e epistemológicos das ciências sociais: dentre os quais o problema do naturalismo.

Foi nesse sentido que discutimos a proposta de Anthony Giddens e a sua teoria da estruturação, exemplo paradigmático, entre os teóricos sociais da virada do século, da ideia de que a ontologia pode ajudar a resolver problemas epistemológicos da sociologia. Posteriormente, adentrando nas contribuições do realismo crítico, apresentamos tanto as críticas desse movimento à teoria da estruturação, bem como a concepção ontológica realista, com sua definição própria a respeito da natureza da explicação causal e das formas de atuação dos poderes causais da agência e da estrutura. Nos próximos tópicos desse capítulo, sintetizaremos a resposta a respeito da relação entre o problema epistemológico da causalidade nas ciências sociais (problema do naturalismo), e as reformulações ontológicas do realismo crítico. Discutiremos como os conceitos apresentados até aqui podem contribuir com o entendimento de fenômenos sociais micro e macro e de como o problema do naturalismo é tratado a partir dessas considerações.

5.1 As causas e os eventos sociais

Importante para o realismo crítico não é apenas identificar os poderes causais e mecanismos das entidades sociais, realizando aquilo que Tony Lawson (1997) chama de “reprodução”, mas também a “retrodição”, que consiste em analisar a interação desses mecanismos no mundo empírico, tendo como pressuposto a concepção de “determinação múltipla dos eventos reais”, que apresentamos no capítulo 3. É com isso em vista que podemos compreender a utilidade dos conceitos do realismo crítico tanto em situações micro, como em situações macrosociais. Com isso, é possível ter mais clara a aplicação empírica da ontologia realista e os métodos possíveis de sua utilização (LAWSON, 1997, p. 24 e 221; BHASKAR, 2008 [1975], 2005 [1979]; ELDER-VASS, 2010, p. 169).

Para Elder-Vass, apoiando-se na ontologia do realismo crítico, é importante entender que mesmo as menores interações sociais, comumente referidas como “micro”, são perpassadas por uma infinidade de forças causais — muitas vezes maiores do que a própria investigação sociológica poderia abarcar. Em um debate no *Journal for the Theory of Social Behaviour* com outros autores (ELDER-VASS, 2007a; 2007b; KING, 2007; PORPORA, 2007; VARELA, 2007), Elder-Vass discute a maneira como uma situação corriqueira do comércio — em que um cliente entra em uma loja para comprar uma televisão de uma vendedora, que deve organizar o processo para que a televisão seja entregue alguns dias depois na casa do comprador — está perpassada não só por uma série de forças causais da agência de ambos os indivíduos em interação, mas também por estruturas sociais e seus poderes causais próprios em atuação naquele contexto (ELDER-VASS, 2010, p. 170). Acompanhemos o processo exemplificado.

Em um primeiro momento, após a abordagem da vendedora, criando uma situação de interação, uma série de poderes causais estruturais pertencentes aos círculos normativos entra em cena, tais como aqueles responsáveis pelo: 1) tipo de abordagem adquirida através do treinamento na loja, que pode ser diverso (mais incisivo ou discreto, por exemplo); 2) a influência de outros círculos normativos pessoais da vendedora na maneira como ela realiza a forma de abordagem que aprendeu (tal como o sotaque ou uma postura mais amigável, incorporado como *habitus*); 3) aspectos materiais da loja, tal como computadores e sistemas que podem interferir no sistema de vendas, nas promoções, etc.; 4) a própria autoridade que a vendedora tem de dar ou não um desconto, finalizar a venda,

receber um pagamento, comunicar a alguém responsável pelo estoque, etc. — todos esses aspectos são poderes que a vendedora só possui porque desempenha papéis em uma organização que exerce sobre ela um poder causal descendente, ou, melhor dizendo, são poderes causais que pertencem à organização e que são delegados a ela. Isso é tão verdade que, caso alguém se passe por um vendedor, no lugar da vendedora legítima, e, ao final da venda, revele que tudo foi uma “pegadinha” e que ele não é de fato vendedor, não existe nenhuma legitimidade no processo de venda: mesmo que a “venda” tenha sido realizada no preço correto, é preciso que todo o processo passe novamente pela verdadeira vendedora. Ou seja, a venda não é apenas uma *performance*, mas sim um processo que envolve a delegação de poderes causais de uma estrutura (loja), que legitima o vendedor a desempenhar aquele papel específico, que pode desempenhá-lo com alguma margem e habilidade específica.

Afirmar isso, por outro lado, não significa dizer que a vendedora não possua nenhum poder causal autônomo no âmbito da agência, tendo alguma margem a respeito de “como” colocar em prática as normas da empresa, ou que, especialmente em momentos de conflito entre o círculo normativo da loja e os valores da vendedora, ela não possa fazer escolhas — tal como, por exemplo, em uma situação em que a vendedora, estimulada pela loja a vender televisões mais caras aos clientes para receber maiores comissões, resolva não fazê-lo em um caso ou outro por questões éticas, e assim por diante. Isso significa que as influências causais estruturais são mediadas pelas crenças e disposições dos indivíduos, em vez de impostas como que física e diretamente sobre eles, tendo os indivíduos graus variados de autonomia e consciência na implementação dessas influências causais estruturais (ELDER-VASS, 2010, p. 170-175). Ao contrário do que se possa imaginar (KING, 2007, p. 217), segundo Elder-Vass, essa postura rejeita a necessidade de que se escolha apenas um dos aspectos de um suposto “dualismo ontológico”.

Por um lado, isso *não* implica reduzir o indivíduo (por exemplo, nossa vendedora) a uma “dopada”, desprovida de qualquer influência própria na transação, como algumas teorias de estrutura podem fazer. Suas ações são influenciadas por um grande número de poderes causais, alguns deles poderes estruturais sociais, mas essas influências são mediadas em um processo de determinação de ação no qual ela, como indivíduo, mantém a capacidade de influenciar o resultado por meio de suas decisões. Seu comportamento é, portanto, multiplamente determinado pelos poderes causais interativos dos seguintes elementos: (a) a organização; (b) vários círculos normativos distintos; (c) o grupo de interação formado por ela e seu cliente; (d) coisas materiais; e (e) o próprio indivíduo. A influência das organizações, dos círculos normativos e do grupo de interação é mediada pelas crenças do indivíduo sobre o ambiente

normativo que ele enfrenta e as disposições que ele formou devido a pressões ambientais não analisadas. Quando essas disposições estão em conflito entre si ou com outros elementos da situação que o assistente enfrenta, ele, como indivíduo, precisa tomar decisões sobre como resolver essas dificuldades: decisões sobre como desempenhar seu papel.

Por outro lado, essa ontologia também não nos compromete com o voluntarismo, uma vez que essas decisões são influenciadas de forma causal pelo conjunto de disposições e crenças que o indivíduo adquiriu em sua experiência social passada, que, por sua vez, é influenciada de forma causal por muitas variedades de estrutura social (ELDER-VASS, 2010, p. 175 e 176, grifos do autor, tradução nossa).

Nesse contexto, por menor que seja o evento, é preciso ter em conta (pelo menos em um sentido teórico) a complexidade de fatores causais em ação, entendendo o fenômeno que pretendemos explicar como o resultado dessa complexidade, “rastreado”, o quanto possível, desde os menores aspectos envolvendo a ação consciente dos atores até as influências estruturais que, apesar de serem mediadas pelas crenças e disposições dos indivíduos, possuem uma existência causal para além deles. Mas é importante enfatizar uma coisa: se, para o realismo crítico, as relações causais não são entendidas como interações discretas e mecânicas entre eventos, mas como relações complexas em diversos níveis de profundidade e impacto, cabe a pergunta: não é impossível a tarefa de esgotar os fatores causais explicativos dos eventos? A resposta é “sim”. Quando abordamos um fenômeno qualquer, devemos estar cientes de que a explicação social não precisa (nem é capaz) de dar conta de explicar todos os aspectos causais da produção de um evento específico, mas deve buscar explicar, se possível, os fatores causais mais relevantes de um aspecto (recorte) daquele evento:

Portanto, todas as explicações devem necessariamente negligenciar muitos dos poderes causais que contribuem para o evento que está sendo explicado. Uma boa explicação procurará se concentrar seletivamente nos fatores causais mais relevantes e há pelo menos dois critérios importantes de relevância: primeiro, o aspecto do evento que estamos procurando explicar e, segundo, quais poderes contribuem de forma mais significativa para esse aspecto do evento. Na prática, não procuramos explicar todos os aspectos de um evento, mesmo que seja um evento simples como vender algo em uma loja. Em vez disso, há coisas específicas que queremos saber — por que a vendedora não tentou vender uma televisão mais cara para o cliente, por exemplo, ou por que ela falou com ele com um sotaque específico e que efeito isso teve no resultado? Seja qual for o aspecto em que nos concentrarmos, haverá fatores causais que podemos decidir ignorar porque têm pouca importância explicativa para ele, embora não possamos necessariamente prever quais fatores serão esses (ELDER-VASS, 2010, p. 178, tradução nossa⁴⁷).

⁴⁷ No original: “All explanations must therefore necessarily neglect many of the causal powers that contribute to the event being explained. A good explanation will seek to focus selectively on the most relevant causal

Já no que se refere a saber como podemos distinguir os fatores causais mais significativos dos aspectos dos eventos que pretendemos explicar, trata-se de uma tarefa para a metodologia e a investigação empírica. No entanto, rejeitando a concepção positivista de causa, penso que, se concordarmos que tanto metodologias qualitativas e quantitativas, ou seja, metodologias “explicativas e compreensivas”, são capazes de responder em graus variados a perguntas do tipo “por quê?” dos eventos sociais — indo desde os motivos que levaram um sujeito a tomar a decisão de se mudar de residência, até os principais fatores criminogênicos nas taxas de homicídio em um bairro —, as diversas epistemologias e metodologias são capazes de desvendar “causas” de diversos tipos e de variados graus de força. Nesse contexto, as tradições “explicativas e compreensivas” podem, na verdade, ser realmente complementares: por um lado, a “compreensão” é também uma forma de explicação causal, na medida em que descobre as “razões” das ações dos indivíduos (POTTER, 2007, p. 261); por outro, as “explicações” inspiradas no modelo monista metodológico, se não descobrem relações invariantes e “leis”, descobrem com frequência padrões e mecanismos causais que enriquecem o nosso conhecimento sobre o mundo social, além de estar permeada por “descrições” e depender de aspectos compreensivos para a sua realização.

Elder-Vass dirá que, em alguns casos, é muito fácil identificar as causas primárias de alguns eventos (abstraindo-se causas secundárias), tal como no exemplo da vendedora que, através de uma entrevista, descobriríamos que ela resolveu não “empurrar” a televisão mais cara para aquele cliente, pois o conhecia e sabia que ele não tinha condições de comprar aquela televisão. Em outros casos, porém, é uma questão muito complexa, devendo ser resolvida não aprioristicamente, mas através de pesquisa empírica minuciosa com vistas a delimitar os principais fatores causais do evento a ser explicado, variando caso a caso. No entanto, ele nota: lidar com tal complexidade causal não é uma particularidade das ciências sociais, mas também nas ciências “*hard*”:

factors and there are at least two important criteria of relevance: first, the aspect of the event that we are seeking to explain, and secondly, which powers make the most significant contribution to this aspect of the event. In practice, we do not seek to explain all aspects of an event, even as simple an event as selling something in a shop. Instead, there are specific things we want to know – why did the salesperson not try to sell a more expensive television to the customer, for example, or why did she speak to him in a particular accent and what effect did this have on the outcome? Whichever aspect we focus on there will be causal factors we can decide to ignore because they have little explanatory significance for it, though we cannot necessarily prejudge which factors these will be”.

Se quisermos explicar por que uma ponte desmoronou, por exemplo, pode haver uma enorme variedade de fatores que contribuíram — o peso do tráfego sobre ela no momento, a fadiga do metal decorrente do peso do tráfego que ela suportou no passado, o vento, a deterioração química de seus materiais, atalhos tomados no processo de fabricação e falhas no projeto, para listar apenas alguns dos possíveis fatores nesse caso. Mesmo em casos sem nenhum envolvimento humano, pode haver uma gama igualmente ampla de fatores em ação. As ciências naturais se baseiam exatamente no mesmo processo de seletividade para identificar as causas de determinados eventos (ELDER-VASS, 2010, p. 178-179, tradução nossa⁴⁸).

Já no que se refere à dimensão macroexplicativa, Dave Elder-Vass procura trazer alguma clareza conceitual a respeito da distinção entre os tipos mais comuns e possíveis de explicações macrosociais, buscando diminuir a vagueza com a qual definimos os termos “macro e micro”, que são aquelas que se referem a eventos explicáveis por: macroatores, macroconsequências e macroeventos. No caso dos 1) macroatores, Elder-Vass se refere a entidades coletivas e estruturas sociais que, apesar de agirem por meio de seres humanos, exercem seus poderes causais como entidades próprias: é o caso de Estados, corporações, sindicatos, partidos e mesmo indivíduos com muito poder, que, com suas decisões e ações, produzem macroconsequências; 2) macroconsequências: ocorrem quando, por exemplo, um Estado nacional aprova uma alteração no regime tributário, realiza uma reforma previdenciária, declara guerra, etc., impactando a vida de milhões de pessoas como o resultado daquela decisão. Elder-Vass considera que é importante entender melhor os macroatores e suas macroconsequências a partir de um exemplo: o encontro entre Churchill, Roosevelt e Stálin em Yalta em 1945 e as consequências das decisões que tomaram para o redesenho do mapa europeu no pós-guerra. Nesse contexto, os líderes máximos da Inglaterra, EUA e URSS agiram tanto como representantes de seus Estados, na forma de macroatores da ordem mundial, como também com um grau de autonomia individual, em escalas variáveis caso a caso, em que cada um desses líderes era também um macroator. Nesse sentido, tanto os indivíduos como os Estados agiram no encontro de Yalta, produzindo importante macroconsequências no mundo e em seus respectivos países, e a análise sociológica/histórica deve levar isso em conta em suas explicações: a relativa autonomia de cada um dos líderes e também a complexa história causal que deu a esse

⁴⁸ No original: “If we want to explain why a bridge collapsed, for example, there may be a huge range of factors that contributed – the weight of traffic on it at the time, metal fatigue arising from the weight of traffic it has handled in the past, the wind, the chemical deterioration of its materials, shortcuts taken in the manufacturing process and flaws in the design, to list just a few of the possible factors in such a case. Even in cases with no human involvement at all there may be an equally wide range of factors at work. The natural sciences rely on just the same process of selectivity in identifying causes for particular events”.

Estados o poder causal que possuem, tal como o imperialismo britânico, a concentração de poder na União Soviética, e assim por diante. Ao mesmo tempo, as macroconsequências dessas decisões estão para além do controle dos macroatores específicos, uma vez que ativaram também uma cadeia causal complexa que influenciou outros acontecimentos — e que se mantêm até os dias de hoje (ELDER-VASS, 2010, p. 179-185).

Em primeiro lugar, de acordo com o modelo de causalidade defendido neste livro, não são os eventos, mas os poderes causais das coisas que causam os eventos subsequentes, portanto a afirmação de que um evento pode ter macroconsequências precisa ser explicada. Isso é bastante simples se reconhecermos que os eventos são mudanças nas coisas. Não é um evento em si que causa eventos subsequentes, mas, se o primeiro evento provocar uma mudança importante nos poderes das coisas para causar eventos subsequentes, então podemos dizer que ele teve consequências causais. A conferência de Yalta, por exemplo, criou uma disposição entre os líderes dos países envolvidos para agir em conformidade com o acordo, uma disposição que contribuiu para muitos eventos subsequentes, como as ordens emitidas por esses líderes aos seus comandantes militares.

Em segundo lugar, de acordo com esse modelo de causalidade, os eventos nunca são determinados por causas únicas. Embora a conferência em Yalta tenha produzido disposições para agir de determinadas maneiras acordadas, e essas disposições tenham se propagado em ordens militares e, sem dúvida, em muitas outras direções, outros fatores continuaram a interagir com essas influências causais na determinação de eventos individuais. (...) embora o acordo de Yalta tenha sido apenas um entre muitos fatores causais que moldaram a Europa do pós-guerra, parece razoável concordar que ele contribuiu de forma crucial para a demarcação das esferas de influência da União Soviética e das potências ocidentais e, portanto, foi uma influência causal significativa em milhões de eventos sociais subsequentes. Portanto, esse encontro não foi apenas um encontro entre macroatores, mas também um encontro com macroconsequências (ELDER-VASS, 2010, p. 184-185, tradução nossa).

Por fim, existem os 3) macroeventos, que são o resultado não de uma ação de um macroator específico em uma ação delimitável e suas macroconsequências, mas muito mais do agregado de um grande número de microeventos, tal como uma corrida bancária que pode levar um banco à falência, o aquecimento global, as transformações de longa duração no âmbito da cultura, e assim por diante. Para Elder-Vass, os macroeventos podem ainda ser divididos em três tipos: macroeventos coletivos, macroeventos estatísticos e macroeventos históricos (ELDER-VASS, 2010, p. 179-180).

Os macroeventos coletivos, por exemplo, ocorrem em movimentos coordenados como o ataque de um exército, que só existe pela ação concertada de vários soldados e suas lideranças. Já no que se refere aos macroeventos estatísticos, estamos nos referindo ao somatório e agregado de ações individuais sem um ator direcionando o evento especificamente, como a taxa de divórcios de um país, o índice de assassinatos, os padrões

de consumo, e assim por diante. E, por fim, no caso de macroeventos históricos, o autor se refere também ao resultado acumulado de microssituações, no entanto esse acontecimento tem uma grande significação histórica, como a Revolução Francesa e seus efeitos, a Revolução Industrial, o processo de urbanização em um país, etc. Em todos esses tipos de macroeventos, há uma série de mecanismos e círculos normativos em atuação (como na ação do soldado que, além de cumprir ordens, responde também a obrigações familiares, graus variados de lealdade à pátria, a obrigação do serviço militar, etc.). Seja como for, é papel do investigador social, na explicação de um macroevento, procurar abstrair fatores causais secundários específicos, para encontrar os fatores causais "coletivamente decisivos". Normalmente a caracterização de um macroevento como histórico é o resultado da construção intelectual/científica acadêmica, mas isso não significa que não seja um evento real do mundo, uma vez que as pessoas comuns percebem as transformações pelas quais estão atravessando e as mudanças que ocorreram em suas vidas (ELDER-VASS, 2010, p. 180- 182).

No caso dos macroeventos estatísticos, que recebem maior atenção de Elder-Vass a partir da sociologia de Durkheim, o nosso autor compreende que os problemas da sociologia de “O suicídio”, apontados pelos seus críticos — especialmente a falta da explicação dos mecanismos individuais e psicológicos que levam ao suicídio, uma vez que Durkheim queria tratar da sociologia de maneira autônoma —, podem ser resolvidos pelo modelo da múltipla determinação causal de Bhaskar. Com o perdão do tamanho da citação, parece-nos que o trecho que se segue é bastante esclarecedor a respeito dos limites da concepção positivista de causa abraçada por monistas metodológicos como Durkheim e de como o realismo crítico, aproveitando os méritos de aspectos da sociologia de Durkheim, fornece uma compreensão mais adequada a respeito da noção de causa, aqui tomando o exemplo do suicídio como objeto de investigação:

Sugiro, no entanto, que o problema de Durkheim pode ser resolvido sem renunciar ao significado causal das estruturas sociais envolvidas. A chave para fazer isso é mais uma vez o modelo de determinação múltipla proposto por Bhaskar, no qual qualquer evento único é sempre o resultado de múltiplos poderes causais interagindo. Isso é um tanto estranho para as discussões explícitas de causa de Durkheim. Ele argumenta, em particular, que todos os eventos do mesmo tipo devem ter a mesma causa e, assim, por exemplo, ‘se o suicídio depende de mais de uma causa, é porque, na realidade, existem vários tipos de suicídio’. A implicação parece ser que cada caso de suicídio se enquadra em um desses tipos e é causado pelo único tipo de causa responsável por todos os suicídios desse tipo.

(...) Uma vez que reconhecemos a determinação múltipla, podemos argumentar que o ato de suicídio de qualquer indivíduo é produzido pela interação de uma série de causas. Podemos esperar que suas circunstâncias pessoais, sua personalidade e seu contexto social sejam todos relevantes. Eles podem, por exemplo, ter sofrido alguma perda emocional, posicional ou financeira, ou uma série deles, que os leva a questionar se vale a pena continuar vivendo. Alguns indivíduos podem se sentir menos otimistas ou seguros do que outros, seja como resultado de alguma predisposição genética ou como resultado de sua história de vida, ou alguma combinação dos dois. E alguns serão menos fortemente integrados a um conjunto de círculos de normas que, de outra forma, poderiam ter-lhes dado um senso de significado e pertencimento, bem como regulado seu comportamento. Qualquer um desses fatores individualmente pode tornar um indivíduo mais propenso a cometer suicídio, mas nenhum deles sozinho determinaria tal resultado.

Cada indivíduo, portanto, possui um conjunto de disposições e crenças que foram influenciadas não apenas pelos tipos de fatores sociais identificados por Durkheim, mas também por outros fatores sociais, por fatores biológicos e psicológicos e, de fato, por contingências históricas. E, no final das contas, o suicídio é um ato intencional. Os indivíduos não são fisicamente compelidos a cometê-lo por forças sociais ou outras, mas optam por fazê-lo em um ato de agência individual, mas moldado e influenciado pelo conjunto de crenças e disposições que adquiriram.

(...) Dada essa estrutura para explicar o suicídio, podemos dizer que cada decisão individual de o cometer é produzida causalmente por um conjunto complexo de fatores contribuintes que podem variar significativamente de caso a caso. No entanto, também podemos dizer que, se compararmos dois grupos sociais que são semelhantes em outros aspectos, uma diferença entre os dois grupos em um dos fatores que tende a encorajar o suicídio tenderia a aumentar a taxa de suicídio em um em relação ao outro. E isso nos dá uma interpretação plausível do argumento de Durkheim: alguns protestantes, por exemplo, que em outros aspectos são tão propensos a cometer suicídio quanto os católicos correspondentes, cometerão suicídio mesmo que os católicos correspondentes não o façam, porque a natureza de sua religião os leva estar menos integrados socialmente e, portanto, ter um sentido reduzido de significado, pertencimento e obrigação para com os outros. Isso não significa que a menor taxa de integração social *por si só* faz com que esses indivíduos cometam suicídio, como o argumento de Durkheim às vezes pode parecer sugerir, mas sim que, em uma população com uma dada mistura de outras pressões encorajando e desencorajando o suicídio, uma redução, no nível social, de integração — na influência dos círculos normativos — será suficiente para empurrar algumas pessoas além da fronteira que as separa da intenção suicida.

Podemos, em outras palavras, dar explicações de alguns macroeventos estatísticos em termos dos poderes causais das estruturas sociais, ao mesmo tempo que reconhecemos que cada um dos componentes dos microeventos sociais é multiplamente determinado por muitos poderes causais interagindo, incluindo agência individual e, de fato, biológica, e fatores causais psicológicos, bem como os poderes das estruturas sociais. Atribuir poderes causais às estruturas sociais pode, portanto, ser inteiramente compatível com o reconhecimento dos poderes causais da agência humana individual, mesmo nos tipos de casos discutidos por Durkheim.

Os fatos sociais, então, às vezes *podem* ser explicados em termos de outros fatos sociais. Mas isso não significa, como Durkheim argumentou, que eles *devam sempre* ser explicados apenas em termos de outros fatos sociais. A investida/ataque de um exército também é um fato social, mas a decisão individual idiossincrática de seu general comandante pode ser um fator causal tão importante quanto a disciplina normativamente estabelecida e dirigida pela organização da qual a investida/ataque também depende (ELDER-VASS, 2010, p. 188-190, grifos do autor, tradução nossa).

Nesse contexto, a ontologia realista dos poderes causais procura fornecer um quadro conceitual que nos permita adquirir, de maneira minimamente coerente, dada a infinidade de aspectos causais em interação em qualquer situação cotidiana, um quadro ontológico e epistemológico para investigar as melhores explicações causais possíveis dos aspectos mais relevantes dos eventos. Para tal, nos utilizando dos métodos já em uso nas ciências sociais e nas humanidades de maneira geral, além de acrescentar ideias e conceitos novos para lidar com essa diversidade, tais como os de “retrodução” e “retrodição” (identificando os mecanismos e analisando o impacto dos mesmos nos eventos):

Para uma explicação completa de qualquer evento social real, precisamos reconhecer a importância da *determinação múltipla* dos eventos reais. Em princípio, precisamos identificar todos os poderes que estão interagindo para produzir o evento e como eles afetam uns aos outros. Quando nos voltamos para a retrodição, não podemos invocar apenas poderes estruturais sociais; devemos trazer de volta a pessoa e, de fato, uma série de outras entidades que podem ter influenciado o evento em questão. Na prática, entretanto, a retrodição enfrenta enormes desafios. Ela depende, por exemplo, de relatos retroativos das entidades e mecanismos aos quais atribuímos poderes causais, que podem ser difíceis de separar de outras entidades quando há inter-relações complexas entre elas. E mesmo quando temos uma visão coerente de alguns dos poderes causais envolvidos, nunca podemos identificar exaustivamente todos os fatores causais que contribuem até mesmo para um evento social relativamente simples.

Sem uma ontologia realista dos poderes causais, talvez seja tentador acreditar que a complexidade resultante seja tão grande que anule qualquer possibilidade de explicação causal no mundo social. Mas a ontologia dos poderes causais nos dá uma estrutura na qual se torna possível combinar a retrodição e a retrodição para produzir explicações causais, mesmo diante dessa complexidade. Como Peter Manicas muito bem salientou, as ciências naturais enfrentam praticamente a mesma situação, mas os cientistas naturais geralmente ficam satisfeitos em se concentrar na explicação dos mecanismos causais em ação em eventos complexos sem necessariamente seguir todos os detalhes de uma explicação retroativa (Manicas 2006: 1). O melhor que podemos esperar na maioria dos casos é identificar os principais poderes causais em ação em um determinado caso e as principais interações entre eles. Essas identificações, como todo conhecimento, sempre serão falíveis. (...) a abordagem ontológica desenvolvida neste livro nos dá ferramentas para domar esses problemas, embora não possa eliminá-los — eles estão embutidos na natureza do nosso mundo social e, de fato, do nosso universo (ELDER-VASS, 2010, p. 191, grifos do autor, tradução nossa).

Como temos discutido até aqui, na concepção realista crítica, o sucesso das explicações científicas se dá não tão somente pela capacidade de descrever conjunções constantes entre eventos no nível atual, mas de identificar os mecanismos causais responsáveis pela realização ou não dessas conjunções constantes e contextuais que atuam no nível do real. Nesse sentido, um dos principais alvos dos realistas tem sido a concepção de causa presente nas formulações positivistas da ciência que, de alguma maneira, foi

aceita, inclusive, por parte de seus críticos, como apresentamos no primeiro capítulo, com importante influência das filosofias de David Hume, Carl Hempel e Karl Popper⁴⁹ (BHASKAR, 2008, p. 54 e 55). Por isso exploramos nestatese a crítica realista à concepção positivista de causa, junto a uma reformulação ontológica a respeito da atuação das forças causais na natureza e no mundo social.

5.2 O realismo crítico e o (não) problema do naturalismo

O conceito de causa, de maneira geral, sugere uma relação de mudança que um tipo de entidade produz em outra. É preciso que haja uma “regularidade consistente” entre uma ação e o seu resultado em eventos individuais para que consideremos que de fato se trata de uma causa e, inclusive, que sejamos capazes de perceber que se trata de uma relação causal (ELDER-VASS, 2010, pág. 40). Para que consideremos que, de fato, X causa Y, devemos esperar que, quando temos X, Y ou algo como Y seja seguido, e não A, B ou C, e que essa relação tenha alguma durabilidade no tempo.

No nosso cotidiano, por exemplo, se estamos em dúvida a respeito de qual botão do controle remoto ativa a função “vídeo” de uma televisão, pressionamos um botão atrás do outro até descobrirmos, através de tentativa e erro, o botão correto, e, depois disso, esperamos que, sempre que aquele botão for pressionado, a função “vídeo” será ativada, e não a do volume, a de mudança de canal ou a de desligar a televisão. Se isso ocorrer, consideraremos que talvez tenhamos nos enganado a respeito do botão responsável pela função “vídeo” ou, no limite, que há algo de errado no controle, como algum problema com as pilhas, interferência nas teclas, na direção em que apontamos o controle, e assim por diante.

Para o realismo crítico, a concepção “empirista” ou “regularista” de causa de David Hume, que influenciará o “modelo de cobertura por leis” ou “modelo-padrão”, fundamenta a ideia de que, quando estamos falando de causas, estamos falando de regularidades sem exceção, ou leis, estabelecidas por meio de precondições e de possibilidade de previsão futura. Nesse contexto, o conceito de “causa” se tornou quase indistinguível de “um fator fixo responsável por um evento determinado”, e não à toa, como discutimos, autores de

⁴⁹ Como discutimos, apesar de Karl Popper ser na verdade um notório crítico do positivismo, adota uma compreensão semelhante a respeito da ideia de causalidade, inspirando, inclusive, posições monistas metodológicas nas ciências sociais, especialmente na metodologia quantitativa.

influência positivista como Durkheim, quando procura encontrar a “causa” do suicídio, divide-o em vários tipos, de modo que cada tipo de suicídio tenha apenas uma causa específica — um entendimento inadequado, segundo o realismo crítico de Bhaskar.

Como para Hume, nunca podemos deduzir, da natureza dos objetos do mundo, o seu comportamento futuro, o que nos resta é observar as regularidades e conjunções entre eventos (do tipo “B é sempre precedido por A”) e, dessa conjunção, concluirmos que existe uma conexão necessária entre A e B, sendo injustificada qualquer pretensão de explicação a partir das “naturezas” de A e de B. “Causa”, então, não é para Hume uma relação específica entre as estruturas de entidades, mas sim resultado de um hábito mental que nos faz atribuir um tipo de relação entre conjunções constantes observadas na natureza (ELDER-VASS, 2010, p. 41). Ou seja, nessa compreensão, na falta de outro termo, chamamos de “causais” às relações que observamos, sem que possamos justificar epistemologicamente se elas continuarão a existir no futuro, posto que nada poderíamos dizer acerca da “natureza” dos objetos.

No século XX, como discutimos, a ideia de causa como uma relação invariante entre eventos é aperfeiçoada pelo modelo dedutivo-nomológico de Karl Hempel e depois por Karl Popper. Esses autores procuram responder às dúvidas céticas levantadas por Hume. Há uma explicação causal, nesse modelo, quando podemos deduzir, a partir de certas condições iniciais e de generalizações com o formato de leis que, da ocorrência de um evento X, Y se seguirá. “Causa”, nessa compreensão, é dificilmente distinguida de lei, sendo, inclusive, a expressão “lei causal” uma espécie de pleonasma nessa interpretação (HEMPEL, 1979).

Vimos que, no modelo de explicação dedutiva-nomológica, o *explanandum*, ou seja, o que é explicado, é deduzido de condições iniciais e leis que compõem o *explanans*, a explicação científica, e que precisa ser relevante e relacionado de modo claro ao que é explicado. Por exemplo, a explicação científica pode ser entendida como a resposta que se dá a perguntas do tipo: “Por que o metal se dilatou”? Tendo-se uma resposta no seguinte modelo: 1) a lei de dilatação dos metais afirma que os metais se dilatam quando aquecidos; 2) o metal foi aquecido, logo; 3) o metal se dilatou. A explicação é dedutiva porque é resultado de uma dedução lógica, de condições iniciais e leis plenamente estabelecidas e a sua consequente verificação empírica, possuindo uma dimensão “nomológica” na medida em que possui abrangência geral e universal mediada por uma lei. Para Hempel

(MARQUEZ, 2014), não é suficiente que a explicação seja geral, mas precisa ser sustentada por uma lei empírica geral.

Explicar, na concepção hempeliana do termo, consiste em indicar as causas ou os fatores determinantes para a ocorrência de um dado fenômeno. Explicar nomológico-dedutivamente significa indicar essas causas ou fatores determinantes do fenômeno com base em leis empíricas gerais. Por lei geral, Hempel entende uma afirmação cuja forma lógica é condicional, isto é, ela diz que a possibilidade da ocorrência de um evento depende de outro evento antecedente a ele, e universal, ou seja, ela assegura a existência, sem exceção alguma, de uma conexão invariável entre o evento antecedente e o evento conseqüente [sic]. Vê-se que a lei geral designa uma regularidade que pode ser expressa do seguinte modo: sempre que ocorrer um evento do tipo “C” num determinado lugar e momento, ocorrerá seguidamente outro evento do tipo “E” num lugar e momentos distintos, porém invariavelmente relacionado com a ocorrência do primeiro evento (MARQUEZ, 2014, p. 285).

Já no século XX, algumas limitações foram apontadas por filósofos da ciência no sentido de que nem toda explicação científica seguiria tal modelo dedutivo-nomológico, quando, em muitos casos, o mais correto seria falar em “leis” probabilísticas ou estatísticas. Vejamos o seguinte exemplo da resposta à pergunta científica “Por que Alfredo pegou sarampo”? aplicada a esse modelo. Resposta: 1) um indivíduo vivendo numa comunidade infectada pelo vírus do sarampo tem fortes chances de contrair o vírus; 2) Alfredo vive em tal comunidade; logo 3) eis porque Alfredo pegou o vírus. Esse tipo de explicação é muito mais probabilístico — e se explica com instrumentos estatísticos — do que um tipo de lei que se deduz nomologicamente a partir das premissas. Aqui, não há necessidade de uma lei para que a explicação seja cientificamente plausível. É nesse sentido que os defensores de concepções probabilistas ou processuais da explicação científica e da causalidade em filosofia da ciência afirmarão que mesmo as leis mais consolidadas da física clássica se encontrariam estatisticamente entre 0 e 1, ou seja, entre a contradição e a tautologia.

Assim, algumas formulações posteriores procuraram elaborar teorias alternativas para pensar as interações causais no sentido de relações prováveis (REINCHENBACH, 1971; SUPPES, 1970; LEWIS, 1986). E mesmo ciências consolidadas como a biologia parecem ter poucos defensores do modelo dedutivo-nomológico, não sendo por isso menos “científica”. Já em áreas das ciências sociais como a sociologia, que envolve interpretação intencional e contextual da ação dos indivíduos em interação com estruturas causais, o

modelo dedutivo-nomológico parece ainda mais improvável. Por isso é que a concepção de causa que o modelo dedutivo-nomológico fomenta é o principal alvo do realismo crítico.

Já em *A Realist Theory of Science* (1975), de Roy Bhaskar, fica claro que um dos principais aspectos do que viria a ser chamado de realismo crítico se fundamenta em uma rejeição à concepção positivista de ciência fundamentada na noção humiana de causalidade — tema que, no mesmo ano, é objeto de crítica por parte de Rom Harré, seu orientador de doutorado, e E. H. Madden no livro *Causal Powers: A theory of natural necessity* (1975), que rejeitam a concepção regularista de causa pressuposta nas formulações de David Hume.

A ideia humiana de que a causalidade deve ser entendida como uma conjunção constante entre um evento X e um evento Y é rejeitada como uma concepção limitada a respeito da atividade científica. O que Hume confunde, no entendimento de Bhaskar, são os mecanismos (real) com a sua atualização (actual), além de não diferenciar essas duas dimensões do domínio experimental (empírico). Nesse contexto, não é tão frágil assim, como o empirista parece nos querer fazer crer, o nosso conhecimento a respeito de que “o sol nascerá amanhã”. Se tivéssemos apenas o hábito como fundamento, de uma perspectiva empirista, essa tese seria respeitável. No entanto, de uma perspectiva realista, possuímos já algum conhecimento a respeito do comportamento dos raios solares, do sol, do movimento de rotação da terra, e assim por diante, entendendo, portanto, boa parte dos mecanismos em atuação nesse processo de modo que nos permita afirmar que, se é verdade que em algum momento o sol deixe de “nascer” (talvez em alguns bilhões de anos), é altamente improvável que ele não “nasça” amanhã — e com “nascer”, claro, nos referimos ao acontecimento de os raios solares atingirem o lado da superfície terrestre em que estamos localizados de acordo com o movimento de rotação da terra. Não é como se a qualquer momento a terra pudesse parar de girar em torno de seu próprio eixo ou os raios solares deixassem de viajar no espaço. Não podemos dizer que isso é impossível de acontecer por qualquer fenômeno astronômico, mas é altamente improvável dado o conhecimento que possuímos da natureza dessas entidades, que não se assenta puramente em “hábito mentais” e expectativas de que o passado irá se repetir. Ou seja, faz parte da constituição ontológica e dos mecanismos da natureza que eles possuam um alto grau de probabilidade no seu comportamento.

O mesmo pode ser dito sobre o funcionamento dos nossos órgãos: qual é a garantia que o meu estômago fará a digestão amanhã ou que o meu coração continuará a bombear sangue pelo corpo? A única “justificativa” para crermos nisso é o hábito de que esses órgãos têm funcionado a contento? Não tenho nenhuma garantia exata, mas posso confiar nisso com um grau alto de probabilidade. Se eu descobrir alguma doença degenerativa, saberei que a probabilidade irá diminuindo, e assim por diante, mas não é como se não tivéssemos nenhuma justificativa para acreditar que o coração provavelmente funcionará amanhã. Ou seja, a “justificativa epistemológica” depende não somente da observação da recorrência, mas de uma expectativa assentada na existência e duração de mecanismos reais em atuação. É a descoberta desses mecanismos e os eventos resultantes deles a que se dedica a atividade científica, em diversos âmbitos.

Uma teoria a respeito da natureza da causalidade, portanto, deve ir além do “atualismo” (conjunção constante entre um evento x e y, ao nível actual), diferenciando-a dos experimentos científicos (dimensão do empírico) e levando em conta a existência de mecanismos subjacentes (dimensão do real). São os mecanismos gerativos das entidades que são responsáveis causalmente pelos eventos no mundo, sendo a abordagem científica a respeito desses mecanismos nunca direta, mas possível apenas por meio das experiências realizadas com eventos. As propensões (*liabilities*) e características dos mecanismos causais das entidades é que explicarão os comportamentos dos fenômenos e os limites explicativos para as proposições de leis científicas e explicações observadas em sistemas abertos e fechados. No realismo transcendental de Bhaskar, o sucesso de explicação científica não provém propriamente de encontrar uma conjunção constante, correlação estatisticamente válida ou, na sua forma mais acabada, uma lei que afirme que “X sempre é seguido de Y”, mas sim da descrição bem-sucedida dos mecanismos causais responsáveis pela correlação verificada, podendo, inclusive, ser anulada por outros mecanismos (BHASKAR, [1975] 2008, p. 56). Problemas como o da “indução”, portanto, que apresentamos no primeiro capítulo, deixam, em última instância, de ser um problema, posto que assentado em bases equivocadas (BHASKAR, [1975] 2008, p. 206). A “realidade última” em que se fundamenta a ciência seriam antes os mecanismos causais da dimensão do real, do que propriamente as regularidades fornecidas pela interação desses mecanismos no nível do empírico:

Segundo Bhaskar, diante da gigantesca complexidade dos sistemas abertos, o recurso das ciências naturais às condições artificiais de experimentos em laboratório floresce como uma maneira de reduzir a complexidade causal em jogo mediante a construção de sistemas fechados, de modo tal que um número limitado de mecanismos entre em conexão e o resultado da interação entre eles possa ser apreendido (BHASKAR, 2008, p. 23-26). Em contraste com o modelo da causalidade como conjunção constante, a ontologia estratificada e disposicional do realismo crítico, ao mostrar como experimentos em laboratório tornam factíveis repetidas conexões causais entre fenômenos de certos tipos, explica por que tais conjunções são *necessitadas* pelas circunstâncias experimentais (...), isto é, pelo fato de que tais circunstâncias ativam os mecanismos gerativos das entidades envolvidas: “no sistema realista transcendental, uma sequência *A-B* é necessária se e somente se há um mecanismo natural *M* que, quando estimulado por *A*, tende a produzir *B*” (BHASKAR, 2008, p. 17). Portanto, a crítica de Bhaskar ao modelo nomológico-dedutivo não impugna sua validade para as condições artificialmente produzidas de experimentos científicos, mas, sim, o pressuposto espúrio de que as conexões invariáveis postuladas nas leis científicas também valeriam em sistemas abertos, cuja complexidade causal é infinitamente maior do que aquela possibilitada na situação de laboratório. A própria situação de laboratório se baseia no recurso técnico a toda uma série de mecanismos bloqueadores da intervenção de fatores causais que normalmente afetariam os eventos em jogo (...) (PETERS, 2019, p. 90 e 91, grifos do autor).

Como explicamos no primeiro capítulo, o modelo de cobertura por leis estabelece uma igualdade entre causa e lei, compreendendo que, com certas precondições dadas, a previsão científica é simplesmente uma dedução das premissas do modelo. Assim, o Modelo é “dedutivo” porque, quando ocorre um evento *A*, pode-se deduzir que o evento *B* ocorrerá e é “nomológico” porque a causa resta, então, como outra palavra para lei: as leis da natureza. Tal modelo inspirou também o que se conhece como método indutivo-nomológico, especialmente influente nos métodos de modelagem quantitativa em ciências sociais, sustentando que sustenta um padrão estatístico ocorrido no passado deve continuar a ocorrer no futuro. Para o realismo crítico, tanto as explicações baseadas no modelo nomológico-dedutivo, como as explicações quantitativas no âmbito da investigação social, que se reduzem a encontrar correlações significativas entre variáveis, são incompletas e frágeis, se não fizerem referência aos mecanismos em operação no fenômeno investigado (ELDER-VASS, 2010, p. 42).

O que a concepção positivista chama de “lei” no modelo dedutivo-nomológico, que assume a forma de “sempre que *X*, então *Y*”, só pode ser possível através da experimentação ou abstração do tipo *ceteris paribus* nos “universos fechados” da experimentação (CARTWRIGHT, 2001). Somente nessas circunstâncias é que se pode isolar variáveis e investigar a interação de mecanismos específicos de entidades do mundo, estabelecendo uma relação causal determinista. No mundo real, no entanto, os fenômenos

não possuem esse alto grau de determinismo. As experiências em “mundos fechados” dos laboratórios são fontes riquíssimas de entendimento da realidade, no entanto o objetivo último da ciência, entende Bhaskar, é produzir conhecimento a respeito dos mecanismos causais no “mundo aberto”, externo à manipulação científica, em que mecanismos causais interagem.

Sintetizando, portanto, as três principais críticas ao modelo do *covering law*, como uma síntese do modelo-padrão de explicação causal e do fundamento do “problema do naturalismo”, temos: uma crítica conceitual, uma crítica empírica e uma crítica propriamente crítico-realista, vamos a elas: em primeiro lugar, a crítica conceitual se baseia no raciocínio seguinte: dizer que algo segue de algo (que sempre que A, então B) não significa propriamente identificar a causa da relação, mas tão somente identificar uma regularidade que, por sua vez, exige um ou mais mecanismos explicativos. Assim, a “regularidade empírica sem exceção” de que a noite sempre é seguida pelo dia, não nos permite afirmar que “a noite cause o dia” e não explica os mecanismos que fazem o dia ser “dia” e a noite ser “noite”, tal como a relação entre as regiões específicas da Terra em que estamos e o Sol, o comportamento dos raios solares e assim por diante (ELDER-VASS, 2010, p. 41).

Essa é uma regularidade empírica aparentemente sem exceções, e o modelo da lei de cobertura parece implicar o seguinte: (a) que a noite causa o dia; e (b) que não há mais nada a ser dito sobre o processo causal em ação. Mas, para um realista, o fato de a noite ser sempre seguida pelo dia não é uma explicação causal, mas um fenômeno que requer uma explicação, e essas explicações devem ser desenvolvidas por meio da identificação dos mecanismos por trás da regularidade em questão. Podemos dizer que a noite é seguida pelo dia pelas seguintes razões: (a) a noite é a condição de estar no lado da Terra que está voltado para longe do Sol; (b) o dia é a condição de estar no lado que está voltado para o Sol (e, portanto, a luz que ele produz); e (c) a alternância entre os dois é produzida pela rotação da Terra em relação ao Sol. É esse mecanismo que causa a regularidade empírica, essa interação entre as entidades em questão e suas propriedades (incluindo, por exemplo, o poder causal do Sol de produzir luz...). (ELDER-VASS, 2010, p. 42, tradução nossa).

Para ficarmos com o nosso exemplo citado há alguns parágrafos, a televisão ativar a função “vídeo” não é suficientemente explicado, em termos científicos, se dissermos que existe uma relação invariante entre apertarmos o botão correto e a função “vídeo” ser ativada — e seria, inclusive, confuso justificarmos essa relação através da “cobertura” por

uma lei —, mas sim pelo mecanismo que, uma vez ativado o botão, envia um sinal específico à televisão e aciona o comando de “vídeo”.⁵⁰

Em segundo lugar, a crítica empírica ao modelo de cobertura por lei diz respeito ao fato de que, se observarmos com atenção, é uma ficção a ideia de que existem leis universais ou regularidades sem exceção no mundo real, fora dos experimentos, e mesmo os fenômenos de maior regularidade da natureza podem deixar de existir com o colapso da Terra, do Sol e, em última instância, do universo em um futuro longínquo. Assim, no mundo real, os fenômenos se relacionam constantemente com outros mecanismos e poderes causais da natureza de modo que só o isolamento de variáveis em laboratório possibilita o estabelecimento de relações invariáveis, além do uso de expedientes explicativos como o *ceteris paribus* (tudo o mais constante) nos “universos fechados” dos laboratórios (ELDER-VASS, 2010, p. 42).

A terceira crítica, que de certo modo sintetiza as duas primeiras, é propriamente a “crítica realista crítica”: se refere ao entendimento de que não são as conjunções constantes e regularidades imutáveis o interesse da ciência, mas os mecanismos causais que produzem as regularidades no mundo aberto e que são passíveis de ser isoladas no ambiente fechado de laboratório — regularidades laboratoriais ou da ciência de maneira geral, que não devem ser confundidos com os mecanismos reais em atuação no mundo. O objetivo da ciência é, portanto, fornecer um conhecimento o mais próximo possível desses mecanismos reais e o fundamento da ciência se assenta na ideia de que os mecanismos causais descobertos no ambiente fechado do laboratório continuam a funcionar fora dele e existem como parte da natureza dos objetos investigados — e não como construções teóricas e ou “hábitos” —, mesmo que outras influências causais interfiram no processo eventualmente. A questão central para o realismo crítico, portanto, é que não é preciso abraçar a ideia de “leis sem exceção” como no modelo de cobertura por leis, para investigar cientificamente o mundo de maneira realista (evitando os erros do positivismo) e falar a respeito de causas em funcionamento nele (ELDER-VASS, 2010, p. 41-43,

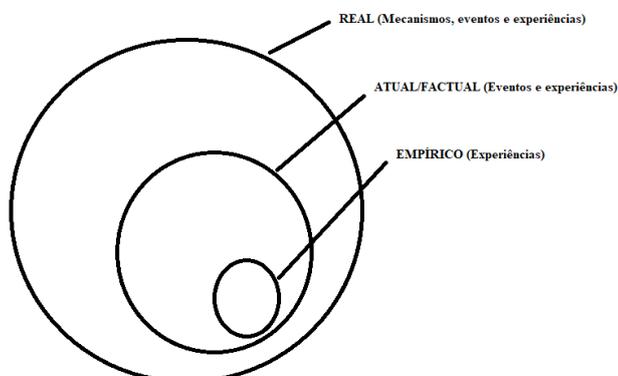
⁵⁰ A respeito dos mecanismos em funcionamento no controle remoto: “Ele envia mensagens codificadas por meio da luz infravermelha – invisível ao olho humano – para o aparelho controlado. Quando apertamos o botão do controle, fazemos essa luz piscar, emitindo pulsos longos e curtos que compõem um código binário, convertido em comandos pelo aparelho ao qual se destina. A cada botão do controle remoto corresponde um código específico, gerado por um microprocessador que trata de receber os sinais e identificar o código enviado. Para evitar interferências no aparelho errado, três códigos binários são enviados simultaneamente: o código da tecla em questão; esse mesmo código, invertido; e, finalmente, o código do fabricante do aparelho. Fonte: “Como funciona o controle remoto” In: <https://mundoestranho.abril.com.br/tecnologia/como-funciona-o-controle-remoto/>.

BHASKAR, 1975). Mas, para isso, é preciso fornecer uma concepção de causa nova, ou pelo menos diferente da concepção positivista de causa.

Assim, para Bhaskar, os poderes causais das coisas são as maneiras de "agir" de estruturas e mecanismos, a partir de suas capacidades e susceptibilidades relativamente duradouras, atuando de modo probabilista e não determinista. As entidades ou objetos são o resultado da reunião de um conjunto de partes que dão a essas estruturas tendências, capacidades e poderes; poderes esses que são o resultado emergente, acrescenta Elder-Vass, da organização específica de um conjunto de objetos que compõem uma entidade qualquer e que existem de maneira relacional entre as partes e o todo (ELDER-VASS, 2010, p. 45 e 47).

Resumindo, podemos dizer que: 1) enquanto a concepção tradicional da explicação causal se fundamenta em uma ontologia plana, que reduz os fenômenos do mundo ao que se atualiza em “ocorrências”, a compreensão do realismo crítico se fundamenta em uma concepção estratificada da realidade, distinguindo a dimensão latente da realidade (real), a dimensão da realização factual das possibilidades da dimensão real (actual), e a dimensão da observação empírica científica ou leiga sobre esses objetos e fenômenos (empírico); e 2) enquanto a concepção tradicional da causalidade supõe que as explicações causais se referem à explicação de eventos na forma de conjunções constantes em sistemas fechados, o realismo crítico propõe uma concepção de causa que leve em conta a dimensão das estruturas e mecanismos da realidade e que a ciência se caracterizaria pela busca da descoberta de mecanismos que funcionam como tendências em sistemas abertos, que diferem da sua operação em sistemas fechados.

Figura 5 - Domínios da realidade segundo o realismo crítico



Fonte: Elaboração própria.

Diante de toda essa reformulação ontológica e epistemológica realizada pelo realismo crítico e dos pontos que discutimos até aqui — tal como a crítica ao empirismo e à concepção positivista de causa que apresentamos —, qual é, em síntese, a resposta dos realistas ao conhecido “problema do naturalismo”? Enfim, as ciências sociais devem se espelhar ou se distanciar da ontologia e da epistemologia das ciências da natureza? Podemos dividir a resposta em duas partes. Em primeiro lugar, o realismo crítico defende uma espécie de “naturalismo”, mas que é muito diferente do naturalismo metodológico positivista. O realismo crítico é uma espécie de naturalismo, na medida em que defende que não existem rupturas drásticas, mas apenas específicas, entre a ontologia da natureza e a das relações sociais. Cada uma dessas dimensões da realidade é o resultado emergente não redutível das camadas anteriores que as compõem, produzindo seus eventos por meio de forças causais que se reforçam e se antagonizam constantemente de modo não determinista (ELDER-VASS, 2010, p. 197).

No caso dos eventos sociais, eles são também o resultado de um intrincado conjunto de relações da “múltipla determinação causal dos eventos”, composta por diversos tipos de causas e graus de força. Os eventos não possuem causas únicas, na medida em que outros fatores causais estão sempre em interação, apesar de ser papel do investigador procurar encontrar os fatores e eventos causais mais importantes, tal como poderemos dizer que o encontro de Yalta, no pós-guerra europeu, foi um encontro entre macroatores com importantes macroconsequências para a ordem internacional até os dias atuais.

Nesse contexto, o realismo crítico possui tanto elementos antinaturalistas quanto naturalistas. Por um lado, defende a ideia de que as entidades do mundo possuem camadas emergentes distintas e que, portanto, especialmente no caso das ciências sociais, algumas dessas camadas, dada a sua natureza, são estudadas através de metodologias distintas daquelas utilizadas pela física ou química, tais como o método interpretativo que, por sua vez, não possui nenhuma incompatibilidade com a noção de causa que defende. Ao mesmo tempo, percebe que muitas daquelas posições que rejeitam qualquer espécie de aproximação com outras ciências naturais o fazem tendo como pressuposto o erro de considerar que todas as ciências naturais possuiriam modelo explicativo e que esse método seria o positivista, o que é um erro. Do ponto de vista do realismo crítico, cada ciência se preocupa com um “estrato” da realidade, que, por possuir estruturas específicas próprias,

exige também métodos específicos de investigação. Assim, a meteorologia possui métodos distintos dos da astronomia, que difere dos da biologia e dos da matemática, que, por sua vez, possui métodos distintos dos da química e dos da geologia, mesmo que existam pontos de intersecção na busca pela objetividade, no uso de alguns instrumentos e formas de raciocínio, e a matemática, por exemplo, esteja presente em muitas dessas ciências (como está presente de maneira muito útil na sociologia). Nesse contexto, o “medo” do naturalismo se mostra infundado, como uma espécie de “fantasma inexistente”, visto que nem mesmo entre as ciências naturais foi possível realizar uma unidade metodológica estrita, quanto mais nas ciências sociais.

A própria aceitação de uma concepção emergentista da natureza ontológica do mundo implica consequências metodológicas contrárias a uma suposta unidade entre os métodos das ciências, segundo o molde positivista, uma vez que, na sociologia, por exemplo, a necessidade de métodos interpretativos é muito mais uma exigência da natureza do objeto do que propriamente da “preferência” dos investigadores. Nesse contexto, a própria ideia de “naturalismo” como a defesa de uma “unidade metodológica” entre as ciências sociais e as ciências naturais perde o sentido: os que defendem tal unidade abraçam uma espécie de “idealização” das ciências não sociais, e aqueles que têm medo do avanço dos métodos naturalistas se assustam com um tipo de “fantasma” irreal. Ou seja, não é verdadeiramente o método que diferencia as ciências naturais das ciências sociais, mas sim as entidades que compõem o mundo social e o mundo natural e as respectivas exigências explicativas que, em alguns pontos, podem se aproximar desta ou daquela ciência e, em outros, podem se distanciar, em uma grande variedade metodológica. Aqui, a realidade determina o método, e não o contrário (ELDER-VASS, 2010, p. 197-198).

Se, com “causa”, não quisermos dizer uma relação invariante do tipo “sempre que x, então Y”, mas sim do tipo “sempre que X, é provável que Y”. Os eventos são, na verdade, o resultado da atuação de mecanismos e poderes causais variáveis caso a caso, especialmente no mundo social, podendo, inclusive, um mesmo tipo de evento ser o resultado de causas diferentes⁵¹. Esse não é um raciocínio novo. Ora, Montaigne (2000), já

⁵¹ O índice de homicídios em um município, por exemplo, pode estar fortemente relacionado tanto ao aumento do número de armas de fogo em circulação, quanto ao crescimento do desemprego – ou as duas coisas de maneira concomitante. Ainda nesse tema, é interessante como em cidades com baixa população e predominantemente rurais que passam a se tornar mais violentas, vendo o número de mortes e assaltos crescer, é comum que a população atribua como “causa” da violência o baixo efetivo policial. Ora, o baixo efetivo policial não pode ser exatamente “a causa” do crescimento dos homicídios justamente pelo fato de

no século XVI, defendia que “por diversos meios se chega ao mesmo fim”. Tal postura do escritor de *Os ensaios*, em lugar de levar a um possível relativismo radical, em que tudo valeria, já chamava a atenção para a necessidade de se observar “caso a caso”, sem se apressar em tirar conclusões. Logo no primeiro capítulo d’*Os Ensaaios*, defende a ideia de que não é possível extrair regras ou leis gerais do mundo social, sem se levar em conta aspectos como o contexto ou o temperamento dos indivíduos: “Em verdade o homem é de natureza muito pouco definida, estranhamente desigual e diverso. Dificilmente o julgáremos de maneira decidida e uniforme” (*ibid.*, p. 35). Um interessante exemplo é dado na sua discussão sobre o “medo”, que ora pode tornar um homem um sujeito acovardado, ora pode torná-lo um herói. Nesse sentido, mesmo o medo, aspecto tão comum e distribuído nas personalidades da história humana, não nos permite fazer previsões em que possamos afirmar: “sempre que um sujeito é colocado em uma situação de medo relacionada a y e age com heroísmo, sofrerá a consequência z”. Em síntese, tanto são variadas as causas como os meios de estudá-las:

Eis Pompeu que perdoa toda a cidade dos mamertinos contra a qual estava muito irritado, por consideração para com a virtude e a grandeza de alma de Zenão, que reivindicava e solicitava ser castigado sozinho. No entanto, em semelhante circunstância, em Perugia, o hospedeiro de Sila nada obteve, nem para si mesmo, nem para os outros (MONTAIGNE, 2016 [1580], p.45).

Ora, para exercitar a inteligência, tudo o que se oferece aos nossos olhos serve suficientemente de livro: a malícia de um pajem, a estupidez de um criado, uma conversa à mesa, são, como outros tantos, novos assuntos. (...) Por isso, o comércio dos homens é de evidente utilidade, assim como a visita a países estrangeiros; (...) para observar os costumes e o espírito dessas nações e para limpar e polir nosso cérebro ao contato dos outros (MONTAIGNE, 2000, vol. i, p. 153).

Apesar de haver uma grande semelhança entre as ciências sociais e naturais no que diz respeito a se dedicarem ambas a fenômenos que são sempre o resultado de uma grande quantidade de causas em interação, algumas ciências naturais possuem características que lhes permitem encontrar resultados com maior grau de regularidade e mesmo leis, na medida em que as causas dos fenômenos naturais podem ser fixadas de maneira experimental — dadas certas condições, de cada dez vezes, o fogo aquecerá o metal quando testado. Já no que se refere aos indivíduos, não podemos dizer que “sempre que

que anteriormente esse efetivo era muito menor. Aponta-se aqui como “causa” o que na verdade imagina-se que seja a solução. No entanto, aqui o que o “saber popular” reivindica indiretamente é pelo crescimento dos mecanismos de controle social, que existiam com maior intensidade no passado daquela cidade interiorana realizado, por exemplo, pelo maior controle familiar e que agora, com o crescimento populacional e urbano, é transmitido cada vez mais para as instituições modernas. Ver: Brito e Barreira (2022).

existirem as condições X, haverá uma revolução”, uma vez que nem as variáveis podem ser facilmente submetidas a “experimentos”, bem como não é possível realizar o mesmo experimento seguidamente com o mesmo grupo de pessoas e esperar que o resultado seja sempre o mesmo, pois as pessoas aprendem algo com o experimento e passam a agir diferentemente. Sem contar, claro, que cada grupo de pessoas tende a responder diferentemente a um experimento específico, mesmo que haja uma seleção cuidadosa de amostra, de modo que os resultados encontrados não podem ser facilmente generalizados ou utilizados para previsão futura.

Para o realismo crítico, seria preciso complexificar o nosso entendimento acerca da realidade, para compreendermos que existem grandes semelhanças entre as formas explicativas das ciências naturais e as das ciências sociais (inclusive, devendo-se ampliar o nosso entendimento para a maneira como as transformações da natureza e de outros agentes não humanos participam dos fenômenos sociais), mas, ao mesmo tempo, entender que os fenômenos sociais são marcados por particularidades ontológicas, tais como a maneira como as “estruturas” possuem também poderes causais específicos que interagem com os poderes causais dos indivíduos. Talvez um dos principais obstáculos para encontrarmos semelhanças entre as ciências sociais e naturais seja a nossa tendência a abraçar uma espécie de antropocentrismo, vendo apenas os agentes intencionais humanos como possuidores de poderes causais nas interações sociais — abandonar essa ideia, facilitaria, talvez, o entendimento da relação entre ciências naturais e ciências sociais e o papel de entidades não humanas no mundo social — seja no que se refere à dimensão biológica ou no que diz respeito às estruturas sociais. No entanto, essa dificuldade se coloca na medida em que desafia duas posições fortemente consolidadas nas ciências sociais: 1) a tese de que o comportamento humano não pode ser explicado causalmente — mas apenas “descritivamente” ou “compreensivamente” —, ou que, se é causado, é de um modo inteiramente distinto das causas em atuação no restante da natureza; 2) a mesma antropocêntrica resistência à ideia de que as instituições e organizações agem nas e por meio das ações dos seres humanos. Para Elder-Vass, nós possuímos uma espécie de “miopia causal” quando o assunto são as nossas próprias capacidades (só enxergando bem as causas próximas, a partir das nossas ações, e menos as causas estruturais ou distantes). Uma vez caracterizando bem essas questões, é que podemos construir aos poucos uma

concepção adequada a respeito do naturalismo e das diferenças entre as ciências naturais e as ciências sociais (ELDER-VASS, 2010, p. 198).

Nesse contexto, quando um professor "assina um papel", por exemplo, a universidade também está exercendo seus poderes causais através do docente, da mesma maneira que, quando pegamos uma sacola, somos nós que estamos pegando a sacola por meio do braço, e não simplesmente "o braço" — no entanto a “miopia causal” a que se refere Elder-Vass nos impede de reconhecer as influências mais distantes, como no caso dos círculos normativos e organizações de que participamos, uma vez que estamos no centro da nossa própria atenção. Do ponto de vista ontológico, no entanto, a principal diferença entre as ciências naturais e as ciências sociais é que estas últimas tratam de seres humanos, que possuem a capacidade de interagir com as estruturas sociais a partir de sua experiência de vida acumulada, o que torna o trabalho de investigação mais complexo:

No entanto, depois de eliminarmos essas objeções errôneas ao naturalismo, precisamos examinar algumas das diferenças genuínas entre as estruturas sociais e as não sociais. O fato de que suas partes — nós — podem armazenar crenças e disposições que refletem nossas experiências e decisões é uma diferença extremamente significativa. Embora não permita a negação antropocêntrica do poder causal das estruturas sociais, isso introduz um nível totalmente novo de complexidade no processo pelo qual elas funcionam. Como a influência das estruturas sociais, como os círculos de normas, é mediada por seus efeitos em nossas crenças e disposições armazenadas, pode haver uma lacuna temporal entre a influência sociológica e a ação individual: uma lacuna que tem sido central para as narrativas realistas da estrutura social, como as de Archer e Bhaskar. No entanto, isso também possibilita uma dimensão igualmente significativa, mas amplamente negligenciada, da diferença entre estruturas sociais e não sociais: a possibilidade de desarticulação espacial (ELDER-VASS, 2010, p. 199, tradução nossa⁵²).

Nesse sentido, as entidades naturais possuem uma fixação espacial delimitada entre o seu todo e as suas partes para exercer seus poderes causais, tais como na fisiologia humana, nos objetos da física, da química, e assim por diante. Não é possível, por exemplo, que um comprimido para dor de cabeça exerça seu efeito a 20 km de distância. Já

⁵² No original: “Once we have cleared away such erroneous objections to naturalism, however, we must turn to examining some of the genuine differences between social structures and non social ones. The fact that their parts – us – can store beliefs and dispositions that reflect our experience and decisions is an enormously significant difference. Even though it does not license anthropocentric denials of causal power to social structures, this does introduce a whole new level of complexity into the process by which they work. Because the influence of social structures such as norm circles is mediated through their effects on our stored beliefs and dispositions, there can be a temporal gap between sociological influence and individual action: a gap that has been central to realist accounts of social structure, such as those of Archer and Bhaskar. It also, however, makes possible an equally significant but largely neglected dimension of difference between social and non-social structures: the possibility of spatial disarticulation”.

as entidades sociais, dependentes de crenças e disposições como mecanismos para o exercício de seu poder causal, possuem grande flexibilidade espacial (ou “desarticulação espacial”), tais como os círculos normativos que discutimos, que podem ser exemplificados no exercício da diplomacia; no envio de representantes comerciais a outros municípios e países; no ensino remoto nos dias de hoje; no exercício da lei em distritos longínquos da sede do poder de um Estado; na influência de uma religião sobre seus adeptos, mesmo que estejam distantes do “núcleo” religioso, e assim por diante.⁵³ Em todos esses casos, há uma “não fixidez” entre tempo e espaço no que se refere aos efeitos que estruturas possuem em ambientes e momentos, deslocados de seu ponto de origem. Tal possibilidade de distanciamento é uma das principais características da sociedade (em relação à natureza), tornando, inclusive, mais complexa a sua investigação. Além de ser a amplificação dessa realidade, é uma das características centrais do mundo globalizado em que vivemos, possibilitando que os indivíduos componham de modo interseccional e simultaneamente vários grupos sociais e mesmo instituições (ELDER-VASS, 2010, p. 200 e 201).

Como os indivíduos podem fazer parte de um grupo social sem estarem localizados dentro de algum limite espacial ou em alguma relação espacial específica com outros membros do grupo, torna-se possível que eles façam parte de mais de um grupo social. Assim, por exemplo, posso fazer parte de uma universidade, de um casal, da Associação Sociológica Britânica e de muitos outros sistemas sociais, tudo ao mesmo tempo. Isso é bem diferente da situação da maioria das entidades naturais. Devido à limitação física da maioria dos sistemas naturais, qualquer entidade que faça parte de um sistema natural não pode fazer parte de outro, exceto sistemas de nível ainda mais alto dos quais o primeiro faz parte. Um átomo, por exemplo, só pode fazer parte de uma molécula de cada vez. É claro que, por fazer parte da molécula, ele também poderia fazer parte de uma célula e, por meio da célula, fazer parte de um ser humano, mas a molécula pode fazer parte de apenas uma célula e a célula pode fazer parte de apenas um ser humano. Uma pessoa, entretanto, pode fazer parte de muitas estruturas sociais diferentes em virtude de desempenhar vários papéis diferentes. Até certo ponto, é até possível que os seres humanos desempenhem vários papéis ao mesmo tempo e na mesma ação.

(...) A consequência disso é a introdução de uma dimensão única de complexidade nas ciências sociais. Em virtude de sua participação sobreposta em várias entidades sociais, os seres humanos estão sujeitos a influências descendentes (possivelmente conflitantes ou contraditórias) de uma variedade de diferentes organizações e círculos normativos nos quais se espera que eles desempenhem um papel.

⁵³ Elder-Vass tem realizado pesquisas promissoras, utilizando-se, dentre outros conceitos realistas, da ideia de círculos normativos para discutir objetos novos e consagrados da investigação social, tais como construção social (2012), a economia digital (2016) e a sociologia do dinheiro e da produção social do valor econômico (2022).

(...) As maneiras únicas pelas quais o comportamento humano é produzido, portanto, são fundamentais para as diferenças entre as entidades sociais e as outras, não porque nos forcem a adotar uma ciência social interpretativa não causal, mas porque possibilitam o desenvolvimento de entidades coletivas de nível superior que são espacialmente (e de fato temporalmente) desarticuladas e ontologicamente interseccionais (ELDER-VASS, 2010, p. 201, tradução nossa).

Nesse contexto, é importante notar que aspectos como a linguagem, o discurso, a cultura e o conhecimento participam da construção do mundo social, mas, diferentemente das versões mais radicais do construcionismo social, eles não constroem “toda” a realidade e precisam ser especificados no funcionamento dos seus mecanismos causais a partir de uma ontologia realista que contemple também os poderes causais da agência e da estrutura e as suas particularidades. O aperfeiçoamento dessa ontologia exige um trabalho empírico que explique eventos sociais específicos com os seus mecanismos e também analise a história morfogenética de sua produção, tendo a evidência empírica como balizadora da ontologia e da epistemologia, e não o contrário.

É nesse sentido que o “problema do naturalismo”, na verdade, não é realmente um problema e que oposições entre explicação e compreensão não fazem sentido. O “naturalismo” não é um problema na medida em que não há uma unidade metodológica entre as ciências naturais, a qual as ciências sociais devem almejar alcançar ou rejeitar por completo. Há grande diversidade metodológica entre as ciências naturais, diversidade essa motivada pelas entidades específicas estudadas por essas ciências, que exigem métodos específicos. Por outro lado, a oposição entre explicação e compreensão não faz sentido na medida em que as explicações causais não são exclusividade das abordagens naturalistas, sendo a descoberta de causas de maneira compreensiva e descritiva um acontecimento corrente no cotidiano e nas pesquisas sociais⁵⁴ — claro, com graus limitados de extensão e generalidade, tendo por “causa” não o tipo de relação invariante apregoadado pelo modelo-padrão. Sendo assim, não faz sentido afirmar que as ciências sociais devem abdicar de

⁵⁴ Nesse contexto, o livro *O antigo regime e a revolução*, de Alexis de Tocqueville é um exemplo de estudo que, ao mesmo tempo descreve e explica causalmente aspectos de um fenômeno social (nesse caso, a Revolução Francesa), por meio de um grande número de mecanismos ao longo do texto. A título de exemplo, cita como a concentração de poder em Paris e nas mãos do rei, diminuindo a autonomia das províncias, precipitou a revolução: “Mostrei de que maneira o governo do rei, tendo abolido as liberdades provinciais e em três quartos da França ocupado o lugar de todos os poderes locais, atraía para si todos os assuntos públicos, tanto os menores como os maiores; por outro lado, mostrei como por uma consequência necessária, Paris se tornara a senhora do país do qual fora até então apenas a capital, ou melhor, tornara-se o país inteiro. Esses dois fatos, que eram particulares à França, por si sós, bastariam para explicar por que um motim pôde destruir de cima para baixo uma monarquia que durante tantos séculos suportara choques tão violentos e que na véspera de sua queda ainda parecia inabalável aos mesmos que iam derrubá-la” (TOQUEVILLE, 2016, p. 224).

buscar “causas”, como apregou a versão radical da hermenêutica (não só isso não é desejável, como também é impossível, uma vez que mesmo a descrição está permeada de fatores causais), mas, por outro, não faz igual sentido ter “inveja” das ciências *hard* e buscar por explicações causais no modelo *covering law*, uma vez que o mundo social se comporta de maneira tal que essas leis não são almejavéis experimentalmente⁵⁵.

No mundo social, para cada fenômeno não existe apenas uma causa isolável e não parece razoável aspirar a descobrir “para cada efeito, uma causa específica” — como idealizava Durkheim —, mas sim uma infinidade de causas interagindo frequentemente em vários níveis da realidade, transformando-se ao longo do tempo e podendo ser descobertas das mais diversas formas: seja através de relatos de primeira pessoa ou do auxílio de instrumentos estatísticos que forneçam pistas da existência de mecanismos causais atuantes (MANICAS, 2006, p. 89).

Sendo assim, parece muito mais existir um *continuum* entre compreensão e explicação do que propriamente uma ruptura entre as duas formas de entendimento dos fenômenos, que deve ser aperfeiçoada na pesquisa empírica, se esforçando para fornecer a melhor e mais abrangente explicação possível dos mecanismos em cada caso. Nesse contexto, as explicações fornecidas pelos cientistas ou observadores do social, por melhores que sejam, dão conta apenas de aspectos muito restritos da realidade e como que tipificam fenômenos que, na realidade, possuem uma existência muito mais complexa. Algumas das conclusões fornecidas pelo realismo crítico, no que diz respeito às questões que discutimos até aqui, se, por um lado, derivam de um vocabulário complexo e árido, por outro, parecem simples e de bom senso. Isso não é necessariamente um mau sinal. Parece-nos que a ontologia do realismo crítico nos ajuda a superar o artificialismo de uma série de discussões e fornecer um *framework*, uma espécie de “gramática” para a orientação dos debates teóricos ora existentes, ao mesmo tempo que não pretende substituir ou “comandar” a pesquisa empírica já em curso dos mecanismos causais do mundo social, que atuam como tendências e de maneira não determinista, mas nem por isso menos reais.

⁵⁵ É claro que devemos sempre procurar ampliar o grau de objetividade da investigação sociológica, mas, nesse âmbito, como dirá Giddens “(...) aqueles que continuam à espera de um Newton não esperam apenas por um comboio que não chega, estão todos na estação errada” (GIDDENS, 1996, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos nesta tese a relação entre o problema epistemológico da causalidade e a ontologia social. Como pretendemos ter demonstrado ao longo do texto, consideramos adequado fornecer uma resposta positiva à questão: “pode a ontologia ajudar a esclarecer o problema do naturalismo?”. O problema epistemológico da causalidade (que também é chamado de “problema do naturalismo”), diz respeito, entre outras questões, a saber se a investigação sociológica deve buscar por explicações causais generalizáveis e leis; se pode fazer previsões; se possui uma relação próxima ou distante do senso comum e qual o papel da teoria nessa relação; se é capaz de fazer “descobertas”; enfim, se possui uma relação de vizinhança ou distanciamento com a forma explicativa das ciências da natureza (ou de certa visão a respeito dessas formas explicativas nas ciências da natureza, especialmente a concepção positivista). Em síntese, o problema do naturalismo não é apenas “um problema”, mas um conjunto de questões que orbitam em torno da forma da explicação causal sociológica.

Ao longo do texto, nos centramos mais especificamente na maneira como ontologias do social resultam em concepções determinadas a respeito da forma da explicação causal nas ciências sociais e na sociologia e de como essas ontologias fornecem alternativas ao problema do naturalismo. Como discutimos, a ontologia social trata de uma área filosófica/teórica que procura compreender quais são as entidades que atuam no mundo e a maneira como exercem influência causal nos eventos sociais: seriam os indivíduos as únicas causas eficientes ou as estruturas também possuem poderes causais próprios? Como atuam essas forças causais? O que são propriamente causas? Quando nos referimos aos poderes causais das estruturas, estamos tratando de uma coisa real ou apenas de forma nominal de forças que, na verdade, derivariam sempre dos indivíduos? Por fim, qual é a implicação da nossa compreensão a respeito dos poderes causais em atuação no mundo social para o problema do naturalismo?

Em um primeiro momento da tese, para compreender mais propriamente a dimensão epistemológica do problema do naturalismo, apresentamos variações do que se convencionou chamar de modelo-padrão da explicação científica, em um rápido panorama através de filósofos-chave, indo desde David Hume, no século XVIII, até meados do século XX, com filósofos da ciência como Karl Popper e Carl Hempel, para quem a noção

de causa é intimamente relacionada com a ideia de “lei” ou com relações invariantes. Discutimos como, em grande parte, o debate entre explicação x compreensão é, na verdade, o resultado da idealização dessa concepção de causa na explicação científica (levando alguns teóricos das ciências sociais a procurar se aproximar de uma espécie de “ciência social natural”, desde as primeiras versões do positivismo sociológico) ou, por vezes, da rejeição completa a qualquer expectativa de explicação causal (especialmente entre versões mais radicais interpretativistas que, percebendo corretamente que de fato não encontram “causas” como aquelas apregoadas pelo modelo-padrão, rejeitavam-nas por completo nas ciências sociais, reivindicando um modelo puramente descritivo ou “interpretativo”).

Vimos que a concepção empiricista da explicação causal, desde Hume, lança questionamentos céticos a respeito da segurança e justificativa que teríamos a respeito das nossas afirmações sobre as causas do mundo. Em Hume, “causa” é uma espécie de “hábito mental” a respeito da relação entre entidades do qual nada podemos afirmar a respeito de sua natureza. O problema do empirismo estrito é que, fundamentando o conhecimento na regularidade dos eventos no passado, pouca segurança nos dá de que o futuro será da mesma forma — visto que temos apenas o passado como balizador. No século XX, vimos que a solução dada por célebres filósofos da ciência como Hempel e Popper (este último não propriamente um empirista, mas crítico do indutivismo do Círculo de Viena, herdeiro do indutivismo de Hume) é a de que: 1) por um lado, o “problema da indução” não seria, na verdade, um problema, uma vez que o procedimento científico se assentaria na prévia formulação de hipóteses falseáveis que, só então, seriam submetidas ao tribunal da experiência e, resistindo, alcançariam o *status* temporário de conhecimento científico — e não no recolhimento indutivo de evidências conclusivas; 2) as explicações causais científicas são justificadas e distinguidas da simples regularidade quando são “cobertas” por enunciados que assumem a forma de pelo menos uma lei científica, no que ficou também conhecida como explicação nomológico-dedutiva (ou “covering law”), referida como modelo-padrão da explicação científica.

Apesar dos brilhantes avanços fornecidos por Popper e Hempel, tal concepção perpetuou, na filosofia das ciências sociais, a velha divisão entre monistas e dualistas metodológicos, na medida em que, nesse modelo — que passou a ser amplamente aceito, especialmente nas discussões de filosofia das ciências em geral —, a concepção de “causa”

manteve-se quase que indissociável da ideia de “lei”, levando os teóricos das ciências sociais a continuar se distribuindo, no que se refere ao problema do naturalismo, em uma espécie de pêndulo que vai desde posições que procuram aproximar o método das ciências sociais desse modelo (naturalismo metodológico radical), até posturas que rejeitam por completo a ideia de que as ciências sociais devam buscar propriamente por explicações causais (interpretativismo radical) — é claro, com algumas posições intermediárias e zonas cinzentas entre esses dois extremos. Apresentamos algumas variações dessas posições nos tópicos sobre o monismo e o dualismo metodológico nas ciências sociais.

Nesse contexto, podemos afirmar que, de fato, existem explicações causais nas ciências sociais ou nossa atividade se resumiria a descrever e interpretar fenômenos e relações, uma vez que dificilmente se encontram explicações que atendam às exigências do modelo do *covering law*, por exemplo, no âmbito da sociologia? Qual é a relação entre interpretação e explicação causal? São opostos? São complementares? Qual é o lugar das intenções e razões dos indivíduos nesse contexto e de que maneira as estruturas sociais atuam causalmente (ou não) nos fenômenos sociais? Pretendemos ter caminhado para esclarecer algumas dessas questões ao longo da tese.

Por um lado, não parece razoável afirmar que a sociologia não fornece explicações causais de nenhum tipo, mas, por outro, é bastante evidente que o modelo do *covering law* da explicação científica causal não é adequado ou almejavável, pelo menos, nessa área do conhecimento. É nesse sentido que procuramos investigar a maneira como as reformulações ontológicas de Anthony Giddens e do realismo crítico, não restringindo a discussão apenas à dimensão epistemológica, lidam especificamente com o problema do naturalismo e se fornecem avanços nesse sentido.

No caso de Anthony Giddens, nós o escolhemos na medida em que, entre os sociólogos(as) do assim chamado “novo movimento teórico”, ele nos pareceu ser aquele que melhor serve ao propósito de investigar a relação entre ontologia e o problema do naturalismo, uma vez que declaradamente procura derivar respostas metodológicas e epistemológicas de uma reformulação ontológica a respeito do social, algo que realiza em suas principais obras teóricas.

Como discutimos, um dos principais intuitos da teoria da estruturação é encontrar uma síntese adequada ao problema da relação entre agência e estrutura. Ora, formular uma compreensão a respeito da relação entre agência e estrutura na reprodução e transformação

social significa endereçar uma resposta à forma como se dá a interação entre os poderes causais dessas dimensões, impactando na forma da explicação sociológica. Para Giddens, agência e estrutura não são separáveis ontologicamente, na medida em que a natureza da ação social está intrinsecamente ligada à própria noção de estrutura, e vice-versa, uma vez que os indivíduos só agem enquanto mobilizam estruturas linguísticas, recursos sociais, códigos de significação, regras de comportamento, e assim por diante —, que, por sua vez, seriam aspectos estruturais que, por natureza, existem apenas como “regras e recursos” mobilizados por esses mesmos indivíduos.

No que se refere mais diretamente ao problema do naturalismo, Giddens fornece importantes avanços. Para o autor das *Novas regras do método sociológico*, o naturalismo metodológico nas ciências é impossível uma vez que a realidade social é marcada pelo que chama de “dupla hermenêutica”, em que os sociólogos procuram interpretar uma realidade já previamente interpretada pelos indivíduos que são alvos dessa interpretação (os indivíduos não são “dopados culturais”), resultando em uma não diferenciação radical entre os relatos sociológicos sobre os ambientes culturais e os relatos dos indivíduos que fazem parte desses mesmos contextos. Contrariando as pretensões naturalistas mais radicais, a atividade sociológica não “descobre”, para Giddens, realidades exteriores e inteiramente ignoradas pelos próprios indivíduos em seus contextos cotidianos, mas, sim as “relata”, e a “reflexividade” seria a chave para entender os limites do naturalismo na investigação social, na medida em que os enunciados e “descobertas” dos cientistas sociais com pretensão de “lei” perderiam facilmente sua previsibilidade e capacidade de generalização logo que os indivíduos, alvos dessas previsões, tomassem consciência de tais descobertas, mudando, assim, o seu comportamento. Em síntese, é esse o principal argumento giddensiano contra a possibilidade da metodologia naturalista nas ciências sociais.

Parece-nos que, apesar dos grandes avanços de Giddens em reunir de maneira coerente os méritos intelectuais do consenso ortodoxo e também das “teorias da ação”, de maneira exemplar entre os membros do “novo movimento teórico”, no que se refere ao problema do naturalismo, superestima o impacto que a sociologia possui, atribuindo, no nosso entendimento, um peso maior do que deveria a esse aspecto como o responsável por limitar, por exemplo, a descoberta de leis nas ciências sociais. Não pomos em causa a importância da sociologia para a compreensão do mundo social, e muito menos a

capacidade reflexiva que as pessoas possuem a respeito da sua realidade e das possibilidades de revisão do seu comportamento — ou mesmo da grande sabedoria impressa no senso comum. No entanto, parece-nos que esses não são os melhores argumentos para as limitações da metodologia naturalista nas ciências sociais. Ora, se é no conhecimento que os sujeitos possam vir a ter a respeito das “previsões sociológicas” — alterando o seu comportamento a partir delas e modificando a suposta relação causal invariante ali presente, que derivaria o limite para a descoberta de leis nas ciências sociais —, seria perfeitamente possível que sociólogos realizassem descobertas de leis e mantivessem tais descobertas restritas a um círculo pequeno de pessoas, fazendo previsões antes que esse conhecimento fosse disseminado na sociedade: na verdade, com o grande insulamento que vive a universidade brasileira, por exemplo, isso já é uma realidade e, levando esse argumento às últimas consequências, já teríamos realizado em território nacional as maiores descobertas da sociologia mundial!

Foi nesse sentido que recorreremos às discussões mais recentes em ontologia social para investigar se essa área do conhecimento poderia nos fornecer uma melhor compreensão a respeito dos limites do naturalismo nas ciências sociais. Apesar dos importantes avanços da teoria da estruturação⁵⁶, consideramos que faltava a Giddens uma discussão mais profunda a respeito da natureza da explicação causal nas ciências sociais e uma especificação maior da atuação dos poderes causais das estruturas e de como as ações dos indivíduos interagem com essas mesmas estruturas, produzindo os fenômenos sociais. As limitações ao naturalismo metodológico nas ciências sociais parecem derivar mais da natureza dessa dimensão da realidade do que propriamente da relação entre os enunciados sociológicos e o conhecimento que atores leigos possam vir a ter a respeito deles. Questões que, aproveitando os méritos da teoria da estruturação, são muito bem apontadas e discutidas pelo movimento teórico do realismo crítico.

Um primeiro ponto de divergência entre a teoria da estruturação e o realismo crítico é que, a partir do momento em que o primeiro afirma que ação e estrutura são distinguíveis apenas “analiticamente”, mas não ontologicamente, sua teoria assume com frequência uma

⁵⁶ Tais como a rejeição às ideias de que se deve excluir as pretensões causais da sociologia e realizar uma cisão radical entre explicação e compreensão; a rejeição da ideia positivista de que “causa” deve ser indissociável de “lei” ou generalização; a compreensão davidsoniana de que as “razões” dos indivíduos também são causas; o papel da linguagem comum e da competência que os indivíduos possuem sobre a sua própria realidade; a negação da ideia de que os sociólogos precisam de linguagens “técnicas” irreconhecíveis para descrever o mundo social; o papel das consequências não intencionais nos fenômenos sociológicos, e assim por diante.

feição extremamente voluntarista (mesmo que isso não seja exatamente claro em suas formulações), uma vez que os indivíduos parecem ser o único motor causal da atividade social, quase sempre vigiada pela “monitoração reflexiva” deles. Ora, como podemos caracterizar mais adequadamente os poderes causais das estruturas sociais, no que Giddens chama de “análise institucional”, se elas existiriam apenas “nominalmente”? Como poderiam as estruturas possuir efeitos causais se, “na verdade”, elas não existem? E, se essas estruturas não existem, como podemos assumir metodologicamente que possuem influência causal nos eventos sociais? Esta é uma das lacunas que pretende preencher o realismo crítico e que exploramos na tese, a partir do seu “realismo” a respeito das estruturas sociais.

Um segundo ponto que merece destaque, este mais significativo para a tese, é a afirmação de Giddens de que, se existem leis causais ao molde hempeliano em algumas das ciências naturais, nas ciências sociais não existem candidatos com chances virtuais de ser bem-sucedidos e não é necessário que aceitemos a indissociabilidade entre causa e lei para realizarmos boas explicações sociológicas, rejeitando, portanto, a concepção humiana de causa (GIDDENS, 2009, p. 345, 405-406).

Já o realismo crítico avança no sentido de qualificar o relaearácter experimental do modelo dedutivo-nomológico, que não deve ser confundido com a “realidade”. Apesar da semelhança desse ponto com o pensamento dos realistas críticos, estes se aproximam mais de uma espécie de “naturalismo metodológico” (com a ressalva de que defendem um naturalismo não positivista), posto entenderem que, contrariando Giddens, a sociologia pode e deve buscar encontrar explicações e mecanismos causais que fogem ao conhecimento compartilhado e reflexivo dos indivíduos e que o método das ciências sociais não se distingue tão drasticamente dos métodos das outras ciências naturais (que, por sinal, diferenciam-se enormemente entre si em seus métodos, não fazendo nenhum sentido, inclusive, falar sobre a semelhança entre a metodologia das ciências sociais e “a” metodologia das ciências da natureza).

Assim como Thomasson, os realistas críticos entendem que fenômenos sociais podem ser “descobertos”, bem como existirem de maneira real, ainda que os indivíduos não os estejam mobilizando de maneira reflexiva e intencional, como é o caso de crises financeiras, círculos normativos, organizações e outras estruturas sociais das mais diversas. Apesar disso, as causas que atuam nesses fenômenos, para o realismo crítico, não são

causas deterministas tais como apregoava o modelo positivista, mas causas que atuam como tendências, provenientes tanto das estruturas sociais em suas várias dimensões, como aspectos mais ou menos reflexivos e habituais dos indivíduos, variando caso a caso, que podem ser estudados a partir das diversas metodologias das ciências sociais.

Em certo sentido, parecem existir muito mais continuidades do que oposições entre a teoria da estruturação e o realismo crítico, e tentativas de sínteses que superem oposições infundadas não são infrequentes. De qualquer modo, a tese se preocupou muito mais em analisar a maneira como as ontologias sociais elencadas trouxeram instrumentos para lidar com o problema do naturalismo do que em apontar influências teóricas, oposições, injustiças bibliográficas e querelas de departamento que, apesar de possuírem valor investigativo, por vezes deixam de lado a análise crítica e analítica dos problemas teóricos colocados. Apesar das limitações desta tese, procuramos nos concentrar muito mais no “mérito”, ou conteúdo da problemática levantada, do que propriamente na “forma” ou no “contexto”. É com esse espírito que consideramos que o realismo crítico, por meio de sua ontologia, fornece importantes avanços para o esclarecimento do problema do naturalismo nas ciências sociais.

Se Giddens aceita o modelo-padrão da explicação científica em “algumas ciências naturais”, rejeitando-o nas ciências sociais e atribuindo ao caráter reflexivo dos indivíduos o principal aspecto impossibilitador da existência de leis no estudo do social, o realismo crítico o critica de maneira direta, qualificando as suas limitações e especificidades e atribuindo à própria natureza das entidades sociais a origem dos limites ao naturalismo metodológico. Ou seja, rejeita não só o naturalismo positivista de maneira geral como modelo da atividade científica, mas também elabora uma filosofia da ciência natural própria, que qualifica de maneira diferente o que entende como sendo propriamente o método “naturalista” das ciências naturais, que, por sua vez, se distingue da forma como opera a epistemologia das ciências sociais.

No que se refere ao realismo crítico, como discutimos, ele se opõe à rejeição de Hume de pensar as causas a partir da “natureza” das coisas (ao que o realismo crítico se referirá como dimensão do real), entendendo as causas como o resultado da atuação de mecanismos que atuam como tendências, em interação com outros mecanismos, que podemos estudar a partir dos seus efeitos, utilizando-nos, para tal, do método científico — como de fato é o que já fazemos. O realismo crítico, como já tivemos ocasião de afirmar,

não pretende fundamentar normativa ou teoricamente a atividade dos cientistas, mas sim compreender a natureza da realidade e da explicação a partir da maneira como os cientistas já atuam. As causas, portanto, não são “hábitos mentais” justificados apenas na expectativa de que o que aconteceu no passado se repetirá no futuro. As regularidades que as ciências observam no mundo natural e social são o resultado da interação de mecanismos causais reais que funcionam de acordo com a natureza das entidades específicas estudadas pelas ciências, que possuem um maior ou menor grau de regularidade, percebidos a partir de métodos diversos, que, especialmente no caso das ciências sociais, dão conta de causas específicas e não determinísticas. Para o realismo crítico, portanto, é preciso distinguir a regularidade dos eventos ou experimentos científicos e os mecanismos reais constituintes das entidades: é a existência desses mecanismos a dimensão mais “real” das entidades estudadas pela ciência, possibilitando existir a manipulação científica em experimentos, que, por sua vez, se diferenciam do comportamento das entidades fora do ambiente de laboratório.

Central nessa formulação é o conceito de “emergência”, como tivemos ocasião de apresentar, que permite compreender a dependência ontológica de cada dimensão da realidade em relação às dimensões inferiores, mas que, ao mesmo tempo, não abraça o reducionismo epistemológico/metodológico. Se os poderes causais atuam como tendências das entidades que possuem capacidades e susceptibilidades das mais diversas, cabe aos investigadores, inclusive, os sociais, identificar aspectos específicos da complexa rede da “múltipla determinação causal”, reforçando-se e limitando-se, existente em qualquer evento social. Tal concepção da explicação científica, ao mesmo tempo que retiraria o pudor que o interpretativista teria em falar em “causas”, limitaria a abrangência que qualquer positivista poderia atribuir às explicações científicas, dado que uma explicação “completa” de qualquer fenômeno é impossível. No caso das ciências sociais, inexistindo a possibilidade de isolamento laboratorial e experimentação, têm-se sempre explicações parciais de recortes de cada “camada da realidade” — mas nem por isso devendo-se abandonar os pressupostos de fornecer explicações a respeito de aspectos da realidade exterior, encontrar padrões, buscar a objetividade, e assim por diante.

No caso das ciências sociais, vimos que o entendimento do realismo crítico a respeito da natureza dos poderes causais, junto à concepção relacional de emergência, nos permite compreender o mundo social como o resultado da interação ininterrupta de

diversos elementos constituintes tanto da dimensão agencial, como estrutural, que se desdobram, por sua vez, em dimensões variadas. Às tradicionais “agência e estrutura”, o realismo crítico acrescenta a dimensão da cultura. Essas três dimensões, por sua vez, se dividem em muitas outras, tais como a capacidade simultânea e variável de decisão racional e habitual na dimensão da agência; e as diversas dimensões dos poderes causais estruturais que atuam, seja como instituições normativas ou organizações, variando em poder de influência e grau de intersecção, seja como círculos normativos próximos ou macroatores. É com essa concepção da relação entre os poderes causais da agência e da estrutura, que exploramos a maneira como os realistas são críticos das limitações (mas também reconhecedores dos méritos) da teoria da estruturação de Anthony Giddens.

Nesse contexto, uma multiplicidade de fatores causais é codeterminante, em graus variáveis caso a caso, dos eventos sociais. No que se refere ao problema do naturalismo, o realismo crítico nos parece bem-sucedido no sentido de fornecer uma alternativa de quadro conceitual coerente que pode ajudar na orientação da investigação social, evitando alguns dos principais erros do positivismo e do interpretativismo radical, quais sejam: de um lado, o desprezo por formas “comuns” de conhecimento e, por outro, o relativismo e o abandono da expectativa de fornecer explicações “verdadeiras” e causais sobre o mundo social. Uma segunda qualidade a se destacar do *framework* do realismo crítico é que, apesar de um “núcleo duro” ontológico rígido em uma espécie de “monismo ontológico”, estes pressupostos são de tal modo amplos, que permitem a absorção dos elementos úteis de outras teorias em um pluralismo epistemológico e metodológico, mesmo daquelas teorias que são alvo de suas críticas, tais como a teoria da estruturação de Giddens e a teoria do ator-rede de Bruno Latour⁵⁷. Talvez seja uma esperança contra a constante “balcanização” das ciências sociais.

Nesse contexto, “o problema do naturalismo”, na verdade, é um falso problema, uma vez que se compreendam os pressupostos da ontologia do realismo crítico. É um falso problema porque se imagina que se deva escolher uma forma de explicação em detrimento da outra, quando na verdade o mundo social é formado por uma infinidade de mecanismos e forças causais em ação e interação — reforçando-se e anulando-se a todo instante, com origem em mecanismos da dimensão do real que atuam não como forças deterministas,

⁵⁷ Para mais detalhes dessa tentativa do realismo crítico de realizar uma crítica “construtiva” à teoria do ator-rede consultar: Rutzou, T. & Elder-Vass, D. (2019).

mas como tendências — sendo todas as metodologias e epistemologias necessárias para que se observe e investigue a realidade dessas forças em atuação no mundo, seja nas variações do método empático, de descrições, de métodos quantitativos, do uso da literatura como um meio de investigação e de uma série de outras metodologias que, idealmente, tenham no horizonte a descoberta de mecanismos responsáveis pelos padrões e correlações observadas, desde que essa diversidade metodológica possa ser organizada de maneira coerente em uma reformulação ontológica e epistemológica, que me parece o realismo crítico fornecer.

Em alguns casos, a própria natureza do objeto é eminentemente interpretativa, o que não impede que se encontrem “causas”, tal como Weber descobriu mecanismos causais entre a ética ascética protestante e o “espírito” do capitalismo. Por outro lado, pesquisas que, de início, procuram por “causas”, como as pesquisas quantitativas inferenciais, não prescindem das descobertas de mecanismos sobre os padrões que encontram, e esses mecanismos em grande parte são descobertos “qualitativamente”. O essencial é que não se perca de vista que esses fenômenos são — ou pelo menos imaginamos que sejam até que se prove o contrário — fenômenos reais desvendados por metodologias diversas, dos quais a diversidade de métodos são maneiras distintas de nos aproximarmos de uma mesma realidade.

Dada a sua grande variedade, envolvendo desde os poderes causais das estruturas, dos agentes humanos, da cultura, da natureza, das tecnologias, dos agentes não humanos, etc., tanto análises de regressão estatística como etnografias de longa duração podem e são capazes, como observamos com frequência, de fornecer respostas e descobertas importantes sobre a realidade social. Nesse sentido, o realismo crítico fornece uma ontologia coerente que possibilita uma boa integração entre essas diversas metodologias e epistemologias, ao mesmo tempo que não abraça o relativismo — conciliar tudo isso é uma tarefa ousada e necessária. A forma “ideal” da metodologia das ciências sociais, nesse contexto, é aquela que fornece explicações causais dos fatores e mecanismos mais relevantes de aspectos delimitados dos eventos sociais, mas com dois adendos importantes: 1) uma “explicação”, via descoberta de mecanismos gerativos, não é o mesmo que “explicação” no modelo-padrão do empirismo e positivismo, uma vez que, para o realismo crítico esses mecanismos são sempre alteráveis (especialmente no mundo social) atuando como tendências e variando caso a caso. Ou seja, o ideal é que possamos entender alguns

dos “porquês” dos eventos, mesmo que de dimensões muito específicas da realidade; 2) “descrição” e “compreensão” são também formas de “explicação” e não deixam de fornecer explicações causais, na medida em que identificam entidades, forças, relações e, com isso, também mecanismos que explicam (ou ajudam a explicar) fenômenos sociais. É nesse contexto que não faz sentido nem rejeitar explicações causais (como aprogoaram versões radicais do interpretativismo), nem muito menos almejar alcançar os padrões de explicação causal das ciências que possuem o modelo de cobertura por leis como parâmetro.

Nesse ínterim, apesar de todo modelo de pesquisa ou teoria possuir aspectos ontológicos e epistemológicos subjacentes, o bom desenvolvimento da pesquisa não necessariamente precisa passar pelo crivo da discussão teórica e filosófica, visto que boa parte da melhor investigação empírica que possuímos ignora de maneira explícita elementos teóricos que discutimos até aqui. Por outro lado, parece-me que a ontologia e a epistemologia realista, pelos seus valores analíticos, são capazes de fornecer esclarecimentos a respeito da natureza da explicação científica e aproveitar de maneira coerente os méritos de teorias aparentemente “rivais”. Apesar disso, uma tarefa complementar e de suma importância para desenvolvimento bem-sucedido desse *framework* é o convencimento dos pesquisadores a respeito da utilidade desse mesmo ferramental teórico que, por mais acertado e coerente que pareça ser, não implica necessariamente a aceitação geral, especialmente se tratando do vocabulário complexo, denso e específico (muito longe da linguagem comum). Não à toa, o realismo crítico é muito engajado na formação de grupos de pesquisa e divulgação do seu pensamento *online* — esforço do qual essa tese de doutorado, inclusive, se beneficiou — o que parece ajudar a compensar a dificuldade teórica. Apesar disso, parece bem complicada a disseminação do realismo crítico, na medida em que não é tão sedutora quanto outras formulações teóricas recentes e em que, com o apelo frequente que faz à “realidade”, torna-a ainda menos suscetível às modas contemporâneas.

Chegando ao fim desta tese, cabem ainda alguns comentários de ordem prática a respeito da pesquisa que nos trouxe até aqui e dos limites dela. O tema aqui tratado envolve uma bibliografia imensa, com discussões que envolvem uma série de ramificações infundáveis, ampliadas pela diversidade de interpretações e termos utilizados para se referir ao mesmo problema de modo que, é desnecessário dizer, não pretendemos ter esgotado por

aqui. Ao mesmo tempo, pretendemos ter realizado não uma “história dos conceitos” ou “descrição de percurso teórico/intelectual de autores” ou nos limitar à “divulgação teórica” — apesar de cada um desses elementos estar também, de algum modo, presente —, mas nos aproximar o máximo possível de um ideal de discussão analítica a respeito dos avanços da discussão e dos méritos intelectuais das teorias apresentadas. Se falhamos na abrangência, esperamos que ao menos tenhamos tido algum mérito no que diz respeito a ajudar a “situar” e esclarecer uma questão específica dentro do emaranhado de discussões da teoria e da filosofia das ciências sociais e analisar essa questão à luz dos autores escolhidos como recorte. Se, de algum modo, fizemos isso, nos damos por satisfeitos.

Por fim, cabe notar que existe ainda uma série de questões a ser desenvolvidas e discutidas em pesquisas futuras, tanto no que se refere ao aprofundamento do problema trabalhado nesta tese quanto na utilização do arcabouço analítico do realismo crítico para a reflexão a respeito de uma série de problemas da teoria das ciências sociais em geral. Entre esses problemas, podemos destacar a forma como o realismo crítico pode nos ajudar a compreender a maneira como a literatura é útil no entendimento da realidade social — o que pode ser ampliado para uma análise dos ensaístas, intérpretes e romancistas que desvendaram a “alma brasileira”. Vimos que, no processo de investigação, a descoberta de padrões (*retroduction*) não esgota a explicação científica, mas deve ser complementada pela elaboração de hipóteses e explicações a respeito dos mecanismos que explicam estes mesmos padrões (*retrodiction*). A história da ciência tem demonstrado não existirem fronteiras estritas entre os procedimentos científicos de descoberta de padrões e as diversas maneiras de se levantar hipóteses sobre eles e, justamente por isso, nos parece que existe um caminho promissor de pesquisa, já observado e discutido secularmente nas ciências sociais, sobre a maneira como a literatura, por exemplo, é fonte riquíssima para o conhecimento do mundo social. Utilizando os termos do realismo crítico, nos parece que a melhor literatura — e talvez por isso mesmo seja tão boa — é aquela que realiza com frequência a descoberta de “semirregularidades” por meio de seus métodos próprios, que em muito podem ser associados ao processo de “retrodução”.

Isso parece acontecer na medida em que, ao fazer uso do método empático para descrever personagens em contextos sociais específicos, se a literatura não descreve necessariamente situações reais do presente ou do passado, descreve situações “possíveis”, dentro do campo de possibilidades de um ambiente, em que capta tanto “poderes causais”

quanto propensões (*liabilities*) dos fenômenos sociais e dos indivíduos, ou seja, aspectos importantes para o entendimento de contextos sociais, que servem, com frequência, ao desenvolvimento da sociologia convencional e ao entendimento de realidades específicas⁵⁸.

Seja como for, pretendemos ter contribuído de alguma forma para esclarecer e desmistificar algumas confusões corriqueiras em torno da palavra “causa”, na investigação social. Em qualquer monografia de graduação em sociologia, podemos encontrar descrições que, em graus variados, fazem afirmações causais sobre aspectos dos objetos que estudam. Na verdade, é quase impossível a descrição e a interpretação de fenômenos sociais que não possuam elementos “causais” em seu bojo. No entanto, o medo do “positivismo” leva com frequência essas monografias a afirmar, com grandes ressalvas, os limites das suas pesquisas no que se refere a encontrar “causas”, na medida em que por “causas”, por vezes, compreendem que estão falando necessariamente de “leis”. Explicações causais são incontornáveis nas ciências sociais, posto que, de maneira mais ou menos explícita, evidenciam a atuação de mecanismos e forças que contribuem ou limitam, em graus variados, a ocorrência de fenômenos específicos. Os métodos para realizar essas investigações são os mais diversos: indo desde os testes matemáticos de estatística inferencial — que, dado um conjunto de variáveis dependentes, é capaz de determinar aquela que possui maior covariância com uma variável independente específica — até a literatura, que, quando realizada com grande qualidade, é capaz de observar padrões, expectativas de uma época, sentimentos, “formas sociais” e personalidades que podem muito bem servir de instrumentos para investigadores sociais lançarem luz sobre acontecimentos do presente e do passado, da sociedade e da natureza humana.

⁵⁸ Já tivemos a oportunidade de realizar uma comparação entre as sociologias de Gilberto Freyre e Anthony Giddens e evidenciar como, em ambas, a literatura e a linguagem comum são entendidas como formas de nos aproximar do entendimento da realidade social (BRITO; BARBONI JR., 2021). Para ficarmos com alguns exemplos a serem desenvolvidos em trabalhos futuros, podemos citar a maneira como Machado de Assis descreve aspectos do arrivismo social do fim do império no Brasil em *Dom Casmurro*; como Anton Tchekhov descreve em seus contos, entre outros temas, o mundo dos mujiques na Rússia pré-revolucionária; como Lima Barreto descreve, de maneira satírica, alguns dos principais vícios da Primeira República, em “Triste fim de Policarpo Quaresma”; como Leon Tolstói descreve os valores de uma elite decadente com o avanço das guerras napoleônicas em “Guerra e Paz”; como Graciliano descreve as transformações sociais e também íntimas pelas quais passam sujeitos na transição da economia agrária para uma economia moderna baseada no trabalho assalariado e os conflitos resultantes desse processo, a exemplo de “São Bernardo”, e assim por diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, T. W.; POPPER, K. R.; DAHRENDORF, R.; HABERMAS, J.; ALBERT, H.; PILOT, H. **La Disputa Del Positivismo en la Sociologia Alemana**. Tradução de Jacob Muñoz. Barcelona-México: Grijalbo, 1973 [1969].

AL-AMOUDI, Ismael; MORGAN, Jamie (ed.). **Realist responses to post-human Society: Ex machina**. London: Routledge, 2019.

AL-AMOUDI, Ismael; LAZEGA, Emmanuel (ed.). **Post-human Institutions and organizations: confronting the matrix**. London: Routledge, 2019.

ALEXANDER, J.C. O novo movimento teórico. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, v. 2, 1987.

ANGIONI, Lucas. **As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles**. ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA, v. 5 n. 10, 2011, ISSN 1982-5323.

ANSCOMBE, G. E. M. **Causality and determination**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

ARCHER, M. Morphogenesis versus Structuration: On Combining Structure and Action. **The British Journal of Sociology**, v. 33, n. 4, p. 455-483, 1982.

_____. **Social Origins of Educational Systems**. London: Sage, 1984.

_____. **Culture and Agency**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. **Realist social theory: the morphogenetic Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Being Human: The Problem of Agency**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **Structure, Agency and the Internal Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ARCHER, M (ed.). **Social Morphogenesis**. Springer, 2013.

_____ (ed.). **Late modernity: Trajectories towards Morphogenenic Society**. Springer, 2014.

_____ (ed.). **Generative Mechanisms Transforming the Social Order**. Springer, 2015.

_____ (ed.). **Morphogenesis and the Crisis of Normativity**. Springer: 2016.

ARCHER, M.; MACCARINI, Andrea M. (ed.). **What is Essential to being Human? Can AI robots not share it?** London: Routledge, 2021.

ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, (Org.). **Critical realism: essential readings**. London: Routledge, 1998.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955**. London: Oxford University Press, 1962.

BACON, Francis. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**; Nova Atlântida. Tradução e notas J. A. R. de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

BAUER, Martin W; GASKELL, Martin. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEEBEE, Helen; HITCHCOCK, Christopher; MENZIES, Peter. **The Oxford Handbook of Causation**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BERGER, P. L. & LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BHASKAR, R.; HARRÉ, R. How to Change Reality: Story vs. Structure – A debate between Rom Harré and Roy Bhaskar. *In*: POTTER, Garry; LÓPEZ, José (ed.). **After Postmodernism: An Introduction to Critical Realism**. London & New York: The Athlone Press, 2001.

BHASKAR, R. Theorising ontology. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J. S.; MARTINS, N. (ed.). **Contributions to social ontology**. Routledge, 2013.

BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. London and New York: Routledge, 2008 [1975].

_____. **The possibility of naturalism: A philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. Third Edition. London and New York: Routledge, 2005 [1979].

_____. **Dialectic: The Pulse of Freedom**. London: Routledge, 2008.

_____. **The Philosophy of metaReality**: creativity, love and freedom. London: Routledge, 2012.

_____. **The Order of Natural Necessity**: A Kind of Introduction to Critical Realism. Edited with a preface by Gary Hawke. UK: 2017.

BOTTOMORE, Tom. “Sociologia”. In: **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BOURDEAU, Michel. Auguste Comte. In: EDWARD, N. ZALTA (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2018 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/comte/>.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

_____. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2007a, 8ªed.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

BRITO, André Lucas. **A causalidade na explicação sociológica e a teoria da estruturação de Anthony Giddens**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38004>.

BRITO, André Lucas; BARBONI JR., Antônio. GILBERTO FREYRE E ANTHONY GIDDENS: literatura e linguagem comum na investigação social. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1 n. 27, 2021.

BRITO, André Lucas; BARREIRA, César. Dos crimes de mando à *violência difusa*: aproximações a respeito do medo e da insegurança no processo de interiorização da violência no estado do Ceará. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 41, 2022.

BUCKLEY, W. **Sociology and Modern Systems Theory**. Englewood Cliffs, 1967.

CARRIGAN, Mark; PORPORA, Douglas V. (ed.). **Post-human futures**: human enhancement, artificial intelligence and social theory. London: Routledge, 2021.

CARNAP, Rudolf. A superação da metafísica pela análise lógica da linguagem. **Cadernos de Filosofia Alemã** | v. 21; n. 2 | p. 95-115. Publicado originalmente em *Erkenntnis*, 2. Band, p. 219-241, 1931.

CARTWRIGHT, Nancy. **Leis Ceteris paribus e Máquinas Sócio-Econômicas**. The Economic World View. Studies in the Ontology of Economics, (ed.) by Uskali Mäki. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (Cap. 14, pp. 275-292).

CASTRO, Eduardo. Causalidade. *In*: BRANQUINHO, João; SANTOS, Ricardo (ed.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

COLLIER, Andrew. **Critical Realism**. London: Verso, 1994.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EdUSP, 1997.

DAVIDSON, Donald. Actions, reasons and causes. **The Journal of Philosophy**, v. 60, n. 23, American Philosophical Association, Eastern Division, Sixtieth Annual Meeting, p. 685-700, 1963.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DENNETT, Daniel. **Freedom Evolves**. London: Allen Lane, 2003.

DIAS, C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>.

DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**: Tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DOWE, Phil. Causal Process. *In*: EDWARD, N. Zalta (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2008.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: ED. Paulinas, 1989.

_____; MAUSS, Marcel. “**Algumas formas primitivas de classificação**”. Em *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1903].

ELDER-VASS, Dave. **The Causal Power of Social Structures: Emergence, Structure and Agency**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. **The Reality of Social Construction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. **Profit and Gift in the Digital Economy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016.

_____. **Inventing Value The Social Construction of Monetary Worth**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022.

_____. “For emergence: refining Archer’s account of social structure”. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 37, p. 25-44, 2007a. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5914.2007.00325.x>.

_____. “Social structure and social relations”. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 37, p. 463–77, 2007b. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5914.2007.00346.x>.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2 ed.

EPSTEIN, Brian. (2018). “Social Ontology”. In: EDWARD, N. Zalta (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/social-ontology/>.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: Os repertórios da Justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p.59-73, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/djgdCxjcy5w7ZfhNxkySC4G/abstract/?lang=pt>.

FLECK, Ludwik. **Estilos de pensamento na ciência**. Condé M.L.L (org.). Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

GAMBETTA, Diego. **Were they pushed or did they jump?** Cambridge, University of Cambridge, 1982.

GARFINKEL, Harold. **Estudios en Etnometodología**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: UNAM. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades; Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996 [1976].

_____. **Problemas centrais em teoria social:** ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018 [1979]. (Coleção sociologia).

_____. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 2009 [1984].

_____. **The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration.** Cambridge: Polity Press, 1984.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis:** Los marcos de la experiencia. Madrid: CIS, 2006.

GOMES, Laurentino. **1822.** São Paulo: Globo Livros, 2015.

GROFF, Ruth. **Revitalizing causality:** realism about causality in philosophy and social Science. USA and Canada: Routledge, 2008.

GUSMÃO, L. A. S. C. **O fetichismo do conceito:** Limites do conhecimento teórico na investigação social. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2012.

_____. Um elogio do conhecimento de senso comum na investigação social. **Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)**, v. 1, p. 237-258, 2007.

_____. Sociologia, história e conhecimento de senso comum. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, v. 30, p. 531-551, 2015.

_____. A CONCEPÇÃO DE CAUSA NA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DE MAX WEBER. *In:* JESSÉ SOUZA. (org.). **ATUALIDADE DE MAX WEBER.** 1ed. BRASÍLIA: EDUNB, v. 1, p. 235-258, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo 1:** Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo 2:** sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

_____. **La lógica de las ciencias sociales.** Madrid: Tecnos, 1988.

HANS, Hahn; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. **A concepção científica do mundo: O círculo de Viena.** Cadernos de História e filosofia da ciência 10 (1986), pp. 5-20. Tradução de panfleto originalmente publicado em 1929.

HEMPEL, Carl Gustav; OPPENHEIM, Paul. "Studies in the Logic of Explanation". *In:* **Philosophy of Science.** Chicago: The University of Chicago Press, 1948.

HEMPEL, Carl G. "Explicação Científica". *In:* MORGENBESSER, Sidney. **Filosofia da Ciência.** São Paulo: Cultrix. 1979. p. 159-169.

_____. “Two basic types of scientific explanation”. In: CURD, M.; COVER, J. A. (ed.). **Philosophy of Science: The Central Issues**, p. 685–94. New York: W. W. Norton, 1998.

HAMLIN, C. **Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais. Dados**, Rio de Janeiro, v. 43 n. 2, 2000.

_____. Reintroduzindo a ontologia nos estudos de gênero: o realismo crítico e o método das explicações contrastivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 71 a 81, 2008.

HARRÉ, R.; MADDEN, E. H. **Causal Powers: A theory of natural necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1975.

HOLLIS, Martin. **The philosophy of social science: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HURFORD, James R.; HEASLEY, Brendan. **Curso de semântica**. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005. 333 p.

JUSTOS, M.; KAHN, T.; CERQUEIRA, D.R.C. O mistério da redução dos homicídios em São Paulo. **Texto para discussão**, UNICAMP, 2016.

KEAT, Russell; URRY, John. **Social theory as Science**. London: Routledge & Kegan Paul, 2010.

KHALIDI, Muhammad Ali. Three Kinds of Social Kinds. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 90, p. 96-112, 2015. Disponível em: <https://criticanarede.com/especiessociais.html>.

KING, Anthony. “Why I am not an individualist”. In: **Journal for the Theory of Social Behaviour** 37: 211–19.

_____. The odd couple: Margaret Archer, Anthony Giddens and British social theory. **The British Journal of Sociology**, 2010.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

- LAW, J. **After method: Mess in social science research**. Routledge, 2004.
- LAWSON, Tony. **Economics & Reality**. London: Routledge, 1997.
- _____. **The Nature of Social Reality**. Oxon and Nwe York: Routledge, 2019.
- LITTLE, Daniel. **New directions in the philosophy of social Science**. Rowman & Littlefield Publishers, 2016.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEWIS, David. Causation. *In: The Journaul of Philosophy*, v. 70, n. 17, p. 556-567, 1973.
- _____. Postscripts to “Causation”. *In: Philosophical Papers*, v. II, p. 172-213. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- LOYAL, Steven. **The Sociology of Anthony Giddens**. Pluto Press. Archway Road: London, 2003.
- LOYAL, Steven & BARNES, Barry. “Agency” as a red herring in social Theory. *In: Philosophy of the Social Sciences*, v. 31, p. 507–24, 2001.
- MAKKREEL, Rudolf. Wilhelm Dilthey. *In: EDWARD, N. Zalta (ed.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/dilthey/>.
- MANICAS, Peter. **A Realist Philosophy of Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MANTZAVINOS, C. “**Hermeneutics**”. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/hermeneutics/>.
- MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. CARL HEMPEL E DAVID HUME: A FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO “COVERING LAW MODEL” NA HISTORIOGRAFIA. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 6, n. 11, 2014. ISSN: 2175-5892.
- MERTON, R. K. “Puritanismo, pietismo e ciência”. *In: Ensaios de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- _____. **Sociologia**. Teoria e Estrutura. São Paulo: Mestre Jou Editora, 1968 [1949].
- MILL, John Stuart. **A System of Logic Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation**. Toronto: University of Toronto Press, 1974.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. Volume I e II. São Paulo: Nova cultural, 2000.

_____. **Ensaaios**. São Paulo: Editora 34, 2016.

MORRIS, William Edward and BROWN, Charlotte R. **“David Hume” in The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. (Summer 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/hume/>.

MORTARI, César. **Introdução à lógica**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MOSES, J.W and KNUTSEN, T. **Ways of Knowing. Competing Methodologies in Social and Political Research**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

NAGEL, Thomas. **La estructura de la de la ciencia**. Barcelona: Paidós, 1989.

NEVES, Fabrício Monteiro; PARANÁ, Edemilson. Para uma crítica das sínteses propostas por Karin Knorr-Cetina e Jeffrey Alexander: uma alternativa epistemológica à integração micro-macro. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA** | v. 05, n. 10 | Mai/Ago/2017.

PARKER, John. **Structuration**. Buckingham: Open University Press, 2000.

PETERS, Gabriel. Domínios de Existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, UFJF. v. 14, n. 1, 2019.

_____. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu**. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2006.

_____. **Verbetes – Explicação e compreensão: incompatíveis ou complementares?** (Parte 1). Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2018/05/03/verbetes-explicacao-e-compreensao-incompativeis-ou-complementares-parte-1-por-gabriel-peters/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix: São Paulo. 1972 [1959].

_____. **A lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Conhecimento objetivo: Uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

PORPORA, Douglas. “On Elder-Vass: refining a refinement”. *In: Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 37, p. 195–200, 2007.

_____. **Reconstructing Sociology: The Critical Realist Approach**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.

POTTER, Gary. "Philosophy of social science". *In: Dictionary of Critical Realism*. Routledge, 2007.

REICHENBACH, Hans. **The Direction of Time**. Berkeley: University of California Press, 1971.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

RAGIN, C. e BECKER, H. (ed.). **What is a case: exploring the foundation of social inquiry**. Cambridge: University of Cambridge Press, 1992.

RAGIN, C. **The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Oakland: University of California Press, 2014.

ROBERTS, John T.; KINCAID, H. Are there laws in the social sciences? *In: Contemporary debates in Philosophy of Science*. Blackwell publishing, 2004.

RUTZOU, T.; ELDER-VASS, D. On Assemblages and Things: Fluidity, Stability, Causation Stories, and Formation Stories. **Sociological Theory**, v. 37, n. 4, p. 401–424, 2019.

ROSENBERG, Alexander. **Philosophy of Social Science**. Westview Press, 2008.

RUDNER, Richard S. **Philosophy of Social Science**. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1966.

SALMON, Wesley C. **Four Decades of Scientific Explanation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

_____. Causality and Explanation: A reply to two Critiques. *In: Philosophy of Science*, v. 64, n. 3, p. 461-477, 1997.

_____. **Causation and Explanation**. New York: Oxford University Press, 1988.

SAYER, Andrew. **Realism and Social Science**. London: SAGE Publications Ltd. 2000.

_____. **Method in Social Science: A realist approach**. Oxon: Routledge, 2010.

SCHLICK, Moritz. **Sentido e verificação**. Disponível em: <http://www.uapi.edu.br/upload/filosofia/documentos/Schlick%20-%20Sentido%20e%20Verificacao.pdf>. Do original inglês: 'Meaning and Verification', publicado pela primeira vez em *The Philosophical Review*, vol. XLV, 1936.

SEARLE, John R. **A redescoberta da mente**. Instituto Piaget, 1998.

_____. **Consciência e Linguagem**. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

_____. **O mistério da consciência**. Curitiba: Paz e terra, 2008.

_____. **Linguagem e Ontologia Social**. Crítica na Rede, 2017. *In*: <https://criticanarede.com/lingmentacao.html>.

SILVA, Fábio Rodrigues Ribeiro. **Realismo e redes**: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens. 2010. Tese (doutorado em sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16022011-121240/publico/2010_FabioRodriguesRibeirodasilva.pdf.

SNOW, Charles Percy. **As Duas Culturas e uma segunda leitura**: Uma versão ampliada das Duas Culturas e a Revolução Científica. São Paulo: EDUSP, 1995.

SÓFOCLES. **Édipo rei**. Trad. Domingos Paschoal Cegalla. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

SUPPES, Patrick. **A Probabilistic Theory of Causality**. Amsterdam: Northe-Holand, 1970.

TAYLOR, Charles. **Interpretation and the Sciences of Man**. The Review of Metaphysics, Vol. 25, No. 1. pp. 3-51, 1971.

_____. Understanding in the human sciences. **Review of Metaphysics**, v. 34, n. 1, p. 25-38, 1980.

THOMASSON, A. L., Protosociology, v. 18-19: **Understanding The Social II: Philosophy of Sociality**, 269-290, 2003. Disponível em: <https://criticanarede.com/ontologiasocial.html>.

_____. **Ontology made easy**: Oxford: University Press, 2015.

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo Editora: WMF Martins Fontes, 2016.

TURNER, Stephen P.; ROTH, Paul (ed.). **The Blackwell Guide to the Philosophy of the Social Sciences. Cap. 1: Cause, the Persistence of Teleology, and the Origins of the Philosophy of Social Science**, 21-41. Oxford: Blackwell, 2003.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG ; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

_____. O marmoto do Realismo Crítico. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 8 a 30, jan./jul. 2014.

VARELA, Charles L. “Elder-Vass’s move and Giddens’s call”. *In*: **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 37, p. 201–210, 2007.

- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- VOLTAIRE. **Cândido, ou o Otimismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- VON WRIGHT, G. H. **Explanation and Understanding**. Cornell University Press, 1971.
- WACQUANT, Loic. “Positivismo”. In: **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Zahar: 2019.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1973.
- WILLIS, Graham Denyer. **The Killing Consensus: Police, Organized Crime, and the Regulation of Life and Death in Urban Brazil**. Durham: Duke University Press, 2015.
- WINCH, Peter. **A ideia de uma ciência social e sua relação com a filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1968 [1921].
- _____. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora nova cultural Ltda, 1999.
- ZATERKA, Luciana. As teorias da matéria de Francis Bacon e Robert Boyle: forma, textura e atividade. **Sci. stud.** [online], v. 10, n. 4, p. 681-709, 2012. ISSN 1678-3166. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662012000400004>.